



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
TESE DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JOSILENE BARBOSA DO NASCIMENTO

**OS “BURROS SEM RABO” NA SOCIEDADE DE CONSUMO:
INVISIBILIDADE, CONSUMO OSTENSIVO E RECONHECIMENTO.**

CAMPINA GRANDE – PB

2012

JOSILENE BARBOSA DO NASCIMENTO

**OS “BURROS SEM RABO” NA SOCIEDADE DE CONSUMO:
INVISIBILIDADE, CONSUMO OSTENSIVO E RECONHECIMENTO.**

Tese de Doutorado apresentada por Josilene Barbosa do Nascimento, intitulada “Os “Burros Sem Rabo” na Sociedade de Consumo: invisibilidade, consumo ostensivo e reconhecimento”, como pré-requisito para obtenção do título de doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

Orientador: Dr. Anderson Moebus Retondar

CAMPINA GRANDE – PB

2012

N244b Nascimento, Josilene Barbosa do.

Os “burros sem rabo” na sociedade de consumo: invisibilidade, consumo ostensivo e reconhecimento. / Josilene Barbosa do Nascimento. – Campina Grande - PB: [s.n], 2012.

229 f.

Orientador: Professor Dr. Anderson Moebus Retondar.

Tese de Doutorado em Ciências Sociais - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Humanidades; Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

1. Catadores de materiais recicláveis. 2. Cooperativas de catadores de lixo. 3. Sociedade do consumo. 4. Coleta seletiva de lixo. 5. Invisibilidade social. 6. Habitus precário. 7. Consumo e reconhecimento. 8. Estigmas. I. Título.

CDU: 628.4-051(043)

JOSILENE BARBOSA DO NASCIMENTO

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Anderson Moebus Retondar
(Presidente/Orientador – PPGS/UFPB – PPGCS/UFCG)

Prof. Dr. Roberto Veras de Oliveira
(Titular Interno – PPGCS/UFCG)

Prof^ª. Dr^ª. Elizabeth Christina de Andrade Lima
(Titular Interno – PPGCS/UFCG)

Prof^ª. Dr^ª. Simone Magalhães Brito
(Titular Externo – PPGS/UFPB)

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima Ferreira Portilho
(Titular Externo – CPDA/UFRRJ)

Prof^ª. Dr^ª. Ramonildes Alves Gomes
(Suplente Interno – PPGCS/UFCG)

Prof^ª. Dr^ª. Marcela Zamboni Lucena
(Suplente Externo – PPGS/UFPB)

Aprovada em: ___/___/2012

*Para meus queridos pais,
Maria Barbosa do Nascimento e
Josias Francelino do Nascimento, fontes
eternas de dedicação e confiança.*

AGRADECIMENTOS

Escrever um texto é um processo solitário. Entretanto, evidenciando que não nasce sozinho, ao terminá-lo não posso deixar de mencionar as diversas pessoas que permaneceram ao meu lado ou que contribuíram, direto ou indiretamente, na gestação e nascimento desta tese de doutoramento. Nesta caminhada, mesmo correndo o risco de esquecer alguém, agradeço, exclusivamente:

- Aos catadores de materiais recicláveis, cooperados da COTRAMARE (Cooperativa de Trabalhadores em Materiais Recicláveis de Campina Grande) ou da CATAMAIS (Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande Ltda), meus valiosos informantes, que se dispuseram a colaborar, dedicando parte do seu tempo para falarem sobre suas experiências como catadores e/ou consumidores;
- Ao Guilherme, secretário/diretor financeiro da CATAMAIS, pela atenção e disposição concedidas durante e posteriormente à coleta de dados realizada na CATAMAIS;
- Ao professor Anderson Moebus Retondar, pela orientação, paciência e amizade. Sua orientação construtiva, dedicada e crítica, capaz de proporcionar grande enriquecimento ao nosso trabalho, manifestou-se como mais uma causa para que admirasse sua capacidade e profissionalismo. Foi um grande prazer à oportunidade de tê-lo como orientador;
- Aos meus queridos pais, por tudo que fizeram por mim desde sempre, aos meus irmãos Josiane, Joseli e Jocélio, as minhas tias Josenilda, Dudui e Íris e, enfim, a toda minha família, que ajudou de inúmeras formas na realização deste trabalho;
- Ao meu amor e companheiro Petrus Vinícius, pela inspiração que representa, pela amizade, paciência e dedicação, cuja lucidez, algumas vezes contraditoriamente um pouco “louca”, fez com que os momentos difíceis se transformassem em estímulo para que eu enfrentasse, com altivez, os percalços ocorridos na construção deste texto. Sem você a escrita da tese seria “insossa”. Sou muito grata a você!

- A todos meus amigos queridos de Campina Grande e João Pessoa (alguns agora residem em outros lugares): Telma, Célia de Castro, Idalina, Alexandre, Adriana, Jaqueline, Valeska Asfora, João Pedro, Dona Mércia, o casal Mariana e Kimã, Júnior, Clara, Lourdinha, Dona Tereza, Nilberto, Elias, Cibelle, Rose e Elaine;

- Particularmente, a minha amiga Isabelle Donato, pela admirável amizade e constante e sincera torcida nesse percurso;

- A Celina, Taty, Fabiana, Margarida, Aurizélia, Graça, Lara, Thiago, Vinícius e Wesley e outros, meus companheiros de Trabalho do CAPS ad – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas –, pelo respeito, amizade e por estarem, verdadeiramente, torcendo por mim;

- A todos meus ex-alunos, que estão sempre torcendo pelo meu sucesso profissional e acadêmico;

- Aos meus colegas do Curso de Doutorado, turma 2008, que dividiram comigo vários momentos de risadas e conversas “deliciosas”, principalmente Fernanda Leal, Francisco Fagundes e Almira Lins;

- A todos os professores do PPGCS (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) da UFCG (Universidade Federal de Campina Grande), especialmente ao Luís Henrique, Mércia, Elizabeth Cristina e Lemuel, pelas colaborações, transmissão de seus conhecimentos científicos e/ou acadêmicos e trocas de experiências que, de maneira direta ou indireta, contribuíram na minha formação;

- Especialmente, aos professores Roberto Veras (UFCG) e Simone Brito (UFPB – Universidade Federal da Paraíba), pela contribuição admirável e perspicaz no momento da realização do meu seminário de tese e/ou da qualificação;

- Ao Rinaldo e outros funcionários do PPGCS da UFCG, particularmente a Danielle (a Dany), tão prestativos e preocupados em atender às solicitações dos mestrandos e doutorandos;

- A Elenize Josefa Diniz, por ter socializado informações importantíssimas para a construção deste texto;

- Agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que financiou este trabalho, permitindo minha dedicação integral;

- Obrigada a todos aqueles que, neste instante, traída pela memória, não recordo, mas que somaram para tornar possível esta tese.

NASCIMENTO, J. B. **Os “burros sem rabo” na sociedade de consumo: invisibilidade, consumo ostensivo e reconhecimento.** Campina Grande, 2012. 224 p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande.

RESUMO

O objetivo desta tese é analisar os motivos que orientam as práticas de consumo dos catadores de materiais recicláveis, considerando a capacidade restrita de consumo dos mesmos em consequência da realização de um trabalho mal remunerado e desqualificado socialmente, causador, também, de processos de estigmatização e invisibilidade social vivenciados por eles. A coleta de dados foi realizada em dois campos de pesquisa: nas cooperativas COTRAMARE (Cooperativa de Trabalhadores em Materiais Recicláveis de Campina Grande) e CATAMAIS (Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande Ltda), ambas localizadas no município de Campina Grande – PB. Realizamos, especificamente, uma análise comparativa entre o trabalho de catação no “lixão” e nas ruas da cidade de Campina Grande – PB e o trabalho desenvolvido via cooperativas, particularmente, através da “Coleta Seletiva Solidária”, apontando aspectos positivos e negativos pertinentes aos diferentes espaços de exercício da referida função; problematizamos o trabalho de catador de materiais recicláveis e sua relação com os processos de estigmatização e invisibilidade social, constatando que a não incorporação das pré-condições para o reconhecimento social por parte do grupo de catadores, devido a uma socialização precária, irá colocá-los bastante longe da conquista de um efetivo respeito de seu trabalho e de si mesmos; investigamos, finalmente, sobre a formação da identidade dos catadores a partir da esfera do consumo, evidenciando, entretanto, que o trabalho ainda é importante na constituição de sua identidade. Os resultados da pesquisa nos mostraram que apesar das limitações financeiras enfrentadas pelos catadores, os mesmos são consumidores bastante ativos, considerando importante em suas vidas as práticas de consumo, principalmente por ser uma das formas deles se definirem e se identificarem. Também verificamos a existência de uma multiplicidade de motivações que poderiam fazer o catador consumir. No entanto, uma em particular se destacou na fala dos catadores, quando levamos em consideração o trabalho de catação de materiais recicláveis – trabalho desvalorizado socialmente, causador de estigma e desrespeito – e como o mesmo proporciona, aos catadores, uma identidade deteriorada e ambígua: é o consumo motivado pelo desejo de reconhecimento, *status* e visibilidade social, ou seja, o consumo fortalecendo identidades. Aqui, o consumo só pode ser do tipo ostentatório, pois há necessidade de exposição dos objetos, caracterizada pelos sentimentos de orgulho e poder, objetivando uma positividade e reconhecimento do trabalho de catador e de si mesmos, enquanto catadores.

Palavras-Chave: catadores de materiais recicláveis. invisibilidade social. *habitus* precário. constituição de identidades. consumo para reconhecimento.

NASCIMENTO, J. B. **The "donkey without a tail" in consumer society: invisibility, conspicuous consumption and recognition.** Campina Grande, 2012. 224 p. Doctoral Thesis - Postgraduate Program in Social Sciences, Federal University of Campina Grande.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to analyze the motives that guide the consumption practices of collectors of recyclable material, considering the restricted purchasing power as a result of their poorly paid and socially disqualified job, which also causes the processes of stigmatization and social invisibility experienced by them. Data collection was conducted in two research fields: COTRAMARE Cooperatives (Cooperative of Recycling Workers of Campina Grande) and CATAMAIS (Cooperative of Male and Female Collectors of Recyclable Materials of Campina Grande Ltda), both located in Campina Grande - PB. We did, specifically, a comparative analysis between the work of picking the trash in landfills sites and in the streets of Campina Grande - PB and working through cooperatives, particularly through the "Joint Selective Collection," pointing out relevant strengths and weaknesses of these different spaces for this job; we formulated the framework of the problem of the collector of recyclable materials work and its relation to the processes of stigmatization and social invisibility, noting that a non-incorporation of pre-conditions for social recognition by the group of collectors, due to a poor socialization, will place them very far from achieving an effective respect for their work and for themselves; we investigated, finally, about the identity formation of the collectors from the sphere of consumption, highlighting, however, that the work is still important in the formation of their identity. The survey results showed us that, despite the financial constraints faced by the collectors, they are very active consumers, considering consumption practices important in their lives, mainly because it is one way to define them and to feel that they can relate to something. We also verified the existence of a multiplicity of motivations that could make the collector consume. However, one motivation in particular stood out in the speech of the collectors, when we consider the work of scavenging recyclable materials – a socially devalued job, that causes stigma and disrespect - and how it provides to collectors a degenerated and ambiguous identity: consumption is motivated by the desire for recognition, status and social visibility, i.e., the consumption strengthening identities. In this case, consumption can be the conspicuous type, because there is need for exposure of objects, characterized by feelings of pride and power, aiming positivity and recognition of the work of scavengers and of themselves as collectors.

Keywords: recyclable material collectors. social invisibility. *habitus* precarious. constitution of identities. consumption for recognition.

NASCIMENTO, J. B. **Les "ânes sans queue" dans la société de consommation: invisibilité, la consommation ostentatoire et la reconnaissance.** Campina Grande, 2012. 224 p. Thèse de Doctorat - Programme D'études Supérieures en Sciences Sociales, Université fédérale de Campina Grande.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette thèse est d'analyser les motivations qui guident les pratiques de consommation des collecteurs de matières recyclables, compte tenu des contraintes d'un travail mal rémunéré et socialement disqualifié, ce qui provoque des processus de stigmatisation et de l'invisibilité sociale. La collecte des données a été menée dans deux domaines de recherche: les coopératives COTRAMARE (coopératives de travailleurs en matière recyclable de Campina Grande) et CATAMAIS (Coopérative des collecteurs de matières recyclables de Campina Grande Ltda), tous deux situés à Campina Grande - PB. Nous avons effectué une analyse comparative entre le travail de collecte des ordures à la décharge et dans les rues de Campina Grande – PB, puis sur le travail dans les coopératives, en particulier, à travers la "collecte sélective solidaire" en soulignant les points forts et les faiblesses relatives à différents des espaces pour l'exercice de cette fonction. Nous avons problématisé le travail des collecteurs de matières recyclables et sa relation avec les processus de stigmatisation et de l'invisibilité sociale, notant qu'il n'y a pas d'incorporation de pré-conditions pour la reconnaissance sociale, en raison d'une socialisation précaire, ce qui empêche les collecteurs de se sentir fiers de leur travail. Enfin, nous avons étudié la formation de l'identité des collecteurs dans la sphère de la consommation, en soulignant l'importance du travail dans l'établissement de leur identité. Les résultats de l'enquête nous ont montré que, malgré les difficultés financières rencontrées par eux, ils sont des consommateurs très actifs, en tenant compte l'importance des pratiques de consommation, principalement parce que c'est une façon de les définir et de s'identifier. Nous avons aussi vérifié l'existence d'une multiplicité de motivations que les collecteurs puissent vouloir consommer. Cependant, une raison en particulier se distingue dans les discours, la consommation est motivée surtout par le désir de visibilité, de reconnaissance, le statut et sociale; ce qui renforce l'opposition aux problèmes inhérents à un travail socialement dévalorisé, les causes de la stigmatisation et le mépris - et comment il fournit aux collecteurs, une identité gâtée et ambiguës. Ainsi, la consommation doit être remarquable, car il y a nécessité pour l'exposition d'objets, caractérisé par des sentiments de fierté et de puissance, une reconnaissance objective et positive du travail des collecteurs.

Mots-Clés: les collecteurs de matières recyclables. invisibilité sociale. *habitus* précaires. constitution des identités. la consommation pour la reconnaissance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BVCE – Benefício Variável de Caráter Extraordinário
BVJ – Benefício Variável Vinculado ao Adolescente
CAD – Colégio Alfredo Dantas
CATAMAIS – Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande Ltda
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
CENTRAC – Centro de Ação Cultural
CESREI – Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAR – Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária
COTRAMARE – Cooperativa de Trabalhadores em Materiais Recicláveis de Campina Grande
GAPO – Grupo de Apoio ao Paciente Oncológico
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFRAERO – Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
INSA – Instituto Nacional do Semiárido
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PBF – Programa Bolsa Família
PMCG – Prefeitura Municipal de Campina Grande
PNSB – Pesquisa Nacional sobre Saneamento Básico
PNUMA – Programa da ONU para o Meio Ambiente
PROCON – Procuradoria do Consumidor
PROEAC – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
SNIS – Dados do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UNITRABALHO – Fundação Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho

SUMÁRIO

PREÂMBULO – TERRENOS DE ORIGEM DO ESTUDO.....	13
APRESENTAÇÃO.....	21
CAPÍTULO I- CONSUMISMO, LIXO E O CATADOR DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....	32
CONSUMISMO E AUMENTO DA PRODUÇÃO DE LIXO.....	45
VIVENDO DO “LIXO”.....	52
A Catação no Lixão Municipal e nas Ruas da Cidade.....	56
A Coleta Seletiva Solidária na COTRAMARE e na CATAMAIS.....	64
CAPÍTULO II- (NÃO) RECONHECIMENTO E SUBCIDADANIA: AS EXPRESSÕES DE ESTIGMATIZAÇÃO E (IN)VISIBILIDADE SOCIAL EXPERIENCIADAS PELOS CATADORES.....	88
O <i>HABITUS</i> PRECÁRIO DOS CATADORES.....	101
ESTIGMATIZAÇÃO E PROCESSOS DE (IN)VISIBILIDADE SOCIAL....	116
Exemplos de Humilhação Social Sofrida.....	127
CAPÍTULO III- TRABALHO, CONSUMO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES.....	143
AS PRÁTICAS DE CONSUMO COMO ESPAÇO DE CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES.....	148
OS CATADORES NA “SOCIEDADE DE CONSUMO”.....	156
CAPÍTULO IV- CONSUMO, LOGO SOU VISTO!.....	173
O CONSUMO DOS GRUPOS DE BAIXA RENDA: O CASO DOS CATADORES.....	175
O RECONHECIMENTO DO TRABALHO DE CATADOR A PARTIR DAS PRÁTICAS DE CONSUMO.....	185

Ostentando Objetos Novos.....	200
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210
REFERÊNCIAS.....	216

APÊNDICES

- ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

PREÂMBULO – TERRENOS DE ORIGEM DO ESTUDO

Início o texto com algo que poderíamos denominar de “sessão nostalgia”. Nostalgia de certas, digamos, “pérolas” das propagandas brasileiras. São comerciais que ficaram gravados na memória de milhões de espectadores. Como por exemplo, mesmo detestando chocolate, é quase impossível esquecer um clássico da propaganda no Brasil: a do chocolate Baton, da marca Garoto.

O comercial do referido chocolate, criado e veiculado em 1992 pela W/Brasil, tinha como protagonista uma menina usando roupão, com sua cabeça “embrulhada” em uma toalha, que falava – usando o tom de voz “doce” de uma criança – o seguinte:

Minha amiga dona de casa: olhe fixamente esse delicioso chocolate.¹ Toda vez que a senhora sair com seu filho vai ouvir a minha voz dizendo: compre Baton, compre Baton, seu filho merece Baton. Agora a senhora vai acordar,² mas vai continuar ouvindo a minha voz: compre Baton, compre Baton, coooooooooooooooooompre Baton...

Tal propaganda hipnótica, onde aparecia a referida menininha com um pêndulo de Baton hipnotizando quem estava do outro lado da tela da TV, ou brincando de hipnotizar os pais objetivando fazê-los comprar o chocolate para seus filhos, permanece na memória de muita gente, especialmente devido ao grande apelo mercadológico que gerou na época.³ O *slogan* era o seguinte: “Baton, o chocolate da Garoto que não sai da boca e nem da cabeça!!”

É interessante mencionar aqui que desde que decidimos enveredar nos estudos sobre consumo e consumismo a lembrança da referida propaganda teima em permanecer presente quando refletimos sobre a “sociedade de consumo”. Parece que estamos sempre ouvindo (ou vendo), quando folheamos uma revista, jornal, assistimos televisão, ou até “passeamos” nos *sites* de relacionamento (redes sociais) disponíveis na internet, não apenas o tal “ooooooooooooooooompre Baton”, mas “observando” “compre isso, coooooooooompre aquilo. Comprando isso ou aquilo você será mais notado, mais belo, terá uma vida mais fácil, sedutora, saudável, divertida etc.”.

¹ A menininha balança um chocolate Batom de um lado para o outro amarrado num barbante, como se fosse um pêndulo hipnotizante.

² Ela estala os dedos.

³ Talvez esse tipo de propaganda, atualmente, não fosse aprovada pelo CONAR (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária), por utilizar recursos para suposta manipulação do consumidor.

Podemos relembrar outros “mantras” e/ou mensagens, um *slogan*, *jingle*, etc., que teimam em permanecer em nossa memória, veiculados pelas propagandas, que objetivavam, também, “incitar” o consumidor a comprar. Temos o clássico “*Não esqueça a minha Caloi*”, das bicicletas Caloi, veiculado do final dos anos 70 e início dos anos 80; “*Tomou Doril, a dor sumiu!*”, do analgésico Doril; “*1001 utilidades*”, da esponja de lã de aço Bombril; “*Vale por um bifinho*”, clássica chamada do iogurte Danoninho; “*A verdadeira maionese*”, da Helmann's; “*Bonita camisa, Fernandinho*”, dos comerciais dos anos 80 das camisas sociais USTop; “*Sempre cabe mais um quando se usa Rexona*”, do desodorante Rexona; “*O primeiro sutiã a gente nunca esquece*”, da lingerie Valisére; “*O bichinho do rhan-rhan pegou você?*”, das pastilhas Vick etc., etc. E quem não lembra do comercial dos cotonetes Johnson & Johnson, produzido pela agência de publicidade Start Anima, onde um homenzinho azul brincava de rebolar, dançar com uma toalha, fazendo *strep tease* etc., ou do comercial “*Aquarela*” da Faber-Castell, ao som do sucesso “*Aquarela*” do compositor Toquinho?⁴

Após a “sessão nostálgica” confesso que a melhor maneira de apresentar este estudo é registrar aqui, já no seu início, os propósitos que nos motivou a fazê-lo. Obviamente, não quero elencar listas cuidadosamente organizadas de trajetórias percorridas, mas deixar a pessoa que tem nas mãos este texto às inquietações que serão apresentadas aqui e que se sobressaíram na elaboração desta Tese de Doutorado.

Inicialmente, a minha participação em meados de 2009 no Grupo de Pesquisa Mídia, Cultura e Consumo, tendo como líderes os professores Anderson Moebus Retondar (meu orientador de doutoramento) e Maria Otilia Storni, ambos da Universidade Federal da Paraíba, deu o ponta pé inicial na construção do meu objeto de estudo. E saibam que foram poucos os encontros, mas suficientes para fazer com que eu abandonasse o meu projeto inicial de pesquisa que foi submetido à seleção de alunos para doutorado – turma 2008 – do Programa de Pós Graduação em Ciência Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

No grupo de pesquisa, discutindo textos sobre teorias do consumo um, em particular, chamou-me muita atenção, levando-me, posso assim dizer, a sentir uma espécie de paixão à primeira vista em relação a uma temática que até então era quase que totalmente desconhecida por mim: sobre consumo, consumismo e “sociedade de

⁴ Se essas propagandas conseguem ou não “instigar” os consumidores a comprar algo, isso é outra questão a ser discutida.

consumo”. O texto em questão, de autoria de Collin Campbell, tem como título “A Ética Romântica e o Espírito do Consumismo Moderno”. Aqui Campbell (2001) apresenta uma estreita relação entre o comportamento do consumidor contemporâneo e o movimento romântico do século XVIII. Seguindo os caminhos de Weber, que associou o protestantismo ao capitalismo, Campbell, associando romantismo ao consumismo moderno, desconstruiu as teorias econômicas que tentam explicar as origens da compulsão pelas compras.

A partir daí passei praticamente um semestre lendo e refletindo textos como “A Felicidade Paradoxal: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo” de Gilles Lipovetsky, “O Mundo dos Bens: para uma antropologia do consumo” de Mary Douglas e Baron Isherwood, “A Distinção” de Pierre Bourdieu, “A Sociedade de Consumo” de Jean Baudrillard, “Consumidores e Cidadãos” de Nértor Garcia Canclini, “Cultura & Consumo” de Grant McCracken, “Vida Para Consumo” de Zygmunt Bauman, “Sociedade de Consumo” de Livia Barbosa, “Teoria das Compras: o que orienta as escolhas dos consumidores” de Daniel Miller etc.

Obviamente, as problematizações possíveis a partir da leitura dos textos citados acima incidiram, inicialmente, nas reflexões sobre as minhas próprias práticas de consumo. Passei a meditar, em momentos também nostálgicos, sobre as minhas escolhas enquanto consumidora. Então, lembrei de quando era uma menina, magrela e sem graça, irmã de outra menina, bonita e encantadora, que sempre escolhia os vestidos a partir da hipotética capacidade dos mesmos em chamar atenção, bastante atenção. Minha irmã, a que eu acreditava ser bela e encantadora, não precisava, digamos, de recursos artificiais para chamar atenção. Eu, o suposto “patinho feio”, recorria ao vestuário, àquilo que minha mãe considerava “exagerado”, até feio, para me tornar um ser visível, observável, talvez interessante. Quanto mais esquisita a indumentária, mais atraente eu achava a mesma, e passava a desejá-la, a querer vesti-la, como uma possibilidade de ser diferente e chamar atenção. Lembro-me das discussões no interior das lojas entre minha mãe e eu: eu querendo aquele vestido azul marinho, “exageradamente” bordado, enfeitado, ou aquele outro vestido possuindo várias pontas na saia, cor de laranja, e com desenhos brancos de letras japonesas enormes estampados no tecido, e minha mãe escolhendo um vestido mais “delicado”, simples, *clean*. A tentativa de construir consensos era sempre dramática, pois minha mãe era quem tinha dinheiro para pagar os vestidos. Seria, portanto, estratégias minha de diferenciação? Tentativa de visibilidade?

Posteriormente, passei a refletir sobre as minhas escolhas em relação aos objetos, móveis etc., ou seja, aquilo que distingue o meu ambiente de moradia. Numa estante se enxerga um mini *toy art*⁵ no formato de gêmeas siamesas (uma boneca com duas cabeças, um tronco, dois braços e três pernas); um boneco de pelúcia em formato de gorila, exposto em cima das almofadas, que pode ser despido e transformado numa mulher de biquíni (é a Tonga, uma releitura da Monga, a mulher que se transforma em gorila, atração muito comum nos circos); a boneca Vasilisa,⁶ bem guardada e escondida em uma linda caixa vermelha, da coleção *Re-Imagination*, da *Tonner Dolls*, uma adaptação da Chapeuzinho Vermelho; bonecos da Mulher Maravilha, *Bat Girl* e Mulher Gato; a noiva cadáver e seu noivo Victor; um pôster emoldurado assinado por Lúcio Carvalho, um renomado artista plástico brasileiro; um quadrinho mostrando uma réplica de uma das criações digitais do artista londrino Ray Caesar; uma base de mesa de *desing* retrô, assinada pelo casal de *designers* norte-americanos Charles Eames e Ray Eames etc., etc. Esses objetos, dos quais sou totalmente seduzida por eles, são constantemente “merecedores” de mimos, cuidados e ciúmes, fora a carga lúdica, imaginativa e de beleza, ou estranheza, que cerca cada um deles, fazendo com que eu me delicie, algumas vezes, com a contemplação, toque e exposição (apenas de alguns) desses meus objetos de desejo.⁷

Como explicar essas minhas práticas de consumo? Como tais práticas dizem respeito a minha identidade de consumidora? Poderia dizer que as minhas escolhas de consumo seriam determinadas por um determinado *habitus*, numa perspectiva bourdieusiana (2008), tendo relação com características de classe, como grau de instrução ou origem social?⁸ Seriam sustentadas pela lógica da posição social e das competições por

⁵ Conceito surgido no Japão nos anos 90 que diz respeito a um tipo de manifestação contemporânea que se apropria de brinquedos que mescla arte e *desing* (geralmente para adultos e adolescentes, usados para contemplação e/ou exposição e não para brincar: é um brinquedo de arte).

⁶ São vendidas em edição limitada.

⁷ Nesse caso aqui, não há o desejo de revigorar esses objetos, substituí-los. Eles devem ser permanentes, quase estáticos, estáveis, e não instáveis. Já no caso do consumo de roupas elas sempre são descartadas, “enjoadas”, trocadas, renovadas.

⁸ Sou filha de pai analfabeto e mãe analfabeta funcional; passei minha infância, adolescência, até a idade adulta, residindo em um bairro considerado pobre. Meus pais nunca me incentivaram nos estudos, e estudei a maior parte da minha vida em escolas públicas precárias. Fui à praia a primeira vez quando estava com treze, quatorze anos, de idade. Da mesma forma frequentei o cinema pela primeira vez quando já era adolescente e o teatro quando tinha quase dezoito anos. No entanto, quando criança, desejava seguir a carreira de bailarina clássica (sonhava em ser a bailarina principal do “Lago dos Cisnes”, um [balé dramático](#), em quatro atos, do [compositor russo Tchaikovsky](#)). Pouco tempo depois me interessei por estudos de ufologia, depois por literatura considerada maldita, como a do Marquês de Sade. Hoje curto o estilo “bizarro” e as músicas da cantora *pop star* Lady Gaga, mas desde a minha adolescência gosto de ópera e de música clássica. Aliás, sempre fui considerada pelo meu grupo social, no caso amigos e colegas da escola, e minha família, uma pessoa de “gostos estranhos”. Aqui poderia ser um exemplo de que os gostos e conseqüente consumo de bens culturais e mercadorias de um indivíduo não podem ser determinados apenas em função de seu grupo ou

status? Eu quero exibir uma condição, classificar-me e ser superior em uma hierarquia de signos concorrentes, ou seja, tenho pretensão à apropriação de signos diferenciais, a partir de uma leitura de Baudrillard (1995)? Ou desejo os objetos apenas em razão dos benefícios subjetivos e emocionais que eles proporcionam? Desta forma meu consumo por objetos, poderíamos dizer, até raros, não massificados, ou populares, serviriam para confirmar meu valor aos meus próprios olhos?

Lipovetsky (2007), sobre o assunto, afirma que na atualidade “a mania pelas marcas alimenta-se do desejo narcísico de gozar do sentimento íntimo de ser uma “pessoa de qualidade”, de se comparar vantajosamente com os outros, de ser diferente da massa” (p. 48). Nesse sentido, não tenho gosto ou atração pela marca, mas pela raridade, o diferente, o de *desing* (aqui poderíamos dizer que é marca?), ou seja: aquilo que se diferencia do que é massificado. Mas essa minha “inclinação” pelo diferente é uma forma de me sentir, realmente, uma pessoa de “qualidade”, talvez autêntica. Eu não quero impressionar as pessoas ou provocar inveja aos outros, mas confirmar o meu valor de mim para mim mesma. Certo? Em parte...

Quando convido as pessoas para frequentarem o meu espaço de moradia desejo que elas percebam o quanto sou uma pessoa de qualidade, autêntica, que se impressionem com o meu gosto e estilo estampados e/ou visíveis nos objetos expostos e escolhidos por mim. Não desejo exibir riqueza ou posição (que não possuo, obviamente), mas apresentar eu mesma, ou o quanto sou especial, por não ser banal, comum. Não estaria aqui, também, significando-me como uma mercadoria de distinção positiva? Isso não seria “*fetichismo da subjetividade*”? Um investimento em mim mesma através das práticas de consumo?

O “*fetichismo da subjetividade*” é uma ideia formulada por Bauman (2008). Para ele, na maioria das descrições sobre a prática de consumo, os consumidores são colocados fora do universo de seus potenciais objetos de consumo, ou seja:

Na maioria das descrições, o mundo formado e sustentado pela sociedade de consumidores fica claramente dividido entre as *coisas a serem escolhidas* e os *que as escolhem*; as mercadorias e seus consumidores: as coisas a serem consumidas e os seres humanos que as consomem. Contudo, a sociedade de consumidores é o que é precisamente por não ser nada desse tipo. O que separa de outras espécies de sociedade é exatamente o embaçamento e, em última instância, a eliminação das divisões citadas acima. (p. 20) (Grifos do autor)

origem social? Obviamente, nenhum membro da minha família conhece o “Bolero de Ravel” ou a cantata profana “Carmina Burana”, as óperas “Tosca”, “La Gioconda”, “As Bodas de Fígaro” etc., mas eu, não sei como e quando, tive acesso a esse tipo de “diversão” que me agrada até hoje.

Bauman (2008) propõe que na sociedade de consumidores ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, “e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável” (p. 20). Ora, nesse caso, a característica mais saliente de tal sociedade – mesmo que disfarçada e encoberta – é a transformação dos consumidores em mercadorias.

Retondar (2009) afirma que o sujeito e o objeto, nesse caso, se diluem numa fusão que impossibilita a dialética do sujeito-objeto em favor da fusão do sujeito no objeto. É aqui que há a mercantilização das experiências; a vida é pensada como um bem negociável no mercado. Porém, como a vivência dessas experiências (mercantilizadas) é vista como expressão do sujeito e de sua identidade, ocorre o que Bauman (2008) denomina, recuperando a ideia de fetichismo de Marx e articulando-a a dinâmica da sociedade de consumidores, de fetichismo da subjetividade.

Ao apresentar as escolhas do consumidor como sendo autônomas e constitutivas de sua subjetividade, a lógica da sociedade de consumidores acaba encobrindo a condição dele próprio ser, também, objeto de todo o processo. O fetichismo da subjetividade, neste caso, produz a separação daquilo que já não mais se separa. É um mascaramento que se dá pelo viés da subjetividade. (RETONDAR, 2009; BAUMAN, 2008)

Analisando, especificamente, as minhas práticas de consumo, posso constatar que minhas escolhas revelam o meu gosto, é uma forma de exteriorizar aquilo que aprecio, que me seduz, sendo, assim, um consumo individual, experiencial, pois é realizado de mim para mim mesma, para agradar apenas a mim mesma. Porém, ao mesmo tempo, se desejo que outras pessoas se sintam impressionadas com algumas das minhas escolhas, de certa forma tornando-as visíveis (não seria aqui caso de ostentação,⁹ de consumo também para o outro e não apenas para mim mesma?), e há um investimento no consumo para que isso seja possível (e, obviamente, um investimento também em mim mesma), creio que aqui também sou uma “mercadoria”,¹⁰ revelando a minha condição de ser sujeito e objeto, simultaneamente, nas práticas de consumo. Mas é imprescindível destacar aqui que, neste processo, se as minhas escolhas não agradarem ou se forem alvos de críticas daqueles que possam vê-las, constatará-las, mesmo assim a minha opinião, o meu gosto e estilo serão

⁹ Aqui o consumo ostensivo ficaria restrito ao espaço privado, direcionado aos amigos íntimos, e não ao espaço público.

¹⁰ É o que Bauman (2008) fala da necessidade que os consumidores possuem de se “comodificarem”, “de se transformarem em mercadorias atraentes – e pressionados a exhibir todos os estratagemas e expedientes usuais da prática de marketing para esse propósito”. (p. 142)

preservados. Entre agradar a mim e aos outros, com certeza, prefiro causar satisfação, contentamento, a mim mesma.¹¹

Constatarei, finalmente, que as minhas práticas de consumo podem ser direcionadas/motivadas por vários fatores. Mas é exatamente o ingrediente “romântico” dos meus devaneios autoilusivos, presente naquilo que Campbell (2001) denomina de hedonismo moderno e/ou hedonismo mentalístico, proporcionando gratificações pessoais antecipadas através da imaginação, que orientam, majoritariamente, as minhas compras, o meu consumo, ou apenas o desejo de adquirir as mercadorias. Como exemplo, posso, neste exato momento, a partir do devaneio autoilusivo, pensar em proporcionar um *up* no meu apartamento, pois imagino eu mesma inserida em um espaço organizado entre o moderno e o *vintage*, também colorido, ousado, e como seria gratificante tê-lo. Conferindo *sites* de lojas virtuais encontrei uma que é a minha cara: a “Oppa”, uma loja direcionada para atender os “apaixonados por *design*”, que objetiva levar o *design* para todos a partir dos preços “justos” cobrados pela aquisição das mercadorias. Lá encontrei um *buffet* com pés roxos e imediatamente imagino onde colocaria o mesmo. Pensei até em comprar um pôster do Thiago Verdeee na Urban Arts, um jovem artista plástico de João Pessoa, para colocá-lo logo acima do tal *buffet*. Sonhando acordada, imagino o ambiente com o novo *buffet*, o novo quadro, uma nova vista, mais bonito, interessante, agradável, principalmente para mim mesma...; ou até imagino bem antes disso, o *buffet* sendo entregue na portaria do prédio, meu namorado montando o mesmo e comentando o quanto o *buffet* é bonito e autêntico, o pôster chegando, depois escolhendo uma moldura, na cor branca, ou amarela, ou outra cor... Talvez nunca venha a adquiri-los; talvez sim... O que importa é o prazer imaginativo que a imagem dos produtos empresta, oferecendo os mesmos uma possibilidade de realizar o desejo imaginado, e por isso essa fantasia é convincente.

Certamente que todo esse contexto de análise de mim mesma enquanto consumidora permitiu “ensaiar” na prática e/ou refletir as diferentes explicações (teorias) existentes que problematizam o consumo contemporâneo ou a “sociedade de consumo”.

¹¹ Mas há um tipo de compra que leva em consideração o outro, as relações, principalmente, de parentesco: a compra daquele tipo de mercadoria para abastecimento rotineiro do lar. No meu caso, as compras de supermercado nunca são para agradar apenas a mim mesma. Se estou acompanhada ou vou receber alguém em minha casa, como amigos, familiares ou o meu namorado, seleciono produtos pensando em agradá-los ou no gosto de cada um deles. Um vinho que agradará meu amigo antropólogo, uma caixa de chocolate para meu namorado “chocolatra” (nesse caso será, como diz Miller (2002), um “presentinho”, um pequeno prazer dirigido ao meu namorado no momento das compras de supermercado. Muitas vezes o “presentinho” é autoconcedido), um peixe para minha mãe etc., etc.

Foram as mesmas interrogações possíveis a partir das leituras dos textos anteriormente citados, motivadoras, posteriormente, dos questionamentos em relação aos meus atos de consumo, que possibilitou o delineamento dos temas chave que nortearam as entrevistas realizadas junto aos catadores de materiais recicláveis, os sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, o que poderia motivar o consumo dos catadores? Será que há uma relação entre as suas práticas de consumo e o seu trabalho realizado? Um trabalho, supostamente, desvalorizado socialmente?

Consideramos marcantes nas entrevistas as provocações expressas por nós com o intuito de instigar os catadores a discursar sobre o seu trabalho de catador e as suas práticas e sentidos de consumo de forma mais detalhada. Não queríamos apenas respostas vagas e objetivas, mas também gestos, olhares sonhadores, risos de sarcasmo, ou de alegria, brilho nos olhos, as frustrações, revoltas, devaneios etc. Foi bastante gratificante, por exemplo, perceber um catador “desenhando” – gesticulando com os braços, usando suas mãos – de forma imaginativa os contornos de sua casa que ele sonha aumentar com os ganhos conseguidos a partir de seu trabalho de catador. Era uma casa ainda invisível, porém, tão sonhada e desejada, ganhando contornos no espaço do galpão da cooperativa.

A seguir, conseqüentemente, apresentaremos os resultados desta investigação, sempre perscrutando sobre essas leituras, trazendo-as, movendo-as, comparando-as, talvez, provocando-as, no sentido de fazê-las incidir na construção e problematização do objeto de estudo, bem como na análise das falas dos catadores.

APRESENTAÇÃO

“O consumo serve para pensar”. Este é o título de um dos capítulos do livro “Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização” de Canclini (2008). Nele o autor, diferentemente daquelas ideias que associam as práticas consumistas a compulsões irracionais e gastos inúteis, e os processos de consumo vinculados a uma relação entre “meios manipuladores e dóceis audiências”¹² (2008, p. 60), define o consumo como “o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos” (id). A partir dessa significação do consumo, Canclini constata que é possível enxergar “os atos pelos quais consumimos como algo mais do que simples exercícios de gostos, caprichos e compras irrefletidas, segundo os julgamentos moralistas, ou atitudes” meramente “individuais, tal como costumam ser explicados pelas pesquisas de mercado” (id). É preciso, então, investigar: o que significa consumir numa sociedade considerada “sociedade de consumo”? Mais precisamente, o que significa consumir para um grupo que mal possui condições financeiras – um grupo de baixa renda – para o consumo das necessidades básicas de sobrevivência?

Foi pensando nesses grupos populares que não são considerados consumidores em potencial que começamos a refletir sobre o que motivaria o consumo dos mesmos, sem considerar suas necessidades meramente de sobrevivência. É a partir deste ponto, levando em consideração que apresentamos um grupo social que sobrevive da catação (ou coleta) daquilo que é “lixo” para a maioria das pessoas, e que o aumento estrondoso da quantidade de “lixo” na contemporaneidade é também resultado direto do desenfreado consumo da população e conseqüente descarte dos resíduos, que decidimos investigar o universo de consumo dos catadores de materiais recicláveis. Ora, nada mais pertinente do que problematizarmos as práticas e sentidos de consumo daqueles que vivem dos “restos” de consumo dos outros e que, supostamente, têm o seu próprio consumo limitado pelo fato de exercerem um tipo de trabalho que não gera bons rendimentos.

No nosso caso, especificamente, a escolha do universo de catadores de “lixo” (material) reciclável surgiu, inicialmente, a partir de minha participação, em 2009, como convidada examinadora numa banca de avaliação de monografia de conclusão do Curso de

¹² Conforme Canclini (2008, p. 60) muitos estudos sobre comunicação de massa evidenciam que a hegemonia cultural não se realiza por meio de ações verticais, “nas quais os dominadores capturariam os receptores: entre uns e outros se reconhecem mediadores, com a família, o bairro e o grupo de trabalho”. Desse modo, aquela concepção que vinculava aqueles que criavam e emitiam mensagens com aqueles que simplesmente as recebiam como relações, unicamente, de dominação, foram refletidas e desconstruídas.

Serviço Social, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O trabalho intitulado “Gênero e Invisibilidade Social entre Catadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande – PB” apresentava um estudo que mostrava apenas a situação de vítima, pobreza, exclusão e invisibilidade social sofrida pelos catadores sujeitos da pesquisa, especificamente no caso das mulheres catadoras, que seriam duplamente excluídas: pelas condições e tipo de trabalho desenvolvido e pelo machismo proveniente e/ou legitimado a partir da divisão sexual do trabalho.¹³ No momento da leitura da referida monografia refleti se não existiria possibilidade desse grupo, segundo a pesquisadora, tão vítima da sociedade e do capitalismo, apresentar alguns momentos de mobilização, ou resistência, contra esta situação excludente.

Na época, então, estava elaborando o projeto de pesquisa de doutoramento cuja temática deveria estar circunscrita no consumo e na “sociedade de consumo”, e, quase como um *insight*, a ideia de desenvolver um estudo junto aos catadores de materiais recicláveis apareceu como sendo “perfeita”, no sentido que se espera que tal grupo, por sua condição precária de renda, quando consomem e/ou compram algo as suas escolhas pautavam-se apenas em função da escassez de bens materiais e, por uma razão prática, a ação motivadora seria a busca pela sobrevivência, procurando sempre o menor gasto com produtos considerados adequados às suas restritas condições financeiras. Aqui as práticas de consumo não passariam de negociações puramente objetivas.

Os nossos catadores de materiais recicláveis, parte do “*refugio humano*”, termo de Bauman (2005a), ou da “*ralé estrutural*”, colocado por Souza (2003a, 2003b, 2006), têm a profissão de catação desvalorizada pelo fato da mesma “oferecer” muito pouco em relação à remuneração.¹⁴ É trabalho braçal, desvalorizado, que não se escolhe, mas que se exerce porque é o jeito, porque não se conseguiu outro.

É nesse sentido que a escolha do universo de catadores de “lixo” (material) reciclável deu-se não apenas por sua condição precária de renda e trabalho, mas, também, pela invisibilidade e não reconhecimento social proveniente do tipo de trabalho desenvolvido que poderia refletir em suas práticas de consumo de duas formas: primeiro, por não terem rendimentos suficientes para consumir tornam-se “duplamente” invisíveis

¹³ Em situações que devem se submeter a dupla e até tripla jornada de trabalho.

¹⁴ O interessante aqui é que quase todos os entrevistados catadores falaram que gosta do trabalho realizado na catação, sentem orgulho, etc., etc., mas quando foi perguntado se poderiam substituí-lo caso outro tipo de trabalho surgisse para os mesmos, todos responderam que sim, principalmente se esse “novo” trabalho oferecesse carteira assinada e fosse mais valorizado, digno.

(pelo trabalho desqualificado socialmente e pela incapacidade de desempenhar o papel de consumidor).

Sobre o segundo processo de invisibilidade, Bauman (1999) argumenta que na sociedade de consumo é preciso engajar as pessoas pela condição de consumidores, ou seja: “a maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para seus membros é a da capacidade e vontade de desempenhar esse papel”. (p. 88)

Segundo Bauman (1999), o desejo de um consumidor ideal na “sociedade de consumo” é o desejo que deseja o desejo, não à satisfação do mesmo. Os consumidores “vivem de atração em atração, de tentação em tentação, (...) – sendo cada atração, tentação, (...) uma coisa nova, diferente e mais atraente que a anterior” (p. 92). Torna-se uma compulsão consumir, mas essa compulsão pode ser vista como um livre exercício da vontade, mas, segundo Bauman, não é, pois se torna quase impossível de viver a vida de qualquer outra forma. “Uma coisa que mesmo os mais experimentados e perspicazes mestres da arte da opção não escolhem e não podem escolher é a sociedade onde nascem (...)”. (p. 93)

Toda pessoa, assim, pode ser lançada na moda do consumo, pode ser seduzida por ela, pode desejar, inclusive, ser um consumidor e até “aproveitar as oportunidades que esse modo de vida oferece”, porém, “nem todo mundo *pode* ser um consumidor” (BAUMAN, 1999, p. 94) (Grifo do autor). Então, apenas desejar não é suficiente. “Para tornar o desejo realmente desejável e assim extrair prazer do desejo, deve-se ter uma esperança racional de chegar mais perto do objeto desejado”, porém, “todos nós estamos condenados à vida de opções,¹⁵ mas nem todos temos os meios de ser optantes” (id), ou nem todas as pessoas podem ser consumidoras: “uma maioria sem trabalho e empobrecida”. (ibid, p. 98)

Bauman (1999) apresenta aqueles que não podem seguir à norma do consumo como sendo os estigmatizados, os que vivem numa cultura dos ricos, no mundo ideado para os ricos, mas que o potencial reduzido de consumo, pela limitação, obviamente, dos seus recursos para consumir, os levam ao tédio, angústia: é um consumidor frustrado. Ele não tem como desempenhar o seu principal papel (a norma da “sociedade de consumo”): o de consumidor.

¹⁵ “Os pobres não habitam uma cultura separada dos ricos (...). Eles têm que viver no mesmo mundo ideado em benefício dos que têm dinheiro”. (SEABROOK *apud* BAUMAN, 1999, p. 104)

Caso exista um grande pesadelo da sociedade hiperconsumista ele é detectado na privação das condições materiais, no desencorajamento pelas restrições, no consumo mínimo de milhões de pessoas, enquanto o seu cotidiano continua a ser bombardeado com solicitações sedutoras. O inferno, segundo Lipovetsky (2007), seria o subconsumo das populações frágeis no seio de uma sociedade hiperconsumidora. “Os novos “desfiliados” surgem em uma sociedade que, mesmo sendo extremamente desigual, não é por isso, ao mesmo tempo” (p. 191), menos incentivadora do consumo.

Partindo-se desse pressuposto, a inserção do indivíduo na vida social também estaria fortemente relacionada com a sua condição financeira, tornando-se visíveis socialmente apenas os inseridos no restrito mercado de trabalho, uma vez que poderão lançar-se no mercado enquanto consumidores.

Segundo, ao contrário do que foi exposto no parágrafo anterior, hipoteticamente podemos imaginar que os rendimentos restritos dos catadores de materiais recicláveis, em alguns momentos, poderão ser utilizados para o consumo de bens que irão fazê-los notados e/ou visíveis/reconhecidos socialmente, principalmente como resposta à estigmatização/desqualificação social do trabalho desenvolvido pelos mesmos.

Ora, apesar da pouca renda conseguida no trabalho, não podemos colocá-los como totalmente excluídos do processo de consumo, pois são capazes de desempenharem o papel de consumidores, apesar do modo limitado. Acreditamos que mesmo experienciando um ambiente de extrema carência material, esses indivíduos desenvolvem estratégias que priorizem a compra de produtos com o propósito de garantir uma gratificação pessoal (que pode ser de si para si mesmo e/ou até para exibir ao outro) e não apenas garantir as necessidades básicas de sobrevivência.

É imprescindível qualificarmos esses consumidores por outra perspectiva e não apenas a partir da lógica utilitarista da sobrevivência e carência material. Os consumidores com menos poder aquisitivo, presumimos, também processam suas escolhas e hierarquizam suas opções em termos de uma escala de valores, assim como os consumidores de outros estratos sociais. O consumo, na “sociedade de consumo”, pode criar sentido para qualquer vida, independentemente da quantidade de recursos disponível para a prática do consumo. Mesmo não tendo quase nenhum poder para o consumo,¹⁶ os

¹⁶ É interessante aqui apontar a dificuldade de se definir o que seria um “poder” de consumo ideal e/ou suficiente, na mesma forma que é complicado definir o que é pobreza. Sobre isso, Douglas enfatiza que é ilusório uma definição de pobreza que seja válida para todas as culturas. Como exemplo, Douglas afirma que “aqueles que ocupam os níveis mais baixos da sociedade na Grã-Bretanha contemporânea desfrutam um padrão de vida um tanto mais alto do que o dos mais pobres na sociedade vitoriana há cem anos, e muito

catadores de materiais recicláveis têm aspirações de consumo, e/ou consomem de acordo (e até o contrário) com suas condições de compra. Nesse sentido, “a pobreza é uma categoria relativa que não pode ser reduzida a um único eixo de classificação: o da carência material”. (SARTI *apud* BARROS, 2007, p. 110)

Outro ponto que gostaríamos de deixar registrado aqui é que não desejamos apresentar um estudo sobre o consumo pautado apenas nas carências e ausências vivenciados por determinados grupos sociais, mas enfatizar como o consumo pode ser importante para os catadores de materiais recicláveis, qual o significado do consumo em suas vidas, como o mesmo pode indicar melhorias no padrão de vida, satisfação pessoal e emocional, ou até como modo de aquisição de *status*, visibilidade, reconhecimento e prestígio social.

A partir do exposto, então, enquanto problemática de investigação, temos a seguinte questão: o que motiva as práticas de consumo dos catadores de materiais recicláveis, levando em consideração o poder de consumo supostamente restrito dos mesmos em consequência da realização de um trabalho mal remunerado e desqualificado socialmente, causador, também, de processos de estigmatização, não reconhecimento e invisibilidade social experienciados por eles?

Enquanto objetivos, buscamos: delinear, a partir da técnica de histórias de vida, as experiências dos sujeitos investigados enquanto catadores de materiais recicláveis; identificar em suas narrativas processos vivenciados de estigmatização, invisibilidade e não reconhecimento social; identificar as apropriações e os efeitos, por parte do catador cooperado, de uma identidade relacionada ao trabalho de catador, numa experiência em que a situação social, supostamente, encontra-se desfavorável às condições normalmente necessárias à vivência do respeito e do reconhecimento social; verificar se as prioridades físicas, ou seja, os bens necessários à subsistência, são as únicas prioridades presentes nas práticas de consumo dos catadores e, caso não sejam, detectar as motivações e os significados das práticas de consumo para o grupo de catadores; investigar como a construção da identidade a partir do trabalho de catação de materiais recicláveis e a partir dos sentidos e práticas de consumo combinam-se e/ou se configuram para a formação da identidade dos catadores.

mais alto do que em muitos países subdesenvolvidos. As pessoas que neste país são consideradas – ou de consideram – pobres” hoje não o seriam necessariamente pelos padrões de vinte e cinco anos atrás pelos padrões de outros países” (2009, p. 54). Pobreza, nesse sentido, é um conceito relativo.

Para responder à referida problemática e aos objetivos propostos decidimos realizar o estudo em dois campos de pesquisa: nas cooperativas COTRAMARE (Cooperativa de Trabalhadores em Materiais Recicláveis de Campina Grande) e CATAMAIS (Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande Ltda), ambas localizadas no município de Campina Grande – PB.

A escolha das cooperativas, enquanto espaços de coleta de dados junto aos seus cooperados, deu-se por duas razões: primeiro, seria mais fácil o acesso aos catadores de materiais recicláveis enquanto organizados em um grupo social, então com local e horários de trabalho definidos; segundo, a maioria dos cooperados já trabalharam no “lixão municipal” e alguns realizaram coletas nas ruas da cidade. Esse último detalhe foi de extrema importância, pois foi possível, a partir dos discursos deles mesmos, averiguarmos as semelhanças e diferenças, vantagens e desvantagens, entre o trabalho realizado no “lixão” e nas ruas e o trabalho realizado em uma cooperativa, este último enquanto grupo organizado institucionalmente, inclusive possuindo, cada cooperativa, o seu Estatuto Social.

A COTRAMARE, no momento de realização da coleta de dados, contava com apenas 12 associados trabalhando na “Coleta Seletiva Solidária”, sendo 06 homens e 06 mulheres. Os homens são responsáveis para puxar o carrinho e as mulheres para coletarem o material reciclável nas casas e empurrar o carrinho, ou segurá-lo numa ladeira, quando é preciso. Na COTRAMARE entrevistamos¹⁷ e coletamos histórias de vida¹⁸ de 09 (nove) cooperados, dos doze¹⁹ que formavam a cooperativa na época das entrevistas.

Na CATAMAIS conseguimos entrevistar e coletar histórias de vida de 08 (oito)²⁰ cooperados e do secretário/diretor financeiro²¹ da referida cooperativa.

¹⁷ Apesar de ter certa estrutura, esta não é tão rígida como na entrevista estruturada. Aqui o entrevistador pode introduzir novas perguntas durante a entrevista, tendo como base um roteiro de questões abertas que enfoca certos temas.

¹⁸ A técnica da história de vida foi utilizada para coletar dados basicamente relacionados à vida de catador de materiais recicláveis. Para Becker (1997) a história de vida em sociologia deve se dedicar mais às nossas propostas do que às do autor (no caso as trajetórias de vida dos nossos sujeitos enquanto catadores), “e se interessa menos por valores artísticos do que por um relato fiel da experiência e interpretação por parte do sujeito do mundo no qual vive” (p. 102). Obviamente que aqui o pesquisador mantém o sujeito orientado para os temas nos quais está interessado, e que tem estreita relação com o seu objeto de pesquisa.

¹⁹ São 06 (seis) homens e 06 (seis) mulheres. Dois cooperados se recusaram a ser entrevistados e 01 (uma) cooperada, na época que foi realizada a coleta de dados, estava afastada do trabalho por motivo de doença.

²⁰ Número referente a 100% do total de cooperados associados que trabalham na cooperativa no momento da coleta de dados.

²¹ O secretário/diretor financeiro da CATAMAIS tem 56 anos de idade, natural da cidade de São Paulo, possui formação superior em Engenharia Mecânica de Produção, e atualmente trabalha com reciclagem, residindo no espaço da cooperativa CATAMAIS.

Os momentos das entrevistas e apresentação das histórias de vida dos catadores (todas gravadas em aparelho de MP3 *player*) foram agradáveis, apesar de longos em muitos casos. Na CATAMAIS a liberação para a coleta de dados foi imediata, necessitando apenas falar com cada um dos cooperados sobre a possibilidade do mesmo ser entrevistado, explicando do que se tratava a pesquisa, e sobre a necessidade de ser assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Na COTRAMARE, no início, a possibilidade de ocorrer à coleta de dados junto aos cooperados deveria ser discutida em uma reunião entre os catadores e o pessoal de apoio. Tivemos que enviar por e-mail alguns dados explicativos sobre a pesquisa. Porém, uma das voluntárias da COTRAMARE, a que recebeu o e-mail com as informações sobre a pesquisa, adiantou-se e conseguiu a liberação da coleta junto à presidente da cooperativa, sem que fosse preciso ocorrer à reunião.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de setembro de 2010 a fevereiro de 2011. As entrevistas semidiretivas pautaram-se em alguns temas chave, como: o trabalho de catador de materiais recicláveis realizado no “lixão” e nas ruas; a “Coleta Seletiva Solidária” realizada pelos catadores associados nas cooperativas; o significado e a importância do trabalho de catador de materiais recicláveis; os significados da pobreza e da riqueza; o significado do ato de comprar; os sonhos e possibilidades de consumo; as justificativas e/ou motivações para o consumo; as práticas de lazer e/ou o consumo do tempo livre; sobre produtos de marca, objetos de luxo e locais de compra.²² Quanto às histórias de vida foi pedido aos mesmos que relatassem a sua trajetória de vida enfocando e/ou concentrando-se no momento que iniciou o trabalho de catação de materiais recicláveis, os motivos de inserção neste trabalho, dificuldades, vantagens, e acontecimentos curiosos.

Os resultados da referida investigação nos possibilitou construirmos um trabalho organizado em 04 (quatro) capítulos, assim distribuídos:

No CAPÍTULO I, intitulado “CONSUMISMO, LIXO E O CATADOR DE MATERIAIS RECICLÁVEIS”, inicialmente, problematizamos o consumo enquanto processo social ambíguo, constituído de significados positivos e negativos. Posteriormente, apresentamos o consumo contemporâneo como decorrente da busca desenfreada dos consumidores por novidades, que cria e/ou legitima uma rotatividade dos produtos, mostrando, segundo alguns autores, como isso aconteceu, e analisando também como este

²² É importante enfatizar aqui que nem todo material coletado foi utilizado na escrita da tese de doutoramento. Realizamos um recorte adequando-o ao nosso esquema de construção da tese.

comportamento consumista se relaciona ao aumento do descarte constante dos resíduos (lixo) e, conseqüentemente, à emergência dos catadores de materiais recicláveis.

Em relação ao trabalho dos catadores, realizamos uma análise comparativa entre o trabalho de catação no “lixão” e nas ruas da cidade de Campina Grande – PB e o trabalho desenvolvido via cooperativas, particularmente, através da “Coleta Seletiva Solidária”, apontando, segundo relatos dos catadores, aspectos positivos e negativos pertinentes aos diferentes espaços de exercício da referida função. Aqui a “Coleta Seletiva Solidária” é apontada pelos catadores como um meio de afirmação da importância do trabalho de catador, pois permite o estabelecimento de novas relações sociais, a (re)construção de sua autoestima e a possibilidade dos mesmos se constituírem enquanto sujeitos políticos, apesar de que, contraditoriamente, tal trabalho ainda continua sendo considerado humilhante e desvantajoso, confirmando exatamente seu caráter ambíguo, dotado tanto de características ruins quanto de características boas.

Quanto ao CAPÍTULO II, “(NÃO) RECONHECIMENTO E SUBCIDADANIA: AS EXPRESSÕES DE ESTIGMATIZAÇÃO E (IN)VISIBILIDADE SOCIAL EXPERIENCIADAS PELOS CATADORES”, evidenciamos os motivos que permitem aos catadores, mesmo organizados em cooperativas, sofrerem preconceitos, estigmatização, desdém e desvalorização social, tendo estreita relação com o tipo de trabalho desenvolvido. Aqui, a maioria dos casos relatados pelos catadores de humilhação sofrida e não reconhecimento, bem como os vários termos pejorativos direcionados aos mesmos, aconteceu na ocasião em que estavam catando, inclusive no momento da “Coleta Seletiva Solidária”, exatamente quando eles “acreditam” que estão sendo reconhecidos. É o padrão de socialização precário (*habitus* precário), ou seja, a ausência das condições – de um capital cultural adequado – que permitem a incorporação das capacidades exigidas pela sociedade competitiva moderna, que irá definir claramente um grupo descartado constantemente pelo mercado de trabalho qualificado, responsável pela permanência dos catadores em profissões mal pagas, desrespeitadas, não reconhecidas e até insalubres.

Todas estas peculiaridades dirigidas ao trabalho de catador contribuem para o processo de invisibilidade social do mesmo. Aqui, o tipo de invisibilidade sofrida por esse grupo social diz respeito ao modo como trabalhadores de determinadas profissões desprovidas de *status*, *glamour*, reconhecimento social e adequada remuneração, são significados tanto na esfera social quanto na esfera econômica. Mesmo exercendo um trabalho de imprescindível importância para a sociedade moderna, pois não podemos

esquecer o grande valor dos catadores como agentes da reversão dos produtos consumidos, são tidos como pertencentes a uma categoria inferior pelos mais variados motivos, geralmente por realizarem um trabalho que, supostamente, membros de outros grupos sociais superiores jamais se submeteriam. É como se não fossem pessoas, gente,²³ e uma das proposições que legitima a desqualificação social desse tipo de trabalho é exatamente o fato de seus executores serem considerados sujos, e por isso as pessoas o considera trabalho marginal, de “mendigo”, além de repetitivo e destituído de reflexão e inteligência; é um mero trabalho braçal. Significados como sendo inferiores pela sociedade em geral, apesar da importância social do seu trabalho, em consequência quem não é valorizado, reconhecido, também não é visto.

É nesse ponto que problematizamos aqui, nesse capítulo, o trabalho de catador de materiais recicláveis e sua relação com os processos de estigmatização e invisibilidade social, constatando que a não incorporação das pré-condições para o reconhecimento social por parte do grupo de catadores de materiais recicláveis irá colocá-los bastante longe da conquista de um efetivo respeito de seu trabalho e de si mesmos.

No CAPÍTULO III, de denominação “TRABALHO, CONSUMO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES”, investigamos sobre a formação da identidade dos catadores, evidenciando que o trabalho ainda é importante na constituição de sua identidade, apesar, como apontado anteriormente, de seu caráter ambíguo, instaurando, o que podemos denominar, uma identidade deteriorada.

Posteriormente, apresentamos o consumo como importante espaço de formação de identidades na contemporaneidade, demonstrando como os catadores de materiais recicláveis não estão alheios e/ou fora desse processo. Assim, apesar das limitações financeiras enfrentadas pelos catadores, os mesmos são consumidores ativos, considerando importante em suas vidas as práticas de consumo, principalmente por ser uma das formas dos mesmos se definirem e se identificarem.

Encerrando, no CAPÍTULO IV, “CONSUMO, LOGO SOU VISTO!” expomos como o desejo de reconhecimento e visibilidade social – precisamente por exercerem um trabalho desvalorizado socialmente, causador de estigma e desrespeito – vai orientar de forma decisiva as práticas de consumo dos catadores. Assim, privados de mudança de vida

²³ O título da tese faz menção a esse processo de inferiorização e desqualificação do trabalho realizado pelo catador de materiais recicláveis. O termo pejorativo “burro sem rabo”, como outros de conotação semelhante, é bastante ouvido pelos mesmos quando estão realizando o seu trabalho de “Coleta Seletiva Solidária”. Há uma vinculação aqui da animalidade ao tipo de trabalho realizado.

por estarem socializados precariamente e por não serem privilegiados financeiramente, muitas vezes sem perspectiva de futuro positiva, resta às práticas de consumo realizadas pelos catadores, mesmo que restritas devido à renda reduzida, possibilidades de parecerem importantes e notados.

A partir da ideia de “significado deslocado” de McCracken (2003), foi possível perceber como os sonhos de consumo dos catadores servem como pontes para “significados deslocados” antes do ato da compra e/ou aquisição daquele bem que tanto almeja, ou seja: o desejo de possuir certos objetos pode ser uma ponte não apenas para ganhar acesso ao passado, mas, pensando no futuro, para alcançar reconhecimento. É aqui que o discurso associado à posse é utilizado pelos catadores também para enfrentarem o estigma e invisibilidade, relacionados ao trabalho de catação e ao próprio catador, almejando reconhecimento e visibilidade. Finalmente, apresentamos a aquisição de determinados objetos “novos”, comprados diretamente na “casa”, como sendo aqueles que poderão se tornar parte de um evento de exibição do poder de compra, mesmo raro, por parte do catador, diante do seu grupo de vizinhança. É esse objeto novo que ele pretende ostentar com o objetivo de provar que, mesmo sendo catador, conseguiu comprá-lo.

CAPÍTULO I

CAPÍTULO I- CONSUMISMO, LIXO E O CATADOR DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

O consumo, frequentemente, é considerado uma das práticas mais mundanas e fúteis da vida social. Miller (2002) considera que a maioria das sociedades julga as práticas de consumo como sendo perniciosas, capazes de gerar o esgotamento dos recursos. “Isso pode se manifestar de diferentes formas – como (...) denúncias de materialismo, de egoísmo, e assim por diante”. (p. 09)

Douglas e Isherwood (2009), no prefácio da obra “O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo”,²⁴ abordam como o consumismo é desprezado e significado “como avareza, estupidez e insensibilidade à miséria”. (p. 25)

Há opróbrio no *merchandizing* e culpa na posse. (...) A cada mês um novo livro investe contra o consumo excessivo e sua exibição vulgar. Mas o que fazer? (...) Gostaríamos de saber como vivem esses moralistas, seu estilo de vida. Talvez distribuam seus direitos de autor entre os pobres. (id) (Grifo dos autores)

Rocha (2009), além de considerar importante o referido livro de Douglas e Isherwood por problematizar o consumo sob a ótica da antropologia, no sentido de que os autores realizaram um esforço pioneiro para conhecer a lógica cultural presente nas atividades e significados do consumo, afirma que o mérito da obra também é possível quando o consumo é colocado no seu devido lugar como tema de pesquisa da antropologia.

O *mundo dos bens* argumenta que o consumo possui importância tanto ideológica quanto prática no mundo em que vivemos. O consumo é algo ativo e constante em nosso cotidiano e nele desempenha um papel central como estruturador de valores que constroem identidades, regulam relações sociais, definem mapas culturais. (ROCHA, 2009, p. 08) (Grifo do autor)

O consumo é uma questão de cultura, sendo “purificado” de ideologias denunciatórias, hedonistas, naturalistas ou utilitárias.²⁵ Em um enquadramento hedonista, por exemplo, “o consumo pode ser *explicado* como essencial para a felicidade e realização pessoal”. No enquadramento moralista “o tom é denunciatório e o consumo é responsabilizado por diversas mazelas da sociedade”. No naturalista o consumo atende a

²⁴ Escrito na segunda metade dos anos de 1970.

²⁵ “A teoria utilitarista supõe que os desejos derivem das próprias percepções dos indivíduos sobre suas necessidades”. (DOUGLAS & ISHERWOOD, 2009, p. 45)

“necessidades físicas” ou responde a “desejos psicológicos”²⁶ (ROCHA, 2009, p. 10) (Grifo do autor). Porém, lembra Rocha, a visão hedonista é a mais famosa ideologia do consumo.

É o consumo pelo prisma da publicidade e, por isso, é o enquadramento mais popular do fenômeno. Nesta espécie de discurso central sobre o consumo, o sucesso traduz-se na posse infinita de *bens* que (...) conspiram para fazer perecer nossa felicidade. Consumir freneticamente é ser um peregrino em viagem ao paraíso. (ibid, p. 11) (Grifo do autor)

Em geral, esse enquadramento é o *mainstream* do consumo exatamente pela repetição intensa na mídia, principalmente na publicidade, onde a sua percepção é mais evidente. (ROCHA, 2009)

Mas, exatamente por força desta popularidade, ela revela seus preconceitos ao observador crítico. Por isso é frágil no sentido que revela sua natureza ideológica de forma óbvia. (...) Com isso (...) é o próprio hedonismo que instaura o mecanismo que libera o contraste. E este contraste constrói outra importante visão do consumo – a *moralista*. (p. 11) (Grifo do autor)

O enquadramento moralista do consumo, que invade tanto “discursos simplórios e ingênuos quanto análises ditas sérias”, possibilita “explicações” de tantas mazelas dessemelhantes “quanto violência urbana, ganância desenfreada, individualismo exacerbado ou toda sorte de desequilíbrios (mental, familiar e, até mesmo, ecológico) da sociedade contemporânea”. (id)

É aqui que falar mal do consumo, usando tom e/ou estilo moralista e acusatório, é considerado politicamente correto.

Esta ideia do consumo como superficialidade, vício compulsivo ou banalidade, sua inferioridade moral em face da produção – consumo é coisa de emergente, perua, fútil, dondoca ou esnobe, também se reforça na mídia. O consumo é tema de colunistas, *talk shows*, artigos de jornal, reportagens de revistas ou debates em televisão, e, muitas vezes, o tratamento que recebe é dominado pelo viés apocalíptico como um dos réus favoritos dos tribunais político e moral. (ROCHA, 2009, p. 12) (Grifo do autor)

Enquanto o consumo é bombardeado de significados decaídos, as atividades relacionadas ao trabalho e produção, ao contrário, são consideradas moralmente superiores,

²⁶ “Pensar o consumo como biológico, natural e universal é criar uma continuidade”, como se alguém, em qualquer lugar e época, fosse escolher a mesma marca de sabonete. “O consumo enquadrado como necessidade é uma ideia temerária que encontra uma espécie de explicação determinista para algo que pertence a uma dimensão totalmente diversa”. (ROCHA, 2009, p. 14)

nobres e, portanto, válidas. “Existe uma espécie de superioridade moral da produção e os seus temas – trabalho, empresa, profissão – quando comparada ao consumo e seus temas – marca, gasto, compra”. A produção seria “o mundo *verdadeiro* ou a vida levada a sério”. No lado oposto teríamos o consumo, fútil e superficial, “representando o mundo *falso* e inconsequente”. (id) (Grifos do autor)

Para ilustrar esse maniqueísmo, Rocha apresenta como exemplo a velha fábula na cigarra e da formiga: “a cigarra canta, gasta, *consume* e a formiga labora, poupa, *produz*”. (id) (Grifos do autor)

Esta postura denunciatória é em parte responsável pelo silêncio acadêmico em relação ao consumo e pelo fascínio com a outra ponta do processo – a produção. De fato, *produção* foi uma das ideias centrais que conduziram à pesquisa da modernidade como um eixo econômico que construiu, em larga medida, nossa singularidade social. (...) Assim, estudar *produção* significa privilegiar a razão prática, o evolucionismo economicista, a Revolução Industrial, caminhando em terreno sólido, estável, seguro e, moralmente, confortável. Estudar *consumo* significa, em certo sentido, privilegiar a cultura, o simbólico, experimentando a relatividade dos valores e a instabilidade nela implícita. (ibid, p. 13) (Grifos do autor)

Miller (1995, *apud* BARBOSA, 2008) argumentando contra o “*bias* produtivista” que tem permeado a análise do consumo, enfatiza que o silêncio acadêmico e o desinteresse em relação ao consumo na verdade esconde “uma espécie de “pacto” assumido pelos cientistas sociais no decorrer desse século”, preocupados em não comprometerem “a grande narrativa” “que tem conferido precedência moral e ideológica à Revolução Industrial e à produção (trabalho) gerando assim a hegemonia política da economia”. (BARBOSA, 2008, p. 17)

Esse pensamento apresenta o consumo como algo trivial e os gigantescos centros de compras devem ser significados como símbolos de vazio absoluto, “abarrotados de efemeridades que têm o poder de dissipar a seriedade do trabalho em uma objetivação do nada. (...) A teoria acadêmica do pós-modernismo presta um serviço admirável à nossa necessidade de enxergar o consumo destrutivo como um desperdício sem sentido”. (MILLER, 2002, p. 110)

Barbosa e Campbell (2006) apresentam o consumo, enquanto processo social, como sendo profundamente elusivo e ambíguo. É elusivo porque, “embora seja um pré-requisito para a reprodução física e social de qualquer sociedade humana, só se toma conhecimento de sua existência quando é classificado, nos padrões ocidentais, como supérfluo,

ostentatório ou conspícuo” (p. 21), ou, de outro modo, é apoderado apenas como falta ou carência.

O consumo é ambíguo porque muitas vezes é entendido como uso e manipulação e/ou como experiência; em outras, como compra, em outras ainda como exaustão, esgotamento e realização. Significados positivos e negativos entrelaçam-se em nossa forma cotidiana de falar como nos apropriamos, utilizamos e usufruímos do universo a nossa volta. (id)

Essa ambiguidade, lembram Barbosa e Campbell (2006), está presente também na própria etimologia do termo. Consumo, então, resulta do latim *consumere*, que significa usar tudo, esgotar e destruir; e também do inglês *consummation*, que significa somar e adicionar. No caso do Brasil o significado do termo está mais próximo da primeira dimensão, ou seja, tem sentido negativo.

Etimologicamente, o sentido negativo do consumo predomina sobre o positivo, o que pode explicar em parte a maneira pela qual, historicamente, o tema é tratado tanto por intelectuais e acadêmicos quanto pelo senso comum. Nos últimos anos, essa ambiguidade só fez crescer na razão direta em que um novo interesse pelo estudo do consumo, seus significados e consequências, passou a considerar tanto o sentido de esgotamento dos bens materiais da sociedade e do meio ambiente, quanto o de adição, realização e criação de sentido. (p. 22)

Evidentemente, esse destaque simultâneo nos sentidos negativo e positivo do consumo ocorre não apenas na academia, mas também em nossa experiência enquanto consumidores. Note-se que, os dois lados da natureza ambivalente do consumo – significando tanto “destruir” quanto criar (no sentido de fazer uso de, usufruir) –, parecem caminhar juntos quando agimos como consumidores. (CLARKE et al, 2003, *apud* BARBOSA; CAMPBELL, 2006)

O consumo, diferentemente daquele aspecto meramente trivial, pode ser transformado em expressão de cidadania, como argumenta Canclini (2008),²⁷ a partir da sua preocupação em nos mostrar o consumo como sendo prática que pode ser informada por valores não econômicos, como solidariedade, participação, cidadania, ação política e preservação ambiental.

De acordo com Canclini (2008) o consumo não pode ser significado apenas como mera posse individual de objetos isolados ou como meios de distinção. O consumo deve ser visto como apropriação coletiva (em relações tanto de distinção, quanto, também,

²⁷Seus objetos de estudo são as cidades e indústrias culturais da América Latina.

de solidariedade com os outros) “de bens que proporcionam satisfações biológicas e simbólicas, que servem para enviar e receber mensagens” (p. 70). Nessa direção, o consumo é uma das dimensões do processo integrativo e comunicacional, pois se relaciona com práticas e apropriações culturais dos sujeitos envolvidos neste sistema, no momento em que transmitem mensagens aos grupos socioculturais dos quais fazem parte.

No momento em que Canclini problematiza os processos em que o consumidor vem se transformando em cidadão e vice-versa, a partir das transformações nas esferas públicas e privadas, é evidente uma forma de significar o consumo como espaço de luta em que os sujeitos podem reivindicar a cidadania e, conseqüentemente, o espaço público. (BARBOSA; PORTILHO; VELOSO, 2009)

Para vincular o consumo com a cidadania, e vice-versa, é preciso desconstruir as concepções que julgam os comportamentos dos consumidores como predominantemente irracionais e as que somente veem os cidadãos atuando em função da racionalidade dos princípios ideológicos. (CANCLINI, 2008, p. 35)

Para que se possa pensar ou articular o consumo como um exercício refletido da cidadania, é necessário, segundo Canclini (2008), que reúnam ao menos os seguintes requisitos:

a) uma oferta vasta e diversificada de bens e mensagens representativos da variedade internacional dos mercados, de acesso fácil e equitativo para as maiorias; b) informação multidirecional e confiável a respeito da qualidade dos produtos, cujo controle seja efetivamente exercido por parte dos consumidores, capazes de refutar as pretensões e seduções da propaganda; c) participação democrática dos principais setores da sociedade civil nas decisões de ordem material, simbólica, jurídica e política em que se organizam os consumos. (p. 70)

São essas ações políticas que permitem aos consumidores ascenderem à condição de cidadãos, implicando uma ideia de mercado não como simples lugar de troca de mercadorias, “mas como parte de interações socioculturais mais complexas”. (id)

Enquanto consumidores podemos atuar apenas em um dos processos de interação – o que o mercado regula –, mas é possível também exercermos como cidadãos “uma reflexão e uma experimentação mais ampla que leve em conta as múltiplas potencialidades dos objetos, que aproveite seu “virtuosismo semiótico” nos variados contextos em que as coisas nos permitem encontrar com as pessoas”. (ibid, p. 71)

Afirma Canclini (2008) que para apresentar estas questões é preciso recolocar a questão do público. O “descrédito dos Estados como administradores de áreas básicas da produção e informação, assim como a falta de credibilidade nos partidos (incluídos o de oposição), fizeram diminuir os espaços onde o interesse público podia se fazer presente” (p. 71), originando-se outros espaços.²⁸

A insatisfação com o sentido jurídico-político de cidadania conduz a uma defesa da existência (...) de uma cidadania cultural, e também de uma cidadania racial, outra de gênero, outra ecológica, e assim podemos continuar despedaçando a cidadania em uma multiplicidade infinita de reivindicações. Em outros tempos o Estado dava um enquadramento (...) a essa variedade de participações na vida pública; atualmente, o mercado estabelece um regime convergente para essas formas de participação através da ordem do consumo. (p. 37)

O desinteresse na participação política ocorre pelo crescente descrédito nas instituições públicas nos últimos anos, sendo substituída pelo consumo, ou seja: a crise e desconfiança em relação ao público e o aumento da importância do privado em nossa sociedade têm levado as classes trabalhadoras a desenvolverem outras formas de participação que atuam na esfera privada, como o consumo.²⁹ Percebe-se aqui que a noção política de cidadania se expande ao incluir direitos de habitação, saúde, educação e a apropriação de outros bens e serviços em processo de consumo. As classes sociais, assim, estão substituindo os seus anteriores direitos de cidadania, ou modos de exercê-la, pelo direito ao consumo. (CANCLINI, 2008)

É nesse contexto que surgem em alguns países espaços não governamentais e apartidários que possibilitam “fazer valer o público em face da decadência das burocracias estatais” (CANCLINI, 2008, p. 72). O consumo, do ponto de vista simbólico, vem se impondo como substituto dos clássicos direitos de cidadania. “Alguns consumidores querem ser cidadãos”. (id)

²⁸“Foram estabelecidas outras maneiras de se informar, de entender as comunidades a que se pertence, de conceber e exercer os direitos. Desiludidos com as burocracias estatais, partidárias e sindicais, o público recorre à rádio e à televisão para conseguir o que as instituições cidadãs não proporcionam: serviços, justiça, reparações ou simples atenção. (...) Não se trata apenas do fato de os velhos agentes – partidos, sindicatos, intelectuais – terem dito substituídos pelos meios de comunicação de massa. A aparição súbita desses meios põe em evidência uma reestruturação geral das articulações entre o público e o privado que pode ser percebida também (...) na reorganização das funções dos atores políticos tradicionais”. (CANCLINI, 2008, p. 39)

²⁹ “Para muitos homens e mulheres, sobretudo jovens, as perguntas próprias aos cidadãos, sobre como obtemos informação e quem representa nossos interesses, são respondidas antes pelo consumo privado de bens e meios de comunicação do que pelas regras abstratas de democracia ou pela participação em organizações políticas desacreditadas. Este processo pode ser entendido como perda e despolitização em relação aos ideais da democracia liberal ou iluminista”. (CANCLINI, 2008, p. 14)

Ser cidadão não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento, e fazem que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades. (ibid, p. 35)

Cancline (2008), então, propõe pensar o consumo como espaço de reflexão, no “qual se organiza grande parte da racionalidade econômica, sociopolítica e psicológica das sociedades”. (p. 14)

Quando se reconhece que ao consumir também se pensa, se escolhe e reelabora o sentido social, é preciso analisar como esta área de apropriação de bens e signos intervém em formas mais ativas de participação do que aquelas que habitualmente recebem o rótulo de consumo. (ibid, p. 42)

Temos aqui uma relação entre consumo e política ou o uso político do consumo. Segundo Portilho (2005), apontando uma transformação recente no campo de disputas do ambientalismo internacional, ou seja, o deslocamento da questão ambiental, da produção para o consumo, há um “novo” uso social do consumo; o uso das práticas de consumo como forma de materializar valores e preocupações ambientais e sociais. Conseqüentemente, percebe-se o surgimento de políticas ambientais voltadas para a esfera do consumo, além de expressões como consumo verde, consumo sustentável, consumo ético, consumo responsável etc.³⁰

A relação entre consumo e política pode ser observada ao prestarmos atenção nas novas ideologias, discursos e movimentos sociais que propõem, como solução para o enfrentamento de problemas sociais e ambientais, práticas de consumo responsável, consciente, ético ou sustentável. Tal fenômeno pode ser considerado sob o rótulo mais amplo de consumo político. Dessa forma, o termo consumo político, ou politizado, tem sido utilizado para se referir ao uso do consumo como uma arena de tomada de decisão carregada de potenciais conflitos de valores e desejos, de capacidade política e de restrições socioeconômicas. Essa visão difere das visões convencionais sobre o fenômeno do consumo, que tendem a vê-lo ou como mera compra e aquisição de bens e serviços no mercado com base em decisões sobre preço e qualidade ou como gastos desmedidos e supérfluos. (PORTILHO; CASTAÑEDA; CASTRO, 2011, p. 101-102)

³⁰ Ora, a ética se tornou um atributo primordial para as relações de consumo. Basta, por exemplo, os consumidores perceberem o que existe por “trás” de uma marca legendária para “punirem” a mesma: “quando foi revelado que o tênis e o vestuário Nike – uma marca legendária e muito valiosa – estavam sendo fabricados por meio de exploração do trabalho infantil, a reação dos consumidores foi tão intensa que a Nike sofreu a sua primeira e verdadeira ameaça à sua balança patrimonial, aparentemente inabalável até então”. (MIRSHAWKA, 2006, p. XVII)

Pautado por uma perspectiva apenas negativa, o discurso do Movimento Verde, aborda Miller (2002), apresenta o consumo – ou o consumo “exagerado”, denominado de consumismo –, como o responsável primordial pela destruição do planeta:

O consumo representa um violento saque dos recursos naturais da “mãe-Terra” por meio da destruição tão desprovida de sentido, que o próprio comércio é tragado pelo consumo. De fato, de acordo com essa retórica, os consumidores deixam de ser vítimas iludidas do capitalismo³¹ e passam a ser eles mesmos quem, de sua irresponsabilidade, pilham e exaurem o mundo para satisfazer seus desejos insaciáveis, tornando-se, assim, convenientes com o capitalismo ao considerá-lo como um meio para alcançar seus fins. (MILLER, 2002, p. 111)

Como exemplo, um projeto anticonsumista, inspirado no discurso do Movimento Verde, objetivando a adesão da população às práticas de consumo mais responsáveis e, portanto, mais sustentáveis do que as convencionais, foi colocado em prática no ano de 2011 na cidade de Campina Grande – PB.

No centro comercial da referida cidade foi possível, por um período de tempo, à população que transitava próximo ao prédio do antigo Cinema Capitólio enxergar um pôster enorme colado em uma de suas paredes.

Na foto gigante, quase em tamanho natural, havia a figura de um homem “magrelo”, barbudo, cabelos encaracolados, completamente nu, segurando apenas um livro aberto justamente na frente daquelas partes consideradas, digamos, “pudicas”.

Interessante que dias antes essa mesma foto, porém, em miniatura, circulava como um *scrap* personalizado postado nas páginas de recados de alguns perfis do *ORKUT* (site de relacionamento disponível na *internet*). Mas, até então, não tínhamos parado para ler o que continha a mensagem bem próxima da tal foto do homem pelado.

Lendo a mensagem e realizando pesquisas através da *internet*, descobrimos que o rapaz pelado, natural de São Paulo, porém, radicado em Campina Grande desde os seus 13 anos de idade, é um artista plástico, formado em história, muito conhecido por aqueles que trabalham com arte e, também, pelos boêmios da cidade, frequentadores dos barzinhos da moda.

³¹ Aqui temos a ideia do comprador como vítima, “incapaz de escapar das armadilhas da tecnologia capitalista” (MILLER, 2002, p. 85), que usa o *marketing* e a publicidade no intuito de manipular e convencer os compradores para que comprem coisas que normalmente não comprariam, transformando-o em um comprador insaciável. Barbosa (2002) aponta que o capitalismo, juntamente com o *marketing*, certamente “desempenham um papel na criação dos desejos, mas estão muito longe de serem os únicos determinantes de onde, quando e como as relações sociais estarão sujeitas a um processo de comoditização”. (p. 16)

Mas, o que interessa aqui é sabermos do que tratava a foto do artista plástico pelado. O que estava sendo veiculado através dela? E, principalmente, como esta foto se relaciona com o consumo e/ou a “sociedade de consumo”?



Foto/pôster exposta na parede do antigo Cinema Capitólio.³²

A foto em questão servia para ilustrar aquilo que o artista plástico, juntamente em parceria com uma amiga jornalista, denominou de “intervenção urbana” contra o consumismo. O projeto “Ágape: uma prática anticonsumista”, desenvolvido entre os meses de abril a julho de 2011, consistia em mostrar que seria possível uma pessoa se vestir adequadamente sem a necessidade de comprar nenhuma roupa, usando somente peças de roupas doadas. Assim, a partir da arrecadação de roupas e acessórios doados pelos amigos, seriam montados quatro figurinos, tarefa essa da jornalista participante do projeto. Cada figurino seria usado pelo artista plástico por um mês,³³ isso todos os dias, envolvendo todas as tarefas, sejam profissionais ou cotidianas. Somente para dormir e tomar banho, lógico, o artista não estaria usando a roupa prevista. O restante das roupas e acessórios arrecadados seria doado ao Grupo de Apoio ao Paciente Oncológico (GAPO) de Campina de Grande.

E as roupas do artista plástico? O que aconteceram com as mesmas? Segundo informações, o artista, quando iniciou a “intervenção urbana”, se desfez das mesmas,

³² As referidas fotos foram encontradas no site << <http://agapeanticonsumista.blogspot.com/2011/04/lambi-lambi-stencil-e-stick-por-jas-one.html>>>. Aqui é possível encontrar, também, outras fotos mostrando locais da cidade onde a imagem inicial do projeto “Ágape: uma prática anticonsumista” foi exposta.

³³ Imaginamos como uma pessoa poderia usar apenas uma roupa durante um mês. Como poderia lavá-la se não tinha outra roupa para substituí-la?

doando-as, também, para o GAPO, ficando apenas com as roupas (figurinos) previstos no projeto.

Nos meses de intervenção também haveria declamação de poemas de escritores locais e nacionais (a primeira foi no dia 10 de junho de 2011) realizada pelo artista plástico na Praça da Bandeira, situada no centro comercial de Campina Grande, abordando a temática contra o consumismo.

É importante comentar que vivenciamos, observando de longe, uma destas declamações. O artista, juntamente com pessoas amigas convidadas pelo mesmo, usando um megafone (que não estava funcionando adequadamente, pois não era possível ouvirmos perfeitamente o que o mesmo estava declamando e/ou falando), gesticulava para todos os lados diante de uma platéia que não chegava à quantidade de uma dezena de pessoas, convicto de que, talvez num posicionamento maniqueísta,³⁴ apesar, acreditamos, da boa intenção, o consumismo é bastante pernicioso à sociedade e, conseqüentemente, à população.

No *blog* do referido artista plástico, refletindo sobre um conto de sua autoria intitulado “Um calçado, duas calças e quatro camisas”, diz que nele já havia indicações acerca do seu pensamento anticonsumista e da defesa de um paradigma que ele chama de “nativo”. O “paradigma nativo” diz respeito à relação de cuidado e preservação que os “nativos” devem possuir diante do planeta terra e de toda vida que esta alimenta. Para ele, então, se desejarmos salvar o mundo e os seus habitantes, este paradigma deverá ser predominante neste século de consumo desenfreado e aquecimento global.

No mesmo *blog* há um texto escrito pela referida amiga jornalista, informando, ainda, que no final da realização do projeto os quatro figurinos e a cobertura fotográfica do mesmo seriam expostos no Centro de Arte e Cultura da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O “grande final” do projeto anticonsumista aconteceria quando o artista plástico surgisse de surpresa numa festa da “elite campinense”, declamando um poema sobre a “sociedade de consumo”.

É interessante que o texto postado pela jornalista é iniciado com as seguintes palavras do teólogo brasileiro Leonardo Boff: “Para enfrentar o consumismo urge sermos conscientemente anticultura vigente. Há que se incorporar na vida cotidiana os quatro “erres” principais: reduzir os objetos de consumo, reutilizar os que já temos usado, reciclar

³⁴ Situava todas as virtudes no comportamento “correto” possível pelo não consumismo. Porém, as práticas consumistas eram significadas como degradantes, “incorretas”, “alienadas”.

os produtos dando-lhes outro fim e finalmente rejeitar o que é oferecido pelo *marketing* com fúria ou sutilmente para ser consumido”.

Miller (2002) enfatiza que o modo jornalístico de representar as compras apresenta as mesmas “como um arroubo extravagante de hedonismo e materialismo” (p. 84). Para o autor não é difícil encontrarmos exemplos suficientes dessa representação das compras em nossos próprios jornais e matérias de mídia. Além de onipresente, continua Miller, ele está também sacramentado em imagens da cultura popular.

Embora o mais escancarado sexismo dos quadrinhos antigos, como o Blondie e o Gambols, que retratavam compras estúpidas feitas por esposas ingênuas, esteja algo amenizado, os exemplos contemporâneos são apenas mais sutis. É provável que um *cartoon*, hoje, apresente a compradora estúpida atordoada pelas possibilidades de compras em realidade virtual. (...) A onipresença da discussão sobre o comprar como atividade perdulária e materialismo hedonista “estúpido” desempenha papel importante nas ideologias mais poderosas de nossos dias. (p. 84-85) (Grifo do autor)

No meio jornalístico o esbanjamento a partir das compras pode ser, também, questionado. Como exemplo, no mês de agosto de 2011 a TV Cultura veiculou uma reportagem, no Jornal da Cultura, discutindo os malefícios dos “excessos” do consumo, principalmente do consumo infantil. A reportagem falava de uma pesquisa realizada junto às famílias brasileiras sobre o consumismo infantil, mostrando um índice cada vez maior do contato das crianças com a publicidade. Ao mesmo tempo esse contato possibilitava a criação de uma geração cada vez mais consumista.

Uma psicoterapeuta infantil, convidada para falar sobre o assunto, defendia uma maior rigidez dos pais quanto ao controle do consumo infantil. Segundo ela as crianças são mais sensíveis aos apelos comerciais porque não têm maturidade suficiente para interpretar as informações de um anúncio publicitário.

Na referida reportagem foram comentados os resultados de outra pesquisa realizada, que detectou que as crianças chegam a influenciar até 80% das escolhas de compras dos seus pais, como roupas, calçados, alimentos e até viagens e compra de automóveis. É por este motivo, por ser alguém que influencia o consumo da casa, que há um investimento da publicidade voltado para formar e capturar essa criança como “consumidora”.

A psicóloga em questão ainda apresentou vários exemplos de países desenvolvidos que determinam regras mais rígidas de controle da publicidade destinadas às crianças, enfocando que o Brasil deveria seguir tais exemplos.

Na reportagem também foi evidenciado que o PROCON (Procuradoria do Consumidor) lançou uma cartilha, intitulada “Manual do Jovem Consumidor”, objetivando “convencer” os jovens a não comprar apenas por impulso.

Obviamente que o consumo gera “lixo”, e os excessos de consumo – o consumismo – gera, igualmente, excessos de “lixo”. É discutindo sobre o aumento de um tipo de “lixo”, o “lixo” eletrônico e, conseqüentemente, sobre o destino dado ao mesmo, que uma reportagem no Jornal Bom Dia Brasil, na rede Globo de televisão, veiculada na edição do dia 18 de outubro de 2011, informou que quatro capitais brasileiras (no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília) ganharam coletores de “lixo” eletro/eletrônico em suas respectivas estações de metrô. Segundo a reportagem, lojas e fabricantes não têm obrigação de receber equipamentos eletro/eletrônicos de volta e por esse motivo o Ministério do Meio Ambiente, alertando para os perigos da destinação incorreta de tais aparelhos, como computadores, celulares, impressoras, TVs, carregadores, pilhas etc., pretende que esse tipo de “lixo” seja jogado fora no lugar certo.

Na reportagem é dito que é imprescindível à população saber descartar corretamente o “lixo” eletro/eletrônico, pois tais equipamentos possuem substâncias, como chumbo e mercúrio, que podem contaminar a água, o solo, o ar, prejudicando, inclusive, a saúde, e por isso não podem ser descartados no “lixo” comum.

O interessante é que na reportagem algumas pessoas falaram que estão querendo descartar o equipamento “velho” e comprar outro “novinho” porque o “velho”, mesmo funcionando direito, é ultrapassado, antigo. É neste sentido que, continua a reportagem, descartando o considerado “velho” e comprando o novo, mais moderno, que cada brasileiro produz em média dois quilos e meio de resíduos eletrônicos por ano. No final da reportagem o apresentador Chico Pinheiro, num tom de sarcasmo, diz: “É o avanço tecnológico, não tem jeito...”

Sobre o assunto, Chade (2010), na reportagem “Brasil é o campeão do lixo eletrônico entre emergentes”, informa que o Brasil é o país emergente que mais abandona toneladas de geladeiras, a cada ano, por pessoa, e um dos líderes em descartar celulares, TVs e impressoras.

Segundo o autor da reportagem, o estudo que indicou o Brasil como o mercado emergente que gera o maior volume de “lixo” eletrônico *per capita* a cada ano foi realizado pelo PNUMA (Programa da ONU (Organização das Nações Unidas) para o Meio Ambiente). O estudo constatou que o crescimento dos países emergentes gerou maior

consumo doméstico, inclusive aquele tipo de consumo para abastecimento cotidiano,³⁵ mas, junto com isso, veio à produção, sem precedente, de “lixo”.

No mundo, continua a reportagem, estima-se que 40 milhões de toneladas de “lixo” eletrônico são gerados por ano e grande parte ocorre nos países ricos, como os da Europa, que seria responsável por um quarto desse “lixo”. Porém, a preocupação da ONU é com a explosão de tal fenômeno nos países emergentes e a falta de capacidade dos mesmos para lidar com esse material, muitas vezes perigoso. (CHADE, 2010)

É o consumismo, então, principalmente aquele decorrente da necessidade de descartar o “velho” para adquirir o mais sofisticado, de última geração, ou daquele outro vinculado ao desejo insaciável de sempre adquirir mais uma mercadoria, mesmo que já tenha adquirido uma imensidão do mesmo tipo, como sapatos e roupas em geral, que serão, igualmente, também jogados fora para ceder lugar a novas peças, que pode ser responsabilizado, também, pelo crescimento da produção de “lixo”.

Esta característica da sociedade contemporânea, ou seja, o comportamento consumista, relacionando-o ao aumento da produção de “lixo” e, conseqüentemente, à emergência dos catadores de materiais recicláveis, será problematizada nos próximos itens. Do mesmo modo destacaremos como foi possível o nascimento do consumismo na contemporaneidade.

CONSUMISMO E AUMENTO DA PRODUÇÃO DE LIXO

³⁵ O que Miller (2002) denomina de “secos e molhados”, comida e bebida, alimentos perecíveis e não perecíveis e produtos de higiene pessoal e/ou familiar; o que faz parte do abastecimento mais genérico, rotineiro, da casa. O tipo de compras que a maioria das pessoas fazem; produtos comprados, geralmente, em supermercados e feiras livres. “(...) o abastecimento representa o componente preponderante do ato de comprar como um todo” (p. 127). O aumento do poder de compras das pessoas e a existência imensa de produtos de abastecimento trivial oferecidos são responsáveis, também, pelo aumento de embalagens descartadas no “lixo”.

Era uma vez a história da modernidade, ou uma história peculiar da modernidade. E eis que Bauman (2005a) apresenta Leônia, uma das cidades invisíveis³⁶ de Ítalo Calvino.³⁷ Os humanos de Leônia têm uma paixão: sempre, sempre desfrutar das coisas novas, recentes e diferentes.

A cidade de Leônia refaz a si própria todos os dias: a população acorda todas as manhãs em lençóis frescos, lava-se com sabonetes recém-tirados da embalagem, veste roupões novíssimos, extrai das mais avançadas geladeiras latas ainda intatas, escutando as últimas lengalengas do último modelo de rádio. Nas calçadas, envoltos em lípidos sacos plásticos, os restos da Leônia de ontem aguardam a carroça do lixeiro. Não só tubos retorcidos de pasta de dente, lâmpadas queimadas, jornais, recipientes, materiais e embalagem, mas também aquecedores, enciclopédias, pianos, aparelhos de jantar de porcelana: mais do que pelas coisas que todos os dias são fabricadas vendidas compradas, a opulência de Leônia se mede pelas coisas que todos os dias são jogadas fora para dar lugar às novas. (CALVINO, 2000, p. 48)

Mais ainda, os rejeitos de Leônia produzidos ontem esperam pelo caminhão de “lixo”. Os leonianos não se perguntam para onde os lixeiros levam esse “lixo”. Para fora da cidade, óbvio, de preferência para bem longe. E quando as cidades se expandem os depósitos de “lixo” devem recuar para mais longe (CALVINO, 2000). “E um estranho como Marco Pólo³⁸ olhando (...) ficaria imaginando se a verdadeira paixão dos leonianos na verdade não seria “o prazer de expelir, descartar, limpar-se de uma impureza recorrente”. (...) Como os leonianos se superam na sua busca por novidades”. (BAUMAN, 2005a, p. 08)

³⁶ Invisíveis porque são impossíveis de serem mapeadas e, conseqüentemente, localizadas. São 55 cidades, lugares imaginários, sempre com nome de mulher, por onde Marco Pólo teria passado: Diomira, Isidora, Dorotéia, Zaíra, Anastácia, Tâmara, Zora, Despina, Zirma, Isaura, Maurília, Fedora, Zoé, Zenóbia, Eufêmia, Zobeide, Ipásia, Armila, Cloé, Valdrada, Olívia, Sofrônia, Eutrópia, Zemrude, Aglaura, Otávia, Ercília, Bauci, Leandra, Melânia, Esmeraldina, Filide, Pirra, Adelma, Eudóxia, Moriana, Clarisse, Eusápia, Bersabéia, Leônia, Irene, Argia, Tecla, Trude, Olinda, Laudômia, Perízia, Procóbia, Raíssa, Ândria, Cecília, Masória, Pentelília, Teodora e Berenise, organizadas em 11 temas: as cidades e a memória, as cidades e o desejo, as cidades e os símbolos, as cidades delgadas, as cidades e as trocas, as cidades e os olhos, as cidades e os nomes, as cidades e os mortos, as cidades e o céu, as cidades contínuas, as cidades ocultas. (CALVINO, 2000)

³⁷ Escritor nascido em Cuba em 1923 (seus pais, cientistas italianos, estavam de passagem em Cuba no momento do seu nascimento, mas foi criado na Itália, onde faleceu em 1985), autor do romance ficcional “As cidades invisíveis”, publicado em 1972.

³⁸ Em “As cidades invisíveis”, na vida do maior viajante de todos os tempos, o veneziano e mercador Marco Pólo, numa versão transfigurada da personagem Scherazade, narradora fictícia das histórias das “Mil e uma noites”, há uma proibição: ele não pode não contar. Sua obrigação é narrar para o grande conquistador Kublai Khan as inumeráveis cidades que visitou em suas missões diplomáticas pelo império mongol. Tal famoso imperador dos tártaros, a criatura mais poderosa da terra, tem um desejo: montar um império perfeito a partir dos relatos que ouve de Marco Pólo. (CALVINO, 2000)

Os leonianos estão produzindo montanhas gigantescas de “lixo”, mas será que lembram delas, enxergam as mesmas? De fato. “Às vezes sim, em particular quando uma rara golfada de vento leva a seus lares novos em folha um odor que lembra um monte de lixo, e não os produtos plenamente frescos (...), e perfumados expostos nas lojas de novidades” (BAUMAN, 2005a, p. 08). Por abrigarem perigos conhecidos ou não, os leonianos têm horror dessas montanhas de “lixo”. Desprezam, detestam a feiúra delas, o seu fedor. Quanto mais crescem na altura, maior é o risco de desmoronamento. “Odiariam os dejetos de seus devaneios de ontem tão apaixonadamente quanto amaram as roupas da moda e os brinquedos de último tipo”. (id)

Desesperados, não aceitariam a simples verdade de que os odiosos montes de lixo só poderiam *não existir* se, antes de mais nada, não tivessem *sido feitos* (por eles mesmos, os leonianos!). Eles se recusariam a aceitar que (como diz a mensagem de Marco Pólo, que os leonianos não ouviriam), “à medida que a cidade se renova a cada dia, ela preserva totalmente a si mesma na sua única forma definitiva: o lixo de ontem empilhado sobre o lixo de anteontem e de todos os dias e anos e décadas”. (...) Em vez de preservarem o que afirmam amar e desejar, só conseguem tornar permanente o lixo. (ibid, p. 09) (Grifos do autor)

Como no romance ficcional “As cidades invisíveis”, cada vez mais os centros urbanos se deparam com a problemática do aumento da produção e/ou descarte constante dos resíduos (lixo). As mercadorias que legitimam e/ou servem ao mercado consumista são cada vez mais velozmente descartáveis, pois a prioridade não é o acúmulo de bens, mas o uso de descarte dos mesmos com o objetivo de abrir espaço para as novidades lançadas pelo mercado. Nesse sentido, nada parece ser duradouro, pois o originado hoje será antigo amanhã. E assim, sucessivamente, são produzidas toneladas e mais toneladas de “lixo”.

É o aumento do poder de consumo de alguns setores e o perfil de consumo da população, onde os produtos são cada vez mais descartáveis e, portanto, tornam-se “lixo” mais rapidamente, que são importantes para entender o aumento excessivo da quantidade de “lixo” que é produzida.

Lipovetsky (1989), sobre o assunto, apesar de apontar enquanto características da “sociedade de consumo” a “elevação do nível de vida”, a “abundância das mercadorias e dos serviços”, o “culto dos objetos e dos lazeres”, e também a “moral hedonista e materialista, etc.” (p. 159), destaca que “*estruturalmente*” (Grifo do autor) é a generalização do processo de moda que a legitima especificamente, no sentido de que a

mesma possibilita o constante descarte das mercadorias e consequente aumento na produção de “lixo”.

A sociedade centrada na expansão das necessidades é, antes de tudo, aquela que reordena a produção e o consumo de massa sob a lei da *obsolescência*, da *sedução* e da *diversificação*, aquela que faz passar o econômico para a órbita da forma moda. (...) Forma moda que se manifesta em toda a sua radicalidade na cadência acelerada das coisas industriais. A lógica econômica realmente varreu todo ideal de permanência, é a regra do efêmero que governa a produção e o consumo dos objetos. (LIPOVETSKY, 1989, p. 159-160) (Grifos do autor)

Do ponto de vista histórico, a moda é um fenômeno do mundo ocidental moderno, não estando ligada, especificamente, a um objeto determinado, apesar de ter sido iniciada no âmbito do vestuário entre os grupos aristocráticos,³⁹ se expandindo, posteriormente, para todas as esferas da vida cotidiana e grupos das sociedades modernas. (BARBOSA, 2008)⁴⁰

A moda, que caracteriza o consumo moderno (...) é um mecanismo social expressivo de uma temporalidade de curta duração, pela valorização do novo e do individual. (...) A moda é dominada pela lógica das mudanças menores. É o império do detalhe sob o fundo mais permanente. (...) Ela possui como princípio regulador e constante o gosto pela novidade e não a promoção de mudanças fundamentais. (BARBOSA, 2008, p. 24-25)

³⁹ Bueno (2008, p. 09) destaca que “Maria Antonieta foi a primeira monarca francesa a sucumbir como vítima da moda” e estilo burguês. Tal observação foi extraída do livro de memórias da camareira real Madame Campan, indicando a sedução de Antonieta pela simplicidade, pela descontração do estilo de vida burguês, em contraste ao luxo, ao peso e anacronismo de seus trajes oficiais. “Dividida entre dois códigos de aparência incompatíveis, ela sofre reprimendas frequentes por priorizar, na escolha de suas roupas, interesses subjetivos como o desejo de se embelezar. Descuidando eventualmente de seus compromissos com a preservação da imagem de fausto e esplendor prescrita pela etiqueta de Versalhes”. (p. 09-10)

⁴⁰ Lipovetsky (1989) apresenta a contribuição incontestável do papel da moda no processo parcial de igualação das aparências. Ela permitiu introduzir continuamente novidades, tomando como exemplo os contemporâneos e não mais o passado. A moda, ainda, “permitiu dissolver a ordem imutável da aparência tradicional e as distinções intangíveis entre os grupos” (p. 41). Favoreceu ousadias e transgressões diversas, seja entre a burguesia como entre os nobres. É nesse sentido que a moda deve ser pensada como instrumento da igualdade de condições, a partir do momento em que ela alterou o princípio da desigualdade hierárquica presente no vestuário, minando “os comportamentos e os valores tradicionalistas em benefício da sede das novidades e do direito implícito à “bela aparência” e às frivolidades” (p. 42). A moda permite uma ruptura com a forma de socialização que se vinha exercendo: a lógica imutável da tradição. Por isso institui um sistema social de essência moderna, liberto do domínio do passado. É o presente, agora, que se impôs como eixo temporal que rege a vida dos indivíduos. Aqui o ritmo precipitado das frivolidades instala-se de modo sistemático e durável. “Coação coletiva, a moda permite com efeito uma relativa autonomia individual em matéria de aparência, institui uma relação inédita entre o átomo individual e a regra social. O próprio da moda foi impor uma regra de conjunto e, simultaneamente, deixar lugar para a manifestação de um gosto pessoal: é preciso ser como os outros e não inteiramente como eles, é preciso seguir a corrente e significar um gosto particular. (...) O mimetismo da moda não pode ser apreendido fora desse “individualismo criativo”, historicamente inédito”. (LIPOVETSKY, 1989, p. 44-45)

Dessa forma, “o que, na sociedade contemporânea, chamamos de “lixo” nada mais é que o conjunto dos dejetos gerados pela produção e pelo consumo de mercadorias” (CARNEIRO; CORRÊA, 2008, p. 135), estas que podem ser renovadas incessantemente pelo “império” da moda e a partir, também, dos avanços tecnológicos incorporados às mesmas, fazendo com que os indivíduos almejem esses produtos de última geração.⁴¹

Mas, quais os motivos que permitem à população esse constante querer mais e consequente descarte das mercadorias? Por que consumimos de uma maneira voraz, insaciável, como um desejo bulímico?

Campbell (2001), investigando sobre as possibilidades da “sociedade de consumo” em sua obra “A Ética Romântica e o Espírito do Consumismo Moderno”, apresenta em suas discussões sobre o consumismo influências do movimento romântico do século XVIII enquanto fato histórico determinante para a compreensão do comportamento do consumidor moderno. Aqui, o autor demonstra os vínculos entre os valores românticos e o consumismo moderno, apontando as relações mais profundas entre o comportamento insaciável do hedonista moderno e o romantismo.

O consumo, portanto, sendo uma forma de procedimento econômico, devia ser colocado no lado oposto da vida em relação a tudo o que consideramos “romântico”. Ao contrário disso tudo, há um significativo fenômeno moderno que liga as duas coisas. A tese defendida por Campbell (2001) é que o romantismo e/ou o ingrediente romântico da cultura teve um papel fundamental no desenvolvimento do próprio consumismo moderno, facilitando a formação da sociedade de consumo moderna.

O autor fala da necessidade de se criar uma teoria mais adequada do consumo moderno que dê conta de uma questão central: como os indivíduos conseguem desenvolver um programa regular e interminável de estar sempre necessitando, em relação a bens e serviços?

Para explicar a origem dessa insaciabilidade por coisas novas Campbell apresenta uma alteração no padrão de gratificação das pessoas ocorridas em torno do século XVIII, onde, nesta época, teríamos passado do hedonismo tradicional para o moderno. Ora, a perspectiva campbelliana aponta o hedonismo moderno como elemento aparentemente responsável pela transformação do hedonista tradicional em contemporâneo.

⁴¹ Como exemplos, aparelhos de TV, celulares, computadores etc.

O hedonismo tradicional ou realista se caracteriza pelo prazer oriundo das sensações que são obtidas através de estímulos exteriores. As experiências, aqui, são valorizadas na medida em que geram prazeres.

O hedonismo tradicional envolve mais uma preocupação com os “prazeres” do que com o “prazer”, havendo um mundo de diferença entre valorizar uma experiência porque (entre outras coisas) ela dá prazer e valorizar o prazer a que as experiências podem levar. O primeiro é do antigo modelo, e os seres humanos de todas as culturas parecem concordar sobre uma lista básica de atividades que são “prazeres” nesse sentido, tais como comida, bebida, relações sexuais, sociabilidade, canto, dança e jogos. (CAMPBELL, 2001, p. 102)

No caso acima, a preocupação primordial é com o aumento do número de vezes em que a pessoa é capaz de desfrutar dos “prazeres” da vida. Deste modo o hedonista tradicional tenta passar cada vez mais tempo comendo, bebendo, fazendo sexo e dançando. “O índice hedonístico, aí, é a incidência de prazeres por unidade de vida”. (id)

Porém, argumenta Campbell (2001), desde que o prazer é uma qualidade da experiência, ele pode, pelo menos em princípio, ser julgado presente em todas as sensações.

Consequentemente, a busca do prazer, teoricamente, é uma possibilidade que está sempre presente em potencial, contanto que a atenção do indivíduo seja dirigida para a cuidadosa manipulação da sensação, em vez de para as convencionalmente identificadas fontes de prazer. (p. 102)

O objetivo essencial do hedonista tradicional é espremer tanto da qualidade do prazer quanto for possível, e todas aquelas sensações que realmente experimenta durante o decurso do processo de viver.

Para Campbell (2001), a chave para o desenvolvimento do hedonismo moderno está no deslocamento da preocupação primordial das sensações para as emoções.

No hedonismo moderno, a emoção e o desejo, juntamente com certo grau de imaginação, ocupam lugar central no que poderíamos denominar de natureza do consumismo moderno. “Nesse sentido, o hedonista contemporâneo é um artista do sonho, que as especiais habilidades psíquicas do homem moderno tornaram possível” (CAMPBELL, 2001, p. 115). É o hedonismo mentalístico, por isso “tudo”, menos materialista, possível pelo devaneio autoilusivo que se dá em relação com o *daydream* (o mecanismo de controle da imaginação, ou seja: o autocontrole) e por isso mesmo com

possibilidade do indivíduo criar fantasias convincentes. (CAMPBELL, 2001; BARBOSA, 2008)

No hedonismo moderno os bens e serviços, assim como as propagandas, se transformam em “detonadores” de *daydreams*. Os consumidores, então, não procuram nos produtos e serviços às famosas satisfações das necessidades, mas o prazer das experiências autoilusivas. Como por exemplo, a partir de um bem um conjunto de associações prazerosas pode ser feito. Assim, o objetivo dos consumidores é experimentar na vida real os prazeres vivenciados na imaginação, e o produto é percebido como oferecendo uma possibilidade de realizar esse desejo. (CAMPBELL, 2001; BARBOSA, 2008)

A atividade fundamental do consumo, portanto, não é a verdadeira seleção, a compra ou uso dos produtos, mas a procura do prazer imaginativo a que a imagem do produto empresta, sendo o consumo verdadeiro, em grande parte, um resultante desse hedonismo mentalístico”. (CAMPBELL, 2001, p. 130)

Mas o que explica a ênfase na novidade e a insaciabilidade consumista? De acordo com Campbell (2001), exatamente pelo fato da realidade sempre ficar aquém da imaginação, já que ela nunca pode proporcionar os prazeres perfeitos encontrados nos devaneios, a cada nova compra há uma nova desilusão, e assim o consumidor está determinado a sempre achar novos produtos que sirvam como objetos de desejo a serem repostos.

É nesse sentido que Campbell (2001) afirma que o espírito do consumismo moderno é tudo, menos materialista. O que percebemos aqui, nesta perspectiva, é um processo de individualização possível pela atividade consumista. É um tipo de consumo não mais orientado para o outro, para o grupo social, mas orientado para si mesmo, sendo, segundo Lipovetsky (2007), um “valor experiencial”; um consumo como expressão de identidades e subjetividades.

Na era do hiperconsumismo, argumenta Lipovetsky (2007),⁴² o consumo, ele próprio, ordena-se a cada dia em função de fins, gostos e critérios individuais, onde as motivações privadas superam, e muito, as finalidades distintivas, o *status*. Assim, a

⁴² Lipovetsky (2007), em sua obra “A Felicidade Paradoxal: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo”, apresenta as três eras do capitalismo de consumo e/ou uma divisão cronológica da sociedade de consumo: Fase I, que se inicia por volta de 1880 e chega ao fim com a Segunda Guerra Mundial; Fase II, direcionada principalmente pela marcante economia fordista, que se estabeleceu em torno de 1950 e apresentou-se como modelo puro da sociedade do consumo de massa; e Fase III, desenvolvida desde 1970, chamada pelo autor de sociedade do hiperconsumo, caracteriza-se exatamente pela insaciabilidade dos consumidores.

sociedade de consumo atual,⁴³ a hiperconsumista, é principalmente, emocional e subjetiva, quando os indivíduos desejam objetos para viverem e não por sua utilidade ou necessidade.

O hiperconsumidor, então, é hiperindividualista, é um *Homo consumericus*, onde o mesmo se impõe como o senhor do tempo, desajustado, instável e flexível, liberto das antigas culturas de classe, imprevisível em seus gostos e em suas compras. “De um consumidor sujeito às coerções sociais da posição, passou-se a um hiperconsumidor à espera de experiências emocionais e de maior bem-estar, de qualidade de vida e de saúde, de marcas e de autenticidade, de imediatismo e de comunicação” (LIPOVETSKY, 2007, p. 14). Ele deseja o conforto psíquico, harmonia interior via desabrochamento subjetivo.

Note-se, se o desejo fosse realmente à posse de bens materiais a tendência seria acumulação de objetos e não o descarte rápido dos mesmos e a busca por algo novo. Aqui, os bens de consumo, neste contexto, passam também a configurar uma situação inédita da sociedade, pois, pela primeira vez na história da humanidade, livrar-se dos objetos se torna tão ou mais importante do que a mera posse dos mesmos. Ora, aqui os consumidores não se importam de destinar à lata de “lixo” tudo aquilo que acreditam que já tenha ultrapassado seu tempo de uso.

Isso explica que a questão do “lixo”, que tem papel primordial nesse contexto, por ser o produto fundamental e mais abundante desse tempo, está intrinsecamente ligada ao modelo de desenvolvimento que vivemos, vinculada ao consumo descomedido e por adquirirmos coisas que não são, objetivamente, necessárias. Assim, o aumento da produção de “lixo” é consequência da elevação do consumo desenfreado – o consumismo –, juntamente com o aumento populacional e/ou da expectativa de vida e do poder de compra dos indivíduos, que favorece, também, o aumento do consumo. Temos como resultado uma sociedade que a cada dia consome mais.

Para se ter uma ideia, apenas no Brasil, em todos os municípios, segundo pesquisa realizada no ano de 2000, são produzidas cerca 125,281 mil toneladas de resíduos (lixo) domiciliares⁴⁴ por dia, o que é um número bastante significativo.⁴⁵

⁴³ “Coincidentemente” a sociedade de hiperconsumo se consolida exatamente no período da crise do Socialismo e de suas ideias de igualdade social juntamente com a retomada do individualismo e de tudo aquilo que o caracteriza: a reflexividade e interioridade na determinação dos desejos do indivíduo que são prioritários em relação ao compromisso com o mundo externo.

⁴⁴ Dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2000.

⁴⁵ Quanto ao índice de massa coletada *per capita* de resíduos sólidos domiciliares e públicos (ano de 2009), os valores médios vão de 0,81kg/hab./dia na região sul até 1,47kg/hab./dia na região centro-oeste. O valor da média nacional é de 0,96kg/hab./dia (Dados do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento – SNIS, Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos, 2009)

Também não podemos deixar de enfatizar aqui que antes da Revolução Industrial o “lixo” produzido era formado principalmente de matéria orgânica, sendo, dessa forma, fácil de eliminá-lo, o que não ocorre com grande parte do “lixo” produzido atualmente, decorrente das inovações tecnológicas no seguimento dos meios de comunicação e também dos eletrodomésticos.

É a partir dessa conjuntura que podemos apontar a emergência dos catadores de materiais recicláveis, ou seja, grupos que vivem do “lixo” – se apropriando dos restos da sociedade para retirarem dali sua sobrevivência –, segmento social que tem crescido bastante nos últimos anos. É na situação do desemprego e frente à quantidade imponente de resíduos urbanos e desperdícios que,⁴⁶ segundo Armando e Castilho (2002), a situação do “lixo” emerge como uma possibilidade para obtenção de algum auxílio que permite a satisfação das necessidades básicas desses indivíduos e de sua família, como, por exemplo, a alimentação.

VIVENDO DO “LIXO”

O fenômeno social do desemprego é observado em nível mundial. Em países subdesenvolvidos, cujas economias não conseguem prover o crescimento populacional, a situação de desemprego é agravada pela relação com a crescente mecanização e informatização dos processos de trabalho, além das altas taxas de analfabetismo e/ou precariedade na formação escolar. Aqui, cargos que antes eram desempenhados por pessoas sem instrução/qualificação são substituídos por outros que exigem conhecimento e formação, excluindo muitos trabalhadores do mercado.⁴⁷

Esse imbricamento entre os rejeitos físicos (lixo) e humanos (excluídos) da sociedade revela uma dimensão perversa da modernidade: o aumento da produção de bens com componentes cada vez mais descartáveis, paralelamente ao aumento da produção de desempregados, dois elementos dialeticamente conexos. (BURSZTYN, 2003, p. 21)

⁴⁶ “A competitividade e a concorrência capitalistas, ao mesmo tempo que gera eficiência e riqueza econômica, e apenas nessa medida, também produzem miséria social e depredam a natureza. O desemprego e a exclusão social avançam *pari passu* com os problemas ambientais, sendo o “lixo” urbano um dos mais graves, o qual também se tornou um problema político e de difícil solução, já que nenhuma comunidade quer um aterro como vizinho”. (LIMA; OLIVEIRA, 2008, p. 225)

⁴⁷ No próximo capítulo iremos discutir sobre a produção de uma “ralé” estrutural no Brasil, formada por pessoas inaptas, ou socializadas precariamente, às exigências dos cargos de trabalho disponíveis no mercado capitalista.

Bauman (2005a) apresenta esses humanos excluídos como sendo parte de outro tipo de “lixo” também inevitável na nossa sociedade e, conseqüentemente, igualmente produzido pela “sociedade de consumo”: é o “lixo” humano, de pessoas descartáveis ou “refugadas”; o refugo humano. É no centro das transformações criadas pelo capitalismo, ou, mais claramente, pela globalização, que um indeterminado número de seres humanos está sendo deixado do “lado de fora”. As conseqüências do processo de globalização trazem exclusão, desemprego, fome, morte. (BAUMAN, 2005a)

A produção de “refugo humano”, ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (os “excessivos” e “redundantes”, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernidade, e um acompanhamento inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da *construção da ordem* (cada ordem define algumas parcelas da população como “deslocadas”, “inaptas”, ou “indesejáveis”) e do *progresso econômico* (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriormente efetivos de “ganhar a vida” e que, portanto, não consegue senão privar seus praticantes dos meios de subsistência). (BAUMAN, 2005a, p. 12) (Grifos do autor)

Faz parte dessa imensa massa de “resíduo humano” os milhares de refugiados, de asilados, de pobres em países ricos, considerados o refugo da globalização. (BAUMAN, 2005a)

Enfatiza Bauman (2005a) que o grande problema atual dos Estados, diante do crescimento incontrolável desse “lixo” humano, que não puderam ser aproveitadas e reconhecidas numa sociedade cada vez mais seletiva, é que destino dar a esse “lixo”. Esse “lixo” humano, denominado de “subclasse”, ou exilados para a “subclasse”, “não podem ser visualizados, nem mesmo por um vôo da imaginação, como se constituíssem uma “totalidade” significativa e integrada”. (BAUMAN, 2008, p. 157)

Essa definição comportamental denomina pessoas pobres que abandonaram os estudos, não trabalham e, caso sejam mulheres jovens, têm filhos sem o benefício do casamento e vivem da previdência social. A subclasse comportamental também inclui o sem-teto, mendigos e pedintes, pobres viciados em álcool e drogas, além dos criminosos de rua. (...) Na realidade, a própria flexibilidade da definição comportamental é que propicia que o termo se torne um rótulo capaz de ser usado para estigmatizar os pobres, seja lá qual for seu verdadeiro comportamento. (GANS, 1995, *apud* BAUMAN, 2008, p. 157)

É por isso que essa “subclasse”, o “lixo” humano, é formada de uma reunião heterogênea e bastante variada. Mas Bauman (2008) reflete sobre o que poderia unir, “dar

pelo menos uma aparência de sentido ao ato de juntar” (p. 157) realidades aparentemente tão diferentes.

Uma característica que de fato os une é que outras pessoas (...) não vêem boas razões para que esses cidadãos estigmatizados existam e imaginam que elas próprias estariam melhor se eles não estivessem por perto. Determinados homens e mulheres são reunidos na subclasse porque são vistos como inúteis. (id)

No caso do Brasil o aumento do número de “lixo” humano, de “inúteis”, relaciona-se com o alto índice de desemprego. E quanto mais o Brasil entra no “processo de modernização” maior é o número de “pessoas desnecessárias” e/ou incapazes de corresponder às exigências do mercado.

Essa crescente população pauperizada, desempregada e/ou não empregável, “vê-se na contingência de sobreviver à custa dos mais variados expedientes, tais como os pequenos delitos criminais individuais, o engajamento no crime organizado ou a execução do trabalho braçal informal de baixíssima remuneração (...)”. (CARNEIRO; CORRÊA, 2008, p. 138)

Em resposta a situação do desemprego e também por serem incapazes de corresponder às exigências do mercado, esses seres humanos criam mecanismos de inclusão a partir do ingresso dos mesmos em empregos informais, como ambulantes, flanelinhas, catadores e tantos outros empreendimentos normalmente voltados à reprodução da vida.

Assim, diante da situação do desemprego, à falta de oportunidade de ingressar no mercado formal de trabalho, que exige cada vez mais qualificação das pessoas, e frente à quantidade imponente de resíduos urbanos e desperdícios, o “lixo” surge para vários seres humanos como alternativa para obterem algum recurso que permite a satisfação de suas necessidades “supostamente” básicas, sobrevivendo dos restos que a “sociedade de consumo” produz. Esses indivíduos são os catadores,⁴⁸ que catam e separam do “lixo” o material reciclável numa quantidade que seja suficiente para vender.

Barros e Pinto (2008) enfatizam que foi a partir da década de 1980 que, no Brasil, a preocupação com os recursos naturais não renováveis e com a crescente produção de “lixo” colocou em cena uma importante alternativa a esses problemas: a reciclagem. “Sua

⁴⁸ É imprescindível comentar aqui que a maior parte do material reciclável é fruto do trabalho dos catadores que trabalham nos “lixões” e nas ruas.

importância está associada tanto a questão ambiental quanto à possibilidade que oferece de ser fonte de trabalho e renda para os excluídos do mercado formal de trabalho”. (p. 65)

Estima-se que atualmente 1 (um) a cada 1000 (mil) brasileiros é catador de materiais recicláveis, e 3 (três) a cada 10 (dez) gostariam de permanecer na cadeia produtiva da reciclagem, mesmo que existisse outra alternativa de trabalho e renda.⁴⁹

Há diferentes tipos de catadores, assim caracterizados: a) **trecheiros**: que, como nômades, vivem no trecho entre uma cidade e outra, catando materiais recicláveis, como latas, por exemplo; b) **catadores dos lixões**: que catam de dia e/ou à noite, construindo sua própria jornada de trabalho. Alguns residem nos lixões; c) **catadores individuais**: que catam sozinhos ou acompanhados, geralmente, de pessoas da própria família. Estes constroem seus próprios carrinhos (alguns usam tração animal para puxar a carroça) ou muitas vezes usam o carrinho emprestado pelo comprador de materiais recicláveis, ou seja, o sucateiro e/ou depositista; d) **catadores organizados**: organizam-se em grupos autogestionários onde todos são donos do empreendimento, legalizados ou em fase de legalização, como cooperativas, associações, ONGs (Organizações Não Governamentais) ou OSCIPs. (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público; normalmente são sociedades civis, sem fins lucrativos, de direito privado e de interesse público).⁵⁰

Aqui, precisamente, iremos relatar o trabalho de catação de materiais recicláveis realizado pelos catadores entrevistados, evidenciando, a partir de suas histórias de vida, a inserção dos mesmos neste tipo de trabalho, as supostas vantagens e desvantagens do trabalho de catação, bem como as diferenças apresentadas entre a catação realizada no “lixão”, nas ruas da cidade e nas cooperativas.

A Catação no Lixão Municipal e nas Ruas da Cidade

⁴⁹ Informações obtidas no site << <http://www.lixo.com.br>>>, criado em 1996 e acessado em maio de 2011.

⁵⁰ Ver informação no site << <http://www.lixo.com.br>>>.

“Lixo” (resíduo), obviamente, é tudo aquilo que nós jogamos fora por não quisermos mais ou por não percebermos uma utilidade imediata.⁵¹

Oliveira et al (2004) salienta que o processo de geração de resíduos sólidos é um fenômeno inerente, inevitável, ao cotidiano da sociedade, pois todas as atividades humanas, independentemente da cultura e/ou época, geram rejeitos. Assim, “a exploração, o processamento e a transformação dos recursos naturais, a circulação e a aquisição dos bens de consumo modificam o ambiente natural e geram subprodutos ou resíduos” (p. 37). Entretanto, um dos maiores problemas enfrentados na atualidade no que se refere aos resíduos sólidos urbanos “não está na sua geração em si” (id), mas no aumento acelerado na produção dos mesmos e consequente falta de locais e sistemas adequados para a sua disposição final.

O município de Campina Grande – PB também enfrenta este problema, visto que os resíduos são coletados e descartados sem que haja nenhuma separação e/ou reaproveitamento, além de não dispor de aterro sanitário,⁵² “que seria a forma mais adequada para a destinação dos resíduos gerados na cidade, nem de outras formas de acondicionamento para estes resíduos”. (PEREIRA; MELO, 2008, p. 205)⁵³

⁵¹ “Existem vários tipos de resíduos, como: o RESÍDUO DOMICILIAR, aquele que produzimos em nossas casas. São os restos de alimentos, produtos de limpeza, jornais, revistas, garrafas, papel higiênico e embalagens em geral; o RESÍDUO COMERCIAL, gerado nos estabelecimentos comerciais e de serviços. São papéis, plásticos, embalagens etc; o RESÍDUO PÚBLICO, aqueles originados dos serviços de limpeza pública urbana, como os resíduos de varrição e restos de podas de árvores; o RESÍDUO DE SERVIÇOS DE SAÚDE E HOSPITALAR, que são os resíduos sépticos, como as agulhas, seringas, gases, algodões etc. Há também os resíduos assépticos, como os papéis, restos de alimentos, resíduos de limpeza e outros; o RESÍDUO INDUSTRIAL, originado nas atividades de indústrias metalúrgicas, químicas, petroquímicas, papelarias, alimentícias etc. Nessa categoria incluem-se lodos, plásticos, papel, madeira, fibras, borracha, metal, vidros, cerâmicas e lixo tóxico; e o RESÍDUO AGRÍCOLA, aqueles resíduos das atividades agrícolas e da pecuária, como embalagens de adubos, defensivos agrícolas, de ração, de restos de colheita. Existe ainda o ENTULHO, que são os resíduos da construção civil e de demolições, solos de escavações”. (AMORIM et al, 2010, p. 163)

⁵² “Os Aterros Sanitários são locais onde o lixo é depositado, tendo como base critérios de engenharia e normas operacionais específicas que permitem a confinamento segura do lixo, em termos de controle da poluição e proteção do meio ambiente. No aterro, o lixo é comprimido por máquinas que diminuem seu volume. Com o trator, é empurrado, espalhado e amassado sobre o solo, o que se chama de compactação. Depois de compactado, é coberto por uma camada de areia, diminuindo cheiros, evitando incêndios e impedindo a proliferação de insetos e roedores”. (AMORIM et al, 2010, p. 163-164)

⁵³ “No caso específico do município em pauta, a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos realiza 10% da coleta de resíduos do município, os 90% restantes são coletados por empresas terceirizadas. (...) A dotação orçamentária do município é da ordem de R\$ 174 milhões, cuja fonte de recursos é proveniente de repasse federal, estadual e municipal. Na legislação municipal, cabe ao município a execução dos serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos coletados. A coleta dos resíduos sólidos urbanos é feita com regularidade, sendo realizada em dias alternados, com exceção do centro comercial, onde é realizada diariamente, sempre no terceiro turno de trabalho – à noite”. (PEREIRA; MELO, 2008, p. 201-202)

Os resíduos sólidos gerados diariamente do referido município⁵⁴ são coletados e dispostos a céu aberto no “Lixão do Mutirão”,⁵⁵ pertencente à Prefeitura Municipal.

De acordo com Leite, Prasad e Lopes (2003, *apud* PEREIRA; MELO, 2008), a área do “lixão” municipal foi ocupada desde a década de 1990. “A primeira ação impactante foi à erradicação da cobertura vegetal do terreno, provocando a degradação da paisagem natural e desvalorização econômica da área”. (p. 205)

No “lixão” do município de Campina Grande não existe nenhum tipo de controle prévio do que é descarregado e não há nenhuma preocupação no tocante à saúde pública, principalmente para com a população⁵⁶ que termina se instalando no interior do próprio “lixão”. (PEREIRA; MELO, 2008)

No tocante às questões sociais, dentre os problemas que os “lixões” causam, destaca-se o fato de que os mesmos acabam atraindo famílias que, por não terem aonde trabalhar e morar fazem da “catação” de resíduos um meio de sobrevivência e acabam por formar comunidades no local de “trabalho”, apresentando uma forma sub-humana de sobrevivência. (p. 207)

Se referindo aos catadores entrevistados,⁵⁷ há casos que foi preciso o catador morar “dentro” do próprio “lixão”:

Minha vida na época era muito trabalhosa. Eu criava cinco filho, vivia no roçado trabalhando. (...) Aí criava esses filho sozinha, aí eu tinha uma irmã que trabalhava no lixão, aí me chamou, me convidou pra ir por lixão. Aí nos *fumo* pro lixão e acabou-se a minha vida ali, até hoje, graças a Deus, eu *tô* bem. (...) Minha irmã me levou, me explicou tudo como era que fazia, morei 14 anos lá no lixão, criei minhas

⁵⁴ Conforme fontes de Pereira e Melo (2008, p. 202), “segundo a Secretária de Obras e Serviços Urbanos do Município, são coletados, mensalmente, 12.605,33 toneladas de resíduos na cidade, o que, diariamente, corresponderia a mais de 400 toneladas de resíduos”. “De acordo com os dados do último PNSB – Pesquisa Nacional sobre Saneamento Básico, realizado pelo IBGE, em 2000, o município de Campina Grande possui 90,8% dos domicílios atendidos pela coleta dos resíduos domiciliares, o que resta é queimado (2.6%), enterrado (0.4%), jogado em terrenos baldios (5.5%), em rios ou lagos (0.3%) e outras formas de descarte (0.3%)”. (ibid, p. 204)

⁵⁵ Localizado na alça sudoeste da cidade, rodovia BR 230, inserido em um terreno bastante irregular, de difícil acesso, no bairro do Mutirão, cerca de 8 km do centro urbano, ocupando uma área de 35 hectares, recebendo o lixo domiciliar de todos os bairros da referida cidade, bem como o lixo hospitalar. Segundo Dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico realizada pelo IBGE em 2000, 52,8% dos municípios Brasileiros dispõem seus resíduos em lixões.

⁵⁶ Cerca de 4.504 catadores retiram a sua sobrevivência do “lixão” de Campina Grande – PB. (PEREIRA; MELO, 2008)

⁵⁷ No intuito de resguardarmos o sigilo das falas dos catadores entrevistados optamos em usar um código de identificação dos mesmos composto por duas letras, assim distribuídas: AA, AB, AC..., AH; BA, BB..., BI. Após a indicação das duas letras, o F é colocado quando a pessoa é do sexo feminino, e M do sexo masculino. Apenas o secretário/diretor financeiro da CATAMAIS não possui esse código e desta forma a sua referida função será usada como indicativo da fala que é de sua autoria.

filha lá dentro, numa barraquinha, e hoje em dia tenho uma casa pra morar, trabalho aqui, graças a Deus, isso aqui é meu porto. (BA-F, 62 anos)

Eu *abandonei* a sala de aula pra *trabaiá* e *ajudá* mãe em casa, com oito ano de idade, no lixão. O lixão tava aqui no Parque da Criança,⁵⁸ aqui perto..., por trás da Escola Félix Araújo aqui. E o primeiro lixo que eu trabalhei foi lá. É..., mais *tá* dentro de cinco anos que eu saí do lixão. Foi pra ajudar a mãe. (...) Ela *num* era aposentada, trabalhava nas cozinha de cozinheira e o meu irmão *mai* velho *num* gostava de ajudar, *num* trabalhava, era... (...) Eu caçava com uma carroça aqui no centro, com uma carrocinha de mão, eu e meu irmão pequeno com uma carrocinha de mão. Aí eu passei uma vez lá na frent..., por trás da Escola Félix Araújo, ali, no Catolé⁵⁹ (...). Aí tinha um lixo lá, *mei* mundo de lixo chegando lá e eu era catando, *butando* na carroça, e levando *pa* feira. Vendia na feira, na carrocinha. Aí teve um tempo que os povo foi chegando e fazendo barraca, eu também *fí* um barraco, e já fui buscar meu irmão... A minha juventude todinha foi dentro do lixão. Eu morava dentro do lixão. Trabalhava segunda e terça e vendia na quarta e levava o dinheiro pra mãe, vinha aqui trabalhava sexta e sábado. (BG- M, 39 anos)

Na catação desde meus cinco ano de idade que minha mãe acompanhou o lixo, sabe? Esse lixão. (...) Só que *nói* desde de cinco anos que eu acompanho. Só que assim, *né*, assim o período, *né*, *passêmo* três ano fora, *passêmo* três ano fora do lixo e aí *num* deu certo, aí *viêmo* de novo pro lixo de novo, aí passa *mai* um ano, pronto, só que a gente agora já vai *fazê* uns quinze ano que *nói* *tâmo* direto no lixo. *Mai* de quinze ano. Só doze ano faz lá, *né*, no Mutirão.⁶⁰ Fora aqui foi mais três, aqui no Distrito. (...) Eu era pequeno, *né*, assim, nós morava em Zé ((José)) Pinheiro,⁶¹ lá no bairro da Cachoeira⁶² (...). Aí como nós morava na Cachoeira, aí nós *fizêmo* assim, um barraco, sabe, lá dentro do lixão. Antigamente era os barraco dentro do lixo. Aí *nói* passava o quê? Passava a semana, *né*, até o sábado lá no lixão, *né*, tudo lá, a família toda, que é seis irmão meu, são seis irmão comigo, eu sou o *mai véi*, o outro eu acho que..., no tempo eu tinha cinco ano, eu acho que os *ôtros* *num* era nem nascido. A maioria..., eu acho que era, era. É *tudim* um perto do outro. Aí passava a semana, *né*, lá, *morâmo* lá, no fim de semana, pai e mãe, *nói* ia pra casa, na Cachoeira, casa *mermo*, normal, *né*? Pai também. No início, no início, eu vou dizer assim, no início *hôme*, eu achava *rim* e na *merma* hora eu *num* achava, porque lá no lixão, foi assim, *nói* vivia em sítio, sítio, *né*, quase..., você *num* via quase ninguém, a casa é longe (...). *Num* tinha energia, sítio de verdade *mermo*, porque hoje em dia tem tudo, televisão, essas coisa, lá eu achava *melhó* porque lá pelo menos *nói* arrumava o que *comê*, *mode* que uns dava um pão, outro dava banana, *né*? (...) Assim, os *ôtros* que ia derramar os carro do lixo, *né*, aí dava a gente, *né*, dava: toma... Os motorista vê a gente, os garis, acho que com pena, *né*, nós pequeno, fazia amizade com a gente. Eu achava *melhó* nesse lixão de quê lá nos sítio. (...) Eu comecei a catar lixo *mermo* foi uns oito ano, doze anos, fui crescendo, *né*, entre

⁵⁸ Área verde de Campina Grande situada às margens do Açude Velho.

⁵⁹ Bairro situado na zona sul de Campina Grande – PB.

⁶⁰ Bairro situado no Serrotão, na zona oeste de Campina Grande – PB.

⁶¹ Bairro situado na zona leste de Campina Grande – PB.

⁶² Era uma favela localizada na zona leste da cidade de Campina Grande – PB. Em 2006 os moradores da favela foram transferidos para o bairro da Glória, localizado na divisa das zonas leste e norte da mesma cidade.

idas e vindas, *né?* Com cinco anos eu só acompanhava a minha mãe. (BH-M, 31 anos)

Morar dentro do “lixão”, por quê? Os carros de “lixo” despejam diariamente, nos períodos diurnos e noturnos, toneladas de entulhos, dejetos etc. De acordo com os catadores que trabalharam no “lixão”, o excesso de pessoas que lá estão tentando sobreviver da catação e venda de materiais recicláveis proporciona uma espécie de luta pelo “lixo”. Eles relataram casos de brigas iniciadas por disputas de “montes” de “lixo”. Inclusive uma catadora da CATAMAIS e outra da COTRAMARE (duas senhoras) falaram que lá ganhavam muito pouco porque viviam de recatar aquele “lixo” que já tinha sido catado. Para elas era difícil entrar nessa disputa.

Andrade (2004, *apud* DINIZ, 2008), analisando o cotidiano laboral dos catadores no lixão municipal, diante das dimensões conflitivas, mostra que as disputas, as discussões e as brigas constantes pelo material reciclável (lixo), assim como a sabotagem, quando colocam fogo no material separado e juntado sem ser possível impedir ou punir os sabotadores, ocorrem por não ter lei instituída no “lixão”. Tais acontecimentos proporcionavam um clima de tensão, de luta e competição constante pela sobrevivência, favorecendo a ocorrência de acidentes e agressões de uns contra os outros utilizando, inclusive, as ferramentas de trabalho (enxadinhas para mover o “lixo”) como armas.

E lá os povo só trabalha armado. Cada *lapa* de faca. (...) Porque às *vei* vem um saco pra gente cortar, *mai* às *vei* tem gente que já bota malícia mesmo, *mai* tem gente que já usa na malícia *mermo*. Tem gente que pega uma briga e já puxa a faca. Tem gente que briga por causa da reciclagem *mermo*. Pra pegar *mai*. (AA-F, 27 anos)

Percebemos esses casos de internalização da violência por parte de alguns catadores como um fenômeno que se tornou *sine qua non* da luta pela sobrevivência.

Catadores, numa exacerbada disputa por um “monte” de “lixo”, objetivando juntar a maior quantidade possível de material reciclável, parecem adotar uma postura e comportamento agressivos que permite aos outros percebê-los com certo receio. Por isso o uso e a exposição de objetos cortantes como meio de demonstrar “superioridade” perante os demais catadores para que não cheguem perto do material coletado.

Neste caso, além dos problemas ambientais e de saúde pública existentes no “lixão”, são relatadas situações provenientes de conflitos sociais presentes nas relações de trabalho e evidenciadas na hierarquia de poder exatamente porque o “lixo”, no espaço do “lixão”, é o meio de sobrevivência.

A desigualdade no Brasil é tão impressionante que aqui a gente tem muito miseráveis para pouco lixo, apesar da enorme quantidade de dejetos produzida. Isso faz com que o país seja o número um em reciclagem de latas de alumínio, e um dos países que mais reciclam no geral (95% das latas de alumínio são recicladas no Brasil (...)) Essa disputa cria uma atmosfera específica que está relacionada com a condição geral de insegurança e precariedade de trabalho. Há uma desconfiança geral entre os catadores, que costumam temer deixar seus carrinhos ou o material recolhido por mais que alguns instantes. (MAGELI; GREGGIO, 2009, p. 263)

Vê-se que territórios no “lixão” são definidos, os montes de “lixo” conquistados, pertencendo aos mais fortes, ficando as sobras para os mais frágeis. Como vimos anteriormente, esse é o caso de duas senhoras catadoras que não conseguiam uma renda razoável a partir do seu trabalho realizado no “lixão”, pois para as mesmas apenas sobrava o “lixo” já catado, sendo difícil encontrar no meio deste “lixo” material reciclável.

O próprio ambiente de disputa e a suposta ameaça às posses dos catadores, no caso o material reciclável coletado, são determinantes para que ocorram atos de violência. Obviamente que essa violência não é natural, não podendo ser confundida com disposições da natureza biológica. Porém, segundo os discursos, aquele que “puxa a faca” geralmente é homem e não mulher.⁶³

Para Silva (2009) a violência não pode ser julgada a partir da referência ao indivíduo isolado, como se emanasse exclusividade dele próprio. A internalização da violência por parte dos catadores reproduz a violência presente na sociedade.

Entre o grupo de catadores os laços de solidariedade são bastante frágeis. Na realidade temos exemplos de dissolução de laços comunitários possível pela constante luta pela sobrevivência. Porém, alguns catadores relataram que quando catavam no “lixão” associou-se a um amigo, vizinho, ou parente, no intuito de não realizar essa atividade isoladamente. Nesse sentido acreditavam que, parceiros, além de conseguirem acumular uma quantidade maior de material reciclável, pelo menos trabalhando em dupla seriam, hipoteticamente, mais respeitados.

Também foi destacado que o fato de morar no espaço destinado ao “lixão”, além de possibilitar aos catadores maiores oportunidades e/ou quantidades de recolhimento de materiais recicláveis, permite aos mesmos economia no pagamento de transporte para

⁶³ Nolasco (2001) no livro de sua autoria “De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais”, ao analisar alguns dados disponíveis em fontes como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Ministério da Saúde ou da Justiça, percebeu que a violência não se restringe a uma classe social, raça ou idade. “Mesmo que quantitativamente ela se evidencie em segmentos sociais mais desfavorecidos, a violência perpassa todos eles. Há nestes dados uma revelação interessante. São sempre os homens que definem as curvas e registros de violência. Ao se elaborar uma tabela por sexo verifica-se que a violência não tem cor, idade ou classe social, mas tem sexo”. (p. 13)

locomoção da residência do catador para o “lixão” e vice-versa. Por isso o catador que tinha casa voltava para a mesma apenas nos finais de semana, e quem não tinha morava no espaço do “lixão”, em barracos improvisados construídos com lonas, panos, estopas, sacos, pedaços de pau etc., encontrados no “lixo”.⁶⁴ Pereira e Melo (2008), em relação a esse fato, afirmam que estando dentro do “lixão” é possível aos catadores garantirem que o material recolhido durante o dia não seja roubado à noite.

Quanto ao significado de residir dentro do “lixão”, à maioria dos catadores não se posicionaram quanto a esta questão. Parecia, aos mesmos, que morar dentro do “lixão” seria algo “natural”, ou o “único jeito”. Pelo menos tinham um chão para armar um barraco ou construir uma “casinha”.

Um catador informou que na época que residia no “lixão” não tinha outra opção de moradia: “Se eu não tenho onde morar...”. (BD-M, 34 anos)

Entretanto, alguns catadores comentaram como os “outros” se sentiam, ou diziam, quando percebiam que alguns deles residiam num espaço sujo que exalava um cheiro insuportável de podridão juntamente com fumaça. Essa situação degradante, esse cotidiano extenuante e insalubre, o habitat urbano dos homens-urubus,⁶⁵ e também de cães, ratos, porcos, urubus voando e bichos peçonhentos, que deveria ser inabitável por qualquer ser humano, *era vislumbrado a partir de silhares repletos de “pena” e/ou “nejo” daqueles que por lá passavam, como estudantes e/ou pesquisadores.*

Percebe-se na fala dos catadores certa fragilidade ao refletirem as contradições da vida individual e coletiva que permitem e/ou legitimam a desigualdade social. Tal compreensão possibilitaria, como por exemplo, a explicação do desenvolvimento social e político em uma dada direção e não em outra qualquer. “É ela que permite explicar por que existem sociedades mais ou menos justas, igualitárias ou liberais”. (SOUZA, 2009, p. 41)

A aceitação e internalização dessa realidade por parte dos catadores, inclusive o fato de morar dentro do “lixão”, permite um senso compartilhado da situação vivenciada, no sentido de que a marginalização e a precariedade de suas condições de vida geralmente são percebidas como um fracasso pessoal, resultante de uma vontade individual de não

⁶⁴ Há relatos sobre a catação realizada no turno da noite, pois muitos carros de “lixo” despejam o material no referido turno. Alguns catadores informaram que quando catavam no “lixão” achavam melhor fazer essa atividade no turno da noite, pois não sentiam calor e os riscos de queimadas e queimaduras eram menores, portanto, quase não existia fumaça. O problema era o aumento da presença de muitos bichos, como ratos, por exemplo.

⁶⁵ Termo utilizado por Seabra e Neu (2003), quando se referem aos homens-urubus do lixão do Roger, situado em João Pessoa – PB.

trabalhar, não estudar, ser irresponsável etc.: “não estudei”, “casei logo”, “a mulher teve muito filho pra sustentar”, “bebia muita cachaça” etc.

Conforme Souza (2009) toda uma determinação social que constrói indivíduos propensos ao sucesso ou ao fracasso tem que ser cuidadosamente silenciada. “É isso que permite que se possa culpar os pobres pelo próprio fracasso”. (p. 43)

Sem indivíduos capazes de discutir e refletir com autonomia não existe democracia verdadeira. Sem práticas institucionais e sociais que estimulem e garantam a possibilidade de crítica e a independência de opinião e de ação, não existem indivíduos livres. O problema é que não é fácil perceber os modos insidiosos pelos quais as práticas dos poderes dominantes constroem a ilusão de liberdade e igualdade. (ibid, p. 42)

É o que Souza (2009) aponta como o uso do senso comum⁶⁶ para justificar a desigualdade, a miséria, a inserção em trabalhos insalubres e mal remunerados.

O “senso comum” é a forma das pessoas comuns, ou seja, todos nós, conferimos sentido às nossas vidas e ações cotidianas. Como a maioria das pessoas não é especialista no funcionamento da sociedade, mas necessita conhecer regras básicas de convívio social para levar suas vidas adiante, o “senso comum” preenche precisamente essa lacuna “pragmática”. Existe também a necessidade pragmática de se responder à questão “quem somos nós”, “como devemos agir”, “o que caracteriza uma sociedade justa” (...) (p. 41)

Quanto ao trabalho realizado no “lixão”, de acordo com todos os entrevistados que trabalharam nesse espaço, é considerado desvantajoso em relação ao trabalho realizado nas cooperativas, por ser perigoso, insalubre. A precariedade do trabalho executado se revelava, ainda, diante da vulnerabilidade do risco de se acidentarem.⁶⁷

Lá no lixão era (...) pra todo lado, se *butasse* as mão *num* troço (...) se pegar na sua mão furava, se pegasse numa cabeça matava na hora, e aqui não. Aqui graças a Deus, tirou do lixão, *num* tem muita poluição, era fumaça direto lá, *num* tinha muita poluição e nem poeira. Aqui você chega se arruma, lá tem os urubu, aí pronto, tem a carniça, às *vei* tem..., como é, o lixo hospitalar, vem perna de gente. (AD-M, 33 anos)

Lá no lixão leva muita poeira, tem muito risco de se cortar, se furar. Lá é muito perigoso. Na semana passada morreu um menino lá. O carro passou por cima. O

⁶⁶ “E não há campo melhor para se desconstruir e criticar as ilusões que reproduzem o poder e o privilégio em todas as suas formas que o universo do senso comum”. (SOUZA, 2009, p. 42)

⁶⁷ Foram muitos os relatos de acidentes, como por exemplo, uma catadora da CATAMAIS, de 57 anos, que, no momento da entrevista, encontrava-se com a mão gravemente machucada (fato ocorrido quando catava no “lixão”), falou sobre o acontecido. O acidente ocorreu em agosto de 2010 e em janeiro de 2011 ainda sentia dores, principalmente, no dedo polegar da mão esquerda, que estava quase decepado. Ela informou que pediu ao médico para “*torá*” (decepar) o dedo, mas o mesmo não considerou necessário.

carro passou e ele foi se *amuntar* em cima. Os carro do lixo. Aí pronto, aí ele caiu e o carro passou por cima e o motorista correu. Era um filho dos catadores. (AA-F, 27 anos)

O ambiente do “lixão” municipal é bastante favorável para a proliferação de macro e micro vetores, como ratos, baratas, mosquitos, bactérias, vírus etc., responsáveis pela transmissão de várias doenças, como leptospirose, dengue, diarreia, febre tifóide etc.⁶⁸

Um catador, mesmo considerando o trabalho realizado no “lixão” desvantajoso em muitos aspectos, apresentou algo que para ele seria o único ponto positivo:

Quer dizer, lá, no lixão, o único ponto positivo é que ali você ia esperar os carros que despeja os lixo. Ali você já *tá* em casa. O ponto positivo é *tá* em casa. Não tinha transporte, não precisava de transporte, alimentação..., um filho da gente ia deixar, às vezes a esposa ia deixar, *tá* entendendo? (AG-M, 40 anos)

O catador em questão apresenta a proximidade existente entre o espaço do “lixão” e sua casa, pois ele reside no Mutirão, enquanto causadora de algumas vantagens, como não precisar pagar (ou levar de casa) a sua alimentação e as passagens de ônibus para ir trabalhar. No entanto, percebemos, aqui, a relação entre maior permanência no “lixão” e consequente possibilidade de catar uma quantidade mais elevada de materiais recicláveis, o que poderíamos deduzir o cumprimento de uma jornada de trabalho bastante extensa, de dez, doze, até mais de 14 horas diárias de trabalho.

Quanto ao trabalho de catação de materiais recicláveis realizado pelas ruas da cidade não é uma realidade corriqueira dos entrevistados. Vejamos as falas:

Em João Pessoa⁶⁹ eu trabalhei catando, mas não era como no Mutirão, e pegando nas portas, também não era igual à coleta seletiva. Rasgava as sacolas, pegava o material. Lá em João pessoa. (AE-M, 26 anos)

Antes de eu *tá* aqui ((na cooperativa)) eu trabalhava numa carroça de burro que eu tinha, catando nas rua. (AF-M, 60 anos)

⁶⁸ “É bastante comum encontrar pessoas com problemas respiratórios por causa da exposição diária a indistintas condições meteorológicas, bem como a poeira, o que em alguns casos, devido à falta de cuidados com a saúde acaba por transformar-se em pneumonia. Também podem ser encontrados casos de catadores com alterações dermatológicas variadas decorrentes do contato direto e diário com os resíduos ali dispostos. (...) Para se ter uma ideia, segundo uma pesquisa realizada no ano 2000, pela PMCG (Prefeitura Municipal de Campina Grande), foi constatada que 95% dos catadores sofrem com problemas de verminoses, 48% com doenças pulmonares, 22% com desidratação, 21% com desnutrição e 10% com cólera”. (PEREIRA; MELO, 2008, p. 206-207)

⁶⁹ Capital do Estado da Paraíba.

Há, também, o caso de uma catadora que coletava material reciclável nas ruas junto com os dois filhos de menor (durante dois anos). Ela construiu um carrinho artesanalmente com “um caixote de geladeira”.

Nesse sentido, apenas quatro catadores tiveram essa experiência, constatando que a catação no “lixão” municipal foi mais frequente. A maioria deles saiu no “lixão” direto para o trabalho nas cooperativas, o que será apresentado a seguir.

A Coleta Seletiva Solidária na COTRAMARE e na CATAMAIS

Os catadores, no momento da realização das entrevistas, estavam organizados de forma autogestionária em cooperativas. Nestes espaços, onde pretendem tomar decisões de modo democrático, a coleta de materiais recicláveis e venda do mesmo é de responsabilidade de todos, ocorrendo, supostamente, transparência das informações.

Em relação ao surgimento das cooperativas de catadores em Campina Grande – PB, Diniz (2008) apresenta o processo de organização dos catadores do referido município, tendo início em 1990, no antigo “lixão”, localizado no Distrito Industrial da referida cidade, possível com o apoio do grupo de voluntários da Paróquia de São Cristóvão, liderado pelo Padre Vicente, responsável pela implantação do “Projeto Lixão”.

Em 1993, o poder público local transferiu o lixão para a chamada Alça-Sudoeste, próximo ao bairro do Mutirão (local de residência da maior parte dos catadores). Deve-se, ainda, ao Padre Vicente, figura sempre ressaltada pelos catadores mais antigos, todo o esforço empreendido na construção de dois galpões e da Escola de alfabetização, ambos localizados no atual lixão (Alça-Sudoeste). (DINIZ, 2008, p. 128)

Em sua trajetória de consolidação, vários segmentos da sociedade (públicos e privados) formaram a “rede de apoio” dando origem à COTRAMARE – Cooperativa de Trabalhadores em Materiais Recicláveis de Campina Grande,⁷⁰ registrada na Junta Comercial do Estado, com CNPJ 04.812.027/0001-98: Universidade Federal de Campina Grande; Universidade Estadual de Campina Grande; Cáritas Diocesana de João Pessoa e de Campina Grande e da Regional Nordeste II; Escola Virgem de Lourdes e Colégio da Imaculada Conceição (representados por Edneusa de L. Barbosa); Hotel Village e Fórum Municipal Lixo e Cidadania. (DINIZ, 2008)

⁷⁰ Nesse momento estava localizada na Alça Sudoeste, s/n – Lixão de Campina Grande – PB.

Em contato com os catadores da COTRAMARE, foi perceptível o quanto eles admiram outra personagem importante na história da organização dos catadores do “lixão”: a “irmã Celine”, freira irlandesa pertencente ao grupo “Irmãs da Misericórdia da Irlanda”. Logo quando entramos no atual espaço da COTRAMARE dos deparamos com uma foto da mesma pendurada na parede, entre outras. Irmã Celine, lembra Diniz (2008), foi responsável pela implantação do curso de alfabetização para os catadores, entre 1998/1999, através do “Projeto Esperança”: “A gente tem uma madrinha. Se chama Celine, que é do Projeto Esperança, que eu apreendi a ler, aqui na cooperativa, e cada dia mais vêm melhorando mais”. (BF-F, 37 anos)⁷¹

Em 2000, mais especificamente no mês de dezembro, foi constituída a Associação dos Catadores do Lixão de Campina Grande, período em que os catadores também receberam cursos sobre cooperativismo.

Em 2001 a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG) lançou a proposta de implantação da Coleta Seletiva no município,⁷² estabelecendo que só seria possível a parceria com os catadores mediante a formação de uma cooperativa. Um dos entrevistados cooperado da COTRAMARE se lembrou desde fato: “Eu sou um dos fundador da cooperativa. Foi a Associação dos Catadores de Material Reciclável de Campina Grande, lá no lixão. *Aí pá* (...) ter direito a alguma coisa, a associação, aí tinha que mudar o nome, aí ficou cooperativa. Aí eu sou um dos fundadores da cooperativa”. (BG-M, 39 anos)

Diante desta exigência, em novembro de 2001, foi constituída de direito e registrada oficialmente a Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis, com cerca de 80 associados. Os associados receberam cursos de educação cooperativa.

Em 2003, os catadores, com o apoio do grupo de voluntários, organizaram uma manifestação no lixão com o objetivo de denunciar a discriminação e a exploração a que eles eram submetidos pelos sucateiros; ao mesmo tempo, estes catadores exigiam o direito de coletar e comercializar os materiais recicláveis dentro do lixão. Essa reivindicação representou uma conquista importante para os catadores, uma vez que foi concedido à COTRAMARE, por meio dos catadores, o direito de participar não apenas da coleta, mas, sobretudo, da comercialização dos materiais, visto que, até então, tal estrutura encontrava-se

⁷¹ Fala de uma cooperada, presidente atual da COTRAMARE.

⁷² Acessando o site <<<http://www.coletasolidaria.gov.br/>>> é possível visualizar o sítio oficial da Coleta Seletiva Solidária, instituída a partir do Decreto Presidencial nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Vejamos essa informação presente no referido portal: “O Decreto 5.940/06 determina a separação de resíduos recicláveis de órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta em benefício de associações e cooperativas de catadores de material reciclável. Significa dizer que: os cerca de 10.000 prédios públicos federais, presentes em 1.400 municípios, devem destinar os diversos tipos de materiais recicláveis, usados no dia-a-dia das repartições - jornais, envelopes, revistas, materiais de reformas e de construção, plástico e outros materiais inservíveis, para as organizações de catadores do seu município”.

concentrada nas mãos de um único atravessador. Buscava-se, assim, eliminar o monopólio que existia no lixão. (DINIZ, 2008, p. 129)

Em 2005, o Fórum Municipal Lixo & Cidadania organizou o Seminário “Usina Verde: tratamento térmico de resíduos sólidos e suas conseqüências sociais, econômicas e ambientais”. O Fórum Municipal integrou a COTRAMARE ao evento, cujo objetivo era discutir junto aos catadores a proposta de implantação de uma provável “usina verde”⁷³ no município de Campina Grande – PB. Para Diniz (2008, p. 129), na realidade, “a Prefeitura Municipal da cidade buscava resolver o problema do lixo através do método de incineração,⁷⁴ reaproveitando a energia de parte dos resíduos por meio de incineradores, ou seja, tornando “inertes” os resíduos antes da disposição final”.⁷⁵

Foi também em 2005 que a já citada Irmã Celine organizou uma unidade produtiva de papel reciclado (Projeto de Papel Reciclado), através do “Projeto Esperança”: “Projeto Esperança, porque uma senhora que apóia a cooperativa também, e ela chegou com um projeto pra cooperativa com reciclagem de papel. Aí *num* deu certo lá dentro, que os vândalos quebrava, rasgava os papel. Era no lixão” (BG-M, 39 anos). Segundo a fala do catador, atualmente esse projeto se encontra instalado no bairro do Rocha Cavalcante, Campina Grande – PB.

Mais ou menos nessa época a COTRAMARE contava com dois projetos: “Instalação de Unidades de Beneficiamento de Materiais Vítreos para os Catadores da COTRAMARE – Campina Grande – PB”, sob a coordenação de uma professora do Departamento de Engenharia de Materiais da Universidade Federal de Campina, e o projeto de extensão “Transformar Para Incluir: fortalecimento da Cooperativa de Trabalhadores em Materiais Recicláveis de Campina Grande – COTRAMARE”,

⁷³ “O processo USINAVERDE de tratamento térmico e geração de energia a partir dos resíduos urbanos não recicláveis é precedido por criteriosa seleção manual/mecânica de todos os materiais recicláveis – garrafas “pet”, papelão, latas de aço e de alumínio, vidros etc., que serão destinados à indústria de reciclagem”. (disponível em: <<<http://www.usinaverde.com.br/>>>. Acesso em: 10 set. 2011)

⁷⁴ Consiste na queima do “lixo” a altas temperaturas em instalações chamadas “incineradores”. Tal método é bastante contestado, principalmente pelas entidades de proteção ambiental, por despejar substâncias tóxicas no meio ambiente, prejudicando a saúde da população. No entanto, há equipamentos de incineração de última geração, dotados de sistemas computadorizados, que controlam e/ou tratam os gases que poluem o ar de forma eficaz, mas são de custos elevadíssimos.

⁷⁵ “Naquela época, travou-se um debate entre os catadores e o Poder Público local: de um lado, a Prefeitura buscava garantir a viabilidade do referido projeto para a cidade, e, do outro, as entidades representativas dos catadores questionavam os impactos daquela experiência no âmbito socioeconômico e ambiental. A inviabilidade daquele projeto foi comprovada, razão pela qual a Prefeitura não o levou adiante”. (DINIZ, 2008, p. 129)

coordenado por uma professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.

O primeiro projeto atualmente se encontra parado, levando em consideração que as máquinas estão com defeito. Sobre o assunto, um cooperado explica:

Antes daqui eu tava lá nos vidro, *né*, lá no lixão. Do vidro, com Dona Celine, *né*? Lá era uma *cooperativizinha*, sabe? Tem umas máquina pra *fazê* os vidros, vidro derretido, pecinhas de vidro, copinho, cinzeiro, mas a máquina, cara e nova, pagaram para o conserto, *mai* ela *num* funciona até hoje. (BH-M, 31 anos)⁷⁶

Quanto ao referido projeto de extensão tinha apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁷⁷ que, numa atitude inédita, concedeu bolsas para um projeto de extensão e não de pesquisa, como é de praxe. O objetivo do projeto era melhorar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores da Cooperativa através de ações de formação e assessoria voltadas ao fortalecimento da gestão social, administrativa, contábil e financeira do empreendimento; de programas de qualificação profissional atinentes à realidade dos empreendimentos populares do setor de reciclagem; da aquisição de meios materiais que permitam a geração de novos postos de trabalho e de melhores condições de produção e comercialização e, portanto, o aumento de renda para estes trabalhadores; e ainda da promoção de mecanismos que fortaleçam a participação e intervenção dos catadores nos espaços de negociação de políticas públicas que lhe sejam pertinentes.⁷⁸

O projeto foi executado pela UEPB, através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEAC), em parceria com várias instituições que atuam no setor, como a Fundação Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho (UNITRABALHO), núcleo da UFCG (Universidade Federal de Campina Grande), com o Departamento de Engenharia de Materiais da e com a Cáritas Diocesana de Campina Grande. A parceria do projeto com o CNPq durou dois anos (2006/2007).

É imprescindível enfocar aqui que foi através deste projeto e das parcerias conquistadas na época que foi possível a retirada de alguns catadores do “lixão” para um galpão no centro da cidade de Campina Grande – PB e a constituição da primeira

⁷⁶ Em conversa informal com a professora de Serviço Social responsável pela criação do projeto de extensão que foi aprovado pelo CNPq, foi informado que as máquinas para fabricação de vidros não estão quebradas. O que ocorre é a falta de estrutura física adequada para o funcionamento das mesmas.

⁷⁷ Apoiado financeiramente pelo MCT/CNPq, através do edital CT-Agro 18/2005.

⁷⁸ Informações retiradas do próprio projeto de extensão, fornecido por uma das participantes do mesmo.

experiência de “Coleta Seletiva Solidária” organizada do município.⁷⁹ Nesse meio termo, também conseguiram carros de mão para serem usados na coleta, fardamentos etc.

Após esse período, mais precisamente em julho de 2009, segundo a fala da presidente (BF-F, 37 anos) da COTRAMARE,⁸⁰ algumas discussões e desentendimentos entre os cooperados fizeram com que a estrutura organizacional da cooperativa passasse por uma reformulação. Assim, cerca de vinte integrantes decidiram criar um novo empreendimento, surgindo daí a Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande Ltda, a CATAMAIS.⁸¹

A CATAMAIS, registrada na Junta Comercial do Estado com CNPJ 10328008/0001-35, permaneceu no espaço que estava a COTRAMARE. Porém, a COTRAMARE⁸² se mudou para um novo galpão, localizado na Rua Santa Rita, n 486, bairro da Liberdade, Campina Grande – PB.

⁷⁹ A “Coleta Seletiva Solidária” caracteriza-se como um processo de conquista dos próprios cooperados. Aqui os mesmos visitam bairros da cidade, conversam com seus moradores, explicando a importância da separação do material reciclável, conseguindo, muitas vezes, adesão de alguns moradores. Posteriormente, com um calendário informando as datas das visitas aos bairros, os catadores buscam na casa dessas pessoas que aderiram à campanha o material separado, por isso o nome “Coleta Seletiva Solidária”.

⁸⁰ O secretário/diretor financeiro da CATAMAIS indicou outras datas para a vinda da COTRAMARE para o centro da cidade, em 17 de julho de 2007, e sua saída para o bairro da Liberdade, em 19 de abril de 2008.

⁸¹ Não foi permitido à pesquisadora informar os motivos da cisão ocorrida na cooperativa, e por isso foi garantido aos informantes da COTRAMARE e CATAMAIS sigilo absoluto em relação ao fato.

⁸² Sua estrutura física conta com 01 galpão de armazenamento, triagem e prensagem do material, 02 banheiros, 01 cozinha, 01 escritório (que também é usado como sala de aula) e 01 sala de espera. Enquanto equipamentos de trabalho a cooperativa possui: 01 prensa, 01 balança mecânica e 06 carrocinhas. (Pesquisa direta, fevereiro de 2011)



Interior no galpão da CATAMAIS, local onde o secretário diretor/financeiro, também artista plástico, confecciona e expõe seus objetos fabricados a partir de materiais recicláveis. Foto: pesquisadora

A CATAMAIS,⁸³ então, está localizada na Rua Almeida Barreto, n 210-A, Bairro São José (centro), no município de Campina Grande – PB. Atualmente conta com o apoio de um projeto de extensão, também apoiado pelo CNPq e coordenado por uma professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, intitulado “Melhor Coletar e a Vida Melhorar: apoio as condições de trabalho de catadores e catadoras de recicláveis da Cooperativa CATAMAIS”,⁸⁴ (período de 2010/2011). A partir desse projeto a citada instituição universitária transformou o Projeto iniciado em 2006⁸⁵ em Programa de Extensão permanente, tornando a cooperativa, inclusive, campo de estágio interdisciplinar.⁸⁶

⁸³ Sua estrutura física conta com 01 galpão (300m² de extensão) de armazenamento, triagem e prensagem do material, 02 banheiros, 01 cozinha, 01 espaço para criação e exposição de objetos confeccionados a partir da reciclagem de materiais/objetos coletados. Enquanto equipamentos de trabalho a cooperativa possui: 01 prensa, 01 balança mecânica e 11 carrocinhas. É importante comentar aqui que o galpão apresenta-se em estado de deterioração (o teto se encontra em risco de desabamento), colocando em risco a vida dos cooperados. (Pesquisa direta, dezembro de 2010)

⁸⁴ O apoio financeiro do CNPq ao projeto possibilitou o pagamento de uma bolsa para um dos cooperados no valor de R\$400,00 (no caso o contemplado é o presidente da cooperativa) e vale transporte para todos os cooperados durante o período de um ano (de novembro de 2010 a novembro de 2011). Também serão comprados 03 *containers*, que serão colocados em pontos de acondicionamento de materiais (pontos de entrega) e 03 veículos elétricos para coleta do material reciclável.

⁸⁵ O já citado projeto de extensão: “Transformar Para Incluir: fortalecimento da Cooperativa de Trabalhadores em Materiais Recicláveis de Campina Grande – COTRAMARE”. (período de 2006/2007)

⁸⁶ Atualmente, a referida cooperativa conta com a parceria de diversas instituições e/ou estabelecimentos comerciais de Campina Grande, como: UEPB, CNPq, ONG Doe Seu Lixo, Bar do Cuscuz, Instituto Nacional do Semiárido (INSA), Supermercados Hiper Bom Preço, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS),

Os cooperados da CATAMAIS realizam coleta seletiva em 08 (oito) bairros de Campina Grande: Catolé, São José, Alto Branco, Prata, Quarenta, Santo Antônio, Santa Rosa e Liberdade.⁸⁷ No *blog*⁸⁸ da CATAMAIS é possível encontrarmos reportagens sobre reciclagem, coleta seletiva, oficinas e cursos dos quais os cooperados participam etc.



Dinâmica de abertura da Oficina sobre Cidadania, oferecida pelo Centro de Ação Cultural (CENTRAC). Foto: *blog* da CATAMAIS

Não podemos deixar de destacar aqui que tanto na COTRAMARE quanto na CATAMAIS as parcerias provenientes de outras instituições e/ou pessoas apontadas anteriormente foram decisivas no processo de construção de outras condições de trabalho e organização. Assim, modos de refletir e a tomada de consciência quanto a importância do trabalho de catação foram viabilizadas na medida em que os catadores se apropriavam do seu trabalho e de seu valor.

Evidentemente, o trabalho realizado via cooperativa, a “Coleta Seletiva Solidária”,⁸⁹ é significado por todos os catadores como sendo melhor do que aquele

Colégio Alfredo Dantas (CAD), Faculdade Maurício de Nassau, Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), Metalouças, Jornal da Paraíba e Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos (CESREI).

⁸⁷ Praticamente a mesma rota dos cooperados da COTRAMARE.

⁸⁸ ver: <<<http://catamais.blogspot.com/>>>

⁸⁹ Na entrada do atual galpão da COTRAMARE encontramos um *banner* com a seguinte mensagem: “Coleta Seletiva Solidária – COTRAMARE. Cooperativa de Trabalhadores de Matérias Recicláveis. Vamos criar um meio ambiente limpo, praticando a coleta seletiva. Eu apoio esta idéia!!!”. No *blog* da CATAMAIS temos o logotipo da cooperativa, um cata-vento acompanhando o nome CATAMAIS e a frase “para poluir menos”. Interessante comentar que existe um cata-vento enorme fincado na parede da frente do prédio onde funciona a CATAMAIS.

realizado no “Lixão Municipal” do Mutirão. No “lixão”, misturados ao próprio lixo, “embaçados”, “desfigurados” pela fumaça provocada pelo “lixo” que queimava e convivendo com a poluição e os inúmeros animais que ali buscavam alimento, o catador poderia se sentir, também, um animal, ou um “bicho”, segundo depoimento de uma entrevistada:

Ali (no lixão) a gente vivia isolado do mundo, parecia uns bicho. (AB-F, 48 anos)

É nesse ponto, a partir da construção de comparações entre o trabalho realizado no “lixão” e nas ruas da cidade e o trabalho a partir da “Coleta Seletiva Solidária”, que os cooperados, e também o secretário/diretor financeiro da CATAMAIS, apresentam significados bastante positivos em relação ao trabalho realizado através das cooperativas.

O positivo é que esse pessoal não *tá* mais no lixão trabalhando, entendeu, isso é muito positivo, lá o trabalho era degradante. (secretário/diretor financeiro da CATAMAIS)

A gente trabalha muito bem, *trabalhamo* limpo, num se cortando, num *pegâmo* (...) de seringa, (...) que era como era lá no lixão. E aqui não, já *pegâmo* nas residência limpinho. (AB-F, 48 anos)

Olhe, ao contrário dos catadores que anda no *mei* da rua, nós somos bem vistos, *né?* Porque eu era catador de rua, eu *num* era bem visto, (...) muita gente xingava, outros tinha medo quando a gente entrava nas ruas, os pessoal nas porta, um *bucado* entrava pra dentro, outros ficava com medo da gente, *né*, muitos xingavam, quando a gente ia mexer no lixo. (BD-M, 34 anos)

Nos relatos verificamos que no “lixão”, entre os bichos, os catadores se identificam também como bichos, os não humanos; a catação nos trajetos das ruas é permeada de lembranças de exclusão e estigmatização. Mas, para eles, é um trabalho digno como outro qualquer. O importante é que tenham algo para fazer e que consigam ganhos a partir deste trabalho. É a possibilidade de autossustento que permite o sentimento de dignidade.

Maciel e Grillo (2009) observam que a maioria dos brasileiros “costuma achar que “todo trabalho é digno”. Mesmo que esse signifique limpar o chão que alguém sujou, ainda assim é uma atividade vista como mais correta e bonita do que qualquer forma de roubo ou desonestidade”. (p. 241)

Concretamente (...) verifica-se que o simples acesso a alguma ocupação não garante, por si, uma identidade reconhecida. Existem situações em as possibilidades de constituição de uma identidade valorizada e estável encontram-se bloqueadas ou mesmo impedidas de se efetivar (...). Ter como fonte de renda bicos, trabalhos ocasionais e precários não configura uma vida valorizada. (BARROS; PINTO, 2008, p. 69)

Santos (1987, *apud* BARROS; PINTO, 2008) lembra que as sociedades ao se fundarem e legitimarem na mercantilização, monetarização e no consumo cria “não cidadãos”. “Cada homem vale pelo lugar onde está. O seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território (...). A possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está”. (SANTOS, 1987, p. 81, *apud* BARROS; PINTO, 2008, p. 69-70)

Barros e Pinto (2008) acrescentam, ainda, que essa realidade é especialmente visível “entre aqueles que vivem em situação material precária, em espaços desvalorizados” (p. 70). Buscando e não conseguindo trabalho, resta aos mesmos atividades marginais e “cuja contribuição à vida social é desprezada em termos econômico e cultural. São situações que fragilizam o sujeito e ameaçam sua identidade”. (id)

Obviamente, no trabalho realizado via cooperativas não é preciso abrir as sacolas de “lixo” para pegar o material reciclável (o caso da catação realizada no meio da rua) e nem de correr os perigos, apresentados anteriormente, próprios da catação realizada no “lixão”. O trabalho na cooperativa, nesse sentido, não é vergonhoso, relata uma catadora:

Aqui eu não sinto vergonha. Porque eu acho assim, *né*, a gente conhec..., anda, vai fazer a coleta nos bairro, a gente conhece muita coisa, conhece pessoa, muito bem, tem pessoa muita educada. Eu não me sinto envergonhada. Aí por onde eu passo, aí a gente tem as camisas, *né*, elas..., aí as *mulhê* diz..., as *mulhê* diz: você é da..., profissão da reciclagem? Aí eu disse: é, da reciclagem. Não tenho vergonha, me sinto muito bem. As pessoa reconhece o trabalho da gente, reconhece. (AA-F, 27 anos)

O que caracteriza a “Coleta Seletiva Solidária” é exatamente a adesão das pessoas de determinados bairros da cidade e até de empresas a esse tipo de empreendimento solidário. Neste caso, os moradores dos bairros que aderiram tal campanha separam o material (deixando-o limpo), e os catadores, identificados a partir do uso de fardas e crachás (tornando visível a sua condição de pertencer a um grupo organizado), passam apenas para coletar tal material nos bairros em determinados dias da semana, obedecendo um calendário previamente construído.

É o respeito da comunidade, o olhar desta comunidade direcionado aos catadores, que, de certa forma, contribuem na construção e manutenção da autoestima dos cooperados, influenciando, diretamente, no modo deles significarem o próprio trabalho e a si mesmos.

Porque você, bem ou mal, hoje aqui você tem (...), já tem uma respeitabilidade junto à comunidade, as pessoas reconhecem. (...) Aí em algumas casas já dizem: olhe, entre aí, servem um cafezinho, entendeu, ajuda, então eu acho, conseguiram respeito, aumentaram sua autoestima, tão sacando que o caminho é esse. (secretário/diretor financeiro da CATAMAIS)

Olha, aí eu posso dizer que é positivo, graças a Deus. Hoje existe dias melhor. Você pode entrar numa residência, trata você como trabalhador (...). *Mai* a gente entra numa repartição pública, vai pegar o material, você entra numa casa, *num* condomínio, pega o material também, é tudo positivo pra você. Se você tá trabalhando *num* canto organizado, as pessoas lhe recebem bem, também, não todos, *mai* boa parte já recebem bem, coisa que anteriormente não era dessa maneira, entendeu? Você ver hoje..., a gente *quano* vai pegar um material, têm várias pessoas que nos tratam bem, e eles..., o pessoal *né*, já guarda pra gente aquele material. (...) Porque agora, na coleta seletiva, nós *sentimo* mais bem visto pelo pessoal, que antigamente não era dessa forma. (...) (AC-M, 36 anos)

Porque a gente tem uma intimidade com as pessoa que a gente vai colher material, que elas ficam contente quando a gente vai aí diz: ah rapaz, você chegou, entra aí, *vâmo* tomar um cafezinho. Tem uma senhorinha que gosta de mim pra *dedéu*. (AD-M, 33 anos)

Sômo reconhecido em todo canto. Em todos os bairro nós *sômo* reconhecido. Todos, todos os bairro *nói sômo* reconhecido. *Sômo* tratado bem, *sômo* recebido bem nas porta, nós trata bem os cliente da gente também, nós trata bem eles e eles trata a gente bem também. Eu me acho bem. Eu me acho bem. Pra mim esse trabalho *num* tem importância não. (BA-F, 62 anos)

Hoje, a coleta seletiva? É um trabalho..., *num* é que o lixão não é um trabalho digno, *né*, digno, mais aqui na cidade é *mai* digno ainda, por que nós *sômo* reconhecido, de catador para reciclador. Assim, as ruas que a gente faz, os bairro que a gente faz, que as pessoas aceitou a “Coleta Seletiva Solidária”, recebe a gente com o maior carinho, *num* é, é muito amor que a gente tem, e é tudo. Aqui é coleta seletiva. Só vai apanhar em porta a porta. (...) É reconhecimento, *né*, (...), porque da comunidade já tem. E os voluntários que querem nos ajudar. E positivo, de bom. De bom é a gente hoje *tá* na cidade com a coleta seletiva. (BF-F, 37 anos)

Para Calderoni (1998), trata-se de uma espécie de afirmação da importância do trabalho do catador, transformando-o numa profissão visível e socialmente importante pelo

fato de estar diretamente identificada à necessidade do processo de reciclagem e de reaproveitamento do “lixo”. Ora,

(...) entendido em seu sentido genérico, o trabalho é expressão da relação do ser com a natureza, em sua dupla dimensão: transformar a natureza e, ao mesmo tempo, autotransformar o ser que trabalha, por meio da relação com a cultura, da identificação com o grupo, da autorrealização e do sentimento de autoestima. (...) Por meio do trabalho, o sujeito tem acesso ao reconhecimento de si e, simultaneamente, pela via da alteridade, ao inelutável reconhecimento do outro. (BARROS; PINTO, 2008, p. 68)

Concretamente, as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis conseguem produzir riqueza a partir do que é descartado (lixo), incluindo pessoas em situação de vulnerabilidade social e, do mesmo modo, desenvolvendo a consciência ambiental e mobilizando a sociedade para a prática da reciclagem (LIMA; OLIVEIRA, 2008). Lidam “com três elementos economicamente frágeis, quase formas de inexistência, ou existências negativas, conseguem produzir renda e dignidade humana, revalorizar material sem valor e potencializar a solidariedade social”. (p. 226)

Barros e Pinto (2008) salientam que os catadores de materiais recicláveis no Brasil possuem um histórico que remonta a mais de meio século de catação, “o que pode ser constatado no levantamento da história de vida de catadores com longa trajetória nessa atividade” (p. 75). Constatamos essa realidade quando ouvimos os relatos dos catadores, geralmente fazendo referência aos pais, e até avós, que já trabalhavam na catação e que cresceram e criaram filhos trabalhando nessa atividade. “Apesar dessa atuação histórica, esses catadores viveram todo esse período em situação de marginalização e não reconhecimento”. (id)

Para os referidos autores essa situação está mudando:

Tal mudança pode ser explicada inicialmente pela importância que a questão ambiental passou a ter a partir dos anos 1980, sobretudo do início deste século. Grupos e instituições nacionais e internacionais pautam a questão ambiental como o grande desafio a ser enfrentado e apontam a necessidade de mudança de paradigmas sobre o desenvolvimento mundial no enfrentamento dessas questões. Novos hábitos de vida e de consumo são desenvolvidos na população que, pouco a pouco, vai integrando em seu cotidiano a preocupação com a preservação do planeta. (id)

Certamente que os catadores entrevistados compreendem o papel importante da reciclagem na preservação ambiental e, conseqüentemente, o seu próprio papel neste processo. Interessa destacar aqui que embora algumas atitudes de preservação ambiental e

manutenção da qualidade de vida dependam do poder público, na maioria das vezes há descuido e irresponsabilidade por parte das pessoas que, geralmente, não se sentem responsáveis pela degradação ambiental. Essa falta de interesse e responsabilidade pela questão ambiental acontece, geralmente, pela falta de envolvimento e sensibilidade com a gestão do meio ambiente e, também, desinformação.

Em decorrência da desinformação, a educação ambiental assume um papel imprescindível no desenvolvimento de uma conscientização através de conhecimentos, habilidades e valores relacionados à causa ambiental. É nesse ponto que os catadores defendem a importância do seu trabalho não apenas de catador de materiais recicláveis, mas também de “conscientizador”. Entretanto, apesar do trabalho de catação realizado no “lixão” e nas ruas da cidade ser também importante para a preservação ambiental, apenas nas falas relacionadas à “Coleta Seletiva Solidária” os catadores fizeram questão de enfatizar a importância da atividade de catação para a preservação do meio ambiente, exatamente pelo fato de ser necessário para que a mesma aconteça à “conscientização” da população sobre a sua importância para a preservação ambiental.

Eu me vejo nesse trabalho, assim pra..., pro, pra eles mesmo, *né, nói* trabalha pra eles *mermo*, porque se não fosse a gente acho que existia *mai* lixo, existia *mai* lixo no mundo, muito, muito poluído, *né*, a gente tira a metade, *né?* A gente tira a metade, aí eu me sinto orgulhosa aí. Muito, muito bem. (AA-F, 27 anos)

Uma vez aconteceu..., é..., eu até falei com uma que tava sorrindo também, eu parei e falei: olha, vocês tão sorrindo aí do trabalho que nós *tá* fazendo, da coleta também, nós *tá* fazendo uma coisa pra vocês. *Tâmo* retirando o lixo que é de vocês, entendeu, eu falei pra ela, não é porque nós somos indigente desse tipo não, nós *tá* fazendo uma coisa por necessidade, por trabalho, (...) parei e falei isso mesmo pra ela lá, *tâmo* fazendo uma limpeza que nem o prefeito *tá* ligando com isso. Nem o poder público *tá* ligando. Inclusive elas também. Aí elas ficaram tudo envergonhada porque elas tava sorrindo. Aí sim, elas pararam, *num* instante elas pararam, e foi lá no centro mesmo, e eram estudantes. Vocês tão rindo aí, mas estudam tanto e não sabem. Vocês nem ligam por meio ambiente. Você chega na sala de aula, fala de meio ambiente e tudo, (...) e ainda *manga*⁹⁰ de quem *tá* tirando, ajudando. (AC-M, 36 anos)

Primeiramente sobre o meio ambiente, que a gente faz muita coisa pelo meio ambiente, *né?* Tem o negócio da dengue também, *né?* A gente, *né*, tem isso tudo. (BB-F, 26 anos)

⁹⁰ Zomba, desdenha.

Uma que a gente tá fazendo um benefício pro meio ambiente, né, recolhendo esse material de ir pros esgoto, pros açude, poluir o meio ambiente. (...) Eu tenho muito orgulho do que eu faço. (BC-F, 37 anos)

Trabalhos de discussão, através de oficinas, dinâmicas de grupo etc., oferecidos por algumas parcerias aos catadores, principalmente pelas instituições de ensino superior, colaboram na construção desse discurso positivo em relação ao trabalho realizado pelos cooperados e de si mesmos, enquanto catadores, ou seja: a organização de catadores foi imprescindível para a mudança de concepção sobre o trabalho dos catadores.

Os catadores de materiais recicláveis, em particular os que operam por intermédio das cooperativas, podem ser conhecido como um agente ambiental. Ele é um educador da comunidade (...) e não apenas um educador-aprendiz em programas de extensão universitária. (CRIVELLARI; DIAS; PENA, 2008, p. 303)

O trabalho de educação ambiental desenvolvido pelos catadores é um serviço prestado gratuitamente à sociedade. Sua atuação como agentes ambientais, educando e mobilizando a população para adesão à coleta seletiva, tem eficácia superior à de programas oficiais. (LIMA; OLIVEIRA, 2008, p. 238)

A formação de cooperativas ou de associações de recicladores, entretanto, vem sendo estimulada e amparada por órgãos governamentais e não governamentais e pelo setor privado. No caso das cooperativas COTRAMARE e CATAMAIS, como foi evidenciado anteriormente, os apoios mais importantes vêm de duas universidades públicas e de uma instituição religiosa. Para Azeredo (1999), os referidos trabalhadores têm obtido, historicamente, o resgate de uma atividade representada anteriormente sob o signo da vadiagem, do ócio e da mendicância, transformando-a em profissão, na medida em que veem no “lixo” a possibilidade de subsistência traduzida na valorização e/ou dignidade do trabalho.

Outro aspecto destacado nas falas dos entrevistados foi quanto à positividade do trabalho de catação proveniente da ausência de patrões. Diniz (2001, *apud* DINIZ, 2008) constatou em sua pesquisa realizada nos “lixões” da Paraíba que os catadores se sentem “livres” por não terem patrão-empregado. Entretanto, segundo a autora, a exploração dos catadores ocorre na comercialização, numa dupla via: sucateiros e indústria de reciclagem.

Foi enfatizado, além disso, que a associação dos catadores em cooperativas trouxe uma melhoria das condições gerais de vida dos mesmos, não tendo relação, somente, ao aumento dos rendimentos do trabalho (alguns deles falaram, inclusive, que o ganho do

trabalho de catação realizado no “lixão” era superior),⁹¹ mas por ser mais “confortável” e, principalmente, pelo reconhecimento alcançado. “A positivação de sua autoidentificação ocorre, também, através da constatação e do reconhecimento de que há pessoas que conhecem, valorizam seu trabalho e mostram respeito para com eles, separando material e até os defendendo em certas situações”. (LAHAM, 2006, p. 74)

Para Lima e Oliveira (2008, p. 240), os pobres, “condicionados pela carência, pela falta de oportunidade de trabalho e de reconhecimento, elaboram modos de vida e táticas que lhes permitam tanto sobreviver, quanto serem reconhecidos”.

É justamente a partir do processo de organização, como nas cooperativas, que os catadores podem construir vínculos, estabelecendo novas relações sociais, (re)construindo sua autoestima e também se constituindo como sujeitos políticos.

Porém, apesar dos pontos positivos revelados pelos catadores em relação ao trabalho de coleta realizado via cooperativas, apesar da reciclagem ganhar cada vez mais espaço e os produtos reciclados conquistarem valor econômico e social, nem tudo pode ser considerado positivamente.

Para começar, na contracorrente do que pretendem a partir da “Coleta Seletiva Solidária”, os catadores relatam casos em que no início, quando estavam tentando “conquistar” a adesão de certos moradores, ou “conscientizar” os mesmos sobre a importância da reciclagem, algumas dessas pessoas os destratarem, mostrando desinteresse e desprezo, fingindo, inclusive, que não estavam vendo e/ou ouvindo os mesmos.

Por isso, as pessoas que não apoiam a “Coleta Seletiva Solidária” são consideradas “*ignorantes*”, “*egoístas*” e “*burras*” (termos usados por eles).

Olhe, eu vejo de uma forma diferente. Porque o seguinte: o que eu vejo é o que muitos não veem, não enxergam. Porque se a maioria do pessoal enxergasse esse tipo de material que está jogando fora, eles não jogariam fora. Se ele fosse prejudicado, a própria casa dele, por causa desse material mesmo, tomaria consciência e não fazia. Porque a dor de cabeça só dói no próximo, nunca dói em você, ou seja: o lixo só prejudica as gente de classe baixa. Gente de classe alta nunca ouvi dizer que lixo prejudicasse, não é? Por isso, acho, muito *num* apóiam, é burrice. (AG-M, 40 anos)

⁹¹ Não podemos deixar de destacar aqui que, geralmente, no “lixão” a jornada de trabalho é bem mais extensa, contribuindo, talvez, para a obtenção de um rendimento um pouco mais elevado do que aquele conseguido via cooperativa.

O catador informou, ainda, que muitas pessoas, após o mesmo tentar convencê-las a aderir à “Coleta Seletiva Solidária” a partir do discurso de preservação do meio ambiente, se recusaram a participar da mesma, apesar de entender da sua importância.

Apesar da consciência ecológica crescente, a reciclagem não é prioridade da economia de mercado e do comportamento dos indivíduos como consumidores. A economia mercantil ainda não se reconciliou com a natureza e, em termos individuais, a consciência ecológica ainda não se traduziu em práticas ecológicas efetivas, em comportamentos de produção e de consumo coerentes e ecologicamente responsáveis: quase 100% dos indivíduos são favoráveis à coleta seletiva, mas poucos a praticam. (LIMA; OLIVEIRA, 2008, p. 238)

Para o catador AG esse não interesse em participar da preservação ambiental ocorre porque o “lixo” não prejudica, diretamente, as pessoas de classe alta e/ou suas residências. No entanto, ele mesmo comentou que apesar de trabalhar com coleta de material reciclável e buscando adesão dos moradores à “Coleta Seletiva Solidária” dos bairros onde a mesma é realizada, em sua casa não existe a separação do material que possa ser reciclado.

Pra mim a importância de mais alta..., como se pode dizer? ((aqui se referindo a importância da reciclagem para a preservação do meio ambiente)) Porque o importante não seria eu, o importante seria o futuro da natureza, do nosso país. Ou seja: dos meus filhos, entendeu? Porque se eu hoje não fizer nada em benefício a eles, eles não vão tomar com exemplo, e tomar atitude de fazer alguma coisa em benefício ao próximo. Então, pra mim que acho que seria isso, questão do meio ambiente, questão em relação a nossa casa, não é, que a gente... Na minha *merma* é uma desordem total. Porque eu levo a vida para fazer o bem ao próximo, mas não olho pra mim mesmo, ou seja: eu vou num canto, faço uma limpeza, faço, ajunto material, trabalho com materiais reciclável, mas em casa eu *num* faço isso. (...) É como diz aquela história: em casa de ferreiro o espeto é de pau. (AG-M, 40 anos)

O catador acredita que a consciência ambiental deve ser passada de pai para filhos, netos e bisnetos, a partir da prática da separação do material reciclável. Deve ser aprendida no âmbito familiar, no entanto ele mesmo admite que não transmite essa consciência para os seus filhos, desconstruindo o seu discurso que apenas “gente de classe alta” não tem interesse na reciclagem.

Essa constatação não deve levar à conclusão de que a consciência ambiental seja inútil, que não esteja plenamente desenvolvida, ou que os indivíduos não sejam sinceros ou responsáveis. Não se pode exigir a mudança de comportamento apenas da consciência. (...) Para transformar a consciência ambiental em comportamento, é preciso desenvolver uma “abordagem

ecológica” da relação prática dos indivíduos com o lixo em sua vida cotidiana. (LIMA; OLIVEIRA, 2008, p. 239)

Percebe-se que, a “Coleta Seletiva Solidária”, que deve ocorrer com esforço tanto dos catadores quanto da comunidade “consciente” da sua importância na preservação do meio ambiente envolvendo interesses comuns, mesmo com seus percalços, contribui para transformar a consciência ambiental em prática ecológica, no sentido de que muitos moradores onde a mesma é efetivada participam desse modelo de reciclagem solidária.

Os catadores também relataram que após algum tempo coletando em determinadas residências, muitos moradores, à medida que iam conhecendo e “se simpatizando” com eles, passaram a permitir a presença dos mesmos inclusive no interior de suas casas, oferecendo água, café, lanche e até almoço, fora os presentes que constantemente estão ganhando dos moradores. Isso, para os catadores, é comentado com bastante orgulho, pois, pelo menos através da “Coleta Seletiva Solidária”, se sentem reconhecidos ou têm o seu trabalho visto e/ou significado de maneira positiva.

Olhe, no começo, no começo, quando eu cheguei aqui..., hoje a senhora não é assim, *mai* ela ficava bem na distância, não abria o portão, parecia que eu nem existia. *Óche*, hoje eu chego lá e já vou bater láááá..., já passo da cozinha. Vou pegar o material lá atrás. Ela agora é minha amiguinha. ((rindo muito)) (AE-M, 26 anos)

No entanto, não podemos deixar de problematizar aqui o discurso de um catador da CATAMAIS que, ao contrário de seus colegas de trabalho, comentou que a conquista de novos parceiros para a “Coleta Seletiva Solidária” é humilhante, relacionando tal atividade à mendicância, pois precisam pedir servilmente como quem pede uma esmola. Vejamos a sua fala:

E outra, porque embora..., você tem que colocar isso na sua cabeça, porque isso é um ponto de vista meu. E o ponto de vista meu é o seguinte: embora esteja ali ou não, esteja bem vestido ou não, você não passa de um mendigo. Porque eu sempre disse, e digo a todos, o trabalho de reciclagem, esse que a gente faz é muito humilhante. Agora é muito humilhante em que sentido, em que termo? Porque você é obrigatório a pedir, *tá* entendendo, a esperar, e implorar que ele guarde pra você. Hoje o sistema é esse. Hoje se você chora você ganha, se você não chora, você também não ganha, *tá* entendendo? Porque você imagina, você chegar..., esses três bairros que já tão conquistado, já são antigos também... (...) *Tá* entendendo? Recebe todo mundo bem, tudo legal, sabe o trabalho da gente, já entende o nosso trabalho, *tá* entendendo? Já pegou intimidade. Mas, ou seja: a gente vai fazer um

trecho novo, você vai conversar, tentar conquistar o pessoal, quer dizer, você vai se humilhar, a pedir que ele guarde o material pra você, *tá* entendendo? A gente não passa de um mendigo. Nesse ponto a gente não passa de um mendigo, *tá* entendendo? E *num* é na aparência que eu *tô* dizendo. Porque, me diga uma coisa, como é que você vai chegar *num* bairro, a gente vai passar com aquela carrocinha como se tivesse vendendo fruta gritando: ôhhh a reciclagem!! Olha *num* sei o quê!! ((gritando)) Você vai conquistar quem nesse termo? Você *num tá* vendendo, você *tá* pedindo, *tá* entendendo? Aí você tem que chegar lá, conversar com aquela pessoa, diz: olhe, trabalho assim, assim, desse jeito, nesse sistema, daria pra senhora *tá* guardando o material para mim? Têm muitos que diz: eu não guardo aqui material pra ninguém não. *Mai num* tem quantas vezes, eu *num* conto não. Tem delas que diz: ah, eu coloco aí fora pra quem quiser pegar pegue, eu não tenho obrigação de *tá* guardando nada pra ninguém não, *tá* entendendo? Ou seja: você vai novamente: *mai* minha senhora, é assim..., vai conversar, quer dizer, você *tá* se humilhando, é um trabalho humilhante. Raciocine bem: você *tá* implorando que ela guarde o material pra você. Porque se ela guarda você tem um futuro, você tem um lucro, *tá* fazendo um benefício a ela mesmo e a você também. *Mai* se ela *num* guarda? Você *num* pode chegar e forçar ela lhe dá o material. Até depois isso se reverter. Justamente, é nosso ponto de vista que o nosso trabalho é humilhante. Porque, pra você ver, passa numa empresa *tá* o cara fardado, capacete, e luva, bem vestido, ahhhhhhh, ôh fulano trabalhando. Você passa com uma carroça dessa, *tá* bem fardado, de luva, só *num* bota um capacete, *mai* bota um boné, o cara diz: ôh, lixeiro. E *tá* trabalhando da *merma* forma que o outro *tá* trabalhando, *tá* entendendo? Só que o nosso trabalho, eu morro dizendo, que é humilhante. Até alguém, o poder público, poder judiciário, em geral, poder em geral, tomar consciência do que está fazendo. E tentar fazer melhorar o nosso meio ambiente, o nosso mundo. Tentar fazer alguma coisa mais pra outra pessoa também, e a lei é essa: eu faço pra mim e o resto... *Num* é assim que trabalha (...), quer dizer: eu *tô* ganhando o meu eu vou me preocupar com você que *num tá* ganhando nada?! O que acontece é isso. (AG-M, 40 anos)

Interessante aqui é a desconstrução que o catador inseriu na fala dos seus companheiros de trabalho, levantando suspeita em relação à positividade do trabalho via cooperativa e, principalmente, ao reconhecimento que eles acreditam ter alcançado. Assim, enquanto a maioria dos entrevistados aponta a situação anterior de trabalho, principalmente a realizada no “lixão”, como sendo humilhante e vergonhosa, mas que melhorou com a entrada dos mesmos numa cooperativa e a inserção da “Coleta Seletiva Solidária”, o catador AG insiste em apresentar o contrário: “a situação melhorou, mas continua humilhante”. Ou seja: mesmo com todos esses discursos que legitimam a importância do trabalho de catador enquanto agente de preservação ambiental, do “suposto” reconhecimento da comunidade quanto à importância do seu trabalho e do também suposto tratamento “positivo” oferecido por essa comunidade aos catadores, o trabalho ainda é humilhante e talvez esteja muito longe de deixar de ser humilhante, pois necessita da “boa

vontade” do outro que vai “doar” o material reciclável ao catador. O “outro” doa esse material se desejar, mas não é obrigado, pois ele não está recebendo algo em troca para isso. Para o entrevistado, é tipo uma relação hierarquizada: “sou como mendigo, pedinte, porque peço, não estou comprando, pagando, por isso sou aquele que precisa do “outro” para sobreviver; não estou”, supostamente, “oferecendo nada em troca quando recebo o material reciclável”.

É aqui que foi colocado em xeque o tal reconhecimento alcançado, tão falado, e “admirado”, pelos catadores de materiais recicláveis. Primeiramente, nos relatos deles mesmos, foi evidenciando que nem todas as pessoas que eles tentam “conquistar” para inseri-las no projeto de “Coleta Seletiva Solidária” aderem ao mesmo. Há casos que nem a porta da residência o morador abriu para falar com eles. Também não podemos esquecer que instituições importantes de ensino superior criaram, juntamente com os catadores, e estão apoiando o projeto de “Coleta Seletiva Solidária”, o que permite ao mesmo certa respeitabilidade e credibilidade dos moradores, da mesma forma não podemos deixar de enfatizar que esse modelo de reciclagem solidária ou o cooperativismo permite aos catadores a construção de vínculos e estabelecimento de novas relações sociais, o que pode contribuir para a constituição dos mesmos como sujeitos políticos e, como visto anteriormente, para a (re)construção de sua autoestima. Há, também, no caso da COTRAMARE, apoio de uma instituição da igreja católica: a Cáritas.

Lima e Oliveira (2008) enfatizam os limites da produtividade via associações e cooperativas de catadores, o que pode explicar esse caráter ambivalente presente na atividade do catador. Os autores lembram que as associações e cooperativas de catadores vivenciam uma aparente desvantagem em todos os sentidos quando comparadas a empreendimentos capitalistas:

Lidam com a dimensão ambiental, onde, apesar da consciência ecológica crescente, não é prioridade da economia de mercado e do comportamento dos indivíduos como consumidores; a economia mercantil ainda não se reconciliou com a natureza; a consciência ecológica ainda não se traduziu em práticas ecológicas efetivas, em comportamentos de produção e de consumo coerentes e ecologicamente responsáveis. (p. 226)

É nesse sentido que os catadores sentem dificuldades em conseguir pessoas que queiram aderir à “Coleta Seletiva Solidária”. Havendo consciência da preservação ambiental e da importância do trabalho dos catadores talvez as pessoas se sentissem agradecidas pelo trabalho realizado pelo catador e este não precisaria “se humilhar” para

convencê-las de que a reciclagem é positiva para a preservação do meio ambiente e por isso deveriam participar da “Coleta Seletiva Solidária”.

Outro ponto a ser destacado é que “a matéria prima coletada pelos catadores é constituída pelos resíduos da sociedade de consumo; portanto, de coisas que, a princípio, não têm valor mercantil” (LIMA; OLIVEIRA, 2008, p. 226). Isso explica porque nas cooperativas, principalmente na CATAMAIS, o pequeno montante do faturamento,⁹² refletindo diretamente na baixa remuneração dos cooperados, constitui um dos principais obstáculos desse empreendimento solidário, tendo como consequência direta o aumento da rotatividade dos associados.

Assim, quando entramos em contato com o pessoal da cooperativa CATAMAIS, no momento tinha quase duas dezenas de associados. Em menos de dois meses esse número caiu para cinco associados. Nos meses de observação foi corriqueiro a entrada e saída de algum cooperado. A explicação era sempre o baixo valor da remuneração conquistada.

Também ficou evidente na fala dos entrevistados que alguns cooperados “se escoravam” nos outros, tornando o trabalho associativo pouco atrativo para aqueles mais produtivos.

É, tá vindo, e no mês que vem tá vindo *mai* gente, aí, *né*, pra *trabalhá*. O presidente disse que só vai vim um. *Mai depoi* ele vai *butá* mais. E vai *tirá* esses que *num* quer trabalhar, porque (...) ((ela aqui fala o nome do catador)) chegou de manhã, chegou era umas oito e pouco, assinou aí o ponto, saiu pra *vendê* uns *negóço* com o celular dele, aí nem trabalhou e tudo. (AA-F, 27 anos)

Constatamos que, apesar de se autoidentificarem como uma cooperativa, os catadores da CATAMAIS decidiram que apenas o rendimento oriundo da venda do material reciclável doado por algumas instituições e estabelecimentos comerciais seria dividido em partes iguais para todos os cooperados.⁹³

É fato que a experiência do cooperativismo, apesar de ter sido apontada como bastante positiva em relação ao trabalho realizado no “lixão” municipal, não parece, assim, um “mar de rosas”. O secretário/diretor financeiro da CATAMAIS comentou sobre as

⁹² Devido ao baixo valor de mercado do material reciclável.

⁹³ No galpão da cooperativa CATAMAIS cada cooperado, ou dupla de cooperados que trabalhavam juntos, tinha o seu espaço para armazenar o coletado. No final do mês cada cooperado, ou dupla, recebia apenas o valor da venda daquilo que ele mesmo, ou a dupla, tinha coletado. Na cooperativa COTRAMARE, ao contrário da CATAMAIS, sempre há doze cooperados trabalhando em dupla – um homem e uma mulher –, número que não pode aumentar levando em consideração que eles possuem apenas seis carrinhos de coleta. Tudo que é coletado, incluindo também o material doado, é vendido e o valor recebido dividido em partes iguais para cada cooperado.

dificuldades existentes na cooperativa impedindo que a mesma possa funcionar adequadamente:

Na verdade tem aquela coisa do..., de você..., como eu digo aqui, quando você entra num esquema, numa cooperativa, você tem que ter uma hierarquia, porque ela tem que funcionar dessa maneira, é uma instituição (...), entendeu? É uma coisa aberta, e tal, e o pessoal do lixão não tá muito acostumado. Aliás, em nada acostumado... Lá ninguém manda neles, e tal, e a gente tenta fazer isso o máximo possível aqui. Só que não dá pra você ter autoridade. Não ser autoritário, entenda bem, é ter autoridade. Então você tem que ter autoridade, porque você tem mil..., você tem mil tarefas pra fazer que você assume um compromisso com a comunidade e você tem que cumprir. E o cara liga pra cá e olha, tem um material pra doar, fulano não vai, não vou porque fulano não foi (...). Chega uma hora (...) que tem que ter alguém, como também o presidente, que é por direito e dever autoridade, mas não atende da forma que gostaria de ter. E a maioria das pessoas nunca tiveram um emprego formal, então essa autoridade é inteiramente desconhecida, sacou? A maioria nunca entrou numa firma, não tem chefe, subchefe, sabe, não sabe trabalhar com autoridade, entendeu? Com normas... E não é uma autoridade chata, porque eu mando e você faz. Não... É uma autoridade de organizar a cooperativa. Aí, claro, você vai criando atritos, e às vezes atritos afastam, entendeu? (...) A relação de trabalho, a relação de espaço, sabe, aqui a gente não tem quem limpe o banheiro. Cada um tem que um dia limpar o banheiro. Só que um não faz e o outro acha que porque aquele não fez, também não vai fazer. E aí um terceiro vai lá e se os dois não fizeram também não vou fazer. (...) Já teve vários atritos aqui com algumas pessoas, assim, por conta disso. Velho! Você sujou, você limpa. Você tirou, você guarda. Você pegou, ué, usou põe no lugar E aí larga... (...) Avisar quando não vem. Se eu não vim, olha, não vim por isso. Assumir aquilo que eu acho que tem que ser uma cooperativa, entendeu? É um por todos e todos por um mesmo. Só que não existe, entende, essa briga maior é essa. Por causa do individualismo. Não aquele individualismo malicioso, às vezes, sabe? E o individualismo de formação. Outro dia eu tava discutindo (...), que é complicado, cara, mas nenhum deles, sabe, na vida jogou num time de futebol ou vez parte de uma equipe de alguma coisa. Quando a gente vai participar de uma equipe você cria isso. Porque se você não fizer a sua parte dentro do campo você não vai ganhar e não é só você que ganha. É você que ganha e o time todo, então você tem que cumprir bem a sua função. Se você é da defesa, se você é do meio-campo, se você é do ataque, entendeu, isso tem que existir também aqui dentro. (secretário/diretor financeiro da CATAMAIS)

Apesar do processo sociorganizativo desse segmento social, vê-se que são avessos à organização e participação. É claro na fala do secretário/diretor financeiro o baixo grau de associativismo e de nível de confiança mútua.

Quanto, ainda, à “Coleta Seletiva Solidária”, apesar de não termos entrevistado a população dos bairros que aderiram ao referido projeto, tivemos a oportunidade de ouvir duas senhoras que participam deste empreendimento, no bairro da Liberdade. Uma delas

falou que separa e guarda o material, mas que acha inadmissível quando o catador não passa no dia marcado para a coleta. Nesse sentido, segundo ela, coloca o material na calçada para qualquer pessoa pegá-lo. A outra informou que não é obrigada a separar o material, mas que “por pena” separa. Exatamente por não ser obrigada a separar o material também acha irresponsabilidade do catador não passar no dia “correto” para a coleta, pois não gosta de guardar “lixo” por muito tempo no seu quintal. Nenhuma delas falou da importância do trabalho dos catadores para o meio ambiente. Acreditam que estão “fazendo caridade”.

Obviamente, não podemos usar esses dois casos isolados para significar o trabalho de coleta realizado nos bairros segundo aqueles que separam o material reciclável, mas é importante para levantarmos uma suspeita quanto à existência, ou não, de um efetivo reconhecimento social do trabalho de catação (coleta seletiva) e dos catadores.

Nos relatos, quase todos apontaram como positivo no trabalho de “Coleta Seletiva Solidária”, como exemplos, também, de reconhecimento, a atenção que as pessoas dispõem aos mesmos, inclusive deixando-os entrar em suas casas, oferecendo cafezinho, lanche e “até” almoço. É provável, a partir dessas falas, que essa atenção, ou visibilidade, é tão rara, excepcional, que eles a enxergam quase como se tivessem usando uma “lente de aumento”.

E quando dizem “eles deixam até a gente entrar na casa deles, oferecem até lanche...”, supomos que acreditam, na realidade, na existência de uma hierarquia valorativa entre eles e os moradores que aderiam à “Coleta Seletiva Solidária”, no sentido de que essas pessoas, segundo eles, supostamente, mais importantes, concedem seu tempo, atenção, a um simples catador de materiais recicláveis, além de doarem o material reciclável. É esse valor diferencial entre as pessoas que poderá legitimar a desigualdade social.

Miguel (2004 *apud* MEDEIROS; MACÊDO, 2006, p. 66), sobre o assunto, afirma que o trabalho desenvolvido com o “lixo” “interfere tanto na identificação do catador com o seu trabalho como no reconhecimento da sociedade pelo trabalho desempenhado pelo catador”. Catar “lixo”, então, é considerado uma atividade excludente pela própria natureza do tipo de trabalho, apesar de que, sob o ponto de vista de Miura (2004 *apud* MEDEIROS; MACÊDO, 2006, p. 66), esse mesmo trabalho ou o ato de se tornar catador pode ser sentido como “fonte de dignidade e modo legítimo de obter renda.

É uma atividade que faz do excluído um trabalhador inserido no mundo do trabalho, diferenciando-o do mendigo ou vadio”.

É nesse sentido que, apesar desses trabalhadores desempenharem um papel importante para o processo de reciclagem, segundo Medeiros e Macêdo (2006, p. 68), “o trabalho com o lixo não tem uma única representação ou sentido, ou é dotado de características ruins ou de características boas. Ele abarca tanto aspectos positivos quanto negativos, por isso, a relação dos catadores com o lixo é ambígua, refletindo a dialética inclusão/exclusão, (...) orgulho/humilhação”, visibilidade/invisibilidade, reconhecimento/desprezo etc.

O “lixo”, segundo Miura (2004, *apud* MEDEIROS; MACÊDO, 2006), significa para os catadores seu meio de vida, a possibilidade, muitas vezes única, para garantir sua sobrevivência, sua integração no mercado de trabalho, mesmo que seja informal e sem garantias aos direitos trabalhistas, porém, sem deixar de ter a conotação negativa construída socialmente em torno do “lixo”, significa aquilo que é jogado fora, que gera asco, discriminação e preconceito.⁹⁴

Certamente, não podemos afirmar que o reconhecimento e visibilidade que a maioria dos catadores acredita terem conseguido trabalhando em cooperativas e a partir da “Coleta Seletiva Solidária” é um pseudorreconhecimento ou que estão enganados quanto à maneira de significarem tal reconhecimento.

Também não podemos esquecer que os catadores buscam mecanismos de inserção na própria sociedade que os exclui, buscando e exigindo respeito e dignidade. Assim, não basta ser “lixo” humano. É preciso, primeiramente, sentir-se “lixo” humano, algo que os catadores não legitimam, ou pelo menos tentam desconstruir. Supostamente desnecessários, indesejados e desamparados, lutam para serem necessários, desejáveis e amparados. O que ocorre é que não basta apenas o desejo de ser incluído e respeitado para que o reconhecimento de seu trabalho e de si mesmo aconteça.

No próximo capítulo, então, a relação reconhecimento e não reconhecimento será problematizada a partir dos relatos de humilhação, invisibilidade, estigmatização e exclusão social sofrida pelos catadores. Tais histórias foram comuns e repetitivas em seus discursos, acontecendo, a maioria desses casos, no momento da “Coleta Seletiva

⁹⁴ Recentemente, mais precisamente em setembro de 2011, foi veiculado no telejornal local, em João Pessoa – PB, que uma catadora de materiais recicláveis, de 35 anos, recebeu 06 (seis) tiros, nas nádegas e nas costas, na madrugada da segunda-feira, dia 12 de setembro. A mesma estava catando latinhas, no chão e nos lixos, no bairro onde reside, em Mandacaru – João Pessoa, quando um homem apareceu e começou a atirar na mesma, segundo a reportagem, “por pura maldade”.

Solidária”, exatamente quando eles “acreditam” que estão sendo reconhecidos. Nesse caso, será que longe de um efetivo reconhecimento, os catadores, na realidade, vivenciam um reconhecimento social frágil e ocasional? Se o reconhecimento é frágil ou inexistente essa realidade acontece por qual(is) motivo(s)?

CAPÍTULO II

CAPÍTULO II- (NÃO) RECONHECIMENTO E SUBCIDADANIA: AS EXPRESSÕES DE ESTIGMATIZAÇÃO E (IN)VISIBILIDADE SOCIAL EXPERIENCIADAS PELOS CATADORES.

O imaginário social dominante no Brasil interpreta “o brasileiro” como um tipo social homogêneo (...), independentemente de sua classe ou pertencimento social. Tudo acontece como se esses indivíduos essencialmente semelhantes apenas diferissem na renda que ganham e que o progresso econômico seria, portanto, o *Deus ex machina* ao qual caberia resolver problemas como desigualdade, marginalização e subcidadania. (SOUZA, 2003a, p. 51) (Grifo do autor)

O que Souza (2003a) está argumentando acima é que existe entre nós, brasileiros, uma crença no progresso econômico, onde a expansão do mercado resolveria todos os nossos problemas sociais. Nesse sentido, a desigualdade social seria “algo temporário, modificável por altas taxas de crescimento econômico, as quais, de algum modo obscuro, terminaria por incluir todos os setores marginalizados”. (p. 58)

Para Souza (2003a) esse tipo de argumento é desatento aos aspectos morais e políticos que são importantíssimos para uma real estratégia inclusiva.

O fato de que o Brasil tenha sido o país de maior crescimento econômico do globo entre 1930 e 1980, sem que as taxas de desigualdade, marginalização e subcidadania jamais fossem alteradas radicalmente, deveria ser um indicativo mais do que evidente do engano dessa pressuposição. Isto, no entanto, não aconteceu e não acontece ainda hoje. (p. 51)

Ora, em nenhuma das sociedades modernas, que conseguiu homogeneizar e generalizar “um tipo humano para todas as classes, como uma pré-condição para uma efetiva e atuante ideia de cidadania, conseguiu esse intento como efeito colateral unicamente do desenvolvimento econômico”. (p. 58)⁹⁵

A explicação que considera a marginalidade como sendo determinada por problemas sociais que serão corrigidos por medidas econômicas contribui, assim, para sua permanência e naturalização.

Para esclarecer esse tema, Souza (2003a, 2003b, 2006) utiliza as contribuições de Taylor e Bourdieu. Note-se que considerando a teoria de Bourdieu frágil, pois ele não percebeu, na sua análise da classe trabalhadora, os processos coletivos de aprendizados

⁹⁵ “Dentre as sociedades desenvolvidas, inclusive, é a mais rica dentre elas, os EUA, a que apresenta maior índice de desigualdade e exclusão”. (SOUZA, 2003a, p. 58)

moral e social que ultrapassam as barreiras de classe, Souza sentiu a necessidade de vinculá-la a uma teoria objetiva da moralidade, no caso a tayloriana.

Não tenho nenhuma ambição, aqui, de criar uma teoria nova a partir do diálogo com esses autores. Eles obviamente são, em aspectos importantes, muito diferentes entre si e até inconciliáveis. Minha ambição é meramente utilizar o poder elucidativo e desvelador de ambas as teorias para iluminar um caso concreto: a experiência da naturalização da desigualdade em sociedades periféricas como a brasileira. (SOUZA, 2003b, p. 63)

Para Souza o uso de autores diferentes, no caso de Bourdieu e Taylor, dá-se pela existência de complementaridades entre suas teorias, no sentido de que suas diferenças se combinam produtivamente, permitindo “tanto o uso dos mesmos a contextos que provavelmente surpreenderia os próprios autores, quanto o aprofundamento de questões que somente o uso de ambos permitiria”. (id)

Iniciando com as semelhanças, para Souza (2003b), Bourdieu e Taylor se aproximam quando, em suas teorias, tentam romper e superar a concepção mentalista da experiência social.

Essa concepção mentalista é representada pelo dualismo mente/corpo, ou seja, pela ideia de que a mente é uma entidade distinta do corpo, embora de algum modo “habite” o corpo como um “fantasma dentro de uma máquina”. Desde Descartes essa concepção tornou-se algo como a doutrina oficial sobre a relação mente/corpo. (SOUZA, 2003b, p. 64)

Para Taylor (1989, *apud* SOUZA, 2003b), Bourdieu, assim como Wittgenstein, desenvolveram outras concepções que permitiram pensar essa relação de outro modo. O primeiro, no campo da filosofia, ajudando a quebrar a servidão filosófica do intelectualismo, o segundo, no campo das ciências sociais, enfatizando que a ciência social deve ser refeita, livrando-se do seu ponto de partida distorcido, ou seja: o dualismo mente/corpo.

Aqui, o inimigo comum é a tendência racionalista e intelectualista, dominante seja na filosofia, seja nas ciências sociais. Enquanto a tradição intelectualista nesses dois campos do conhecimento tende a perceber a compreensão de uma regra social, por exemplo, como um processo que se consoma o nível das representações e do pensamento, abstraindo seu componente corpóreo e contextual, tanto Wittgenstein como Bourdieu enfatizam o elemento “prática”. Obedecer uma regra é, antes de tudo, uma prática aprendida e não um conhecimento. A “prática” pode ser articulável, ou seja, ela pode explicar razões e explicações para o seu “ser deste modo e não de qualquer outro” quando desafiada a isto, mas, na maior parte das vezes, esse pano de fundo inarticulado

permanece implícito, comandando silenciosamente nossa atividade prática (...).
(p. 64)

É aqui que Souza (2003b) enfatiza que o esforço crítico tanto de Wittgenstein quando de Bourdieu é dirigido à crítica das concepções filosóficas ou sociológicas que abstraem o componente radicalmente situado e contextual da ação humana.

Em Taylor, essa empreitada assume a forma de uma tentativa de resignificar e articular o contexto não tematizado que, na realidade, guia e orienta toda ação humana embora não tenhamos consciência dele na vida cotidiana. Sua luta contra o que ele chama de “naturalismo”, dirige-se precisamente contra a ilusão do sentido (ou falta de sentido) imediato e implica na necessidade de reconstruir a prática não articulada, que comanda nossa vida cotidiana, e articular a hierarquia de valores escondida e opaca que preside nosso comportamento. (p. 65)

Para Bourdieu, o mesmo fato torna iminente uma desconstrução do que ele denomina da grande *illusio* social, do mesmo modo como em Taylor, “uma reconstrução do sentido imediato visto como produto de consolidações acríticas de situações de dominação e opressão”. (id)

Essa empreitada, para Bourdieu, assim como para Taylor, envolve uma ruptura com o intelectualismo e com o mentalismo. Essa ruptura é possível, em Bourdieu, no momento da construção de uma teoria da prática.

Bourdieu (1983), inicialmente, na elaboração de sua teoria da prática, apresenta dois modos de conhecimento teórico, polares e antagônicos, se traduzindo pela oposição de dois autores clássicos, Weber e Durkheim: o conhecimento fenomenológico, que parte da experiência primeira do indivíduo, “esquecendo-se” que o sujeito tem uma história, é determinado; e o conhecimento objetivista/estruturalista, que constrói as relações objetivas que estruturam as práticas e as representações das práticas, negligenciando, dessa forma, a esfera subjetiva e a prática dos agentes, considerando os sistemas de representação somente como “estrutura estruturada” e não como “estrutura estruturante”. Temos, então, uma teoria da ação social como antagônica a análise estrutural; uma compreensão subjetiva na sociologia em contraposição à visão objetivista.

Um terceiro modo de conhecimento teórico, o praxiológico, foi desenvolvido por Bourdieu como meio de superar a dicotomia entre subjetivismo e objetivismo, articulando dialeticamente o ator social e a estrutura social, procurando resolver o problema da “interiorização da exterioridade” e da “exteriorização da interioridade”.

O método praxiológico de análise da realidade tem o conceito de *habitus* como síntese, juntando dois aspectos, um objetivo (estrutura) e outro subjetivo (percepção, classificação, avaliação), permitindo ir do *opus operatum* (de uma estrutura estruturada) ao *modus operandi* (para uma estrutura estruturada e estruturante),⁹⁶ possibilitando a construção de uma teoria da prática ou do modo como elas são geradas. Essa noção de *habitus*, segundo Ortiz (1983), foi recuperada da escolástica, que enfatizava a dimensão de um aprendizado passado, sendo uma disposição estável para se operar numa determinada direção. No entanto, Bourdieu (1983), reinterpretando esta ideia de *habitus*, entendendo-a como sistemas de disposições socialmente constituídos, recusa a pretensa a-historicidade presente na filosofia clássica e a lógica escolástica⁹⁷ que legitimava um precipício intransponível entre o conhecimento prático e o conhecimento científico. A noção de *habitus*, segundo Bourdieu (1983, p. 45), é uma ideia que permite escapar “das alternativas estéreis do objetivismo e do subjetivismo (...)”.

Habitus, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras. (BOURDIEU, 1983, p. 60-61) (Grifo do autor)

⁹⁶ O *modus operandi*, desta forma, não está nem na objetividade do campo da morfologia das práticas, nem na subjetividade das representações mentais. A estrutura que condiciona as práticas está justamente entre estas duas esferas, que se comunicam, e dão sentido uma à outra, se relacionando de forma dialética. Esta estrutura, que é exterior e interior ao sujeito, incorporada e recriada em seu cotidiano, Bourdieu chama de *habitus*. (KRAMER; CASTRO, 2004, p. 04)

⁹⁷ No texto “O Conhecimento pelo Corpo”, da obra “Meditações Pascalianas”, temos Bourdieu examinando, de maneira reflexiva, a importância das socializações e internalizações corporais, desenvolvendo, a partir na noção de *habitus*, a dimensão da ação infraconsciente da lógica da prática que é negada pelos escolásticos. A visão escolástica “supõe um ponto de vista único e fixo – e portanto a adoção de uma postura de espectador imóvel instalado num ponto (de vista) – bem como a instalação de uma moldura que recorta, recolhe e abstrai o espetáculo, por um limite rigoroso e imóvel” (BOURDIEU, 2001, p. 32), ou seja: o mundo, na escolástica, é apreendido como “uma representação, um espetáculo, a ser contemplado de longe e do alto, a ser organizado como um conjunto destinado exclusivamente ao conhecimento” (id). No ponto de vista escolástico há uma distância insuperável entre o conhecimento prático e o conhecimento científico, erudito, raciocinante, escolástico. A lógica da prática, segundo Bourdieu (2001), permanece inacessível, abandonada, ao pensamento escolástico, no momento em que ele se defronta com o social. Aqui o mundo é oferecido pelo pesquisador tal como ele o pensa, como objeto de contemplação, representação, “como se fosse o mundo tal como ele se apresenta àqueles que não têm a disponibilidade de se retirar dele para pensá-lo” (ibid, p. 64). Nesse caso, o agente atuante do conhecimento prático cede lugar ao “sujeito” reflexivo do conhecimento erudito. O olhar escolástico, a visão objetivada na perspectiva, ou cuja representação em perspectiva opera a objetivação (enquanto forma simbólica de uma objetivação do subjetivo), é edificado sob a lógica teórica. Tal olhar soberano, embasado numa noção mentalista do homem, permitiu um divórcio intelectualista entre o intelecto, percebido como superior, e o corpo, tido como inferior; tais oposições retraduzidas no dualismo da alma e do corpo. “A visão mentalista, inseparável da crença no dualismo da alma e do corpo, do espírito e da matéria, deriva sua origem de um ponto de vista quase anatômico, logo tipicamente escolástico, sobre o corpo como exterioridade”. (ibid, p. 162)

O *habitus* – modos plásticos e flexíveis de perceber, fazer, pensar, sentir e ser – pressupõe, então, um conjunto de noções que antecede a ação, esta última constituindo-se nas práticas dos agentes no interior do campo social, ou seja: o *habitus* produz práticas, individuais e coletivas, a prática é ação, é a exteriorização do *habitus*, em conformidade com os esquemas engendrados pela história, “sinal incorporado de uma trajetória social (...), e de um campo social” (ibid, p. 45). Temos aqui, então, a construção de uma teoria da ação, apresentando no cenário social o próprio agente em atividade.

Os conceitos, operacionais, foram desenvolvidos por Bourdieu com o propósito de possibilitar/legitimar a sua teoria praxiológica e, especificamente, o conceito de *habitus* é o que nos permite esboçar alguns desdobramentos sobre o corpo, sobre a *hexis* corporal, perscrutando um conhecimento pelo corpo, possível a partir de sua teoria da práxis.

O conceito de *habitus* (...) ao contrário da tradição racionalista e intelectualizante, permite enfatizar todo o conjunto de disposições culturais e institucionais que se inscrevem no corpo e que se expressam na linguagem corporal de cada um de nós transformando, por assim dizer, escolhas valorativas culturais e institucionais em carne e osso. (SOUZA, 2003b, p. 65)

Aqui, argumenta Souza (2003b), o que para outros sociólogos seria “internalização de valores”, para Bourdieu o destaque aconteceria, ao contrário, “no condicionamento pré-reflexivo, automático, emotivo, espontâneo, em uma palavra “inscrito no corpo” de nossas ações, disposições e escolhas”. (p. 65)

O corpo, em Bourdieu, é visto como mediador prático entre o social e o simbólico e, por esse motivo, o autor estudou as inúmeras práticas relacionadas ao corpo, utilizando o conceito de *habitus* e a sua lógica de retenção e reprodução dos comportamentos.

De acordo com Montagner (2006), contrariamente ao conceito de campo,⁹⁸ a noção de *habitus* coloca a questão da centralidade do corpo como o *locus* privilegiado de análise do sujeito social. Como já foi evidenciado, o *habitus* é um conceito que possibilita a mediação teórica entre indivíduo e sociedade ou agentes históricos e estruturas, atravessando o espaço social em um contínuo que vai do individual ao coletivo, de *hexis corporal* a *illusio*.

⁹⁸ É um espaço de relações objetivas entre indivíduos, coletividades ou instituições, surgindo como uma configuração de relações socialmente distribuídas. O campo, entretanto, é referido a um *habitus*, ou seja: o campo estrutura o *habitus* e o *habitus* constitui o campo. O *habitus* é a internalização da estrutura social e o campo é a exteriorização ou objetivação do *habitus*. Em cada campo o *habitus*, socialmente constituído por embates entre indivíduos e grupos, determina as posições e o conjunto de posições determina o *habitus*. Assim, a dinâmica social se dá no interior de um campo cujos agentes (indivíduos) têm disposições específicas (o *habitus*).

Note-se que, temos aqui a ideia de que o corpo é o espaço de inscrição das regras sociais, culturais, inscrição de nossa “condenação” ao social no corpo biológico. É o corpo socializado, estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação no mesmo. (BOURDIEU, 1996)

Na nossa sociedade, de acordo com Montagner (2006), o corpo é o suporte de uma construção identitária realizada pela estrutura social sobre a pessoa, construção da qual o próprio indivíduo não é inteiramente sujeito. Esse inscrito, que não se pode desfazer e é matriz geradora de práticas, como vimos, é definido como *habitus*.

A partir da constância biológica/corporal procura-se garantir uma unicidade do homem, constante no tempo e no espaço. No entanto, segundo Bourdieu, é impossível captar esse todo humano, exatamente porque é histórico, determinado socialmente. O que é possível realizar é a objetivação do *habitus*, “justamente resultado estável, mas não imutável desse processo de interiorização do social e de incorporação, na pele, de nossa *persona* social”. (MONTAGNER, 2006, p. 04) (Grifo do autor)

É um ponto de partida em comum, quando os dois autores, Taylor e Bourdieu, recusam o “dado”, a experiência imediata, “cuja opacidade nos confunde cognitivamente e nos torna impotentes moral e politicamente”, que marca significadamente o modo como os mesmos construíram uma ciência crítica. (SOUZA, 2003b, p. 65)

Sem dúvida, malgrado esse ponto de partida comum, os dois autores desenvolvem perspectivas teóricas que tomam caminhos muito diferentes fundamentando-se em visões de mundo que se tornam em aspectos essenciais antinômicas (...). No entanto, mesmo essas divergências centrais são especialmente interessantes na medida em que elas se parecem complementares. (ibid, p. 66)

Souza (2003b), ainda, argumenta que a temática da “dignidade” presente na obra de Tylor é o seu principal interesse, concentrando-se nela. O autor objetiva, então, desvelar o potencial constituidor e legitimador das diferenças sociais tidas e tornadas naturais e legítimas, “sob o véu mascarador da pretensa igualdade e universalidade que habita a noção de dignidade”. (p. 67)

Para Tylor inexistente uma reconstrução da hierarquia valorativa que divide os seres humanos em mais ou menos, em classificados e desclassificados, reconhecidos e não reconhecidos, em bem pagos e mal pagos, “cuja opacidade é apenas reduplicada (...)”. (SOUZA, 2003b, p. 70)

Acho que a reconstrução da lógica valorativa opaca que comanda a “ideologia espontânea”⁹⁹ do capitalismo tardio é um passo fundamental para a análise das sociedades modernas em geral – seja centrais ou periféricas –, na medida em que permite desconstruir não apenas a naturalização da desigualdade periférica, mas também a eficiente “ilusão da igualdade de oportunidades”, ou seja, a base da legitimação da dominação política das sociedades industriais avançadas. (ibid, p. 71)

Na essência do projeto tayloriano há a convicção de que a realidade humana é estruturada e constituída por camadas de significado, ou seja: o desafio do pensamento crítico – e neste, particularmente, o desejo de Taylor é claramente conforme com o de Bourdieu – “é re-significar as camadas de sentido que foram naturalizadas pela prática social, ou seja, reduzidas à opacidade e à intransparência”. (ibid, p. 72)

A re-significação da lógica implícita e contingente, que preside a ação de mercado e Estado levado a cabo por Tylor, é um passo fundamental para esse projeto. Abre-se, desse modo, (...) todo um conjunto de questões que permanecia numa espécie de limbo na percepção científica. A genealogia tayloriana permite “re-culturalizar”, “re-significar” e, a partir disso, “reconstruir” e “re-socializar” uma hierarquia implícita já naturalizada pela opacidade da forma de atuação dessas instituições. (p. 71-72)

Enfatiza Souza que esse é o ponto caro a Bourdieu, entendendo que o ponto de partida de Bourdieu é unilateral, necessitando “de uma base valorativa objetiva e ancorada institucionalmente”, reconstruída a partir da contribuição tayloriana.

Na análise de Bourdieu sobre a produção opaca da desigualdade nas condições das sociedades modernas avançadas como a francesa, o patamar último da sua análise, que fundamenta uma infinidade de distinções sociais, é a situação de “necessidade” da classe operária. (...) O que é visto como “necessidade”, nesse contexto, comparando-se a sociedades periféricas como a brasileira, adquire o sentido de consolidação histórica e contingente de lutas políticas e aprendizados sociais e morais múltiplos de efetiva e fundamental importância, os quais passam despercebidos enquanto tais para Bourdieu. (SOUZA, 2003a, p. 61-62)

É aqui que Souza (2003a, 2003b, 2006) propõe uma subdivisão interna à categoria do *habitus*, com o propósito de conferir-lhe um caráter histórico mais diverso, plural, inexistente na análise bourdieusiana, acrescentando, também, uma dimensão genética e diacrônica à temática da constituição do *habitus*. “Assim, em vez de falar apenas de *habitus* genericamente, aplicando-o a situações específicas de classe num contexto

⁹⁹ “Mesmo em autores que se empenharam em descobrir a lógica normativa e simbólica imanente à “ideologia espontânea” do capitalismo, a começar pelo maior dentre eles, Karl Marx, o que temos é uma análise da morfologia estrutural da dinâmica da produção e da circulação de mercadorias no capitalismo levando a ilusão da troca justa do mercado”. (SOUZA, 2003b, p. 70)

sincrônico, como faz Bourdieu, acho mais interessante e rico (...) falar de uma “pluralidade de *habitus*”. (2003a, p. 62) (Grifos do autor)

Se o *habitus* representa a incorporação nos sujeitos de esquemas avaliativos e disposições de comportamento a partir de uma situação socioeconômica estrutural, então mudanças fundamentais na estrutura econômico-social deve implicar, conseqüentemente, mudanças qualitativas importantes no tipo de *habitus* para todas as classes sociais envolvidas de algum modo nessas mudanças. Esse foi certamente o caso da passagem das sociedades tradicionais para as sociedades modernas no Ocidente. (id) (Grifos do autor)

A burguesia, então, argumenta Souza (2003a), sendo a primeira classe dirigente na história que trabalha, rompendo “com a dupla moral típica das sociedades tradicionais, baseadas no código da honra” (p. 62), construiu uma “homogeneização de tipo humano” – esse novo sujeito moral que Taylor irá chamar de *self* pontual¹⁰⁰ – “a partir da generalização de sua própria economia emocional” (id) – domínio da razão sobre as emoções e pulsões irracionais, interiorização progressiva de todas as fontes de moralidade e significado, exaltação concomitante das virtudes do cálculo prospectivo, autorresponsabilidade, autocontrole, disciplina, habilidades sociais etc. (SOUZA, 2003a, 2003b, 2006) – às classes dominadas.

Esse conjunto articulado e referido mutuamente de virtudes passa a ser, com seu crescente ancoramento institucional, o alfa e o ômega da atribuição de respeito e de reconhecimento social, por outro lado, e pressuposto objetivo da própria autoestima individual, por outro. No seu conjunto, essas condições constituem a “dignidade” específica da agência racional, ou seja, passa a ser o fundamento da percepção diferencial de cada qual como signo ou não de valor a partir dessa pré-condição social produzida por meios intersubjetivos e de visões compartilhadas. (SOUZA, 2003b, p. 73)

Esse processo aconteceu em todas as sociedades centrais do Ocidente das mais variadas maneiras. Em todas as sociedades que obtiveram a homogeneização de um tipo humano transclassista, isso foi possível a partir de uma aspiração perseguida “de forma consciente e decidida, e não deixado a uma suposta ação automática do progresso econômico”. (SOUZA, 2003a, p. 62)

¹⁰⁰“A gênese do *self* pontual em Taylor é passível de ser interpretada como a pré-história das práticas sociais disciplinadoras, das quais o mercado e o Estado são as mais importantes, fruto de escolhas culturais contingentes e que, de forma implícita e intransparente, mas de modo algum neutra, impõe tanto um modelo singular de comportamento humano definido como exemplar quanto uma hierarquia que decide acerca do valor diferencial dos seres humanos. É este modelo implícito que irá, crescentemente, a partir do seu ancoramento institucional, premiar em termos de prestígio relativo, salário e status ocupacional os indivíduos e classes que dele mais se aproximam e castigar os desviantes”. (SOUZA, 2003b, p. 72)

Assim sendo, esse gigantesco processo histórico homogeneizador, que posteriormente foi ainda mais aprofundado pelas conquistas sociais e políticas de iniciativa da própria classe trabalhadora, (...) sem dúvida generalizou e expandiu aspectos fundamentais da igualdade nas dimensões civis, políticas e sociais, (...) pode ser percebido como um gigantesco processo de aprendizado moral e político de profundas conseqüências. (id)

É exatamente esse processo histórico de aprendizado coletivo que Souza (2003a, 2003b) considera não adequadamente problematizado por Bourdieu no seu estudo empírico em relação à sociedade francesa.

Ele representa o que gostaria de denominar de “*habitus* primário”, de modo a chamar atenção para esquemas avaliativos e disposições de comportamento objetivamente internalizados e “incorporados”, no sentido bourdieusiano do termo, que permite o compartilhamento de uma noção de “dignidade” efetivamente compartilhada no sentido tayloriano. (2003b, p. 166) (Grifo do autor)

Essa “dignidade”, efetivamente compartilhada por classes que lograram homogeneizar a economia emocional de todos os seus membros, parece ser, afirma Souza (2003b, p. 166), “o fundamento profundo do reconhecimento social infra e ultrajurídico, o qual (...) permite a eficácia social da regra jurídica da igualdade, e, portanto, da noção moderna de cidadania”.

É essa dimensão da “dignidade” compartilhada, no sentido não jurídico de “levar o outro em consideração”, e que Taylor chama de respeito atitudinal, que tem que estar disseminada de forma efetiva numa sociedade para que possamos dizer que, nessa sociedade concreta, temos a dimensão jurídica da cidadania e da igualdade garantida pela lei. Para que haja eficácia legal da regra de igualdade é necessário que a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana esteja efetivamente internalizada. (id)

Essa dimensão da “dignidade” necessita de um permanente e eficaz consenso valorativo transclassista como sua condição de existência, “que não é percebida enquanto tal por Bourdieu” (id). O autor em questão não percebe a importância de conquistas históricas de um tipo de sociedade, como a francesa, as quais se tornam óbvias quando comparadas a sociedades periféricas, como a brasileira, em que tal consenso não existe.

Ao chamar a generalização, portanto, das pré-condições sociais, econômicas e políticas do sujeito útil, “digno” e cidadão, no sentido tayloriano de reconhecido intersubjetivamente como tal, de “*habitus* primário”, eu o faço para diferenciá-lo analiticamente de duas outras realidades também fundamentais: o “*habitus* precário” e o que gostaria de denominar “*habitus* secundário”. (ibid, p. 167) (Grifos do autor)

O “*habitus* precário”, informa Souza (2003b), seria o limite do “*habitus* primário” para baixo.

Seria aquele tipo de personalidade e de disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que, seja um indivíduo, seja um grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas consequências existenciais e políticas. (id)

Já o “*habitus* secundário” seria o limite do “*habitus* primário” para cima, tendo relação com uma fonte de reconhecimento e respeito social que exige, pressupõe, a generalização do “*habitus* primário” para as camadas da população de uma dada sociedade.

Nesse sentido, o *habitus* secundário já parte da homogeneização dos princípios operantes na determinação do *habitus* primário e institui, por sua vez, critérios classificatórios de distinção social a partir do que Bourdieu chama de “gosto”. (...) Essa diferenciação triádica da noção de *habitus* deve ser acoplada à discussão tayloriana das fontes morais ancoradas institucionalmente no mundo moderno, seja no centro ou na periferia, para sua adequada problematização. Como a categoria de “*habitus* primário” é a mais básica, na medida em que é a partir dela que se torna compreensível seus limites “para baixo” e “para cima”, devemos nos deter ainda um pouco na sua determinação. (SOUZA, 2003a, p. 64) (Grifos do autor)

É aqui que Souza (2003b) usa as investigações e/ou noções de Kreckel de “ideologia do desempenho” para levar a noção de “*habitus* primário” a um patamar mais concreto de análise.

Parto da pressuposição de que a noção de Kreckel de “ideologia do desempenho” permite pensar a dimensão sociológica da produção da distinção social a partir da força objetiva da idéia de dignidade do agente racional como proposta por Taylor. Afinal, as pessoas não são aquinhoadas equitativamente com o mesmo reconhecimento social por sua “dignidade de agente racional”. (...) A dimensão jurídica da proteção legal é apenas uma das dimensões – apesar de fundamental e importantíssima – desse processo de reconhecimento. (p. 168)

Segundo Souza (2003b) é o trabalho que parece estar por trás da “avaliação objetiva do valor relativo” de cada qual nessa dimensão. Nesse caso, o potencial encobridor de desigualdades por trás da noção de “dignidade” do agente racional deve se manifestar mais facilmente nessa dimensão.

Kreckel chama de “ideologia do desempenho” a tentativa de elaborar um princípio único, para além da mera propriedade econômica, a partir do qual se constitui a mais importante forma de legitimação da desigualdade no mundo contemporâneo. A idéia subjacente a esse argumento é que teria que haver um

“pano de fundo consensual” (...), acerca do valor diferencial dos seres humanos, de tal modo que possa existir uma efetiva – ainda que subliminarmente produzida – legitimação da desigualdade. Sem isso, o caráter violento e injusto da desigualdade social se manifestaria de forma clara e a olho nu. (id)

A “ideologia do desempenho” se baseia na tríade meritocrática que envolve qualificação, posição e salário. A qualificação, que reflete a importância do conhecimento com o desenvolvimento do capitalismo, é o primeiro e mais importante ponto que condiciona os outros dois.

A “ideologia do desempenho” é exatamente uma “ideologia” porque ela não apenas “estimula e premia a capacidade de desempenho”, mas, também, “legitima o acesso diferencial permanente a chances de vida e apropriação de bens escassos” (ibid, p. 169). É essa combinação da tríade da “ideologia do desempenho” que faz do indivíduo um “sinalizador” completo e positivo do “cidadão completo”.

A tríade torna também compreensível por que apenas através da categoria do “trabalho” é possível se assegurar de identidade, autoestima e reconhecimento social. Nesse sentido, o desempenho diferencial no trabalho tem que se referir a um indivíduo e só pode ser conquistado por ele próprio.¹⁰¹ (SOUZA, 2003b, p. 169)

Apenas quando as condições para o reconhecimento objetivo dos papéis de produtor e cidadão estão dadas, pode o indivíduo obter sua identidade pessoal e social de forma completa. É o poder legitimador, portanto, da “ideologia do desempenho” que irá determinar aos sujeitos e grupos sociais excluídos, pela inexistência dos pressupostos mínimos para uma capacidade de competição bem-sucedida (ou seja, é detentor de um *habitus* precário), seu não reconhecimento social e sua ausência de autoestima.

A “ideologia do desempenho” é opaca, intransparente, pois “aparece” à consciência cotidiana dos indivíduos como se fosse efeito de princípios universais e neutros, abertos à competição meritocrática. (SOUZA, 2003b)

A partir da definição e da constituição de uma ideologia do desempenho, como mecanismo legitimador dos papéis de produtor e cidadão, que equivalem (...) ao conteúdo do “*habitus* primário”, é possível compreender melhor o seu limite “para baixo”, ou seja, o “*habitus* precário”. Assim, se o *habitus* primário implica um conjunto de predisposições psicossociais refletindo, na esfera da personalidade, a presença da economia emocional e das pré-condições

¹⁰¹ No caso de uma dona-de-casa o seu status social é objetivamente “derivado”, ou seja: “sua importância e reconhecimento social dependem de seu pertencimento a uma família ou a um “marido”. Ela se torna, neste sentido, dependente de critérios adscritivos, já que no contexto meritocrático da “ideologia do desempenho” ela não possuía valor autônomo”. (SOUZA, 2003b, p. 169)

cognitivas para um desempenho adequado ao atendimento das demandas (variáveis no tempo e no espaço) do papel de produtor, com reflexos diretos no papel do cidadão, sob condições capitalistas modernas, a ausência dessas pré-condições, em alguma medida significativa, implica na constituição de um *habitus* marcado pela precariedade. (SOUZA, 2003a, p. 66) (Grifos do autor)

O “*habitus* precário” diz respeito tanto a setores mais tradicionais da classe trabalhadora de países desenvolvidos, como a Alemanha, “incapazes de atender as novas demandas por contínua formação e flexibilidade da assim chamada “sociedade do conhecimento”, que exige, agora, uma ativa acomodação aos novos imperativos econômicos, quanto, também, a secular “*ralé*” brasileira”. (2003b, p. 170)

A grande diferença, entre os dois casos, é que a formação de todo um segmento de inadaptados, possível pelo “*habitus* precário”, é um fenômeno marginal e circunscrito, como na Alemanha, e em sociedades periféricas, como a brasileira, é um fenômeno de massa, “suficiente para condenar cerca de 1/3 da população de 170 milhões de pessoas a uma vida marginal nas dimensões existencial, econômica e política”. (ibid, p. 178)

No caso alemão, a disparidade entre “*habitus* primário” e “*habitus* precário” é causada pelas demandas crescentes por flexibilização, o que exige uma economia emocional de tipo peculiar. No caso brasileiro, o abismo se cria, já no limiar do século XIX, com a reeuropeização do país, e se intensifica a partir de 1930, com o início do processo de modernização em grande escala. Neste caso, a linha divisória passa a ser traçada entre os setores “europeizados” – ou seja, os setores que lograram se adaptar às novas demandas produtivas e sociais – e os setores “não europeizados” que tenderam, por seu abandono, a uma crescente e permanente marginalização. (SOUZA, 2003b, p. 171) (Grifos do autor)

Esses setores inaptos às demandas produtivas e sociais, no caso brasileiro, Souza (2009) denomina de “*ralé estrutural*”, uma “classe social” caracterizada por não possuir as pré-condições para o trabalho técnico no setor competitivo do capitalismo, pois se forma pela ausência de incorporação dos capitais impessoais, como o capital cultural ou técnico, do mundo moderno.

Mas, o que nos interessa aqui, precisamente, é articular a reflexão de Souza (2003a, 2003b, 2006, 2009) sobre a singularidade de sociedades periféricas, especificamente a brasileira, a partir de sua abordagem sobre subcidadania, (não) reconhecimento e sua crítica da naturalização da desigualdade social, à realidade do trabalho de catação de materiais recicláveis e, obviamente, a partir do tema exposto neste capítulo, supomos que estamos tratando de um grupo – formado por catadores – socializado de modo precário.

É evidente que a rotina de catador de “lixo”, além de informal, é exaustiva e precária, em condições insalubres para obter o seu sustento, e não garante direitos trabalhistas. Como afirma Magera (2003):

Muitas vezes, ultrapassa doze horas¹⁰² ininterruptas; um trabalho exaustivo visto as condições precárias a que estes indivíduos se submetem, com seus carrinhos puxados pela tração humana, carregando por dia mais de duzentos quilos de lixo (quatro toneladas por mês), e percorrendo mais de vinte quilômetros por dia, sendo, no final, muitas vezes explorados pelos donos de depósitos de lixo (sucateiros). (p. 34)

Mesmo possuindo o reconhecimento do trabalho de catador como categoria profissional, oficializada na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), no ano de 2002, onde, nesta classificação, os catadores de “lixo” são registrados pelo número 5192-05 e sua ocupação é descrita como catador de material reciclável, para Medeiros e Macêdo (2006) essa legitimação da profissão, por si só, não garante a inclusão dos mesmos.

É nesse ponto que iremos problematizar aqui, neste capítulo, o trabalho de catador de materiais recicláveis e sua relação com os processos de estigmatização e invisibilidade social, considerando que é através da categoria do trabalho que é possível garantir autoestima, reconhecimento e visibilidade social. Mas se a inserção nesse tipo de trabalho dá-se pela incapacidade dos catadores possuírem os pressupostos mínimos para uma capacidade de competição bem sucedida e, portanto, um desempenho adequado no mundo do trabalho, além do não reconhecimento social deste grupo – que passa a ser excluído, invisível e desprezado –, há, supostamente, a ausência de autoestima e sensação de frustração e fracasso pessoal.

¹⁰² Tanto na COTRAMARE quanto na CATAMAIS os catadores trabalham de segunda a sexta-feira, das 7h:00 às 17h:00. No período da manhã saem para fazer a coleta nos bairros, voltam para o almoço, e no período da tarde trabalham no galpão, separando e pesando os materiais recicláveis. Também preferem, quando possível, realizar a coleta dos materiais doados no período da tarde.

O HABITUS PRECÁRIO DOS CATADORES

Como vimos, se o princípio básico do consenso transclassista é o princípio do desempenho, a aceitação e internalização generalizada deste princípio faz com que a inadaptação e a marginalização de certos setores possam ser percebidas pela sociedade incluída e também pelas próprias vítimas “encerradas” no “*habitus* precário” como um “fracasso pessoal”. (SOUZA, 2003a, 2003b, 2006)

Como exemplo, uma catadora cooperada da CATAMAIS comentou que, fora o trabalho de catadora de materiais recicláveis, o único trabalho que conseguiu foi o de “lavadora” de copos em um bar na feira central de Campina Grande – PB. Ela atribuiu à dificuldade de conseguir outros trabalhos de melhor remuneração e “*chiqueza*” (termo usado pela entrevistada) a sua falta de estudos, então o trabalho de catadora é o único possível.

Olha, euuuuuu..., o que é que eu acho? Eu acho muito bom. Eu acho que é a única profissão que eu tenho ((rindo um pouco)). A única profissão que eu tenho, porque *num* sei ler nem escrever, *num* é, e hoje em dia até pra pessoa *trabalhá* varrendo rua tem que ter, *né*, os graus, primeiro grau, segundo. Aí eu me acho assim, que é a única profissão que eu tenho pra seguir é só essa..., nesse trabalho *mermo*. (AA-F, 27 anos)

Perguntando a mesma se desejava continuar os estudos, respondeu que uma professora estava indo à cooperativa para alfabetizar os catadores, e que ela participava, às vezes, das aulas. Sobre suas pretensões em relação aos estudos, argumentou: “em termos de estudo, falar a verdade? Tenho não. Eu penso assim, *né*, eu estudei quando era pequena, não aprendi nada, e agora? Posso até aprender a ler, que acho complicado. *Mai* acho que esse negócio assim de curso, de fazer outras coisas, não”.

É evidente em sua fala a culpabilidade única de si mesma pela sua inadaptação aos estudos e conseqüente destino de catadora, para ela, o único possível, por isso “eterno”, “sem jeito”, ou sem perspectiva de mudança. Para Bourdieu e Taylor, afirma Souza (2003a, 2003b, 2006), a sociedade moderna se singulariza precisamente pela produção de uma configuração, formada pelas ilusões do sentido imediato e cotidiano, que produzem um “desconhecimento específico” dos atores acerca de suas próprias condições de vida. Há na fala da catadora o obscurecimento das causas da sua pobreza, de sua inserção apenas em

trabalhos precários e desvalorizados socialmente e, conseqüentemente, das causas da desigualdade social, que a mantém numa situação de vida, praticamente, irreversível.

Podemos apontar o caso de Luíza, descrito no texto intitulado “Ralé estrutural e má-fé Institucional na construção de um destino inescapável”, de Freitas (2008), onde temos o relato da história de uma jovem de 16 anos, Luíza, filha de empregada doméstica, que reside na cidade de Juiz de fora – MG.

Tornar-se empregada doméstica é o destino, segundo a autora, de grande parte de mulheres das classes baixas que conseguem se inserir no mercado de trabalho, exatamente porque esse tipo de profissão não exige nenhum tipo de conhecimento escolar incorporado para ser executado por elas. Mas Luíza demonstra medo de seguir o destino de sua mãe, ou seja, de se tornar também uma empregada doméstica, apesar de considerá-la “uma profissão boa”, mas que não gostaria de seguir. Segundo ela tal profissão é “boa” para sua mãe que não conseguiu estudar e por esse motivo também não pode conseguir uma profissão melhor na vida. Luíza, ainda, acredita que é a falta de estudo que faz as mulheres de sua classe social se tornarem empregadas domésticas, mas para que esse destino não “chegue” até ela tentará construir através do estudo um caminho diferente para si mesma. (FREITAS, 2008)

Luíza sonha com um futuro próspero e bem-aventurado, em que se imagina em um casamento feliz e em um emprego estável e bem remunerado. Contudo, a partir de agora, poderão ser vistos quais são os mecanismos sociais que gradativamente vão transformando em pó os sonhos de Luíza, na medida em que não propiciam as condições objetivas para sua concretização. (FREITAS, 2008, p. 205)

Porém, para conseguir, principalmente, um emprego bem remunerado, Luíza necessita de aquisição suficiente de conhecimento, o que não é o seu caso: cursando, na época, o primeiro ano do ensino médio em uma escola pública estadual no bairro onde mora com a família, na periferia da cidade de Juiz de Fora – MG, Luíza comenta algo que poderíamos denominar de ensino precário, caracterizado pela dificuldade dos professores em ensinar em uma classe numerosa de alunos que não conseguem parar de conversar e desrespeitam a autoridade do professor. Luíza também narra sobre seu histórico escolar repleto de notas muitos ruins, inclusive de muitos “zeros”, apresentando enquanto justificativa a sua enorme dificuldade em seguir os estudos. Segundo a adolescente até os inteligentes tiram “zero”. Ela mesma informa que está prestes a repetir de ano, o que não a impossibilita de continuar criando e alimentando ilusões quanto ao seu futuro profissional.

“Tem-se então uma classe inteira que não conta com as disposições (autocontrole, disciplina, pensamento prospectivo, concentração para os estudos) fundamentais para o sucesso escolar. Por isso, o sistema de ensino brasileiro é historicamente marcado pelo fracasso em massa da *ralé estrutural*”. (FREITAS, 2008, p. 217)

De acordo com Freitas (2008), por pertencer à “*ralé estrutural*”, Luíza está “condenada” a uma relação fracassada com a instituição escolar, que resulta na aquisição insuficiente do conhecimento, o qual é imprescindível para a inserção no mercado de trabalho qualificado. Mas essa realidade social não se mostra à consciência dos indivíduos que dela participam, por isso a “ilusão”. Assim, Luíza desconhece os mecanismos sociais que tornam o fracasso escolar generalizado na *ralé estrutural*, destino que ela própria fatalmente não conseguirá escapar. Suas disposições incorporadas não lhe oferecem aquilo que é suficiente para o sucesso escolar. Também por pertencer às classes baixas Luíza foi direcionada a uma escola pública que, como a maioria, enfrenta problemas estruturais que resultam em um ensino extremamente precário. (FREITAS, 2008)

A forma como a escola pública foi historicamente montada no Brasil impede o cumprimento de sua função de promover a cidadania por meio da educação, o que a leva a fazer o contrário do que se propõe: ela acaba por incutir nas pessoas fadadas ao insucesso escolar, devido a sua posição de classe, o sentimento de serem individualmente responsáveis pelo seu insucesso. O que nunca é percebido, mas que exatamente por isso produz efeitos nefastos para os indivíduos da *ralé estrutural*, é que o sistema pedagógico pressupõe que os alunos já portem um conjunto de disposições sem as quais é impossível a aprendizagem e a incorporação do conhecimento. (FREITAS, 2008, p. 216)

Ora, para Freitas (2008), as condições sociais as quais a *ralé estrutural* foi largada vai determinar um padrão de socialização precário (*habitus* precário), um modo de vida que exige pouco controle dos impulsos, não favorecendo o desenvolvimento das disposições fundamentais para os estudos (ou seja, modos de pensar, agir e sentir) e, conseqüentemente, para a formação do cidadão útil e produtivo. O que é generalizado na “*ralé*” é um modo de vida

Freitas (2008), explicando o caso Luíza, mostra que essa “falta”, essa “incapacidade” daqueles que fazem parte da “*ralé estrutural*” é fruto, por um lado, de um tipo de formação familiar que não cria condições para o desenvolvimento das disposições necessárias, por exemplo, ao sucesso profissional, e por outro da própria instituição escolar, que por meio dos seus discursos e práticas cotidianas age no sentido de legitimar a individualização do fracasso, responsabilizando cada aluno isoladamente pelo seu fracasso

escolar, quando, na verdade, é o fracasso de uma classe social inteira. Aqui não é percebido que a “ralé” já entra na escola como perdedora antes mesmo de começar a estudar; isso quando tem acesso à escola.

Quanto aos catadores, o fracasso escolar dos mesmos foi comprovado a partir do seu grau de instrução. Vejamos: dos 17¹⁰³ (dezessete) catadores de materiais recicláveis entrevistados, quanto ao grau de instrução, 05 (cinco) são analfabetos, 04 (quatro) possuem o ensino fundamental I incompleto, 04 (quatro) o fundamental I, 03 (três) o fundamental II incompleto e apenas 01 (um) o ensino médio completo. É interessante comentar aqui uma observação apresentada pelo secretário/diretor financeiro da CATAMAIS, quanto ao grau de instrução dos cooperados.

São todos analfabetos funcionais. Os que se dizem alfabetizados, são analfabetos funcionais. Só o AC,¹⁰⁴ só o AC tem o segundo grau completo, mas, assim, é analfabeto funcional. Tem (...) o certificado e tudo mais, mas pra ler, até mesmo pra ler qualquer coisa é um..., (...) ele não consegue ler em voz baixa, assim, ele não consegue ler nem pra ele.

Os índices de analfabetismo no Brasil parecem refletir diretamente na distribuição de renda entre os indivíduos. De acordo com Barros, Carvalho e Franco (1997, *apud* SOUSA; SILVA, 2009) municípios que possuem taxas mais altas de alfabetização possuem uma renda *per capita* superior à exibida pelos municípios que apresentam baixos níveis educacionais. Para se ter uma idéia, no caso dos nossos catadores, 13 (treze) recebem Bolsa Família, ou seja: o Programa Bolsa Família (PBF), beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70,00 a R\$ 140,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00),¹⁰⁵ de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Os que ainda não

¹⁰³ São 15 (quinze) paraibanos e 02 (dois) cearenses. Quanto à faixa etária, 04 (quatro) estão entre 25 a 30 anos; 09 (nove) entre 31 a 40 anos; 01 (um) entre 41 a 50 anos; 02 (dois) entre 51 a 60 anos; e um (01) com mais de 60 anos. Todos residem em espaços na cidade de Campina Grande – PB considerados de pessoas de baixíssima renda, a maioria no bairro do Mutirão, onde se localiza o lixão municipal. Nenhum deles(as) paga aluguel, a maioria possui casa própria, que foi doada por um antigo governador da Paraíba, ou comprada e/ou construída num terreno “invadido” por eles.

¹⁰⁴ Presidente da CATAMAIS.

¹⁰⁵ “O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) trabalha com quatro tipos de benefícios: Benefício Básico (R\$ 70, pagos apenas a famílias extremamente pobres, com renda per capita igual ou inferior a R\$ 70); Benefício Variável (R\$ 32, pagos pela existência na família de crianças de zero a 15 anos – limitado a cinco crianças por família); Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) (R\$ 38, pagos pela existência na família de jovens entre 16 e 17 anos – limitado a dois jovens por família); e Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE) (valor calculado caso a caso). Esses valores são o resultado do reajuste anunciado em 1º de março e vigoram a partir dos benefícios pagos em abril de 2011”. (fonte: site do Programa Bolsa Família. Disponível em: <<<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios>>>)

recebem “deram entrada” e estão à espera do referido benefício social. Observa-se que, os nossos sujeitos entrevistados estão em situação de pobreza ou de extrema pobreza, segundo os critérios estabelecidos pelo PBF.

Todos os entrevistados têm o trabalho de catação de materiais recicláveis como uma das raras possibilidades de trabalho e renda, exatamente por não possuírem as disposições fundamentais para a formação do cidadão útil e produtivo de acordo com o exigido pela sociedade capitalista. Vejamos alguns exemplos abaixo:

Pra gente, pra mim *mermo* assim, e eu acho que pra todo catador significa é, é, a renda. É a renda, pra gente, primeiramente é a renda, a consciência vem depois, não é? (...) (AC-M, 36 anos)

É por que..., o significado que ele tem..., a gente não tem uma renda mensal bem grande assim, mai tem uma renda, *né*, pra família, e é tudo. (...) (AD-M, 33 anos)

Significa tudo pra gente, *né*? Que a gente não tem nada, o que a gente tem é esse trabalho. (...) Pior de nós se não fosse esse trabalho que nós têm. (...) (BA-F, 62 anos)

Bom que a gente tem que trabalhar de todo jeito, pra ganhar dinheiro. (BB-F, 26 anos)

Em primeiro lugar porque é onde eu adquiero o pão de cada dia, e as demais coisa quando sobra a gente tem que colocar dentro de casa também, e é muito bom porque dá pra gente sobreviver. (BD-M, 34 anos)

Quanto às outras atividades desenvolvidas pelos catadores temos: empregada doméstica; faxineira; ajudante de cozinha em um bar; pedreiro; pintor de parede; servente; marceneiro; ajudante de carpintaria; aplicador de pátina ou *decoupage* em móveis; carregador de sacos de cimento; reciclador de papelão; gari; coveiro; vigia noturno; vendedor autônomo de roupas; vendedor de frutas, legumes e verduras; e vendedor de sorvete e picolé nas ruas. Vê-se, portanto, que todos os trabalhos já realizados anteriormente, ou juntamente ao trabalho de catação de materiais recicláveis, não exigem formação para a realização dos mesmos. São trabalhos braçais, alguns exigindo força física, ou de comercialização de algum produto. Apenas dois catadores já trabalharam anteriormente com a carteira assinada. Nesse sentido, aqui temos claramente um grupo descartado constantemente pelo mercado de trabalho qualificado.

Como toda a competição no mercado capitalista com alguma esperança de sucesso pressupõe “in-corporação” de capital cultural – ou de capital econômico, sendo frequente alguma forma de combinação dos dois – sob a forma de conhecimento escolar ou técnico, a classe social que estamos chamando aqui provocativamente de “ralé” tem toda sua especificidade como classe precisamente marcada pela ausência da incorporação, em qualquer medida significativa, desses capitais. Sem que o “corpo” seja perpassado e transformado por autodisciplina e conhecimento útil passível de ser utilizado no mercado de trabalho competitivo, o que marca essa classe social como classe é precisamente sua redução social ao estatuto de “mero corpo”. (SOUZA, 2009, p. 416)

Isso significa, então, que a “ralé” é explorada sistematicamente em subempregos. Note-se que a não incorporação da “ralé” no extrato competitivo do mercado de trabalho, reservado às outras classes, torna-a um brinquedo impotente e inerte de uma lógica social excludente que explora o trabalho não qualificado. É por isso que entre as catadoras – mulheres da “ralé” – temos empregadas domésticas, faxineiras, lavadeiras etc., trabalhando nas casas de classe média ou para a classe média; e entre os catadores – homens da “ralé” – temos ambulantes, vigias, lavadores de carros, transportadores de carga pesada etc., envolvidos em atividades que exigem trabalho muscular e não qualificado. “A perfeita metáfora “real” de quem só tem o corpo e é obrigado a vendê-lo”. (id)

Apesar de essa classe ser efetivamente explorada por outras classes que podem comprar o privilégio de não se envolver cotidianamente com atividades que exigem muito tempo e esforço físico, esse tipo de trabalho incerto, precário e mal pago e desvalorizado marca toda a vida e todo o comportamento de seus membros. (ibid, p. 417)

Em relação à inserção dos entrevistados no trabalho de catação de materiais recicláveis, 08 (oito) começaram quando eram crianças, na faixa dos 08 (oito), 09 (nove) anos; 03 (três) quando eram adolescentes, por volta dos 13 (treze) anos; 02 (dois) com 18 anos; e 04 (quatro) quando já estavam na idade adulta.

Acho que uns catorze anos. É. Já comecei adolescente. Foi logo assim quando chegou aquele lixão lá, aí um mês depois (...) começou a trabalhar lá. Eu, minha mãe... Porque minha mãe é viúva, e era muitas..., muita gente lá em casa, né, (...) porque nesse tempo ela não recebia pensão, aí *nói* passava muita necessidade, aí *nói* teve que ficar lá. Hoje em dia ela recebe a pensão, graças a Deus, graças a Deus. Foi assim, no começo foi um pouco estranho, e um pouco não. Que ali eu fui, né, e não sabia de nada. Aí fui olhando, olhando as coisa, aí fui aprendendo. De pouquinho, pouquinho, fui aprendendo. (AA-F, 27 anos)

De catação eu trabalhei desde pequeno *mermo*. Desde pequeno, porque assim, meu pai vivia viajando, então quando ele viajava, várias vez..., ele *num* mandava nada pra cá, então o que a gente fazia? Era pegar material de reciclagem, naquele tempo era lata, osso, vidro (...). Era eu e mais três que ficava aqui com minha mãe. Agora, aqui na sudoeste, no lixão, eu comecei a trabalhar, faz o quê? Já faz cerca de treze anos, treze anos. Sim, trabalhando lá no lixo. E aqui na cooperativa vai fazer quatro anos. (...) Eu era criança, meu pai viajava, a gente catava na rua, em terrenos baldios. Porque assim, de primeiro..., hoje..., o plástico nem tinha tanto valor como tem hoje. *Mai* tinha valor assim o zinco, tinha a lata, tinha o osso. A gente não podia ver uma carcaça de animal que era pegando. ((rindo)) Era, era desse jeito. (...) Mãe? Mãe era muito doente. Era muito doente, ela era... (AC-M, 36 anos)

Olhe, antes nós morava no Santo Antônio¹⁰⁶, tinha uma base de uns cinco, seis anos na época, aí *fumo* pra Juarez Távora¹⁰⁷, aí *morêmo* uns dois ano lá, aí *voltêmo*, aí *quano nói* voltou aí meu avô e minha avó e os meus *tí*, tava dentro do lixão, aí *cumo* num tinha outro... (...) Aí *quano nói* voltou de Juarez Távora aí o único recurso que a gente achou, os meu pai, minha mãe, na época, *né*, foi o lixão. (...) Aí como minha avó, meu avô e meus *tí* trabalhava lá, através dele nós *fumo* pra dentro do lixão. Olhe, foi..., olhe logo no início era estranho. Não, vergonha eu nunca tive. Nunca tive. Era estranho assim o modo do trabalho, *né*, porque era um trabalho cansativo, tinha que tá correndo, a gente *num* dormia direito à noite, porque tinha que trabalhar durante a noite também. Aí foi assim, aí pronto, aí fui crescendo naquilo, tudo crescendo, aí fui criado dentro do lixo e criei família dentro do lixo. (...) Minha avó. Foi minha avó, que eu era muito apegado a minha avó, e onde ela tava eu tava, eu tinha uns oito ano. (BD-M, 34 anos)

Vejamos que um catador, além de informar que foi criado dentro do “lixo” e que, também, criou família dentro do “lixo”, reforça a existência de um tipo de socialização precária que permite ao catador ser apenas catador. Nesse sentido, temos aqui a reprodução e perpetuação social da pobreza, como destino, supostamente, inescapável.

Porém, é importante focar aqui também a questão da inserção do trabalho infantil no “lixão”. Onze (11) catadores, ou seja, mais de 70% dos entrevistados, começaram o trabalho de catação quando tinham entre 08 e 13 anos de idade. Alguns catadores, quando crianças e adolescentes, abandonaram a escola para ajudar seus pais com as despesas da família.¹⁰⁸

¹⁰⁶ Bairro situado na zona leste da cidade de Campina Grande – PB.

¹⁰⁷ Município paraibano.

¹⁰⁸ “Cerca de 90 famílias residem no “lixão” de Campina Grande – PB, com uma população de 365 habitantes. Deste total, cerca de 40 são crianças”. (PEREIRA; MELO, 2008, p. 207)

O secretário/diretor financeiro da CATAMAIS informou que uma das catadoras faz parte da quarta geração¹⁰⁹ de mulheres pertencentes a uma família que exerce esse tipo de trabalho.

Olha, eu conheço pessoas que *tá* assim, sabe, eu conheço até a quinta geração, que *tá* dentro do lixão, sabe, a avó, a mãe, ela ((se referindo a catadora da CATAMAIS como pertencente à terceira geração)), a filha e o neto, entendeu, que *tão* no lixão. Agora, como é que você tira o lixão de dentro dessas pessoas? Não tira.

Realmente, aqui parece que temos um relato de vida, ou vidas, destinos, “hereditários” (?), que vai passando de mãe para filho e assim sucessivamente. Parece ser algo irreversível, “sem jeito”, porém aceito. A catadora pertencente à quarta geração é analfabeta, assim como sua mãe e sua avó, e sua filha, lê muito pouco. Socializadas precariamente, como tirá-las de dentro do “lixo”? Novamente, acreditamos, um exemplo de condição de vida talvez inescapável.

É isso que explica por que a miséria da “ralé” brasileira não é apenas econômica, social e política. Ela é, (...), também, num sentido muito preciso (...), existencial e moral. Afinal, é a própria enorme fragilidade de posição social da ralé que a obriga a perceber suas “escolhas”, fruto de circunstâncias adversas e não desejadas, como “escolhas livres”, quando são, na verdade, “racionalizações” de escolhas forçadas por circunstâncias que ela não controla. Isso explica porque a própria necessidade e fragilidade só podem aflorar à consciência quando existe também a possibilidade efetiva de “outras vidas possíveis” e, portanto, da possibilidade real de “mudar a própria vida”. Sem percepção realista da própria situação, não existe também ação política racional e de longo prazo possível. (SOUZA, 2009, p. 418-419)

Interessante é que a maioria dos catadores, com exceção do presidente da CATAMAIS, que pretende entrar na Universidade, no curso de Engenharia Ambiental, e de uma catadora que tenciona voltar a estudar o mais rápido possível, diz “não ter mais paciência para estudar”.

Mas o presidente da CATAMAIS é exatamente aquele considerado pelo secretário/diretor financeiro um analfabeto funcional. Apesar do tom determinista, sem o preparo (habitus) adequado para ingressar numa universidade, talvez o seu sonho nunca seja realizado.

Quanto aos filhos dos catadores, quando foi perguntado se os mesmos estavam estudando e quais suas pretensões futuras, obtivemos diferentes respostas, porém

¹⁰⁹ Na COTRAMARE encontramos mãe e filha trabalhando nessa cooperativa e também dois irmãos. Na CATAMAIS também tivemos um caso de dois irmãos e de um casal de idosos que lá trabalhavam.

adequadas para cada faixa etária. Assim, filhos ainda crianças frequentavam uma creche pública ou estavam matriculados numa escola pública municipal de ensino fundamental, de acordo com a idade. O que observamos, entretanto, é que os filhos menores estão estudando, talvez, como garantia do recebimento do benefício “Bolsa Escola”¹¹⁰ (agora incorporado ao PBF)¹¹¹ e como possibilidade, também, de um futuro melhor para os mesmos. Vejamos as seguintes falas:

As crianças estão na escola. Não quero que nenhum passe um dia o que eu passo de catador. Não quero que nenhum seja catador. *Mai* se tem um estudo pra ensinar bem, ele arranja um posto de serviço mais na vantagem. (AD-M, 33 anos)

Os estudo é tudo, porque se eu tivesse estudo claro que eu *num* tava nessa vida, tinha batalhado pra arrumar um emprego melhor. (BC-F, 37 anos)

Apesar dos catadores acima acreditarem que é o estudo que possibilita chances de uma vida, profissão e/ou trabalho melhor, como no caso de Luíza, não percebem que a socialização precária de si mesmos e de seus filhos pode frustrar tal empreendimento, além da escola pública ser uma instituição do fracasso.

Na realidade, pela falta das condições mínimas, em número significativo das famílias da “ralé”, da incorporação das “disposições emocionais” que possibilitam e são pressupostos da experiência do aprendizado, a escola termina por “fazer” o contrário do que “promete”. Assim, se ela promete ascensão social pelo estudo para todos, o que ela na prática institucional efetiva faz é separar as classes nascidas para vencer das classes nascidas para perder. Se a criança da “ralé” chega à escola não só com fome, mas sem estímulo para o aprendizado, incapaz de se concentrar e instrumento de tendências agressivas que não controla nem compreende, o fracasso escolar está predeterminado muito antes da primeira lição que a criança recebe na escola. (SOUZA, 2009, p. 427-428)

Ora, a escola é “individualizante”, premiando e castigando o “indivíduo”, retirado de seu contexto de formação. Assim, ao individualizar o desempenho a escola também premia ou “culpa” o indivíduo por seu mérito ou demérito.

Para o jovem despreparado da “ralé”, o seu cotidiano de reprovação, repetência e fracasso escolar é percebido como “culpa própria” e individualizada. Foi ele quem “deu mole” na época de escola (...). A individualização da culpa, que

¹¹⁰ A família pode ter o benefício reduzido, bloqueado e até perdê-lo caso a criança (a partir de 06 anos) ou adolescente (até 17 anos) não esteja na escola, tenha frequência muito baixa na mesma ou suas notas estejam muito baixas.

¹¹¹ Os benefícios como “Bolsa Escola”, “Bolsa Alimentação”, “Cartão Alimentação” e “Auxílio Gás” foram unificados no Programa “Bolsa Família”, assim as famílias integradas no referido Programa deixaram de receber os citados benefícios passando a receber exclusivamente o benefício do “Bolsa Família”.

esconde e nega as desiguais condições sociais da socialização, é o maior desempenho da escola como “má-fé institucional”. (SOUZA, 2009, p. 428)

Um catador gostaria de ganhar mais para poder pagar uma escola particular para seus filhos, deixando claro, em sua fala, a desconfiança que sente em relação ao ensino oferecido pela escola pública.

Que hoje é criança, *num* é, dá um estudo melhor, que a pessoa, um pai ou uma mãe, tendo condição, *num* vai querer *deixá* seu filho *estudá* numa escolinha. Eu *butava* logo numa escolinha particular, pra aprender *mai* rápido, e tal, *né*, essas coisas. (BD-M, 34 anos)

É evidente nesta fala a desconstrução da ideia de que a “ralé” sempre culpa apenas a si própria pelo fracasso escolar. O catador talvez saiba que “os filhinhos de papai”, ou seja, pertencentes à classe média (privilegiada pelo acesso seletivo ao capital cultural em conhecimento útil) ou à classe alta (privilegiada pelo acesso seletivo ao capital econômico), por estudarem em escolas particulares terão mais chance de ascender (ou se manter onde então) socialmente. É nesse sentido que o catador em questão não está totalmente inconsciente em relação aos mecanismos de ascensão social.

A negligência presente na escola pública é evidente: em sua maioria falham quanto à tarefa de oferecer aos jovens pobres de todo Brasil possibilidades reais, objetivas, de subirem na vida. Porém, como bem ressalta o catador BD, a escola particular (privada), supostamente, possibilitaria maiores chances de aprendizado para seus filhos. No entanto, o mesmo não leva em conta todas as condições sociais do sucesso escolar. Ora, não basta saber que estudar é importante ou que a escola particular é melhor do que a pública, se no dia a dia na família não são compartilhadas e mantidas experiências de vida favoráveis às exigências escolares e/ou ao aprendizado.

Freitas (2009), em sua pesquisa sobre a má-fé institucional, concentrando-se na escola pública enquanto instituição do fracasso, afirma que não apenas a escola pública, mas também a instituição familiar, é responsável pelo fracasso escolar da “ralé”. Assim, os conselhos e incentivos a favor dos estudos provocados pelos pais direcionados aos seus filhos – crianças e adolescentes – “não encontram um terreno fértil onde possam florescer, visto que esses incentivos não vêm acompanhados de exemplos concretos, uma vez que os próprios familiares possuem uma relação emocionalmente distanciada com o conhecimento”. (p. 287-288)

O universo escolar não tem espaço na maioria das famílias da ralé, seja nas brincadeiras que exigem pouco domínio de si e pouco esforço intelectual, seja nas atividades nas quais pais e filhos podem compartilhar os raros momentos juntos. (...) Esses familiares costumam naturalizar o desinteresse e a indisciplina das crianças na escola, “porque criança gosta mesmo é de brincar”, e a disciplina que os estudos exigem é vista como algo antinatural, pois vai de encontro à “liberdade natural” das crianças. Essa “liberdade natural” é, na verdade, fruto de um modo de vida que exige pouco controle dos impulsos e que, por isso, não prepara as pessoas com disciplina e autocontrole suficientes para um bom desempenho no mundo escolar e, posteriormente, no mundo do trabalho qualificado. (p. 288)

Percebe-se que, sem uma identificação positiva e efetiva com o mundo escolar que possa gerar uma noção de dever e responsabilidade para com os estudos, sem disciplina, concentração e autocontrole suficientes para vencer as tentações e prazeres imediatos em nome de uma recompensa futura, é compreensível que crianças e adolescentes da “ralé” prefiram se entregar aos prazeres imediatos das brincadeiras do que se esforcem para realizar atividades que exigem delas habilidades que não lhe foram ensinadas e com as quais não têm nenhuma familiaridade. (FREITAS, 2009)

É assim que, para os catadores, o problema em relação ao fracasso escolar começa a surgir quando as crianças se tornam pré-adolescentes ou adolescentes. Nesse caso o número de repetições de ano na escola e/ou abandono dos estudos, algumas vezes para trabalhar, inclusive, também, na catação de materiais recicláveis, ou por acharem que “são burros”, incompetentes para aprender, aumenta consideravelmente.

Há um caso que o filho, além de ter abandonado a escola (desistiu na 5ª série), não deseja trabalhar, o que é um tormento para os seus pais, ambos catadores de materiais recicláveis.

O que constatamos aqui é uma realidade que possivelmente irá se manter, como se fosse passada de geração à geração. Para Freitas (2008), as condições sociais as quais a ralé estrutural foi largada (incluindo aqui os catadores de materiais recicláveis) vai determinar um padrão de socialização precário (*habitus* precário), pois não favorece o desenvolvimento das disposições fundamentais para os estudos e, conseqüente, para a formação do cidadão útil e produtivo.

Apenas os sujeitos que tiveram uma socialização capaz de desenvolver neles uma identificação afetiva com o conhecimento, concentração para os estudos, disciplina, autocontrole e capacidade de pautar suas ações no presente a partir de um planejamento racional do futuro são capazes de incorporar conhecimento

para se inserir no mercado de trabalho qualificado e ser úteis e produtivos à sociedade. (FREITAS, 2009, p. 288)

Ao contrário, como visto, os sujeitos da “ralé” não conseguem estabelecer uma relação afetiva com o conhecimento, e embora saibam cognitivamente de sua importância, não possuem as disposições que fazem com que sintam essa importância.

Acreditamos, no caso do nosso grupo investigado, que a ausência das condições que permitem a incorporação das capacidades exigidas pela sociedade competitiva moderna é responsável pela permanência dos catadores em profissões mal pagas, desrespeitadas e até insalubres. Mas, como essa realidade pode ser passada de geração a geração? Por que “ralé”, geralmente, só produz “ralé”?

Freitas (2008), explicando, ainda, o caso Luíza, mostra que essa “falta”, essa “incapacidade” daqueles que fazem parte da “*ralé estrutural*” é fruto, por um lado, como evidenciado, de um tipo de formação familiar que não cria condições para o desenvolvimento das disposições necessárias, por exemplo, ao sucesso profissional, e por outro da própria instituição escolar, que por meio dos seus discursos e práticas cotidianas age no sentido de legitimar a individualização do fracasso, responsabilizando cada aluno isoladamente pelo seu fracasso escolar, quando, na verdade, é o fracasso de uma classe social inteira. Aqui, então, não é percebido que a “ralé” já entra na escola como perdedora antes mesmo de começar a estudar; isso quando tem acesso à escola.

É por esse motivo, segundo Souza (2006), que os problemas enfrentados pelo povo brasileiro, as nossas questões sociais, não podem ser solucionados pelo progresso econômico como muitos economistas defendem. Na mesma forma, tal variável econômica não pode ser a única usada para explicar a desigualdade, marginalidade e subcidadania vivenciadas pelos grupos denominados de “ralé”, o marginalizado.

A “generalização liberal” imagina a sociedade formada por um conjunto de *homo economicus*, intercambiáveis e fungíveis, com as mesmas disposições de comportamento e as mesmas capacidades de disciplina, autocontrole e auto-responsabilidade, as quais seriam encontradas em todas as classes (...). Nesse sentido, o miserável e sua miséria são contingentes e fortuitos, um mero acaso do destino, sendo a sua situação de absoluta privação facilmente reversível, bastando para isso uma ajuda passageira e tópica do Estado para que ele possa andar com as próprias pernas. (SOUZA, 2006, p. 10) (Grifo do autor)

Aqui, o indivíduo da “ralé” é visto como alguém que possui as mesmas capacidades disposicionais de um indivíduo da classe média.¹¹²

Souza (2006, 2009), entretanto, quando tornou visível a construção cultural e simbólica da distinção social a partir da noção de *habitus* emprestada de Bourdieu, explicou, como vimos, as diferenças não apenas pelo viés econômico. Nesse sentido, a miséria da “ralé” “é produzida objetivamente não apenas sob a forma de miséria econômica, mas também sob a forma de miséria emocional, existencial e política” (2006, p. 10). A produção e reprodução de classes sociais “ralés”, marginalizadas, “envolve a produção e a reprodução das pré-condições morais, políticas e culturais da marginalidade” (id) (o *habitus* precário), como ausência de autoestima, de autoconfiança, de reconhecimento social, de aprendizado familiar de papéis básicos e de uma escola de qualidade (ou seja, ausência de um capital cultural adequado às exigências do mercado capitalista).

Será que temos aqui a condenação dos pobres à pobreza? Em seu mais recente livro intitulado “Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?”, Souza (2010) apresenta um grupo quase sempre vindo de famílias pobres que não são “ralé”: são os “batalhadores”, pertencentes a famílias que ele considera bem estruturadas, com os papéis de pais e filhos reciprocamente definidos e compreendidos. Estímulos constantes e exemplos de perseverança na família, construídos e legitimados em exemplos concretos, potencializa a capacidade desse grupo de “batalhadores” para o estudo e para o trabalho.

A incorporação e internalização de um *habitus* caracterizado pela disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo – que possibilita uma visão de que o futuro é mais importante do que o presente – é imprescindível tanto para o desenvolvimento de capacidades fundamentais para adquirir qualquer tipo de aprendizado, quanto para ingressar no mercado de trabalho competitivo. Essa classe de “batalhadores” possui uma vida marcada pela falta dos privilégios de nascimento que caracterizam as classes médias e altas, como o dinheiro transmitido por herança de sangue (nas classes altas) ou o tempo livre. O acesso ao tempo livre, nesse caso, é fundamental para que qualquer pessoa incorpore qualquer forma de conhecimento, seja técnico, científico etc. (SOUZA, 2010)

¹¹² Exatamente por causa desse “déficit” a “ralé” é explorada como mão de obra barata para todo tipo de serviço pesado e mal pago.

Essa classe de “batalhadores”, afirma Souza (2010), quase sempre começam a trabalhar cedo e estudam, em sua grande maioria, em escolas públicas muitas vezes sem atrativos e de péssima qualidade. Por não possuírem o capital cultural valorizado e próprio das classes médias e nem o capital econômico das classes altas, os “batalhadores” reparam esse déficit com extraordinário vigor pessoal, submetendo-se, por exemplo, a dupla jornada de trabalho, bem como aceitando qualquer tipo de superexploração de sua mão de obra de trabalho.

Os “batalhadores” se esforçam muito para vencer as situações adversas que “tentam” impedir o seu sucesso social e econômico. Muitos conseguem alcançá-lo sob duras penas.

A principal diferença entre os membros da “ralé” e os “batalhadores” é que estes últimos cultivam uma ética articulada ao trabalho duro. No entanto, não basta apenas desejar trabalhar em qualquer área. É preciso, entretanto, poder trabalhar, no sentido de ter obtido, ou incorporado, aquilo que é necessário – no caso as distintas formas de conhecimento e de capital cultural – ao trabalho produtivo no mercado competitivo. (SOUZA, 2010)

Esses pressupostos emocionais e morais do trabalho produtivo não são incorporados pela “ralé”. Por esse motivo estão condenados aos trabalhos braçais ou atividades que necessitem – quando necessita – de um mínimo de conhecimento, servindo, portanto, de mão de obra barata para qualquer serviço desvalorizado, árduo e pesado. (SOUZA, 2010)

Sem disciplina e autocontrole, por exemplo, é impossível que a “ralé” consiga se concentrar na escola, numa simples leitura e até nos estudos em casa. Muitas vezes se autodenominam de preguiçosos, burros e incapazes. Nessa classe também não existe a possibilidade de condução reflexiva da vida pela inaptidão de cálculo e planejamento e, evidentemente, pelo privilégio que concedem ao “aqui e agora”. A “ralé”, quase sempre, não pensa no futuro (SOUZA, 2010). Também não podemos esquecer que essa prisão no “aqui e agora” está intimamente relacionada com suas necessidades primárias de sobrevivência, impedindo qualquer cálculo racional de probabilidades reais.

No caso dos “batalhadores”, como vimos anteriormente, a incorporação dessa economia emocional e moral mínima é duramente conquistada. Portanto, ainda que falte aos “batalhadores” o acesso às formas mais valorizadas de capital cultural não lhes falta

força de vontade, perseverança e credibilidade no futuro, apesar de todas – e muitas – dificuldades. (SOUZA, 2010)

É nesse contexto que podemos entender os motivos dos catadores produzirem catadores, ou pelo menos produzirem gerações que sobreviverão praticamente de trabalhos mais ou menos parecidos, que não precisam, para consegui-los e/ou executá-los, de qualificação para a realização dos mesmos. Supomos que não há nos catadores a presença de uma economia emocional e das pré-condições cognitivas para um desempenho adequado ao atendimento das demandas do papel de produtor, sob condições do capitalismo moderno. A ausência dessas pré-condições implica na constituição (e incorporação) de um *habitus* marcado pela precariedade (o *habitus* precário).

O *habitus* precário, afirma Souza (2006, 2009, 2010), é o responsável pela marginalização de milhões de brasileiros. E a cegueira existe porque há uma naturalização da desigualdade, no sentido de que a mesma não chega à consciência de suas vítimas. É nesse sentido que o sucesso do indivíduo é considerado mérito pessoal, deixando de evidenciar que são os privilégios de nascimento e/ou econômicos que possibilitam determinadas classes sociais – as privilegiadas – o acesso a boas escolas, ao tempo livre para estudar, a cursos de línguas estrangeiras etc., e, principalmente, a incorporação de um *habitus* adequado – via espaço familiar e espaço escolar – à conquista do sucesso educacional, profissional e econômico.

A tese do sucesso enquanto mérito pessoal culpabiliza as classes desprivilegiadas pelo seu próprio destino e/ou desempenho fracassado, por serem preguiçosos e incapazes, deixando de evidenciar que, na realidade, essas classes não tiveram acesso aos privilégios sociais herdados pelas classes médias e altas.

O pior, como o exercício da “ideologia do desempenho” se dá de forma intransparente, sutil e silenciosa,

(...) por meio de uma prática reproduzida irrefletidamente nos diversos *habitus* com escolhas, distinções e distanciamentos como pré-embutidos em um princípio de realidade (...) ancorado e reproduzido institucionalmente, a opacidade da dominação, também sob condições modernamente periféricas, é autodestrutiva para os grupos afetados com um “*habitus* precário”, na medida em que a autorrepresentação e a autoestima, socialmente construídas, leva (...) àquilo (...) definido como a consequência da ausência de reconhecimento social. (SOUZA, 2003b, p. 178-179)

É especificamente sobre essa ausência de reconhecimento social do trabalho de catador e, conseqüentemente, do próprio catador, que provoca e/ou legítima estigmatização

e invisibilidade social desse tipo de trabalho, bem como a problematização daquele reconhecimento que eles acreditam terem conquistado quando passaram a trabalhar na cooperativa, que iremos tratar nos itens seguintes.

ESTIGMATIZAÇÃO E PROCESSOS DE (IN)VISIBILIDADE SOCIAL

Eu sou invisível, compreendam bem, simplesmente porque as pessoas recusam olhar para mim. (ELLISON *apud* TOMÁS, 2006)

O pequeno fragmento de Ellison exposto acima nos reporta a uma observação apresentada pelo antropólogo Clifford Geertz logo no início do texto de sua autoria sobre a “Briga de Galos Balinesa”. Foi quando, então, em 1958, Geertz e sua esposa chegaram a uma aldeia balinesa, para estudos antropológicos, e foram tratados, praticamente, como se não existissem.

Nós éramos invasores, profissionais é verdade, mas os aldeões nos trataram como parece que só os balineses tratam as pessoas que não fazem parte de sua vida e que, no entanto, os assediam: como se nós não estivéssemos lá. Para eles, e até certo ponto para nós mesmos, éramos não pessoas, espectros, criaturas invisíveis. (...) Praticamente ninguém nos cumprimentava, mas também ninguém nos ameaçava ou dizia algo desagradável, o que seria até mais agradável do que ser ignorado. Mas eles agiam como se nós simplesmente não existíssemos e esse comportamento era para nos informar que de fato nós não existíamos, ou ainda não existíamos. (GEERTZ, 1978, p. 278-279)

Poderíamos imaginar esse relato de Geertz como um exemplo de invisibilidade possível pela indiferença, indiferença em relação ao estrangeiro, apesar dessa indiferença sentida, segundo o autor, ser permeada pela vigilância. Eram estudados, observados pelos aldeões balineses, que tinham “uma quantidade enorme de informações bastante corretas sobre quem” (p. 279) eram e o que pretendiam fazer. Um dia, então, algo acontece e os aldeões balineses decidem¹¹³ que eles são reais, visíveis, e começam a tratá-los com alegria, gentileza e simpatia. “Não só deixáramos de ser invisíveis, mas éramos agora o

¹¹³ Note-se que, a visibilidade do casal “surgiu” exatamente após um acontecido: o autor e sua esposa – dez dias ou pouco mais após a chegada de ambos na aldeia balinesa – foram assistir a uma briga de galos numa praça pública, destinada à obtenção de dinheiro para uma nova escola. Porém, as brigas de galo são ilegais em Bali, consideradas pela elite “primitivas”, “atrasadas” etc. Foi no meio da terceira rinha que um caminhão de policiais armados chegaram e todos que estavam no local começaram a correr, inclusive Geertz e sua esposa. Bastou isso para que a indiferença dos aldeões deixasse de existir, e o casal, que até então era totalmente transparente, mesmo entre as centenas de pessoas que também participavam das brigas de galo, passou a ser o centro de todas as atenções e/ou passaram a ser visíveis ou pelo menos começaram a se sentirem visíveis.

centro de todas as atenções, o objeto de um grande extravasamento de calor, interesse e, principalmente, diversão”. (p. 282)

A partir desse relato poderíamos supor que a invisibilidade experienciada por Geertz e sua esposa foi percebida exatamente pelo fato de, talvez, sempre estarem visíveis (no seu mundo social), pelo menos até esse momento. Mas será que as pessoas que vivenciam constantes indiferenças (aquelas que estão à margem da sociedade e por isso são as maiores vítimas da invisibilidade social) percebem que estão sendo “não vistas”, ignoradas, excluídas simbolicamente?

Sobre a exclusão social, que poderia levar à invisibilidade social, Martins (2003) apresenta um posicionamento crítico a respeito do termo, indicando que o mesmo faz parte de um conjunto de categorizações imprecisas. Então, segundo o autor, do tema exclusão passou-se ao substantivo excluído (podemos imaginar também que do tema invisibilidade temos o substantivo invisível), “pressupondo, portanto, que se trata de uma categoria social e de uma *qualidade* sociologicamente identificável nas pessoas e nas relações sociais. (...) Algo, portanto, que corresponderia a uma certa *consciência social das próprias vítimas da exclusão*” (p. 25) (ou da invisibilidade social) (Grifo do autor). Para Martins, então, a categoria “excluído” pode não ser verificável na prática, “sentida” pelos “excluídos”, na vivência dos mesmos.

Martins (2003), ainda, afirma que quando se pede a um sociólogo que fale sobre determinado problema social, mesmo não sendo vítima dele, e para que possa compreendê-lo, espera-se que ele fale, também, da consciência daqueles que vivenciam tal problema sobre o próprio problema.

Não se pode deixar de verificar se a consciência que têm os que se inquietam com os problemas sociais coincide com a consciência que dos problemas têm quem deles é vítima. E só assim se pode chegar ao modo como a vítima interpreta sua situação, que saídas vê nela. A sociologia não pode ser boa sociologia se não incorporar à sua análise a consciência social, enquanto dado, que a vítima das situações sociais adversas tem da adversidade e de si mesma. Num certo sentido, o que a sociologia faz é compreender encontros e desencontros que há entre situação social e consciência social. (p. 26)

O que o autor está querendo destacar acima é que pessoas ou determinados grupos sociais podem experimentar uma situação social problemática e adversa, mas, ao mesmo tempo, talvez, ter dela uma compreensão insuficiente, equivocada e até mesmo não ter compreensão nenhuma sobre tal situação. “Ou podem ter dela uma compreensão

apropriada, num certo sentido objetiva (...). Isso depende muito a circunstância social e histórica”. (id)

Sobre invisibilidade social, talvez tal designação não corresponda ao que a pessoa ou grupo (que colocamos como supostos invisíveis, excluídos) vêm em si mesmos. Pode ocorrer um desencontro entre o modo como as vítimas da invisibilidade se situam no mundo e o modo como os estudiosos, como por exemplo, percebem essa situação de adversidade e suas supostas vítimas. Para Martins são os “de fora” (acadêmicos, militantes, religiosos etc.), os que não têm esse problema, que procura encaixar a realidade daqueles que são considerados pobres nesse “conceito” (de invisível), porque já não serve o conceito de “pobre”, ou o conceito de “trabalhador”, “desempregado”, “excluído” ou de “marginalizado”. Na realidade há mais uma busca imprecisa de um conceito que diga o que os pobres *são* do que uma busca precisa que diga o que os pobres *querem*. (MARTINS, 2003)

Bem, a partir do exposto, entendendo que as autodefinições e/ou autodesignações devem ser buscadas nas falas dos próprios sujeitos e não apresentadas de antemão, ou pelo menos buscando verificar qual a consciência social que os mesmos têm de determinada problemática social, apontamos aqui um questionamento sobre o tema da invisibilidade social: como é possível a invisibilidade social? Podemos imaginar, como respostas, que esse ato de “não ver”, possibilitando aquele que “não é visto” e, por conseguinte, é desdenhado e/ou desvalorizado, pode ser ou voluntário (proposital) ou consequência de uma perspectiva coletiva e partilhada, dando origem ao que podemos falar de invisibilidade social. Mas, a partir das discussões de Souza (2003a, 2003b, 2006, 2009), podemos explicar a mesma como sendo causada, também, pelo não reconhecimento de determinados setores da sociedade enquanto cidadãos. E esse não reconhecimento é possível pela ineficácia legal da regra de igualdade, pois é a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana efetivamente internalizada de forma transclassista que garante a eficácia legal da regra da igualdade.

Na verdade há uma lógica opaca de dominação simbólica subpolítica incrustada no cotidiano que cria e legitima uma hierarquia valorativa que diferencia os seres humanos, impedindo a existência da igualdade entre eles.

Essa hierarquia valorativa implícita e ancorada institucionalmente de forma invisível enquanto tal é que define quem é ou não “gente”, sempre segundo seus critérios contingentes e culturalmente determinados e, por consequência, quem

é ou não cidadão, na medida em que a eficácia da regra da igualdade, que constitui a noção de cidadania, precisa estar efetivamente internalizada e incorporada pré-reflexivamente, também nesta dimensão subpolítica da opacidade cotidiana, para ter validade efetiva. (SOUZA, 2003b, p. 180)

Segundo Souza (2003b), uma comparação entre as realidades francesa e brasileira pode, a partir da distinção entre *habitus* primário e secundário, explicar as especificidades das modernidades central e periférica, bem como a “invenção” dos “não gente” brasileiros: os subcidadãos, (não)reconhecidos, estigmatizados, invisíveis.

É a “efetiva existência de um consenso básico transclassista”, ainda que opacos e quase sempre irrefletidos e inconscientes, “representado pela generalização das condições sociais que possibilitam o compartilhamento efetivo, nas sociedades avançadas” (p. 173) – o *habitus* primário –, que faz com que um alemão ou francês de classe média, por exemplo, “que atropela um seu compatriota das classes baixas seja, com altíssima probabilidade, efetivamente punido com a lei” (p. 174). No caso do Brasil, “se um brasileiro de classe média atropela um brasileiro pobre da “ralé”, por sua vez, as chances de que a lei seja efetivamente aplicada neste caso é, ao contrário, baixíssima” (id). Obviamente, isso não significa que as pessoas, no caso brasileiro, não se importem com o ocorrido. “O procedimento policial é geralmente aberto e segue seu trâmite burocrático, mas o resultado é, na imensa maioria dos casos, simples absolvição ou penas dignas de mera contravenção”. (id)

Mas como explicar essa não punição no caso do Brasil? Para Souza (2003b), na “dimensão infra e ultrajurídica do respeito social objetivo compartilhado socialmente, o valor do brasileiro pobre *não-europeizado*¹¹⁴ é comparável ao que se confere a um animal doméstico, o que caracteriza objetivamente seu status subumano”. (p. 174)

Como exemplo, evidenciando a diferença entre cidadão humano e subcidadão subumano, Costa (1994), em sua célebre crônica intitulada “Desiguais na vida e na morte: a comoção com o acidente de Senna contrasta com a indiferença diante da morte de cidadãos anônimos”, discorre sobre a morte de Rosilene de Almeida, então com 38 anos, empregada doméstica e grávida. Ela foi atropela na avenida das Américas, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, ficando estendida na estrada por duas horas, como um “vira-lata”, falou um jornalista, segundo Costa (1994), horrorizado com a cena, pois, nesse meio tempo, os

¹¹⁴ “Com a designação de “europeu” eu não estou me referindo, obviamente, à entidade concreta “Europa”, nem muito menos a um fenótipo ou tipo físico, mas ao lugar e a fonte histórica da concepção culturalmente determinada de ser humano que vai ser cristalizada na ação empírica de instituições como mercado competitivo e Estado racional centralizado, as quais, a partir da Europa, literalmente “dominam o mundo” (...). (SOUZA, 2003b, p. 181)

carros passaram por cima do corpo, esmagando-o de tal modo que a identificação só foi possível pelas impressões digitais. Ao mesmo tempo Costa (1994) se lembra da morte de Ayrton Senna, num acidente de trabalho, que comoveu o país, passando a ser considerado um herói nacional. Mas, frente ao desalento geral dos brasileiros diante da morte de Senna, afinal, questiona o referido autor, o que ele significava para milhões de brasileiros? E por que a sua perda parecia ser tão grande?

É nesse ponto que Costa (1994) fala do *apartheid* simbólico que fabricamos e legitimamos: de um lado, o sucesso, o dinheiro, a excelência profissional, ou seja, tudo aquilo que a maioria acha que deu certo e deveria ser a cara do Brasil; do outro, a desqualificação, o anonimato, a pobreza e a promessa, na barriga, de mais uma vida “Severina”. É luto e tristeza por um, desprezo e indiferença por outro. São duas vidas brasileiras sem denominador comum, exceto a desigualdade que as separava, na vida como na morte. Para Costa (1994) o maior problema, ou o que é mais difícil de acreditar, é saber como pessoas que provavelmente choraram e se comoveram com a morte de Senna foram capazes, pouco depois, de passar por cima de uma mulher, triturando-a como lixo no asfalto, como quem pisa numa barata.

É desse modo que em países periféricos como o Brasil, há uma extensa classe de pessoas excluídas e desclassificadas, exatamente por não participarem do contexto valorativo de fundo,¹¹⁵ que é “condição de possibilidade para o efetivo compartilhamento, por todos, da ideia de igualdade nessa dimensão fundamental para a constituição de um *habitus*” (SOUZA, 2003b, p. 174): o “*habitus* primário”, que diz respeito à incorporação das “características disciplinadoras, plásticas e adaptativas básicas para o exercício das funções produtivas no contexto do capitalismo moderno.” (id)

É apenas esse tipo de consenso, como que corporal, pré-reflexivo e naturalizado, que pode permitir, para além da eficácia jurídica, uma espécie de acordo implícito que sugere, como no exemplo do atropelamento no Brasil, que algumas pessoas e classes estão acima da lei e outras abaixo dela. Existe, como que uma rede invisível, que une desde o policial que abre o inquérito até o juiz que decreta a sentença final, passando por advogados, testemunhas, promotores, jornalistas etc., que, por meio de um acordo implícito e jamais verbalizado, terminam por inocentar o atropelador. O que liga todas essas intencionalidades individuais de forma subliminar, e que conduz ao acordo implícito entre elas, é o fato objetivo e ancorado institucionalmente do não valor humano do atropelado, posto que é precisamente o valor diferencial entre os seres humanos que está atualizado de forma inarticulada em todas as nossas práticas institucionais e sociais. (SOUZA, 2003b, p. 174-175)

¹¹⁵ O que Taylor chama de “dignidade” do agente racional. (SOUZA, 2003b, p. 174)

Certamente, afirma Souza (2003b), que nenhum brasileiro de classe média confessaria, sem sã consciência, que considera seus compatriotas das classes baixas “subgente”.

O que existe aqui são acordos e consensos sociais mudos e subliminares, mas por isso mesmo tanto mais eficazes, que articulam, como que por meio de fios invisíveis, solidariedades e preconceitos profundos e invisíveis. É esse tipo de acordo, para usar o exemplo do atropelamento acima, que está por trás do fato de que todos os envolvidos no processo policial e judicial na morte por atropelamento do sub-homem não europeizado, sem qualquer acordo consciente e até contrariando expectativas explícitas de muitas dessas pessoas, terminem por inocentar seu compatriota de classe média. (SOUZA, 2003b, p. 175)

É exatamente o componente transclassista que faz com que, na França, exista um acordo intersubjetivo e transclassista que pune, efetivamente, o atropelamento de um francês de classe baixa, pois independentemente de sua condição social, ele é, na dimensão subpolítica, “gente”, “cidadão pleno”, e não apenas “força muscular ou mera tração animal”. (ibid, p. 176)¹¹⁶

Os catadores de materiais recicláveis, enquanto parte dessa “ralé” estrutural, percebem a desvalorização social sofrida, correlacionando-a ao tipo de trabalho que desenvolvem, que ocasiona desqualificação de si mesmos.

Só ocorre quando eu *tô* catando, porque a partir do momento que você tira a farda que você *tá*, *bota* uma roupa no corpo, já não é a mesma pessoa. (AE-M, 26 anos)

É uma discriminação (...) trabalhista, *né?* Discriminação trabalhista. Uma porque geralmente o meu trabalho, além de ser importante pra mim, é importante para todos, não é, e a respeito de eu ignorar..., de elas me xingarem, *né*, ((se referindo às moças que encontrou na rua e xingaram o mesmo)) e depois do expediente do trabalho, não tem como, é uma dificuldade, porque se eu estou lá no trecho feito um mendigo, quando eu saio daqui eu saio feito um príncipe. Muitas delas nem me reconhecem, num sabem nem que sou eu, *tá* entendendo? (AG-M, 40 anos)

Vê-se que esses relatos dizem respeito ao trabalho de “Coleta Seletiva Solidária”. Apesar deles afirmarem que foi a partir daí que conquistaram certo respeito e reconhecimento da população, é essa mesma população, geralmente aquela que não conhece o significado do seu trabalho, que os discriminam. Como exemplo de desqualificação e invisibilidade social possível pelo tipo de trabalho exercido,

¹¹⁶ No caso de Rosilene acreditamos que quem atropelou não foi identificado, e se foi certamente não foi punido, da mesma forma os motoristas que passaram por cima do seu corpo certamente também não foram punidos.

apresentamos os dados empíricos registrados em uma pesquisa etnográfica realizada por Costa (2004):

Ao cursar uma disciplina de psicologia social durante a graduação, este autor teve a incumbência de exercer por um dia uma profissão considerada subalterna, não qualificada e escolheu acompanhar os garis que trabalhavam na Universidade de São Paulo (USP). A partir daí, resolveu explorar o tema em sua dissertação e passou dois anos acompanhando esses trabalhadores, cuja atividade precária (e em condições precárias) é alvo de humilhação social e provoca imenso sofrimento psíquico nesses sujeitos. (CARNEIRO, 2009, p. 02)

Costa *apud* Carneiro (2009), em sua observação participante, exerceu a função de gari, tornando-se parte de um grupo socialmente excluído, “profissionais que oferecem “apenas” o corpo como ferramenta de trabalho. (...) Que desenvolvem um trabalho considerado desqualificado, socialmente rebaixado, trabalho de força bruta, de gente bruta”. (p. 02)

No intervalo entre as aulas no Instituto de Psicologia, foi preciso que eu passasse por dentro do prédio daquela faculdade. Imaginei, então, que vestindo aquele uniforme ali incomum (...) fosse chamar a atenção de toda a gente [...] Não fui reconhecido. (...) Nenhuma saudação corriqueira, um olhar, sequer um aceno de cabeça. Foi surpreendente. Eu era um uniforme que perambulava: estava invisível. (COSTA, 2004, p. 58)

Para Costa (2004), a invisibilidade pública (termo usado pelo mesmo) é possível pela percepção das pessoas que é condicionada à divisão social do trabalho, ou seja: enxerga-se somente a função e não a pessoa. Aqui as relações trabalhistas exercem influência nas relações onde o respeito à alteridade inexistente. Aqui, então, os sujeitos não são vistos como seres transformadores e pensantes, e sim como homens máquinas/ferramentas. Acrescentando a esse pensamento, não podemos esquecer da hierarquia valorativa existente no Brasil, que separa pessoas em gente e subgente; cidadãos e não cidadãos; pessoas que devem ser vistas e atendidas e pessoas desdenhadas, desconsideradas, desvalorizadas. É assim que o não reconhecimento ocorre em um contexto onde há relações hierarquizadas, pois as pessoas são consideradas desiguais, com direitos, também, desiguais, que são, como evidenciou Souza (2003b), intransparentes, opacas.

Poderíamos considerar os não reconhecidos como sendo *outsiders*, numa perspectiva elisiana. Inicialmente, para Elias & Scotson (2000), na figuração

estabelecidos/*outsiders*¹¹⁷ é imprescindível que estes últimos não sejam considerados excluídos, pois não estão fora da sociedade, apesar de não ocuparem uma posição de estabelecidos, ou de não serem considerados pertencentes a uma “boa sociedade” (se reportando a Souza, é a “ralé”). O tema a ser tratado aqui por Elias & Scotson não é, evidentemente, exclusão, mas estigmatização. Note-se, uma das formas mais eficazes de tornar alguém não reconhecido, invisível, é projetar sobre ele ou ela um estigma que decorre principalmente do preconceito ou da indiferença.

Um *outsider* é aquele ou aqueles indivíduos que estão excluídos do grupo considerado estabelecido, que são considerados inferiores, e ainda são tidos como não observantes das normas e regras impostas pelos estabelecidos. Quanto ao grupo estabelecido, estes atribuem aos seus membros características humanas superiores a fim de manter sua superioridade social e excluem todos os membros do outro grupo do contato social. A exclusão e estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido são armas poderosas para que este último preserve sua identidade e afirme sua superioridade. Nesse sentido o preconceito não pode ser entendido apenas no plano individual, mas deve-se perceber ao mesmo tempo no nível do grupo. (CIDADE, 2000, p. 23) (Grifos do autor)

Nesse caso, os estabelecidos se veem como pessoas superiores, melhores, e por isso estigmatizam “outros” grupos como pessoas de valor inferior, construindo-lhes uma identidade social virtual negativa.

Nesse sentido, na dinâmica da estigmatização é imprescindível refletir o papel que cada pessoa faz da posição de si mesmo e/ou de seu grupo entre outras pessoas e/ou outros grupos e de seu próprio *status* ou do *status* de seu grupo. “A estigmatização, como um aspecto da relação estabelecidos e *outsiders*, associa-se, muitas vezes, a um tipo de fantasia coletiva criado pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão – o preconceito – que seus membros sentem perante os que compõem o grupo *outsider*” (p. 24). Sobre essa “fantasia coletiva” que legitima e/ou “justifica” a estigmatização, Goffman (1988) evidencia que pessoas estigmatizadas podem ser consideradas simbolicamente “sujas”, “defeituosas”, “perigosas” etc.

Sobre o assunto Goffman (1988) evidencia que o próprio termo estigma, criação dos gregos, se referia a “sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava. Os sinais

¹¹⁷ Essa relação estabelecidos-*outsiders* está presente no ensaio teórico de Elias & Scotson a partir da descrição de uma divisão no interior de uma pequena comunidade, a Wiston Parva, entre um grupo estabelecido e um grupo mais novo de residentes (os *outsiders*). Evidentemente, usaremos essa relação no intuito de problematizarmos a invisibilidade e a estigmatização de certos grupos sociais, no caso aqui especificamente dos catadores de “lixo” reciclável.

eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisava que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor” (p. 11). As pessoas marcadas, ritualmente e/ou simbolicamente poluídas, deveriam ser evitadas, principalmente em lugares públicos. “Atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal”. (id)

Obviamente houve variações nos tipos de “desgraças” que causam estigma. Para Goffman (1988) a sociedade estabelece critérios para classificar/categorizar as pessoas e os atributos (físicos ou não) considerados comuns e naturais para as pessoas de cada uma dessas categorias. “Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontrados” (p. 11-12), ou seja: existem modelos “de como ser” construídos socialmente e por esse motivo nas rotinas das relações sociais já estão previstos relacionamentos com outras pessoas (previstas) e, conseqüentemente, com seus “atributos” também previstos, “sem atenção ou reflexão particular. Baseando-se nessas pré-concepções, nós as transformamos em expectativas normativas (...)” (p. 12), pois temos de antemão uma exigência rigorosa (uma identidade social virtual), que é ignorada até que tais exigências não são preenchidas e/ou apresentadas por certa pessoa.

O estigma surge exatamente quando o “estranho” tem um atributo psicológico ou físico (aparente ou não) que o torna diferente “de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. (...) Deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída”. O estigmatizado, então, é aquele que não apresenta as exigências normativas, que não é como deveria ser: “a categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir, serão chamados de sua identidade social real”. (GOFFMAN, 1988, p. 12)

Nota-se, a partir das discussões de Souza (2003a, 2003b, 2006, 2009), que o “estranho” é o inapto às exigências competitivas da sociedade capitalista, pois não incorporou um *habitus* adequado – via espaço familiar e espaço escolar – à conquista do sucesso educacional, profissional e econômico.

É nesse sentido que o efeito do estigma pode trazer descrédito, pode ser considerado defeito, fraqueza, desvantagem, fracasso. Significa uma discrepância entre a identidade social real e a virtual.

Como forma de evitar o preconceito, o estigma, o desprezo, relacionados ao trabalho de catação, alguns catadores destacaram em suas falas a preferência de alguns

colegas em trabalhar no “lixão” do que nas ruas da cidade ou em cooperativas. E a justificativa era pertinente:

Olha, olha, anteriormente, pra falar a verdade, anteriormente, quando a gente começou o trabalho de coleta nas ruas, (...) cada um colocava na frente, na frente da casa, e a gente saía catando. Acho que a visão do pessoal era que a gente não era ninguém, passando ali e catando, e que eles não ligavam pra isso. (...) É por isso que muita pessoa se aglomerou lá no lixão por causa disso. Porque ele não queria vir passar no meio da rua e *tá* abrindo sacola, aí na frente de todo mundo aí o povo dizia: ôh abrindo sacola ali; *tá* pegando lixo; é lixeiro, *num* sei o quê mais. Então ele fazia isso lá no lixão, porque lá quem tivesse lá dentro tava fazendo o que ele tava fazendo. Não tinha vergonha, entendeu? Lá todos tão catando ali dentro. Eu *num* vou ter vergonha de fulano porque fulano *tá* catando que nem eu também. *Mai* na rua é diferente, *num* é? Ele *num* vinha pra rua por causa disso. Porque lá eles cata o que é comum a eles mesmo. (AC-M, 36 anos)

Em entrevista, o secretário/diretor financeiro da CATAMAIS também relatou o caso de uma moça que foi trabalhar na cooperativa, mas em menos de uma semana resolveu voltar para o “lixão”, pois se sentia envergonhada e diminuída trabalhando nas ruas da cidade, inclusive não se sentia bem tendo que convencer pessoas a separar o material reciclável para ela ir buscar posteriormente.

Os exemplos acima nos permite constatar que o estigma e a indiferença enfrentados pelos catadores de “lixo” reciclável podem “arranhar” a sua identidade, a sua autoestima (não são vistos como semelhantes pelas pessoas ao seu redor), substituindo-a pelo retrato estereotipado e classificando-a pelo que lhe foi imposto.

Em todos esses casos os considerados “superiores” (os que têm autoridade legítima para dizer, nos termos de Bourdieu, quem é o outro) podem fazer “com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes – julgando-se humanamente inferiores”, e por isso se sentindo envergonhados do que fazem e do que são. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 20)

Mas, como dito anteriormente, o obscurecimento das causas da desigualdade, seja para os privilegiados e também para as vítimas desde processo, permite exatamente a naturalização dessa desigualdade. Os privilegiados acreditam que são melhores e valem mais do que a “ralé” e, em contrapartida, não é raro a “ralé” acreditar que os privilegiados são mais importantes do que eles, legitimando, então, a desigualdade e a separação das pessoas entre cidadãos e não cidadãos. Esse tipo de consenso...

(...) implica (...) toda uma visão de mundo e uma hierarquia moral que se sedimenta e se mostra como signo social de forma imperceptível a partir de signos sociais aparentemente sem importância como a inclinação respeitosa e inconsciente do inferior social, quando encontra com um superior, pela tonalidade da voz mais do que pelo que é dito etc. (SOUZA, 2003b, p. 175)

Evidentemente que tal fenômeno social é diretamente ligado às relações de poder. É por esse motivo que um grupo de pessoas pode ser invisível dentro de determinado grupo, ou instituição, espaço físico, *campus* (na perspectiva de Bourdieu), *figuração* (na perspectiva de Elias), mas assim que deixam este grupo, instituição, espaço físico, *campus* ou *figuração* e vão para outro, poderão ser chamados pelo nome, ser reconhecidos, não estando mais invisíveis/estigmatizados socialmente.

Os catadores de “lixo” reciclável, nesse caso, poderão vivenciar a invisibilidade e não reconhecimento social no espaço da rua, e a visibilidade e reconhecimento entre os seus, ou em outros espaços, como no “lixão” municipal, na Igreja e/ou cooperativa que frequentam etc. Assim, nunca estarão em uma das duas situações isoladamente, apesar de uma delas prevalecer em relação à outra. Enquanto pertencente a “ralé”, ao grupo de subcidadãos, tais pessoas estarão invisíveis na perspectiva da maioria, estando visíveis na perspectiva daqueles que, em determinados *campos*, *figurações* ou grupos sociais, os reconhecem.

Mas essa sutil imersão entre visibilidade e invisibilidade, reconhecimento e não reconhecimento, não possibilita aos mesmos deixarem de ser “ralé”. É aqui que não podemos deixar de enfatizar que casos de discriminação sofrida em um ambiente considerado apenas “deles”, dos catadores, foram raros em suas falas. É no espaço considerado dos “outros” que não passam de “ralé”, de pobres fracassados.

Também foi perceptível a tentativa dos catadores em desequilibrar a balança hierárquica existente na relação entre eles e o restante da sociedade que os estigmatizam. Apesar de serem tratados com indiferença e estigmatizados negativamente, refletem sobre essa condição, não aceitando a mesma. Porém, é importante deixar claro que não entendem claramente os motivos da indiferença, ou seja: sabem que pessoas os de tratam, desconsiderando-os, humilhando-os, porque são preconceituosas, e isso é errado, “feio”, mas não conseguem explicar os motivos da existência do preconceito, que seria a existência de um valor diferencial entre as pessoas que, inclusive, eles mesmos, legitimam cotidianamente.

É certo que os exemplos de preconceitos, desdém, e desvalorização sofridos, têm estreita relação com o tipo de trabalho desenvolvido. Aqui, a maioria dos casos relatados pelos catadores de humilhação sofrida e não reconhecimento, bem como os vários termos pejorativos direcionados aos mesmos, deu-se no momento em que estavam catando. No próximo item, então, iremos apresentar e problematizar exatamente os casos relatados pelos catadores que se relacionam com os processos de estigmatização, invisibilidade e não reconhecimento social vivenciados pelos mesmos.

Exemplos de Humilhação Social Sofrida

Entre as várias peculiaridades da complexa atividade da catação estão os problemas cotidianos enfrentados pelos catadores que, de certa forma, são estigmatizados e invisíveis para a sociedade, na medida em que não são vistos como pessoas, digamos, “normais”, mas como se fossem pessoas “inferiores”, repulsivas.

Como vimos, o trabalho com o “lixo” realizado pelos catadores é fundamental para promover a subsistência de milhares de famílias e exerce um papel muito importante na questão ambiental. Os catadores garantem, portanto, que grande quantidade de lixo que ficaria até séculos poluindo o ambiente seja reaproveitada. “Sabemos que eles só estão fazendo isso para garantir o mínimo para se manter, o que já deveria, em tese, ser suficiente para ser digno de respeito. Mas não suficiente, sobretudo no caso dos catadores”. (MACIEL; GRILLO, 2009, p. 269)

Essa é uma atividade estigmatizada devido, sobretudo, ao envolvimento dos mesmos com um material descartado e do qual todos querem se livrar, fazendo com que a figura do catador seja também associada ao próprio “lixo”.

A questão é que chamar a atenção, pelos menos no caso dos catadores (...), quase sempre é algo negativo, fonte de humilhação, e com os catadores isso é ainda mais intenso. Pois como não estranhar um “farrapo humano” remexendo no lixo, em um local que ele nunca remexeria (...). (MACIEL; GRILLO, 2009, p. 266)

Referindo-se aos estigmas da atividade de catação, os mais evidentes são a associação do catador de materiais recicláveis com o próprio “lixo”: é uma pessoa que sobrevive do que é sobra (lixo).

Sendo associado ao “lixo”, conseqüentemente, o catador passa a ser representado como lixeiro. Na fala de vários catadores, transcritas abaixo, podemos verificar que o termo lixeiro é considerado pejorativo, no sentido de que o mesmo significa trabalho inferior, ou se alguém denomina o catador de lixeiro está tentando ofendê-lo, diminuí-lo.

Já sofri como preconceito (...) *quano* eu trabalhava lá no lixão já sofri preconceito do povo me chamar de lixeira, mas eu *num* ligava não, nem ligo. (...) Passa pela pessoa e: ei, tu sois lixeira, não sei o quê, *né?* (AA-F, 27 anos)

Aí eu passei no Santo Antônio e a menina disse: lá vai o lixeiro!! Aí eu disse: *quano* você deixar de produzir lixo aí eu paro de apanhar. Aí ela ficou calada. (AG-M, 40 anos)

Muita gente que ainda é ignorante ainda, é pela ignorância. Já me chamaram de mendiga, de lixeiro, fizeram isso, quando eu catava na rua. Até o pai dos meu menino já me chamou de lixeira. (...) Ele mesmo já me chamou e me chama. (BC-F, 37 anos)

Mai muitos criticam, acham que a gente é lixeiro, que *num* tem apoio de nada, muitos acham interessante, mas muitos *num* apóia, *né?* (...) Tem gente que acha que a gente *num* tem valor de nada, é lixeiro, *num* tem valor de nada. Quando vê a gente é pra *dizê* essas coisas. (BI-M, 37 anos)

Podemos constatar nas falas a luta contra a desqualificação do trabalho de catador.

Às *vei...*, tem muita gente que a gente passa e *dí*: eu vi essa menina falando de lixo na televisão. Lixo *num* se vende. É, tem gente que *dí*. Tem gente que *dí*: *pia*, eu vi essa menina falando de lixo. Me desculpa, *mai* lixo *num* vende. Digo: o que vocês chamam de lixo pra mim é uma sobrevivência, é um *mei* de vida pra mim e pra meus filho, e é material que recicla. Enquanto eu *tô* catando garrafa que vocês chamam de lixo, *tô* recolhendo, *tô* vendendo, eu *num* *tô* pedindo ajuda em porta de ninguém (...), eu *tô* sobrevivendo. Eu *tô* trabalhando, é um trabalho como qualquer outro. Já tenho a resposta na ponta da língua. Pra isso eu sou ignorante, sou curta e grossa. (BC-F, 37 anos)

Assim, segundo Laham (2006, p. 71), “a “ocupação” dentro das relações sociais é um dos atributos estabelecidos pela sociedade e que nos permite prever a “identidade social” das pessoas”. O estigma de lixeiro aqui utilizado refere-se a um atributo depreciativo, que estigmatiza.

É nesse sentido que estigmatizar alguém pode ser considerado uma violência simbólica, uma violência não declarada, fruto das relações de poder naturalizadas, no

sentido de que há quase uma acusação de alguém existir, simplesmente porque não se encaixa na “normalidade” (o “anormal” não merece ser visto), ou porque não faz parte do grupo tido como elite em certo contexto.

O que as pessoas consideram “lixo” para os catadores é material reciclável, então há receio de serem “confundidos” com os lixeiros. O lixeiro é sempre o outro,¹¹⁸ lixeiro é o gari (como foi abordado em algumas falas), que trabalha “correndo” pelas ruas recolhendo o “lixo” nas casas das pessoas. Os catadores recolhem e/ou coletam material reciclável, não “lixo”. Portanto, como trabalham atualmente na perspectiva da “Coleta Seletiva Solidária”, são catadores/coletores, ou, simplesmente, coletores de materiais recicláveis, pois não catam mais, apenas coletam o material, já separado, nas residências das pessoas. Inclusive as denominações que melhor representam o trabalho dos catadores, de acordo com seus discursos, são: “reciclador”, “agente de limpeza” ou “coletor de materiais recicláveis”. Quanto ao termo “agente de limpeza”, vejamos, abaixo, o que disse um catador:

Dona Fátima, uma senhora que eu passo pra *pegá* o material dela, diz que o trabalho da gente é muito importante, que a gente *fai* o que a prefeitura deveria fazer. Ela chama nós de agente de limpeza. *Ôche*, nos bairro que a gente *fai* a coleta *sômo* muito respeitado pelas pessoa. Tem até uma mulher chique, que tem condição, do bairro do São José, que oferece até almoço. (AE-M, 26 anos)

O peso do estigma, da indiferença e do preconceito fica nas palavras de quem vive o dia a dia de catador entre “sentimentos humanitários”, de apoio e reconhecimento, e sentimentos de “repulsa”. “Todo o tempo essas pessoas têm que reafirmar sua própria “identidade social” para não perdê-la, tem que reafirmar a crença na dignidade do próprio trabalho e reinventar táticas de viver dentro do seu cotidiano a partir da realidade que lhes é imposta”. (LAHAM, 2006, p. 71)

Também existe a noção deturpada de que por estar catando pelas ruas, muitas vezes mal trajado, o catador se constitui elemento perigoso que deve ser mantido à distância. O fato do trabalho de catação se dar na esfera informal, sem qualquer mecanismo de

¹¹⁸ É interessante que aquele que se sente estigmatizado também estigmatiza. Há preconceito do próprio catador para com os demais catadores. Isso ocorre, principalmente, com relação ao catador da cooperativa, que usa farda, equipamento de proteção, participam de eventos, são entrevistados, aparecem na TV etc., e o catador de rua, muitas vezes mendigo, bêbado, drogado etc. É neste aspecto que o associativismo é a grande arma para diferenciá-los dos demais.

profissionalização, além do catador não ter qualquer acesso aos direitos trabalhistas, ajuda a manter esses mitos vivos no imaginário social. (JUNCA, 2005)

Um catador, em tom de revolta e com muita tristeza, relatou um fato ocorrido com ele de discriminação, exatamente por estar, supostamente, mal trajado:

Eu fui essa semana num mercadinho aqui na rua, na esquina, com farda e tudo, *comprá* quatro Vitamilho¹¹⁹ e uma mulher quando me viu afastou a sua bolsa enorme do balcão para o outro lado e colocou os braços em cima, como se eu fosse *roubá* ela. Fiquei olhando assim rapaz, isso dá uma tristeza... Eles pensam que a gente vai roubar. Quem é que *num* tem medo, quem não é pensa que é. (BD-M, 34 anos)

O que tinha escrito em sua farda? O nome da cooperativa de catadores que ele faz parte. Certamente estava suado, certamente a sua aparência de “pobre”, faltando dentes, cabelos destratados etc., denunciava a sua condição de subgente. E subgente não é cidadão, não é um igual; é um desclassificado socialmente, potencialmente perigoso. Aqui os catadores são confundidos com ladrões, mendigos, vagabundos de rua:

É marginais. Se bem também que o povo tem, muito preconceito ainda, você vai passar, às *vei* passa com um carrinho desse aí, às *vei* fica mangando, a gente vê e sabe disso. (AC-M, 36 anos)

E têm outros que vê o catador um mendigo. (AD-M, 33 anos)

Em geral nem todo mundo gosta do trabalho, (...) que catadores pra ele é ladrão, é vagabundo de rua, são pessoas mal informadas, mal formadas, que *num* tem condição de arranjar um emprego melhor, e assim... Já, já fui desvalorizado assim: lá no São José tem muito mendigo na rua, aí pensaram que eu era também. Assim *ôh*, por exemplo, numa rua (...) Olhe, no começo, no começo, quando eu cheguei aqui..., hoje a senhora não é assim, *mai* ela ficava bem na distância, não abria o portão. *Ôche*, hoje eu chego lá e já vou bater láááá..., já passo da cozinha. Vou pegar o material lá atrás. Os povo confunde a gente com pessoal de rua, mendigo, sabe? *Mai* mendigo não, os cabra são tudo velho. Agora não, a gente chega, todo mundo conhece, a gente estaciona a limusine ((carrinho de mão para a catação do material reciclável)) lá, e se você já passou algumas vezes lá as pessoas te recebem bem. Mas se for à primeira vez, eles olham com aquele olhar meio..., de medo, desconfiança, sei lá. (AE-M, 26 anos)

(...) Muitos acham que tá aqui porque *num* tem apoio de ninguém, é como se fosse, *né*, assim, jogado, a única coisa que conseguiu, não apóia. (BI-M, 37 anos)

¹¹⁹ Marca de farinha de milho pré-cozida para fazer cuscuz.

Quando percebem que são vistos esbarram em olhares, dos “outros”, de medo e discriminação. As roupas e calçados, geralmente, rasgados e sujos,¹²⁰ os carrinhos de coleta abarrotados daquilo que para muitos é “lixo”, fazem com que a sociedade frequentemente os estigmatizem de sujeitos perigosos, vagabundos, mendigos, inúteis e o seu modo de trabalho degradante, indigno. (LAHAM, 2006)

Interessante comentar que AE e BI destacaram em seus discursos exatamente informações que dizem respeito ao suposto fracasso do catador enquanto trabalhador. Acreditam que o não reconhecimento e desprezo se devem ao fato das pessoas acharem que eles não têm formação e por isso não têm condição de arranjar um trabalho melhor, é “a única coisa que conseguiu”. Como foi apontado anteriormente, de fato o trabalho de catação, e outros que não é preciso qualificação, surgiu como uma possibilidade de sobrevivência dos catadores, já que não possuem as pré-condições para o trabalho técnico no setor competitivo do capitalismo.

Maciel e Grillo (2009) enfatizam que a situação dos catadores, na escala moral da dignidade que define vencedores e fracassados, em relação aos trabalhos considerados “indignos”, é bem pior, exatamente por se encontrarem na linha divisória entre a (in)dignidade e a delinquência, “uma vez que sua condição é ambígua diante dos olhos de toda sociedade meritocrática, pois sua ocupação também é praticada por delinquentes”. (p. 277)

(...) A situação dos catadores é particularmente ambígua, já que sua forma de trabalho não garante que sejam vistos como não delinquentes, visto que delinquentes – vagabundos, bêbados da ralé, que perturbam a paz pública – podem exercer essa atividade (...). Daí a ambiguidade dos catadores. Afinal, como distinguir entre o bêbado que junta um pouco de lixo para comprar mais cachaça e o trabalhador regrado, que dá duro todo dia para sustentar sua família, quando alguém está mexendo no lixo? (ibid, p. 270)

Nascimento (2003), sobre o assunto, argumenta que entre as camadas sociais mais favorecidas acontece a produção de uma imaginária relação de causa e efeito entre a pobreza e a violência. “Os pobres e a situação de pobreza são representados como violentos e ameaçadores à segurança pessoal e aos bens das camadas mais favorecidas” (p. 80). Para o autor ocorreu um deslocamento no interior da representação dos pobres pelas camadas sociais mais privilegiadas.

¹²⁰ Os catadores usam fardamento como meio de se identificarem junto à população dos bairros. Lembramos que a farda dos catadores se limita a uma camiseta e um boné com o logotipo da cooperativa impresso.

No pós-guerra predominava a ideia do pobre como um Jeca Tatu: um indivíduo indolente, preguiçoso e espacialmente distante. A pobreza, então, encontrava-se praticamente restrita ao mundo rural. (...) nos anos 1960-1970 o pobre já se avoluma no espaço urbano, mas é tido como um malandro, que não gosta de trabalhar. Por esta razão sempre encontra meios, nem sempre muito ilícitos, mas em geral não violentos, de sobreviver. (...) Nos anos 1980-1990, em que a pobreza tornou-se sobretudo urbana e metropolitana (...) e, portanto, mais visível, a sua representação pelos mais favorecidos transformou-se completamente. Agora o pobre é representado como um bandido em potencial. (p. 80)

Logicamente, argumenta Nascimento (2003), pobre e suposto bandido juntam-se, numa única imagem, para produzir o novo excluído. Para Souza (2009) a classe privilegiada, a “classe da ordem”, cria arbitrariamente o delinquente, que é, por definição, em sua esmagadora maioria, de uma única classe social, da “ralé”, criando-se e legitimando também o estigma como privilégio negativo também de uma única classe. “O “estigma” da delinquência, na realidade, cinde a “ralé”, a classe condenada a ser a “classe perigosa”, de alto a baixo (...)” (SOUZA, 2009, p. 425). Um catador evidenciou essa realidade em sua fala:

Porque eu era catador de rua, eu *num* era bem visto, (...) muita gente xingava, outros tinha medo quando a gente entrava nas ruas, os pessoal nas porta, um *bucado* entrava pra dentro, outros ficava com medo da gente, *né*, muitos xingavam, quando a gente ia mexer no lixo. (...) Teve uma vez que uma mulher mandou a minha esposa comer o lixo. Mandou ela comer o lixo, porque *nói* tava mexendo na bolsa de lixo. Olhe, é muita coisa. *Hôme*, já fiquei brabo. Não, reagi não, *mai* tipo assim de *ficá caladim*. (...) Eu tenho medo dos povo e os povo tem medo de eu. Quem é que *num* tem medo, você no *mei* da rua, que nem ultimamente mesmo, assistindo o jornal em casa, uma catadora foi presa porque passou defronte a uma padaria e pegou uns pedacinho de pau e *butou* em cima da carroça. De pau, de madeira. Pegou, *butou* em cima da carroça, o dono foi e chamou a polícia pra prender a mulher. Passou em Zé Cláudio¹²¹ isso. Aí a gente já andava com isso, sabe? Eu sei lá o que se passa na cabeça deles, se é medo de ser roubado, ou..., essas coisas, sabe? (...) Aí aquilo mexe, sabe, por dentro da pessoa porque *tá* levando o nome de uma coisa que você não é, sabe? Aí pronto, aí muita das *vei mermo* eu chegava em casa, pensava naquilo, naquelas coisa toda, pedia a Deus, sempre pedia a Deus, porque *quano* a pessoa vai se passar pra *fazê* o que eu fazia antes é porque era o último recurso, *né*, era o último recurso. Eu tinha que fazer aquilo *mermo*. *Deixá* a família *passá* fome era que eu *num* ia deixar, e *num* deixo nunca. (...) Olhe, éééé..., tipo assim: *quinem* uma vez *né*, eu ia saindo com minha esposa, aí *quano* a gente entrou numa rua..., *quano* eu tava catando na rua *né*, éééé..., o *hôme* me chamou de trombadinha. Disse: os trombadinha já vêm. Comigo e minha esposa, foi. (BD-M, 34 anos)

¹²¹ Apresentador do programa “Patrulha da Cidade”, na TV Borborema, Campina Grande – PB.

O que temos aqui: a confiança no outro substituída pela suspeita. Esses tipos de medo dissolvem a confiança, “sustentáculo de todo o convívio humano” (BAUMAN, 2005a, p. 115). São refugos humanos, “outsiders”, “ralé”, que representam o medo, e os “estabelecidos”, se sentem ameaçados. Há, então, certa inquietude gerada pela insegurança em relação ao estranho, principalmente ao estranho estigmatizado, não cidadão, e o medo de algo que, longe de existir elementos reais que possam legitimá-lo, pauta-se em idéias preconceituosas e de indiferença. Eis abaixo alguns depoimentos que mostram mais confusão, suspeita. São catadoras confundidas com prostitutas:

Nesse bairro do Catolé uma vez..., tem um senhor, tem um senhor que me chamou pra pegar duas garrafas. Aí eu já ia, lááá, lááááá em baixo quando ele me chamou, aí a senhora disse: vai lá pegar as garrafas. Aí chegou lá e ele pensou que eu era mulher de rua, me fez uma proposta. Aí eu não gostei. Me fez uma proposta. Aí eu disse: nunca mais eu vou lá naquela casa pegar reciclagem. Então um homem idoso daquele, fazer uma proposta pensando que a pessoa é prostituta. Porque se fosse prostituta *nói num* tava aqui, *né*, tava se prostituindo. (...) Ahhhhh, me senti muito mal. Me senti péssima. Quando foi no dia desse senhor eu só não disse a ele poucas e boas porque eu sou analfabeta, *mai* eu..., eu tenho muito educação. (AA-F, 27 anos)

Já acharam que eu era mulher da vida. Preconceito assim é de *homemzim* sem vergonha. Certos *homemzim*, nojento, *mai* eu... ((ela ficou com vergonha de falar o que esses homens “nojentos” falavam pra ela)) *Vâmo* ali. *Vâmo* ali que eu tenho um trocado. Aí eu digo: o senhor *tá* pensando que eu sou..., se eu sou isso, eu não sou não, se eu fosse eu *num* tava puxando essa carrocinha aqui não. Tava noutro meio que é *mai* fácil como esse meio aí que o senhor quer me dá, o senhor quer que eu vá dizer agorinha a sua mulher? Aí ele: ave, ave, me desculpa. Isso já aconteceu em três bairros. Faz tempo. Teve outro, quando eu tava começando a fazer a coleta nos bairros, aí: entra, tem umas garrafas ali dentro, venha pegar que eu não posso que sou cego. Quando eu cheguei na cozinha ele me agarrou. Dei um murro nele, consegui me soltar dele e saí correndo no *mei* do mundo. Era um bicho ricão, lá do Alto Branco.¹²² (AB-F, 48 anos)

Mattos (2009), sobre as prostitutas pobres, a mulher delinquente da “ralé”, diz que, assim como as mulheres em geral, são identificadas como seres passivos, tendo sua principal “arma” o seu corpo para a satisfação alheia.

As histórias dessas catadoras, entretanto, revelam o menosprezo em uma relação de superioridade vivenciada pelas mesmas. Por estarem catando nas ruas, expostas a fatores

¹²² Localiza-se na zona norte da cidade de Campina Grande – PB, considerado um bairro nobre.

climáticos em períodos, muitas vezes, prolongados, além do contato direto com materiais que podem estar contaminados, comprometendo a saúde, fora a pouca valorização agregada aos produtos recicláveis, gerando, muitas vezes, uma renda inferior aos custos necessários para a administração dos seus gastos, alguns homens, ainda, imaginam que essas mulheres podem ceder favores sexuais em troca de dinheiro.

Essas falas também confirmam que nem sempre aqueles que aderiram à “Coleta Seletiva Solidária” respeitam e reconhecem positivamente o trabalho de catação e os catadores. Constata-se que, o trabalho de catação não é representado como sendo um trabalho qualquer, que qualquer pessoa poderia fazê-lo ou disputaria para realizá-lo: é um trabalho de “ninguém”, de subcidadãos, daqueles que manuseiam “lixo”.

Os consumidores de uma sociedade de consumo, da mesma forma que os habitantes da Leônia de Calvino, precisam de coletores de lixo, e muitos, e do tipo que não evitará tocar e manusear o que já foi destinado ao monte de detritos – mas os próprios consumidores não se dispõem a fazer o trabalho dos coletores. (...) Na sociedade de castas, só os intocáveis podiam (e deviam) manusear coisas intocáveis. (BAUMAN, 2005a, p. 76-77)

O “lixo” possui conotações diferentes de acordo com a situação social e cultural na qual o homem está inserido. Entretanto, de uma maneira geral, é possível destacar que o lixo é aquilo que se coloca para “fora de casa”, ou seja, o que não se quer ter contato, o que não serve, propriamente, para mais nada.

Ocorre, também, no mundo do trabalho dos catadores a associação dos mesmos à animalidade. São “burros sem rabo”, “jumentos”, jumentas”, termos pejorativos que os mesmos fazem questão de enfatizar em suas falas, pois isso parece ser “comum”, “rotineiro”:

Antes até já chamou a gente de burro sem rabo. (AD-M, 33 anos)

Num me incomoda não. A resposta *tá* na ponta da língua. Não, porque eu passei uma vez aqui no Catolé empurrando o carrinho. A menina foi e me chamou de jumento: vai burro, *thu, thu...* Era uma moça de 17 anos, aí eu fui e passei na casa dela e não sabia que era ela. A mãe dela veio me atender, legal, me deu o material e ela ficou olhando pra mim, *né?* Aí eu deveria dizer alguma coisa e não disse. (...) Ela ficou toda envergonhada. (AG-M, 40 anos)

Já chamaram os meninos ((seus dois filhos)) de burro, quando vão puxando os carrinho. (BC-F, 37 anos)

Estudante gaiato, estudante gaiato, *quano* a gente vai..., *quano* o menino vem com o carrinho pesado e a gente vai empurrando aí tem estudante gaiato que diz: o jumento vai puxando e a jumenta vai empurrando. Mai a gente *num* leva isso em conta porque é filhinho de papai, e é assim mesmo. (BF-F, 37 anos)

Outra vez passou uma van com *mei* mundo de estudante, aí a menina..., *nói* pega até material na casa dela, passou e disse: lá vai o burro sem rabo. Aí a companheira de trabalho tava mais eu e disse: eu lhe conheço, *viu*, eu pego material na sua casa. A van parou ali, a menina desceu *pa* ir passar nessa rua *pa* ir pra casa. Aí ela disse: eu vou dizer a sua mãe. Aí a menina dizia: não, não fui eu não, foi a outra que disse, que tava lá dentro do carro, *num* fui eu que disse não. Aí eu disse: deixe pra lá, *vâmo* embora. (BG-M, 39 anos)

Num dou muita moral, mas, assim, *né*, passo sério quando eu vejo que vem gente gaiato, *mai* uma vez eu vinha *mai* a galega, *né*, que *tá* doente, lá embaixo, eu vinha de óculos, e “ei”, eu *num* escutei não. Assim, aqueles estudante, que os estudante rapaz são os piores que têm rapaz. Passei, tem estudo, tem educação, *mai* a educação parece que é lá embaixo. “Eiiiiiiii...” A Galega, eu vinha subindo a ladeira e a galega empurrando: eiiiiiiii, ôh, o bur..., ôh o bur..., ôh o burro sem rabo de óculos. Outro passou e disse: eiiii, olhe a burrinha atrás também, sem rabo também empurrando. A galega ouviu, a galega pegou ar da porra. Eu disse: *num* ligue com isso não. ((rindo um pouco)) Chama *nói* de burro sem rabo, burro sem orelha, ((rindo muito)), eu *num* ligo, porque se eu for *ligá*... Agora a galega pegou ar. Que eu *num* escutei não, isso. *Num* é isso que eu digo. Tem gente que acha que a gente *num* tem valor de nada, é lixeiro, *num* tem valor de nada. Quando vê a gente é pra *dizê* essas coisas. (BH-M, 31 anos)

Note-se que, o contato entre pessoas pertencentes a grupos socialmente diferentes e desiguais pode gerar conflitos, ainda mais quando um desses grupos exerce um tipo de trabalho considerado “inadequado”. Estigmatizados por sua atividade de catação de materiais recicláveis, os catadores tornam-se “alvos” de provocações. Sentimentos que poderiam ser de solidariedade são transformados em repulsa, escárnio e humilhação.

Na verdade, a “violência simbólica” é atualizada “cotidianamente”, por todos nós, nos mais “inocentes” encontros casuais na rua entre pessoas de classes diversas e nos rituais de subordinação e autoridade que isso envolve, até a “má-fé” institucional generalizada, aceita e legitimada por todos (...). É esse cotidiano, que é tornado invisível porque sua violência é jogada “lá longe” numa elite ou num Estado que não é de ninguém, que, na verdade, atualiza os critérios de classificação e desclassificação social que condenam, desde o berço, ao fracasso e ao desespero, um terço dos brasileiros. É o abandono social de toda uma classe, objetivamente percebida como “animalizada”, já que a definição dominante de “humanidade” a exclui, que é legitimada na prática social, ainda que seja negada como “discurso consciente” todos os dias pelas mesmas pessoas que as implementam na realidade cotidiana dos atos praticados sem refletir. (SOUZA, 2009, p. 398)

No depoimento abaixo um catador mostra-se bastante “revoltado” com o termo “burro sem rabo”, apesar de se sentir “*como isso mesmo*”: um “burro sem rabo”, um híbrido entre humano e animal; metade gente, metade animal. É o homem-burro que puxa uma carroça, colocando-se no lugar do animal; a carroça que deveria ser de tração animal.

Quer dizer, se a pessoa tiver..., assim, não tiver assim um entendimento bem forte do que está fazendo ele se deprime e ele pára viu. Olha, uma deles, um dos preconceito que a gente teve quando tava na carrocinha puxando aí foi ter chamado a gente de burro sem rabo. É verdade, não, é verdade. Entendeu, então é isso. Uma parte a gente sabe que é quase como isso *mermo*, porque você deixou..., e eu falo isso, até pro próprio movimento eu já falei já, olha, caramba a gente deixou, trinta anos, quarenta anos, *deixêmo* a tração animal, que é judiar *demai* dos animal, *tá* com uma carroça pra cima e pra baixo, e você bota um humano pra fazer isso, quer dizer, passa do animal pra você agora, entendeu, e tendo um meio, e tendo meio de ser feito isso aí, é uma vergonha. Eu acredito que é uma vergonha. (...) *Mai* a gente sabe também que essa pessoa que chama nós de burro sem rabo a cabecinha é deste tamanhinho, a gente sabe também. Porque se eles vissem o que a gente *tá* fazendo no meio ambiente talvez ele não pensava dessa maneira, também. E o que ele faz também, porque se tem alguém pegando é porque tem alguém jogando, e ele é um deles que *tá* jogando também. Eu *tô* contribuindo, *né*, pelo menos demorar mais o, o..., como é que se diz, pelo menos assim fazendo a minha parte e não *tô* sujando tanto o meio ambiente. Se ele se colocasse no lugar da gente... (AC-M, 36 anos)

Há confusão no discurso acima: ora ele sente raiva ao ser chamado de “burro sem rabo”, para logo após afirmar que realmente se “enxerga” como um “burro sem rabo”. E é humilhante para esse catador substituir o lugar que seria de um animal, não de um humano. Mas ele não pode escolher, não é sua culpa. É o único modo que encontrou para sobreviver, e quem não entende isso, quem não possui empatia suficiente para entender isso, não passa de um preconceituoso. São pessoas de “cabecinha deste tamanhinho”, como ele mesmo falou, sem consciência, ou sem capacidade para entender, inclusive para perceber que o seu trabalho é importante para a preservação do meio ambiente, por isso fala mal, humilha, despreza, é preconceituoso.

A atitude dessas pessoas “sem consciência”, nas palavras do catador, evidencia que o caráter excludente do trabalho do catador correlaciona-se não apenas à semântica negativa do “lixo”, mas a um tipo de trabalho considerado desqualificado, indigno, e essa situação pode interferir na imagem que o catador faz de si mesmo, uma imagem, inclusive, ambivalente.

Como vimos, se é o trabalho que está por trás da “avaliação objetiva do valor relativo” a partir da “ideologia do desempenho”, é ele mesmo (no caso do trabalho de

catação) que determinará aos catadores – sujeitos excluídos –, pela inexistência dos pressupostos mínimos para uma capacidade de competição bem-sucedida e consequente inserção num tipo de trabalho valorizado, sua permanente marginalização, não reconhecimento social e ausência de autoestima.

Mais do que isso, essa ausência de reconhecimento do catador e de seu trabalho não significa apenas falta de devido respeito a alguém.

Ela inflige feridas profundas, atingindo suas vítimas com um autodesprezo mutilador. Uma dessas formas de feridas profundas parece-me a aceitação da situação de precariedade como legítima e até merecida e justa, fechando o círculo do que gostaria de chamar de “naturalização da desigualdade”, mesmo de uma desigualdade abissal como a da sociedade brasileira. (SOUZA, 2003b, p. 179)

Vê-se, entretanto, que os catadores desempenham suas atividades em condições precárias, sofrem preconceitos e possuem baixo reconhecimento do papel que representam na economia e no meio ambiente, embora tenham a profissão reconhecida e sejam resguardados por um comitê específico.¹²³ (MEDEIROS; MACÊDO, 2006)

É exatamente o desprezo e o não reconhecimento de outrem que podem originar o sentimento de invisibilidade.

Com efeito, múltiplos sentimentos estão ligados ao sentimento central de ser invisível para os outros: a vergonha, a paranoia, a impressão de insucesso pessoal, o isolamento, a clandestinidade. Em resumo, toda uma panóplia de emoções, sentidas por todos a um momento ou outro na vida quotidiana, une-se intimamente ao mundo amargo e silencioso da invisibilidade social. Podemos descobrir através deste termo um mundo social que se constrói segundo os preconceitos visuais e os olhares imaginários. (TOMÁS, 2006, p. 03)

Medeiros e Macêdo (2006) dizem que “a mídia em geral, alguns estudiosos e instituições de diversos setores” (p. 66) propagam que a catção de materiais recicláveis estabelece uma possibilidade de inclusão social de uma parcela de trabalhadores. Mas, segundo os autores, há um caráter de ambivalência também aqui: o catador é incluído ao ter um trabalho, mas excluído pelo “tipo” de trabalho que exerce. Vejamos:

Contudo, a inclusão desses catadores ocorre de forma perversa. Dessa forma, pode-se inferir que o catador de materiais recicláveis é incluído ao ter um

¹²³ Em 2003 o Governo Federal criou o comitê de inclusão social de catadores de “lixo”, que tinha, dentre outras atribuições, “implantar projetos que visassem garantir condições dignas de vida e trabalho à população catadora de lixo, bem como apoiar a gestão e destinação adequada de resíduos sólidos nos municípios brasileiros”. (MEDEIROS; MACÊDO, 2006, p. 66)

trabalho, mas excluído pelo tipo de trabalho que realiza: trabalho precário, realizado em condições inadequadas, com alto grau de periculosidade e insalubridade, sem reconhecimento social, com riscos muitas vezes irreversíveis à saúde, com a ausência total de garantias trabalhistas. Uma análise prematura da situação dos catadores de materiais recicláveis levaria a uma conclusão equivocada: a de que estariam incluídos socialmente. Isso porque por trás de formas aparentes de inclusão social, existem formas sutis de exclusão que conduzem à inclusão perversa. (id)

Os aspectos fundamentais da desigualdade social, como exposto no início deste capítulo, na verdade, não podem ser explicadas a partir, apenas, do economicismo, como se a única diferença entre incluídos e excluídos fosse determinada pela renda ou por variáveis de substrato econômico, como saneamento ou infraestrutura, por exemplo. Nesse caso, o problema da desigualdade seria resolvido pelo crescimento econômico. (SOUZA, 2003a, 2003b, 2006, 2009)

Se os catadores são estigmatizados, marginalizados, isso ocorre não apenas porque trabalham com o “lixo”, mas porque aspectos fundamentais e não econômicos da desigualdade social, como ausência de autoestima e de reconhecimento social, ausência de aprendizado familiar de papéis sociais básicos e a realidade da reprodução social de uma “ralé”, cuja essência moral, política e social e, por consequência, também de tipo de personalidade, fundamentalmente diferente das classes incluídas (classes médias), são uma realidade dessa classe de trabalhadores. (SOUZA, 2003a, 2003b, 2006, 2009)

Afinal, é a ideia de disciplina, de cálculo racional e de controle do corpo e de suas emoções e necessidades, e não apenas renda, que diferencia, de forma intransparente, classes sociais, gêneros, etnias etc.

Note-se que, segundo Souza (2003a, 2003b, 2006, 2009), a luta entre classes e frações de classe vai ser decidida por essa oposição hierárquica entre a alma ou razão – como *locus* das virtudes das classes dominantes – e o corpo – como *locus* das virtudes dominadas e ambíguas das classes inferiores –, exemplarmente perceptíveis na oposição entre o trabalho intelectual e braçal/manual. Percebe-se, então, que é essa oposição hierárquica entre trabalho racional e trabalho braçal, argumenta Souza (2003a, 2003b, 2006, 2009), que num país como o Brasil se legitima que alguém que execute um tipo de trabalho racional possa ganhar até 50 vezes mais do que uma pessoa que execute trabalho braçal. Assim, trabalhos como de faxineiro, catador de materiais recicláveis, e tantos outros que não necessitem de conhecimento específico para seu exercício, além de desqualificado socialmente é, evidentemente, mal remunerado.

É a “ideologia do desempenho”, subentendida na economia emocional baseada na disciplina do corpo pela racionalidade do cálculo instrumental e no trabalho útil e produtivo, segundo as demandas crescentes de mercado e Estado, que será à base de todo o mecanismo que classifica, hierarquicamente, indivíduos e classes em superiores e inferiores, em cidadãos e subcidadãos e, no limite, em gente e não gente. (SOUZA, 2003a, 2003b, 2006, 2009)

Essa economia emocional se transformou na concepção dominante do valor diferencial entre os seres humanos e grupos sociais inteiros, separando e unindo por vínculos de solidariedade e preconceito pessoas e grupos sociais em superiores e inferiores, segundo critérios – disciplina e autocontrole – que passam a dever sua objetividade incontestável ao fato de estarem inscritos na lógica opaca de funcionamento de Estado e mercado. Nesse sentido, há a naturalização da inferioridade, fazendo com que a própria vítima do preconceito, seja ele de classe, gênero ou cor, e também os setores incluídos da sociedade, acreditem que o seu fracasso é pessoal, merecido e justificável. (SOUZA, 2003a, 2003b, 2006, 2009)

Isto significa que a cidadania e o reconhecimento social têm a ver, em grande medida, com a efetiva homogeneização da economia emocional que caracteriza o indivíduo produtivo no capitalismo e que este é um processo coletivo de aprendizado cultural e político. O acesso “legítimo” a todos os bens e recursos escassos irá depender da efetiva existência, nos indivíduos e classes envolvidos na luta social, dos atributos do trabalho útil e produtivo, possíveis pelo autocontrole e disciplina. (SOUZA, 2003a, 2003b, 2006, 2009)

Sabendo dessas pré-condições para o reconhecimento social, é evidente que os catadores de materiais recicláveis estão bastante longe de conquistarem um efetivo respeito de seu trabalho e de si mesmos, apesar de organizados em cooperativas, por isso a ambiguidade quando falam do trabalho, ora positivo, mas com várias histórias de preconceito, invisibilidade e estigmatização vivenciados cotidianamente.

Para Souza (2003b), como vimos, é apenas através da categoria trabalho que é possível se assegurar a identidade, autoestima, *status* e reconhecimento social. O trabalho, então, nessa perspectiva, é um importante constituidor e demarcador de identidades. Mas é também a aquisição de bens materiais que, na sociedade contemporânea, tornou-se um dos mais importantes marcadores de condição e *status* social de alguém.

É na transição entre o século XX para o XXI que o consumo passa a se estabelecer como um dos substitutos às referências ortodoxas anteriores, como o trabalho, passando a ser um importante espaço de constituição de identidades.

Obviamente que o catador também se sente discriminado na sua condição de menos capaz de alcançar metas de consumo e um padrão de vida socialmente considerado bom, que inclui não apenas a posse de bens materiais, mas todo um modo de vida considerado “normal”, de quem é bem sucedido, digno na vida. Mas apesar das limitações financeiras para o acesso ao consumo não podemos colocá-lo como totalmente excluído das práticas de consumo.

É nesse sentido que o estudo de grupos socialmente marginalizados, como no caso dos catadores de materiais recicláveis, acreditamos, é de extrema relevância para a área do comportamento do consumidor, pois a determinados grupos sociais, principalmente aqueles desprivilegiados economicamente, é negado, praticamente, o *status* e possibilidade de membros de uma “sociedade de consumo”.

Note-se que, os catadores, grupo de baixa renda, não podem ser classificados e percebidos apenas a partir da lógica da “falta”. Barros (2007) lembra que os consumidores de baixa renda acabam sendo desqualificados como consumidores exatamente por não terem “os bens considerados necessários para incluí-los plenamente na sociedade de consumo” (p. 105). Assim, as restrições de ordem material, realidade essa vivenciada por tais grupos, são percebidas como propulsoras de uma motivação para o consumo que obedeceria uma ordem meramente prática, ou seja: como se eles vivessem e/ou consumissem apenas movidos pela esfera da “sobrevivência”.

Evidentemente, não desejando negar as dificuldades de sobrevivência experienciadas pelos catadores, não podendo, também, defini-los a partir de um único ponto de classificação, especificamente aquele que o limita à questão da carência material, no próximo capítulo iremos perscrutar sobre a formação da identidade dos catadores a partir da esfera do consumo, evidenciando, entretanto, que o trabalho ainda é importante na constituição de sua identidade. Assim, como esses dois contextos, do trabalho e do consumo, ou seja, a construção da identidade a partir do trabalho de catação de materiais recicláveis e a construção da identidade a partir dos sentidos e práticas de consumo, combinam-se e/ou se configuram para a formação da identidade dos catadores?

CAPÍTULO III

CAPÍTULO III- TRABALHO, CONSUMO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS CATADORES

O trabalho é um meio importantíssimo na constituição da identidade na sociedade contemporânea. Lopes (2009), examinando as questões do trabalho associadas à subjetividade dentro de uma perspectiva histórica, informa que no período anterior à industrialização o trabalho não era o ponto principal da constituição subjetiva,

modificando-se a partir do século XVIII, quando o trabalho torna-se uma questão central na vida social a partir do processo de industrialização.

Os termos identidade e trabalho, entretanto, têm em comum interpretações controvertidas de ordem conceitual, extensivas às suas origens etimológicas.

O vocábulo identidade (do latim *idem*, o mesmo, a mesma) propõe uma noção de estabilidade que se contrapõe à processualidade e ao caráter de construção permanente que lhe são próprios. Sugere, ao mesmo tempo, o igual e o diferente, o permanente e o mutante, o individual e o coletivo. (...) A tendência atual é de concebê-la como uma síntese lógica e ontológica e facultar às relações sociais papel de destaque na sua constituição. (JACQUES, 1996, p. 21-22)

O termo trabalho sugere, do mesmo modo, uma associação controversa relacionada a sofrimento e a transformação da natureza através da atividade humana. “Do latim *tripalium*, instrumento de tortura e instrumento agrícola de cultura de cereais”. (JACQUES, 1996, p. 22) (Grifo do autor)

A importância e exaltação máximas conferidas ao trabalho na sociedade ocidental outorgam ao papel de trabalhador lugar de destaque entre os papéis sociais representativos do “eu”. Arendt (1981, *apud*, JACQUES, 1996), apontando a importância do *homo faber* no mundo contemporâneo, “assinala que ao tentar dizer “quem é”, a própria linguagem induz a dizer “o que alguém é”, reservando um lugar de destaque ao papel de trabalhador”. (p. 22)

Aspectos como responsabilidade, *status*, reconhecimento, autoestima, dignidade, independência e realização pessoal compõem a identidade vinculada ao trabalho, mas os valores a ele associados devem levar em consideração variáveis como cultura, faixa etária, classe, gênero etc.

Estudos empíricos revelam (...) que a identidade de trabalhador se constitui precocemente através da identificação com modelos adultos e/ou através da inserção concreta no mundo do trabalho. Essa inserção é determinada por fatores de gênero e classe, reservado às meninas pobres o trabalho doméstico, e aos meninos pobres o exercício de atividades no espaço público, de menor reconhecimento. O exercício das atividades se substantivam e se presentificam, constituindo-se em qualificações ao ser trabalhador e em predicativos definidores do eu (“engraxo sapatos, sou engraxate”). (JACQUES, 1996, p. 23-24)

A entrada no mundo concreto do trabalho confere valor social, reproduzindo o imaginário coletivo de valorização moral ao ser trabalhador. (JACQUES, 1996)

Certamente que, na contemporaneidade, as condições de trabalho são eminentemente marcadas pela precarização em função de vários elementos, como: desemprego, subemprego, terceirização, exploração etc. Antunes e Alves (2004) consideram que tais condições de trabalho no século XXI marcam negativamente uma classe trabalhadora que se encontra mais fragmentada, heterogênea, diversificada e, conseqüentemente, desprotegida dos seus direitos.

Diante do mercado de trabalho excludente, verificamos que grupos sociais com menor qualificação, o caso dos catadores de materiais recicláveis, adotam várias estratégias de sobrevivência. Para esse grupo, que sobrevive dos descartes do consumo (o lixo), o trabalho pode representar o local dos refugados, excluídos.

Sendo assim, o lixo é considerado, na sociedade contemporânea, o local dos excluídos e rejeitados, dos que possuem uma identidade social deteriorada (...), dos indivíduos estigmatizados, considerados estranhos, das pessoas estragadas e diminuídas. E por ser assim considerado, é o ambiente em que apenas uns poucos escolheriam estar por vontade própria. Porém, em alguns casos, é a opção que resta. A única forma de se sobreviver e de se almejar reconhecimento social. (CUNHA, 2009, p. 17)

Alguns espaços de trabalho e/ou categorias profissionais, pelas suas próprias especificidades, em geral associadas a prestígio ou desprestígio social, proporcionam atributos de qualificação e/ou desqualificação ao “eu” (JACQUES, 1996). Essa realidade foi comprovada no caso dos catadores, quando são estigmatizados e desrespeitados por exercerem um trabalho desvalorizado socialmente, ocasionando o desprestígio social tanto do trabalho realizado, quanto de si mesmos.

Na tentativa de reverterem essa realidade, como constatamos, os catadores se organizaram e/ou associaram em cooperativas de catadores de materiais recicláveis, objetivando a mudança de sua condição social, bem como procurando causar sua distinção como grupo social legítimo. Mesmo vivendo do “lixo”, percebemos que os catadores ressignificam os sentidos originais que lhes são conferidos pelos padrões dominantes das identidades estabelecidas. É nesse sentido que, a partir da “Coleta Seletiva Solidária”, buscam reconhecimento do trabalho de catador e de si mesmos, usando o discurso de que são importantes para a preservação ambiental.

Para Fraser (2001, *apud* CUNHA, 2010), os catadores fazem isso a partir da luta que se estabelece ao mesmo tempo pelo reconhecimento e pela redistribuição:

(...) o que requer a complexa e não resolvida combinação de ações que, a um só tempo, reivindicuem e neguem suas especificidades. Sua identidade social é construída a partir da busca pelo reconhecimento da sociedade e pela redistribuição de injustiças econômicas (receitas) e culturais/simbólicas (preconceito), a partir de aspectos específicos, presentes em sua produção simbólica e em seu discurso. Juntos, estes formam “categorias sociais de percepção” que tentam distingui-los como um grupo socialmente legítimo e permitem compreender a elaboração de seus padrões identitários. (CUNHA, 2010, p. 165)

Entre essas categorias há os símbolos de distinção que podem promover a diferenciação entre os catadores cooperados e os que trabalham na rua e/ou no “lixão”. “Os símbolos de diferenciação parecem tratar de uma tentativa de estratificação autoevidente (...), em que o grupo tende a diferenciar seus pares, tomando em relação aqueles mais evidentemente estigmatizados” (id), como os catadores de rua.

Os catadores da COTRAMARE e da CATAMAIS se utilizam de produções simbólicas para possibilitar e legitimar a diferenciação, como a cooperativa, o uso de uniforme (camiseta e boné) e de crachá, a vinculação com instituições de ensino superior etc.

Em relação à representação da cooperativa, esta, mais do que um agrupamento de catadores, legitima e/ou codifica a possibilidade de distinção entre o catador associado e o de rua ou do “lixão”, quando reforça ao catador cooperado sua condição de trabalhador organizado, limpo – “A gente trabalha muito bem, *trabalhâmo* limpo, *num* se cortando, *num* pegâmo (...) de seringa, (...) que era como era lá no lixão. E aqui não, já *pegâmo* nas residência limpinho.” (AB-F, 48 anos) –, em contraposição ao catador de rua ou do “lixão”, aquele desorganizado, sujo, marginal. É nesse sentido que a cooperativa, afirma Cunha (2010), atua com símbolo de *status* para o catador associado, “isto é, tem a pretensão especial de dar prestígio e garantir posição social ao catador, ao contrapor o modelo identitário desejado a antigos modelos, estereótipos, estigmas e rótulos, visando superar a injustiça simbólica a que se julgam submetidos”. (p. 165)

É aqui que as cooperativas e/ou as associações de catadores de materiais recicláveis, além de atuarem como elemento de distinção entre os catadores cooperados e os catadores de rua e do “lixão”, podem ser consideradas uma nova forma de mobilização política, percebendo-se nelas a emergência de uma forma alternativa de se lutar pelo reconhecimento social e valorização da identidade, “através da criação de oportunidades para que um grupo se faça ouvir e tenha participação na sociedade”. (CUNHA, 2010, p. 165)

Sinaliza uma tentativa de reação, não apenas no sentido de superar adversidades para o crescimento econômico da atividade de catação, mas – ao mesmo tempo e principalmente – no sentido de superar a exclusão e obter reconhecimento social, através da construção de espaços institucionais e simbólicos que promovam identidade e dignidade de grupo aos catadores. (ibid, p. 165-166)

É nesse ponto que constatamos no discurso dos catadores de materiais recicláveis que a atividade ocupacional ainda é um importante elemento formador de sua identidade, portanto produzida dentro do espaço do trabalho.

De outro modo, a desvalorização do trabalho de catador e, como consequência, do catador, que permite ao mesmo sentimentos de humilhação, invisibilidade, desprezo e não reconhecimento, instaura o que podemos denominar de identidade deteriorada. Percebe-se que, para o catador, o significado da atividade de catação é ambíguo e ocasiona tensão que perpassa o universo dos catadores: ora negativo, por ser um trabalho informal, estigmatizado, sem acesso aos direitos trabalhistas, que permite apenas uma remuneração baixíssima, e relacionada às sobras do consumo, ou seja, ao “lixo”; ora positivo, por ser meio de sobrevivência, importante para a preservação ambiental, por permitir “conscientizar”, “informar” à população sobre os benefícios da “Coleta Seletiva Solidária” e, por isso, é também espaço de luta por reconhecimento social.

Colocamos, entretanto, que essa desvalorização do trabalho de catador e dos catadores, a estigmatização social sofrida, ocorre não apenas porque trabalham com o “lixo”, mas pelo fato de está diretamente relacionada ao não reconhecimento e desvalorização do trabalho braçal/manual em relação ao trabalho intelectual, por não exigir qualificação profissional para fazê-lo, e, também, pela inexistência, por parte dos catadores, dos pressupostos mínimos para uma capacidade de competição bem-sucedida, ou seja: são detentores de um *habitus* precário, que impossibilita aos mesmos serem considerados produtivos e úteis em uma sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social.

Note-se que, se é o trabalho, nos reportando a Souza (2003a, 2003b, 2006, 2009), que está por trás da “avaliação objetiva do valor relativo” e diferencial entre os seres humanos e classes sociais – classificando-os, hierarquicamente, entre cidadãos e subcidadãos, gente e não gente (a “ralé”), classes superiores e inferiores – a partir da “ideologia do desempenho”, é ele mesmo que definirá os catadores – pela inexistência dos pressupostos mínimos para uma capacidade de competição bem-sucedida e consequente

inserção num tipo de trabalho valorizado – sua contínua marginalização, exclusão e não reconhecimento social. É nesse sentido que o significado do trabalho, para os catadores, é imprescindível na formação de sua identidade, ocasionando de um trabalho desvalorizado uma identidade danificada.

Evidenciamos, porém, que o desenvolvimento da identidade pode ser mostrado com sentido de nomadismo, transformação, fluidez, hibridismo e metamorfose, associando-se aos binômios transformação/permanência, exclusão/inclusão, indivíduo/sociedade, igual/diferente etc. Jacques (1998) constata essa relação quando se refere à identidade como sendo determinada e determinante ao mesmo tempo “pois o indivíduo tem um papel ativo quer na construção deste contexto a partir de sua inserção, quer na sua apropriação” (p. 163), surgindo, nesse processo, a superação da dicotomia identidade pessoal/identidade social. Jacques (1998) ainda lembra que expressões como imagem, representação e conceito de si, ou conjunto de traços, de sentimentos e imagens que o indivíduo reconhece como fazendo parte dele próprio, são empregadas ao conceituar identidade.

No caso dos catadores sua identidade, enquanto trabalhador, é produzida e definida tanto a partir de “fora” dos mesmos, quanto por eles mesmos, por isso a ambiguidade já destacada anteriormente presente no significado na atividade de catador.

Entretanto, a esfera do consumo na “sociedade de consumo” é também espaço de produção de subjetividades e constituição de identidades. As identidades, então, produzidas e definidas dentro do processo de consumo,

(...) são demarcadas por intermédio de “atos de escolha”, através do ato de consumo, juntamente com um conjunto de marcas identitárias que se encontram dispostas no interior do sistema de consumo. (...) o indivíduo, enquanto consumidor, passa a ser também *agente* no interior desse processo de identificação social. (RETONDAR, 2008, p. 149) (Grifo do autor)

Ora, é imprescindível apontarmos aqui que na transição entre o século XX para o XXI o consumo passa a se afirmar como um dos substitutos – ou concomitantemente – aos referenciais anteriores, como o trabalho, tendo em vista que consumir passa a ser sinônimo de algo para além do “*commodity sign*” (o signo como mercadoria),¹²⁴ envolvendo “o

¹²⁴ Para alguns autores, como Baudrillard, a “sociedade de consumo” é aquela que pode ser definida por um tipo específico de consumo, o consumo de signo. Nesse caso ocorreu a transformação da mercadoria em signo, no sentido de que, aquilo que Baudrillard chama de “época do signo”, o destino do capitalismo no século XX, produz-se, simultaneamente, a mercadoria como signo e o signo como mercadoria, ou seja, a junção de uma vasta gama de associações imagéticas e simbólicas, que podem ou não ter relação com o produto a ser vendido, processo este que recobre o valor de uso inicial dos produtos e torna as imagens mercadorias. O valor destas imagens confunde os valores de uso e troca e a substância é suplantada pela aparência (BAUDRILLARD, 1995). A sociedade de consumo, evidencia Baudrillard (1995), distingue-se pelo crescimento rápido de gastos individuais, dentre elas serviços realizados por outros para benefício

consumo de massas e para as massas, alta taxa de consumo e de descarte de mercadorias per capita, presença da moda, sociedade de mercado, sentimento permanente de insaciabilidade e o consumidor como um de seus principais personagens sociais” (BARBOSA, 2008, p. 08), caracterizando a “sociedade de consumo”. Temos, então, a passagem do *homo faber* para o *homo consumericus* (LIPOVETSKY, 2007), o que veremos a seguir.

AS PRÁTICAS DE CONSUMO COMO ESPAÇO DE CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES

Acredita-se, segundo alguns autores que compõem o pensamento social, que o consumo é o cerne deflagrador de mudanças no âmago da sociedade contemporânea.¹²⁵ A dinâmica do consumo, estreitamente vinculada aos rápidos acontecimentos dos tempos contemporâneos, altera e posiciona o indivíduo socialmente. O indivíduo, então, busca nas práticas de consumo uma maneira para ser reconhecido e identificado. Neste sentido, alguns autores, como Campbell (2001, 2006), Bauman (2008), Baudrillard (1995) etc., defendem que, na contemporaneidade, as identidades são especialmente formadas por meio do consumo.

Essa é a época, lembra Lipovetsky (2007), que surgem incessantemente novas vontades de consumir, no sentido de que quanto mais se consome, mais se deseja consumir.

(...) o gosto pelas novidades mudou de sentido. O culto do novo não tem nada de recente, uma vez que se impôs desde o fim da Idade Média, especialmente através da emergência da moda. Mas, durante séculos, a norma do “tudo que é novo agrada” quase não ultrapassou os círculos restritos dos privilegiados, seu valor baseava-se, em grande parte, em seu poder distintivo. (LIPOVETSKY, 2007, p. 43)

privativo. Esses serviços (ou objetos) não se relacionam meramente a uma utilidade prática, mas a uma mescla de signos de conforto e *status* que invadem a vida. A busca pelo consumo, assim, baseia-se na procura de diferenciação em uma sociedade marcada pela massificação engendrada no modelo de produção industrial.

¹²⁵ Barbosa, 2008, 2006; Campbell, 2001, 2006; Lipovetsky, 1989, 2007; Bauman, 2008; Baudrillard, 1995; Mccracken, 2003.

Para o autor essa não é mais a situação do presente, levando em consideração que o gosto pela mudança incessante no consumo e constante insatisfação se difundiu por todas as camadas sociais e em todas as faixas etárias.

A expansão dessa lógica consumista, ocorrida a partir das mudanças estruturais desenvolvidas no século XVIII na Europa ocidental, especialmente com a Revolução Industrial, acelerou-se a partir da segunda metade do século XX, “quando o universo do consumo passou a ganhar centralidade tanto como motor do desenvolvimento econômico quanto através da expansão do consumismo como elemento de mediação de novas relações (...) que se estabelecem no plano cultural”. (RETONDAR, 2008, p. 138)

Retondar enfatiza (2008) que é nesse contexto que “o consumo deixa de ser uma variável dependente de estruturas e processos a ele externos”, se constituindo “enquanto campo autônomo”, apresentando-se como um importante objeto de análise científica no campo “das ciências sociais contemporâneas” (p. 138), quando as práticas de consumo começam a ser eleitas pelo pensamento social.¹²⁶ A partir desse momento duas questões orientam os estudos sobre consumo e suas relações com a atividade social:

A primeira refere-se à centralidade que a produção de significados e processos simbólicos em geral passa a desempenhar no contexto da atividade social contemporânea; e a segunda preocupa-se com os significados sociais e os processos simbólicos que, agora, se encontram transpassados pelo universo do consumo. (p. 138-139)

O fenômeno do consumo deixa de ser percebido apenas como mero reflexo da produção; deixa de ser espaço da atividade econômica *stricto sensu*. Abandona-se a visão utilitária do consumo, prevaiente no viés economicista, para se dar a devida atenção ao significado cultural contido nesse fenômeno e em suas práticas. (RETONDAR, 2008; BARROS, 2007)

Segundo Retondar (2008), na atual teoria social a lógica da produção e do trabalho, “responsável pela manutenção e fortalecimento da noção de sociedade industrial na primeira metade do século XX” (p. 139), perdem o seu lugar central diante da lógica do consumo a partir das mudanças estruturais do capitalismo contemporâneo, passando “a

¹²⁶ Offe (1995), no texto “Trabalho: a categoria sociológica chave?”, deixa claro que entre o final do século XVIII e o término da Primeira Guerra Mundial, “às questões que se referem aos princípios de organização da dinâmica das estruturas sociais” (p. 168) foi atribuída ao trabalho uma posição chave na teorização sociológica. “O modelo de uma sociedade burguesa consumista preocupada com o trabalho, movida por sua racionalidade e abalada pelos conflitos trabalhistas, apesar de suas abordagens metodológicas e construções teóricas diferentes, é o foco da produção teórica de Marx, Weber e Durkheim”. (OFFE, 1995, p. 168)

constituir a base de um tipo de organização social novo, autodenominado pós-industrial”.
(id)

As mudanças no mundo da produção e do trabalho seriam, sob este viés de abordagem, os movimentos fundamentais a partir dos quais aconteceria essa passagem, de um lado, em decorrência da perda da centralidade da própria atividade produtiva como epicentro do novo capitalismo (Offe, 1989) e/ou, de outro, pela mudança no próprio modelo de acumulação, que passa a ser marcado pela flexibilidade tanto da produção quanto do consumo (Harvey, 1992). (RETONDAR, 2008, p. 138-139)

Em relação ao primeiro aspecto, Offe se refere ao que ele denomina “capitalismo desorganizado”, caracterizado pelo privilégio do setor de serviços sobre o setor produtivo, juntamente ao declínio de uma ética do trabalho e do modelo de pesquisa social centrado no trabalho e a perda da centralidade da atividade ocupacional como elemento formador das identidades sociais. (RETONDAR, 2008; OFFE, 1995)

O trabalho, afirma Offe (1995), além de se tornar amorfo, também está se tornando subjetivamente periférico.

Uma razão a mais para a depreciação moral e a diminuição da importância subjetiva da esfera do trabalho é a desintegração das esferas sociais da vida que são organizadas de acordo com categorias de trabalho e de emprego e complementadas pela família, pela filiação a organizações, pelo consumo do lazer e pelas instituições educacionais. (OFFE, 1995, p. 185)

Schumann (1979, *apud* OFFE, p. 185) considera que a localização sociocultural do contexto de vida do proletário está em declínio.

A tentativa de interpretar o contexto de vida como um todo em termos da centralidade da esfera do trabalho também é cada vez mais implausível, devido à estrutura do tempo de trabalho e sua situação na história da vida das pessoas. Uma continuidade biográfica entre o que alguém está preparado para fazer e o que está realmente fazendo profissionalmente, da mesma forma que uma continuidade ocupacional durante toda a vida de alguém, hoje já é algo excepcional. (OFFE, 1995, p. 185)

Também diminui consideravelmente a proporção de tempo de trabalho na vida de uma pessoa, aumentando, por consequência, as horas de tempo livre e, certamente, podem aumentar muito mais, “o que significa que as experiências paralelas, as orientações e outras necessidades além daquelas baseadas no trabalho estão se tornando proeminentes”. (ibid, p. 186)

A descontinuidade na biografia do trabalho e o declínio da parte do tempo de trabalho na vida de uma pessoa pode reforçar a concepção do trabalho como um interesse “entre outros” e relativizar sua função como uma pedra de toque da identidade pessoal e social. (id)

Verifica-se que o trabalho não só está sendo deslocado objetivamente de seu *status* de uma realidade de vida central, como também, em consequência desse desenvolvimento objetivo, o trabalho está perdendo “seu papel subjetivo de força estimulante central na atividade dos trabalhadores”. (ibid, p. 194)¹²⁷

Nessa perspectiva, este processo de descentralização do trabalho e da própria esfera da produção como *locus* de constituição das identidades e, por extensão, da própria subjetividade social, cederia lugar a outros espaços onde essas identidades e subjetividades seriam produzidas. (RETONDAR, 2008, p. 140)

Apesar de não afirmar com certeza quais seriam esses novos espaços de produção de identidades, Offe apresenta um problema que parece ser concernente, passando “a ser gradativamente contemplado por parte do pensamento sociológico que começa a compreender a esfera da demanda como *locus* privilegiado a partir do qual se constituiriam, agora, identidades e manifestações de subjetividade social” (RETONDAR, 2008, p. 140) (Grifo do autor). Percebe-se que, se ocorrem modificações nos espaços da produção de significados, modificam-se, também, a lógica da produção, tanto sob o aspecto dos meios quanto dos próprios agentes produtores.

O segundo aspecto apontado por Retondar (2008) apresenta o problema do modelo da acumulação flexível e como ele passa a alterar as relações entre consumo, cultura e sociedade. Aqui, o modelo de produção e acumulação flexível, pressupondo, então, uma ruptura com os princípios do modelo fordista de gerenciamento da produção, tanto à dinâmica do trabalho quanto à dinâmica do capital, teria causado um impacto direto na esfera do consumo. Nesse contexto, flexibilizar a produção significa, em termos objetivos, “capacitar a estrutura de produção para, num curto espaço de tempo, produzir produtos altamente diversificados” (p. 141). Note-se que, a lógica da produção passa a ser, ao contrário do princípio de padronização e homogeneização do modelo fordista, “organizada

¹²⁷ “Uma sociedade capitalista industrial altamente avançada (...), tende evidentemente a excluir porções crescentes da força de trabalho social da participação da esfera do trabalho assalariado. E essa sociedade não tem à sua disposição os recursos culturais ou as sanções econômicas necessárias para estabilizar a centralidade subjetiva da orientação para o trabalho”. (OFFE, 1995, p. 194)

pelo princípio da fragmentação e efemeridade da produção, causando impacto direto sobre a esfera do consumo”. (id)

Nesse caso, o modelo da acumulação flexível, aliado às novas tecnologias de produção, propiciaria a base para um mercado de bens altamente diversificado, visando cada vez mais uma maior aproximação entre o produtor e o consumidor, tentando adequar o máximo possível a produção às exigências mais particulares deste último. (id)

Certamente que não foi apenas essa mudança quantitativa que aconteceu no campo do consumo possível pela maior produção e/ou disponibilidade e variedades de bens que, por si só, alteraram as relações entre consumo, cultura e sociedade. Tal contexto reflete uma mudança na própria lógica social do consumo, “que passa de uma relação de massificação do consumidor para uma hipertrofia de sua individualidade”. (RETONDAR, 2008, p. 141)

É evidente que no âmbito da sociedade industrial os agentes se estruturavam a partir de uma lógica essencialmente homogeneizante (massificação do consumidor). A própria ideia de classe era definidora da identidade social. Atualmente, no contexto do capitalismo avançado, essa lógica se orienta para a fragmentação (individualização do consumidor), onde a perda da centralidade da atividade produtiva bem como os critérios objetivos na demarcação das posições de classe se diluem. Aqui as identidades passam a ser constituídas fora do espaço do trabalho e, em grande parte, passam a ser entrelaçadas à dinâmica do consumo. (RETONDAR, 2008)

Bauman (2008) se refere a esse processo como “revolução consumista”, no sentido de que o consumo é uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos, porém o consumismo é um atributo da sociedade.

Para que uma sociedade adquira esse atributo, a capacidade profundamente individual de querer, desejar e almejar deve ser, tal como a capacidade de trabalho na sociedade de produtores, destacada (“alienada”) dos indivíduos e reciclada/reificada numa força externa que coloca a “sociedade de consumidores” em movimento e a mantém em curso como uma forma específica de convívio humano. (p. 41)

Para Bauman (2008) o consumismo surge “quando o consumo assume papel-chave que na sociedade de produtores era exercido pelo trabalho”. (p. 41)

A sociedade de produtores, enfatiza Bauman (2008), foi o principal modelo societário da fase “sólida” da modernidade, orientada, basicamente, para a segurança, pois a satisfação parecia residir, acima de tudo, na promessa de segurança a longo prazo e não

no desfrute imediato de prazeres. As pessoas consumiam, mas bens de fato duráveis, resistentes e imunes ao tempo (teriam que durar bastante), pois apenas assim poderiam oferecer a segurança necessária.

Nessa era, amplos volumes de bens espaçosos, pesados, obstinados e imóveis auguravam o futuro seguro, que prometia um suprimento constante de conforto, poder e respeito pessoais. A posse de um grande volume de bens implicava ou insinuava uma existência segura, imune aos futuros caprichos do destino; eles podiam proteger, e de fato se acreditava que o fizessem, as vidas de seus proprietários contra os caprichos da sorte, de outra forma incontroláveis. Sendo a segurança a longo prazo o principal propósito e o maior valor, os bens adquiridos não se destinavam ao consumo imediato – pelo contrário, deviam ser protegidos da depreciação ou dispersão e permanecer intactos. (BAUMAN, 2008, p. 42-43)

Na “cultura agorista” a instabilidade dos desejos e a insaciabilidade das necessidades surgem enquanto resultantes de um consumo instantâneo (consumismo), que leva à remoção, também instantânea, de seus objetos. Nesse ambiente, quase nada de planejamento, de investimento e armazenamento de longo prazo. (BAUMAN, 2008)

Retondar (2008) argumenta que o movimento de especialização do consumo, sendo resultado de um conjunto de mudanças técnico-estruturais que o possibilitou, ou seja, a perspectiva mais visível de todo o processo, não pode ser apontado como o principal e/ou único fator da reorganização do consumismo na contemporaneidade, definido, sobretudo, pelo hiperconsumismo. Tal reorganização foi possível, também, pela retomada do princípio de individualidade enquanto valor fundamental da modernidade.

O que temos aqui, então, a partir da segunda metade do século XX, é o tema da subjetividade retornando com muita força no campo do pensamento social contemporâneo. “O declínio do “Estado social” na Europa associado aos movimentos da contracultura¹²⁸ e, por fim, o próprio advento da pós-modernidade (...) acaba por relançar o indivíduo para dentro da arena social”, culminando na retomada do tema da produção da subjetividade. (RETONDAR, 2008, p. 144)

Certamente que a hipertrofia do individualismo na contemporaneidade, possível, sobretudo, através da recuperação do homem enquanto sujeito da atividade social, um dos

¹²⁸ Não podemos esquecer também da crise do Socialismo e de todo um conjunto de ideias que o legitimava bem como justificava a revolução socialista, como ideias de igualdade social, por exemplo, contra ideias, supostamente, consideradas individualistas. No caso do Socialismo e/ou das ideias marxistas a ação do indivíduo deveria ser orientada predominantemente para determinados fins coletivos, ou seja, externos ao mesmo, que deveriam ser alcançados.

valores fundamentais da modernidade, e não apenas provocada por mudanças estruturais no âmbito econômico, teve enquanto meio privilegiado de irrupção a esfera do consumo.

Para Retondar (2008), assim como para Lipovetsky e Campbell, a dinâmica do consumo passa a ser lócus de produção de subjetividades, recuperando a dimensão do indivíduo “enquanto valor central da modernidade através do ato de consumo enquanto ato de escolha reflexivamente orientado” (p. 145). A constituição de identidades, nessa direção, não é mais unicamente um processo exterior aos indivíduos, mas também um processo reflexivo dos sujeitos.

É importante destacarmos aqui que os atos de escolha dos indivíduos, através dos atos de consumo, tornam os mesmos “agentes” no interior desse processo de identificação social. Então, o desenvolvimento e a expansão da “sociedade de consumo” permitem ao indivíduo ser efetivo *sujeito* do processo social. Em contrapartida, a experiência do consumo é singularmente subjetivante? De acordo com Retondar (2007, 2008, 2009), o indivíduo é uma construção social da modernidade, e como tal não pode ser entendido como mero sujeito dotado de uma liberdade total, gerada por sua racionalidade (o sujeito cartesiano, por exemplo). Assim, a ação *autônoma*, interior e reflexiva não estaria sendo estruturalmente constituída por uma ordem sistêmica? O indivíduo não seria rei (tipo humano/agência) e simultaneamente servo (tipo social) em relação *às suas* decisões?

Não podemos esquecer de enfatizar que tanto o processo de moda e/ou de hiperconsumo, discutida por Lipovetsky (1989), como a ética romântica, apresentada por Campbell (2001), e a hipertrofia do individualismo, destacada por Retondar (2008) e também pelos referidos autores, ou seja, a “cultura objetiva” da “sociedade de consumo”, são processos sociais “estruturantes”, que permitem ao indivíduo exercer a sua subjetividade e individualidade. É por essa razão que as identidades são produzidas no interior do próprio processo de consumo, ou seja, produzida no interior de um processo social.

Então, qual é o campo atual das experiências possíveis? Os modos individuais de existência só são possíveis porque a ordem social atual permite e incentiva a diversidade, a singularidade e a pluralidade de pensamentos e estilos de vida, mesmo entendendo que essa mesma sociedade determina a nossa maneira de dizer, de pensar e de agir, mas, também, nos dá a possibilidade de ultrapassar estes limites. Guatarri (2005), sobre o assunto, afirma que cada sociedade produz subjetividades: “as máquinas de produção de subjetividades variam. Em um momento social anterior, como “em sistemas tradicionais

(...) a subjetividade é fabricada por máquinas mais territorializadas, na escala de uma etnia, de uma corporação profissional, de uma casta” (p. 33). Aqui as identidades eram mais rígidas, predeterminadas e inegociáveis.

No caso da sociedade de consumo a reprodução e/ou manutenção da mesma “exige” a criação de sujeitos e/ou subjetividades capitalísticas (hiperconsumistas). “Tais mutações da subjetividade (...) funcionam (...) no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular com o tecido urbano (...)” (p. 34). Nesse contexto surgem referências identitárias em movimento, marcadas por grupos móveis, velozes. Aqui o consumo se estabelece como matéria-prima contínua, “bulímica”, obsessiva, para dar forma às identidades.

Os processos de constituição de subjetividades coletivas, lembra Guatarri (2005), não são resultado da somatória de subjetividades individuais, “mas sim do confronto com as maneiras com que, hoje, se fabrica a subjetividade em escala planetária” (p. 37). A subjetividade individual resulta de “um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, tecnológicas, de mídia e tantas outras” (p. 43). Assim, “a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social”. (p. 40)

Certamente, que os grupos de baixa renda não estão imunes a todas essas transformações que colocaram o consumo no centro das discussões, nem imunes ao consumismo. Percebe-se que, todos os indivíduos, independentemente do lugar que ocupam na sociedade, estão expostos e são, de alguma forma, influenciados pelos padrões de consumo. Também os constroem e desconstroem, sob as mais diversas formas e em diferentes graus de intensidade.

Porém, a lógica da carência material aplicada aos grupos de baixa renda parece colocá-los como “não” consumidores e, conseqüentemente, como aqueles que também não podem escolher, pois apenas sobrevivem.

A definição do que vêm a ser camadas populares urbanas não pode ser reduzida a um único eixo de classificação, especialmente aquele que a confina a uma questão de carência material. O foco na falta encobre a dimensão cultural e simbólica que organiza e cria sentido para a vida de qualquer grupo social. (BARROS, 2007, p. 109)

Obviamente, há também uma produção discursiva em torno dos catadores de materiais recicláveis, que pode impedir de pensá-los como um grupo consumidor. No

entanto, mostraremos que a “escassez” de recursos, proveniente de realização de um trabalho desqualificado e, por isso mesmo, mal remunerado, não determina uma conduta guiada meramente por uma lógica prática, de sobrevivência material. “O consumo desses segmentos revela a fundamental importância da posse de bens para a comunicação da identidade social dos indivíduos e sua inclusão na sociedade de consumo abrangente, como pobres, trabalhadores e consumidores” (BARROS, 2007, p. 127). É o que veremos a seguir...

OS CATADORES NA “SOCIEDADE DE CONSUMO”

Quanto à questão da identidade pessoal e à atividade de consumo Campbell (2006) elabora uma crítica à ideia difundida de que o eu contemporâneo ou pós-moderno é excepcionalmente aberto e flexível, ou seja: inicialmente adotando e posteriormente trocando de identidades e “isso é o mesmo que dizer que as pessoas – ao fazerem uso da grande e constante oferta de novos produtos da sociedade de consumo moderna – estão regularmente engajadas no processo de recriar a si mesmas”. (p. 50)

Para alguns autores, como Bauman, defensor da ideia de que a cultura dos consumidores é a cultura da sociedade pós-moderna, inevitavelmente, as atividades dos consumidores devem ser entendidas como uma resposta à postulada “crise de identidade”, e também como uma atividade que serve somente para intensificar essa crise.

Campbell (2006) considera que o consumismo moderno é, na verdade, uma atividade através da qual os indivíduos conseguem resolver sua identidade, resolver a tal “crise de identidade”, no lugar de exacerbá-la, como defendem os pós-modernos. Assim, nós nos descobrimos ao nos expormos a uma grande variedade de produtos e serviços, ou seja, o verdadeiro local da nossa identidade deve ser encontrado na nossa reação frente aos objetos que consumimos e/ou compramos “e não nos produtos em si”. (p. 53)

Por conseguinte, não estou argumentando que como consumidores “compramos” identidades, mediante nosso consumo de bens e serviços específicos. Tampouco estou sugerindo que descobriremos isso nos expondo a uma grande variedade de produtos e serviços. Mas é monitorando nossas reações a eles, observando do que gostamos, que começaremos a descobrir quem “realmente somos”. (id)

É por esse motivo que o consumo é tão necessário na vida das pessoas, defendendo que talvez o mesmo esteja suprimindo algo muito mais importante do que a simples satisfação das necessidades e/ou dos motivos/intenções exclusivas que instigam seus atos individuais. “Em outras palavras, é possível que o consumo tenha uma dimensão que o relacione com as mais profundas e definitivas questões que os seres humanos possam se fazer, questões relacionadas com a natureza da realidade e com o verdadeiro propósito da existência – questões do “ser e saber”” (ibid, p. 47), ou seja: “consumo, logo existo!”

Então, se a prática de consumo não é apenas um meio pelo qual as pessoas descobrem quem elas são, mas fornece a elas a comprovação básica de sua existência, como ficam os grupos carentes economicamente com limitadas possibilidades de compra? Não existem?

Miller (2002) deixa claro que o materialismo pode ser observado em diferentes condições de pobreza. “Nas ciências sociais, a literatura sobre consumo parece muitas vezes fazer eco à mídia, que corrobora maciçamente a tola suposição de que sobretudo os ricos é que são materialistas” (p. 45). Ao contrário dessa suposição, Miller enfatiza que grande parte das pessoas em situação de pobreza é muito mais materialista do que os ricos. “A carência material pode resultar, justamente, em uma preocupação acentuada com aquilo que se encontra materialmente disponível no ambiente das pessoas”. (BARBOSA, 2002, p. 12)

No caso dos catadores, mesmo apontando as suas frustrações em relação aos poucos recursos disponíveis para o consumo (principalmente em relação aos sonhos de adquirir uma casa ideal, um automóvel, de realizar viagens para o litoral etc.), porém sabendo que são bombardeados cotidianamente por mensagens que servem de material – são “detonadores” – para os devaneios, e que convivem com os apelos da moda e também com os “incentivos” à originalidade individual, é mais evidente em suas falas a positividade do consumo do que o contrário. Enquanto pertencentes a uma “ralé” estrutural, que não proporciona esperanças de mudanças radicais na vida, as práticas de consumo são estratégias, mesmo raras, de usufruto de prazer e alegria. Ora, “o materialismo nos preenche e possuir e gastar são as mais apaixonantes e geralmente as mais imaginativas tarefas da vida moderna”. (TWITCHELL, 1999, p. 286)

É nesse sentido que fazer compras, principalmente de mercadorias, por exemplo, como eletrodomésticos – que não são diretamente relacionados ao abastecimento rotineiro

do lar, e por isso mesmo o seu aspecto de raridade –,¹²⁹ para a maioria dos catadores, é uma experiência altamente prazerosa. Vejamos:

Eu gosto de comprar. Muito! Se eu pudesse todos os dias eu ia na rua pra comprar pelo menos uma coisa. (...) Eu me sinto bem. Eu gosto, eu me sinto muito feliz. Muito feliz. Muito satisfeita. (BB-F, 26 anos)

Gosto de comprar, gosto e muito. Ave, tem muitas coisa bonita, barata, que a gente precisa. (BE-M, 25 anos)

Adoro comprar. (...) Eu às *vei* eu vou (...) *fazê* compra, eu fico *doidim prá comprá* as coisa. De tudo eu quero comprar. (BG-M, 39 anos)

Certamente, todos os catadores informaram sobre a insuficiência dos ganhos, que poderia limitar o acesso ao consumo. Vejamos:

Olha, só dá para a alimentação. É pouco, mas dá. Só pra alimentação, e alimentação simples, o básico, porque pra você consertar uma coisa, comprar roupa assim, *num* dá não. (AC-M, 36 anos)

Hômi, eu vou ser bem sincero, o que o camarada precisa pra dentro de casa, *num* dá, *né?* Pro cabra *fazê* a feira, pagar água, pagar luz, fazer o que o camarada quer, tirar uma de rico pra *comprá* tudo de bom, *né, num* dá não. *Aí* o cabra tem é que *comprá* feijão, o arroz, ter a farinha, mistura ((carne, peixe, ovos etc.)) às *veze*. (AF-M, 60 anos)

Minha filha, minha vida é tão *coisada* que eu *tô* com dois papel..., é tão fraco que eu *tô* com dois papel de luz pra pagar ((explicando que o ganho possível no trabalho de catação é insuficiente para pagar até as contas de energia elétrica)), que *num* tenho condição ainda, *tô* com um machucado na mão. Já na semana que vem já vai subir. Você ouviu falar? ((se referindo ao aumento da taxa de energia elétrica)) Viu, viu, pra gente como é que é. O dinheiro ganho aqui é suficiente não. É não. Porque *num* dá não. Porque a gente não paga aluguel *né, mai* a gente tem que *pagá* água, luz, o *gai* ((gás)), a feira, *num* dá não minha filha, entendeu? *Num* dá *mermo* de jeito nenhum. A gente só *veve* porque é mandado de Jesus. Porque é Deus que dá todo jeito. *Mai* se *num* fosse *num* dava não minha filha. E *num* tenho nada, *num* tem ninguém, só Jesus. O *dinheirim* é muito sofrido. (AH-F, 57 anos)

É não, é não, dá não. Com certeza, *num* dá não. Olhe, porque tipo assim: o dinheiro que sai por quinzena aqui é muito pouco. É pouco. *Aí* olhe, nas três semana que pega no dinheiro *aí vâmo* separar primeiramente a comida, que é o principal. *Aí* já

¹²⁹ Apenas as compras de abastecimento para o lar, como alimentação e produtos de higiene residencial e pessoal, são atividades corriqueiras e/ou constantes.

vem as continha, um *negóço*, a conta d'água. (...) *Mai* hoje eu pago luz, *ai* vem a conta de luz, vem o gás, vem uma prestação de porta, que a cortininha que a mulher compra, um lençol, alguma coisa e outra, e isso tudo a gente tem que separar *tudim*. (BD-M, 34 anos)

Não, porque a gente tem que *botá* a feira dentro de casa, tem que *pagá* água e a luz, internet. Que pago internet, é via rádio, eu pago cinquenta real da minha internet. Cinquenta reais. *Aí* tem que *comprá* roupa *pá* *mulhé*, *pá* gente também. *Aí* nunca dá não. Muitas *vêi num* dá de jeito nenhum não, de jeito nenhum não dá não. A gente, *vâmo* supor, trabalha essa quinzena, ganha *trezento* real, *ai* sai dividindo o dinheiro, *ai* o cabra *num* fica com nada. É raro *ficá* com dinheiro. (BE-M, 25 anos)

Não, não é. Porque assim, assim, o dinheiro que eu ganho aqui, o que eu ganho é 260, 240, por quinzena, *ai num* dá. Isso *ai mermo* só dá *pá comprá* só o grosso, *num* é? O feijão, assim, o alimento, *né?* O *comê* de dentro de casa. E assim, *pagá* um papel de luz, *né?* É o que dá. O grosso, *né*, e as *vêi* um papel de luz. (BH-M, 31 anos)

Evidentemente que essa é a realidade da maioria dos catadores entrevistados, ou seja: os ganhos são, supostamente, insuficientes para adquirir até o mais necessário. Entretanto, apesar dessa constatação, a maioria dos catadores relatou casos em que deixou de pagar uma conta e/ou de comprar algo que “realmente” fosse necessário para usufruir determinada “vontade”.

Uma vez eu fiz uma compra de roupa, no ano passado, eu fiz uma compra, *ai* eu tava lisa, *ai* eu disse: meu Deus, eu tenho esses cinquenta real *ai*. E eu tava a fim de tomar uma cervejinha, sozinha mesmo, em casa, *ai* deixei de pagar pra ir tomar a cerveja. (AA-F, 27 anos)

Muitas vezes, muitas vezes, comprei muita coisa sem futuro. Que eu não precisava daquilo. (...) Olhe, eu já comprei roupa, já comprei, é, é, pronto, eletrônico também comprei já (...), já, entendeu? Pra *depoi* dá fim, *ai* termina *num* dando nada, e deixa de *comprá* o que realmente precisa. (AC-M, 36 anos)

Já gastei pra diversão, quando morava em João Pessoa mentia pra minha mulher, dizendo que *num* tinha dinheiro. *Mai* eu gastava era em diversão, ia todo final de semana para a CAC ((Centro de Ação Comunitária)), *pertim* lá de casa. Já cheguei a mentir pra minha mulher na época que não tinha dinheiro pra comprar coisas pros menino, que tava precisando, mas gastei foi no CAC. (AE-M, 26 anos)

Fui pra uma balada, pro *show* de uma banda *ai*. Fui pro *show* de “Desejo de Menina” e deixei de *comprá* e *pagá* o que tinha que *pagá*. Já fiz essa loucura.

Depois fui *pagá* as consequência, trabalhar pra arrumar o dinheiro pra *pagá*, *mai num* deixei de ver a banda e *num* me arrependi. (BF-F, 37 anos)

De fato, no caso da catadora que deixou de pagar uma conta para tomar cerveja, esse ato de tomar cerveja, considerado evento raro pela catadora, por isso quase sendo um “luxo” para a mesma, torna-se algo ligado à emoção; é um “luxo” menos evidente, menos ostensivo (ela tomou a cerveja apenas na companhia de si mesma), mas pessoal, uma experiência única que apenas ela mesma percebeu. O que conta, para a catadora, não é exhibir a cerveja, mas a sensação especial de beber algo que apenas ela, naquele momento, sabe:

Ôche, é muito bom cerveja. Adoro cerveja. Sabe aquele gostozinho que refresca a boca da gente? Adoro, adoro. É *quinem* até comer chocolate. (AA-F, 27 anos)

É notório que a busca desenfreada e sucessiva dos consumidores por novidades pode gerar o hiperconsumismo. A fala de uma catadora da COTRAMARE demonstra, com muita propriedade, esse desejo quase “bulímico”, nas palavras de Campbell, por compras:

Comprar é um vício. É uma doença. Tenho compulsão por comprar. Eu comprei um perfume e já tive que *mandá* a menina trazer outro, (...) ontem, da Boticário. *Dei* cento e vinte real *num*, e nem terminei de usar ainda. É só obsessão. Tenho obsessão de compra.(...) Eu me sinto feliz. Sair cheirosa, sair arrumada, pra mim... (BF-F, 37 anos)

Ora, o que temos aqui são casos em que, mesmo havendo limitações para as práticas de consumo, os catadores legitimam um comportamento social subordinado ao papel de consumidor, ou seja: são consumidores ativos. Na realidade, o consumo é importante na vida dos catadores porque, através dele, buscam a definição e expressão de suas identidades. O consumo é, então, uma das formas dos catadores se definirem e se identificarem.

É importante ressaltar que quando falamos de consumo como forma de construção da identidade, não é o objeto ou serviço consumido que tem a capacidade de expressar as identidades, mas a escolha desse bem ou serviço, os quais são expressões dessas identidades demonstradas, ou seja: é como reagimos aos objetos e serviços, observando tanto o que gostamos quanto o que não gostamos, que podemos descobrir nosso gosto, nosso estilo, ou “quem somos”. (GIDDENS, 2002; CAMPBELL, 2006)

O que temos aqui é que enquanto as necessidades podem ser, e em geral costumam ser, objetivamente estabelecidas, as vontades e desejos só podem ser identificadas subjetivamente. Apesar de vivenciarem privações dos itens mais essenciais do orçamento, mesmo assim, em alguns momentos, aquilo não essencial é exatamente priorizado pelos catadores. Estão, nesse sentido, mais preocupados em saciar vontades do que em satisfazer necessidades, uma característica da “sociedade de consumo”. “Na verdade, talvez você não esteja apto a acessar essas necessidades por si mesmo, como no caso das “necessidades médicas”. Mas ninguém, a não ser você mesmo, está em posição de decidir o que você realmente deseja”. (CAMPBELL, 2006, p. 49)

Note-se que, o consumo é considerado uma das características mais performáticas da sociedade contemporânea, no sentido de que consumir é uma questão importante a ser avaliada no estudo da passagem da sociedade de produtores para a sociedade de consumidores. Assim, na sociedade de produção, o significado das mercadorias e/ou produtos e em adquiri-los estava relacionado a questões funcionais, como qualidade, durabilidade e conforto. Na “sociedade de consumo” tal significado passou a fazer parte, como já constatado, na formação da identidade dos indivíduos.

Percebe-se que a construção de identidades pelos indivíduos contempla variadas escolhas que fazem parte de seu cotidiano, pois o sentido em selecionar e adquirir determinado produto ou serviço vai além de questões funcionais. Dentre essas escolhas, encontra-se o vestuário, instrumento fundamental para a negociação e expressão de identidades.

Constatamos isto, mais claramente, quando os catadores falam das compras e/ou do uso em relação ao vestuário, quando torna evidente, em suas falas, a necessidade de sempre comprarem roupas e calçados, mesmo que já tenham o “suficiente”, ou seja, as escolhas não são bastante por si mesmas, por isso mesmo não obedecem ao critério da necessidade.

De roupa. Sendo roupa e sapato. ((rindo)) É roupa e *sandálio*. Não sei mulher, não sei não. ((Tentando explicar por que compra roupa mesmo sem precisar. Ela diz que evita ir na rua para não comprar)). Mamãe, eu não vou hoje não se não eu vou vir com quatro, cinco sacolas. (...) Roupas, sempre tô comprando, sempre. Roupas e lingerie. Sutiã e calcinha, sempre. (BB-F, 26 anos)

Roupa mulher, roupa, roupa, eu *num* posso ver roupa. *Num* posso nem chegar no centro, num posso nem chegar *num* brechó. Se eu ver uma roupa bonitinha no brechó eu vou querer comprar. E às *vei* nem uso. Só pra ter, roupas... (BF-F, 37 anos)

Eu adoro roupa, meu guarda-roupa lá *num* tem *mai* canto pra *butar* roupa. Até que veio umas roupas essa semana passada eu *num* levei porque lá em casa *num* tem canto pra eu *butar*. Eu gosto de *comprá* muita roupa. Eu adoro roupa. É roupa e *bonel* ((boné)), é tudo..., um *bonel* verde, camisa verde, aí um *bonel* branco, camisa branca, *sandálio* vermelho, camisa vermelha, gosto de *tá* combinando. (...) Que nem eu digo pra senhora, uma calça, camisa. Eu tenho camisa em casa que nem usei. Se eu pudesse toda festa eu ia com uma camisa diferente. (BG-M, 39 anos)

Percebemos que o consumo de roupa ultrapassa a barreira do fator financeiro. A construção da identidade por meio das escolhas das roupas começou nos séculos XVII e XVIII, quando, de acordo com Roche (2007), a “cultura das aparências” – como a autora determina – se consolida.

O vestuário, sendo uma das formas mais visíveis de consumo, desempenha um papel de maior importância na construção social da identidade. A escolha do vestuário propicia excelente campo para estudar como as pessoas interpretam determinada forma de cultura para seu próprio uso, forma essa que inclui normas rigorosas sobre a aparência que se considera apropriada num determinado período (o que é conhecido como moda), bem como uma variedade de alternativas extraordinariamente ricas. (CRANE, 2006, p. 21)

Também verificamos, pelo menos em relação a esse tipo de consumo, o constante desejo por peças novas, sendo que o ato de consumir não é considerado o prazer final, havendo a necessidade de sempre adquirir mais e mais peças de vestuário. O consumo de roupas, obviamente, influencia na construção da identidade do catador. O estilo de vida, o gosto, pode ser manifesto nos atos de escolha do vestuário.

Nesse sentido, aquilo que é consumido diz muito a respeito de cada indivíduo e também do coletivo (grupo, comunidade, movimento cultural) a que ele se reporta a partir das escolhas que faz de bens (materiais ou imateriais) e serviços. A decisão de comprar determinado bem ou serviço é filtrada pelo estilo de vida. (GUIMARÃES, 2009, p. 04)

Certamente, nesse contexto de transformação das identidades, que são cada vez mais temporárias e “em construção” (HALL, 2005), o consumo aparece como uma das formas possíveis de “expressão dessas identidades” (GUIMARÃES, 2009, p. 04). É evidente, entretanto, que a construção de uma identidade e a adoção de um estilo de vida vai além do vestuário, pois engloba outras áreas do consumo, constituindo todo um universo simbólico.

As preferências do indivíduo em relação ao vestuário demonstram a maneira com que o mesmo interpreta para seu uso o que está ao seu alcance. Nas escolhas dos

indivíduos podem ser vistas, então, a narrativa de sua identidade; tanto para si como para os outros. Vejamos o caso da camiseta “mágica” que transformou o rapaz mirrado em um “*bombadão*”.

O jovem catador de materiais recicláveis, de 26 anos, empolgado com suas próprias histórias enquanto consumidor, comentou algo relacionado à compra de uma camiseta que, surpreendentemente, e até instantaneamente, transformou-o de “sapo em príncipe”:

Na época em que eu era bem magrinho, bem sequinho, comprei uma *babylook*. Sempre sonhei ser *bombadão*, forte, boniiiiito, sabe, pra “*pegá*” as menininha. ((rindo)) Você lembra o que é uma *babylook*? (Respondo: sim, aquelas camisetas bem coladas ao corpo). Comprei e eu usei, tranquilo. *Aí* os colega meu: *ôche*, pra que tu comprasse isso? Eu tava me achando um *bombadão*. Era *mermo*. Na época era os cabra forte que usava, e eu com os braço bem fininho. ((rindo)) Mas vestindo ela eu ficava forte, *bombadão*, e *num* é que consegui umas menina *mermo*. *Mai* voltando a *babylook*, eu *magrim* me sentia *bombadão* com aquela roupa, me sentia... (AE-M, 26 anos)

O termo “*bombadão*” diz respeito aos homens fortes e musculosos, ou os “*bombados*”, aqueles que, supostamente, conseguiram tal corpo através do uso de “bombas”, no caso os anabolizantes.

Também ocorreu o caso de uma calça jeans que poderia tornar a catadora uma mulher mais “gostosa” e “atraente”. A catadora da CATAMAIS, de 27 anos, no momento da entrevista falou que estava precisando bastante comprar uma calça jeans, mas, apesar de contar com apenas R\$30,00 (trinta reais) para a compra da referida peça de vestuário, não poderia ser “qualquer calça”.

Eu andei, andei, andei muito procurando uma calça. Até achei mais barato que trinta real, *mai num* comprei não, não era do meu gosto. É que *tô mai* gordinha ((rindo muito)) e as que eu tenho *num* cabe *mai*. *Ôche*, quero uma que deixe minha bunda ((falando em tom de voz mais baixo)) empinada, sabe, gostosona. Não, *comprá* só por *comprá*, não. Tem que *deixá* eu *bunita* pros *hômi olhá*. ((rindo muito))

O interessante é que a catadora deixou bem claro que estava precisando comprar uma calça jeans, mas que apenas o fato de necessitar de algo não justificava uma compra “apressada”. A aquisição da calça jeans não deverá ser meramente por pura necessidade, caso contrário ela compraria qualquer uma. Ora, é claro aqui que um dos objetivos da catadora é experimentar na vida real os prazeres vivenciados na imaginação (construiu

mentalmente a imagem de si mesma como sendo uma mulher bonita e admirada pelos homens), e o produto, no caso a compra da calça jeans, é percebido como oferecendo uma possibilidade de realizar esse desejo (CAMPBELL, 2001; BARBOSA, 2008). Mas o vestuário – assim como os bens em geral – além de criar identidades, comunica e estabelece relações. Por isso mesmo “as atividades de consumo são sempre atividades sociais”. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009, p. 151)

Mas, e quando há quase uma relação de paixão do catador com um objeto de consumo? Vejamos abaixo o relato de um catador indo às compras:

Eu *quano* eu olho assim e gosto daquele *negoço*, que eu gostei, pronto, é esse *mermo*. Eu *num* gosto de *tá* andando, pesquisando muito não. Porque você pesquisa, pesquisa, termina caindo naquele *mermo negoço*. No *mermo* caminho. Quando eu fui esse ano..., fui no ano passado, fui pra ali que vende roupa, Santa Cruz ((do Capibaribe))¹³⁰ eu vi um short lá bonito, rapaz, do *jeitim* que eu gosto, um short bonito, por vinte reais. E aqui é trinta e cinco. Bonito rapaz, eu disse eu vou *comprá* esse short. Foi assim que eu cheguei *hôme*. *Butei* os olho e pronto. O danado era pra mim, a minha cara. *Aí* a mulher: não *Zé*, *vâmo pesquisá mai* e a *depoi* tu vem aqui se *num achá* outro. E eu: *rapai...* *Aí* eu fiquei, meu amigo, e eu *num* esqueci o lugar. Nem comprei esse short, *vâmo comprá* em Toritama¹³¹, *né*, que é de volta, *cheguêmo* lá em Toritama, que lá é só de manhãzinha, na parte da tarde tava fechado, *ái* nem esse short que eu queria, nem outro, nem nada, terminei comprando o quê? Umás calça lá de *bóia* já, pense numa raiva que fiquei *rapai*. Fiquei com desgosto. O short era a minha cara *hôme*. *Aí* pensei eu devia ter comprado logo. Pra senhora ver, passei umas dez vez, subi, desci, subi, e *num* achei. (...) *Ôche*, fica aquilo na mente, martelando, eu só pensando no meu *shortim*. Subi, desci, subi, desci e nada. Parecia que tinha areia nos olho, eu *num* via direito. E olhava, olhava. Fiquei *mei* tonto, e *num* achei *mai* não o *short rapai*. Eu *num* devia ter comprado logo? Por isso que eu digo, quando eu gosto de uma coisa eu gosto de *comprá* logo. *Num* gosto de *passá pá depoi* não. (BH-M, 31 anos)

O vestuário, certamente, possui diversas funções como proteção, encobrimento, atração, comunicação, pudor ou impudor, expressão individual, importância social, importância econômica, símbolo político, condição religiosa, lazer etc. No caso dos dois primeiros depoimentos, a compra de determinada peça de vestuário tinha como objetivo agradar ao outro, fazer com que o outro veja o catador ou catadora como sendo pessoa atraente e bonita. O essencial, então, é imaginar sobre qual roupa se pretende comprar e, posteriormente, vestir, uma vez que a mesma interferirá no modo como os catadores se

¹³⁰ Município do Estado de Pernambuco, considerado a maior produtora de confecções de Pernambuco.

¹³¹ Município do Estado de Pernambuco, conhecido pela produção de roupas em *jeans*.

portam, imaginam o mundo, os outros e a si mesmos, colaborando para a formação de suas identidades.

O consumo, entendido como cultura material, conforme apontam Miller (2007) e McCracken (2003) é, também, um comunicador e, nesse sentido, uma forma de representação e de ordenação das relações. “O homem é um ser social. Nunca podemos explicar a demanda olhando apenas para as propriedades físicas dos bens. O homem precisa de bens para comunicar-se com os outros e para entender o que se passa à sua volta”. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009, p. 149)

Guimarães (2009) salienta que a mediação do consumo determina o modo como os indivíduos vão instituir suas relações e “essa mediação será responsável por construir distanciamentos e aproximações, por expressar as identidades e, por fim, reflexões sobre o lugar do ser humano” na sociedade contemporânea. (p. 06)

Comprar objetos, pendurá-los ou distribuí-los pela casa, assinalar-lhes um lugar, uma ordem, atribuir-lhes funções na comunicação com os outros, são recursos para se pensar o próprio corpo, a instável ordem social e as interações incertas com os demais. Consumir é tornar mais inteligível um mundo onde o sólido se evapora. Por isso, para além de serem úteis para a expansão do mercado e a reprodução da força de trabalho, para nos distinguirmos dos demais e nos comunicarmos com eles (...). (CANCLINI, 2008, p. 65)

O último caso, do catador BH, indica, inclusive, o gosto do mesmo por determinado estilo, como expressão de sua identidade. Por isso “aquele” short era a “sua” cara, e não todos os outros que encontrou no dia que resolveu fazer compras. Ora, enquanto “comunicadores”, os objetos de consumo são expressões daquilo que somos, pois, como argumenta Campbell (2006), nós não somos o que compramos, mas compramos aquilo que somos. Por isso a expressão do catador “é a minha cara”.

É o caso da catadora seguinte, informando, em relação à compra de roupas, que escolhe apenas aquilo que agrada a ela mesma, que é a “sua cara”, o “seu jeito” ou “estilo”, não se importando com os “gostos” dos outros:

Não, não, não. Nunca, compro pra exibir não. Pra mim mesma, pras outras pessoas não. Compro pra agradar a mim mesma. Já comprei um sapato, uma calça, uma blusa, que o povo achava ridículo. *Num* sei porque. Eu sei que eu me sentia muito bem. O sapato era tipo bota. Tipo uma botazinha que vinha até aqui ((delimita no próprio pé o comprimento do cano na bota)), aberta na frente. Tinha um *flechizim* ((zíper)) aqui atrás. *Aí* a maioria, *num* sei, *num* achava bonita. E o pessoal: não combinou em tu, não sei o quê. E eu continuei andando, adorei. A calça, digamos

que tinha uns acessórios, umas miçangas, uns buraco, eu gosto de coisas assim, sabe? Eu gosto. Do meu *jeitim*... A blusa era tipo um jaquet..., era tipo de mangas compridas, tinha uma jaqueta por cima, um *coletizim* por cima. Compro pra agradar eu *merma*, com certeza. Com essa roupa eu me sentia bem, bem até demais. (BB-F, 26 anos)

Ela continua relatando que tudo o que compra é para se sentir mais bonita:

Tudo o que eu compro eu me sinto assim. Roupa. Eu gosto mais de roupa sensual, assim, que dê um toque feminino. Eu gosto de cores bem de verão, bem cheguei. Só não gosto muito de vermelho. Coloco a roupa e me sinto bem. (BB-F, 26 anos)

No entanto, apesar de relatar que tudo que compra, em relação ao vestuário, é apenas para agradar a ela mesma, comenta um caso em que o uso de determinado vestido possibilitou – ou ajudou – a mesma “estreitar” relações com alguém que ela desejava “namorar”. Ora, os bens não são necessários por eles mesmos, mas pelas relações sociais que sustentam.

Um vestido de final de ano. Foi esse ano passado. Foi um vestido tomara que não caia, tomara que não caia branco, com uns detalhes lá, e eu me senti, me senti tão bem que..., muito bem, que me deu até sorte esse vestido ((rindo muito)). Fiquei com alguém que tava querendo tanto. E se *vestimo num* é pra isso?! (BB-F, 26 anos)

As roupas sempre tiveram caráter ambivalente, ou seja, a busca pela individualidade e, ao mesmo tempo, a necessidade de integração social. A catadora informa, ainda, que “adora” pegar “algumas coisinhas da moda”, mesmo quando “são esquisitas”. Ela interfere na composição de seus trajes, construindo um híbrido entre peças de moda e peças que não estão na moda. Inclusive, as peças que ela adquire e estão na moda devem “combinar” com ela. Ela se veste como os outros e ao mesmo tempo como a si mesma, obedecendo o “seu” estilo, o “seu” gosto.

Esse caso da catadora reflete que, cada vez mais, as pessoas estão menos suscetível às tendências de moda ou a moda agora é mais democrática, no sentido de que “acompanhar” a moda é exatamente não seguir, totalmente, as tendências apontadas por ela? No último caso, teríamos a formação da identidade dos indivíduos a partir de uma moda que legitima e/ou divulga a criação de estilos próprios, ou do consumidor autoral.

Moura (2008) informa que a moda, como expressão, também está relacionada às escolhas e à utilização dos objetos pelos indivíduos, que a partir desses se organizam e formam seus estilos de vida. Tal composição vai além das práticas de vestir, envolvendo também outras escolhas realizadas, outros bens, lugares que frequentam, entre outras inúmeras opções feitas por esses indivíduos. O estilo de vida será uma espécie de filtro do indivíduo em relação ao que ele consome, ou seja: bens e serviços adquiridos que são a expressão daquilo que somos.

Para Lipovetsky (1989), se a moda é passageira e efêmera, conseqüentemente as identidades construídas a partir dela podem ser mutáveis, apesar de que tais identidades podem padronizar ou diferenciar os indivíduos, no sentido de que podemos legitimar modelos e em alguns momentos desconstruímos os mesmos, acrescentando a esses modelos aquilo decorrente dos nossos critérios e gostos. É um mimetismo seletivo e controlado.

O mimetismo de moda tem de particular o fato de que funciona em diferentes níveis: do conformismo mais estrito à adaptação mais ou menos fiel, do acompanhamento cego à acomodação refletida. (...) A moda como sistema é que é inseparável do “individualismo” – em outras palavras, de uma relativa liberdade deixada às pessoas para rejeitar, modular ou aceitar as novidades do dia –, do princípio que permite aderir ou não aos cânones do momento. (LIPOVETSKY, 1989, p. 42-43)

É por esse motivo que o mimetismo da moda não contradiz o individualismo, mas acolhe-o, pois sob a aparência da continuação do mesmo o indivíduo conquistou o direito, não total, mas efetivo, de exibir um gosto pessoal, de introduzir novidade, de exceder em ousadia e originalidade.

Coação coletiva, a moda permite com efeito uma relativa autonomia individual em matéria de aparência, institui uma relação inédita entre o átomo individual e a regra social. O próprio da moda foi impor uma regra de conjunto e, simultaneamente, deixar lugar para a manifestação de um gosto pessoal: é preciso ser como os outros e não inteiramente como eles, é preciso seguir a corrente e significar um gosto particular. (...) O mimetismo da moda não pode ser apreendido fora desse “individualismo criativo”, historicamente inédito (...). (LIPOVETSKY, 1989, p. 44-45)

Se a moda é efêmera e passageira, as identidades construídas a partir dela são mutáveis: algumas vezes essas identidades construídas padronizam, outras vezes diferenciam os indivíduos. O autor refere-se a isso como uma verdadeira ambigüidade da moda.

A moda, como fenômeno, é constituída de práticas de consumo e, dessa forma, está diretamente relacionada à noção de estilo de vida e de construção de identidade pelo indivíduo. O consumo de moda, nesse sentido, torna-se uma maneira de o indivíduo se afirmar e/ou reafirmar como tal; de se construir e/ou reconstruir.

Note-se que, se é através do consumo que as identidades também são formadas, este cenário formado por um contexto plural de ofertas e liberdades de escolha pode impossibilitar a formação de um modelo de comportamento do consumidor fixo e manipulado. O indivíduo, num esforço de autenticidade e autonomia, talvez busque a emancipação a partir da construção de um estilo próprio. Mas não podemos esquecer, como evidenciamos anteriormente, que esse jeito de ser “menos manipulado” ou “não manipulável”, essa busca por emancipação e autonomia, reflete, na verdade, a ordem social atual que permite e incentiva a diversidade, a singularidade e a pluralidade de pensamentos e estilos de vida. Ora, as identidades, as subjetividades, não fabricadas e modeladas no registro social.

Finalmente, dependentes de poucos recursos para o consumo, percebemos que os catadores, mesmo assim, compram objetos que não necessitam, exatamente pela grande quantidade que possuem desses bens, como roupas e calçados, perfumes, esmaltes, DVDs e CDs piratas (falsificados) etc., geralmente objetos mais baratos, adequados ao poder de compra dos mesmos.

Nos discursos dos catadores o desejo de possuírem uma renda mais elevada era exatamente para aumentarem, também, o seu poder de compra. Apenas uma catadora falou em poupar, para futuramente comprar uma casa, e um catador em matricular seus filhos numa escola particular, caso ganhassem mais e tivessem essas possibilidades. Nenhum deles comentou em pagar mensalmente uma taxa, como autônomo, para garantir sua aposentadoria no futuro, ou um plano de saúde etc.

O dinheiro conseguido, seja pouco ou não, deverá ser “*torrado*” (gasto desmedido) quase instantaneamente com a compra de objetos, e por isso eles apresentaram uma lista enorme de bens desejados, ou outros sonhos de consumo (como a realização de viagens), que pretendem adquirir: uma TV de LCD nova, um computador, reforma na casa, uma moto “melhorzinha”, mais uma roupa, mais um calçado, mais um perfume, mais um DVD ou CD pirata etc.

Uma das ironias da época é que os excluídos do consumo são eles próprios uma espécie de hiperconsumidores. Privados de verdadeira participação no mundo do trabalho,

atormentados pela ociosidade e pelo tédio, os indivíduos menos favorecidos buscam compensações no consumo, na aquisição de serviços ou de bens, mesmo que seja, às vezes, em detrimento daquilo que eles consideram de maior necessidade. (LIPOVETSKY, 2007, p. 194)

Assim, podemos entender os motivos que levam uma consumidora a se sentir vitoriosa com a aquisição de um celular:

Vitoriosa, consegui, vitoriosa. Me senti assim quando comprei um celular, por exemplo. Esse celular aqui ((ela exibia o celular, mexendo no mesmo, o tempo todo)). O que eu tinha era muito fraquinho. Eu queria conseguir um mais potente e consegui. Tem *bluetooth*, câmara, cartão de memória com 2gb, infravermelho, tem internet. (BB-F, 26 anos)

É importante destacarmos aqui, lembrando Bauman (2008), que, na “sociedade de consumo”, os “consumidores falhos”, ou seja, aqueles desempregados e/ou pobres, que não conseguem desempenhar o mais crucial dos deveres sociais, que é o de comprador ativo, são considerados “simplesmente um aborrecimento e uma amolação. Não possuem nenhum mérito capaz de aliviar seus vícios, e muito menos de redimi-los”. (p. 160)

Porém, apesar dos catadores serem pessoas “destituídas de um lar decente, cartões de crédito e perspectiva de melhores dias” (BAUMAN, 2008, p. 160), apesar de serem considerados incompetentes ou inaptos ao consumo e, também, ao trabalho valorizado, reconhecido e, como consequência, bem remunerado, os mesmos, como constatado, são capazes de desempenharem o papel de consumidores, apesar do modo limitado, lançando-se no mercado enquanto consumidores.

É evidente que as atitudes e as pressões consumistas não se detêm nas fronteiras da pobreza. Para Lipovetsky (2007), na fase atual do consumo há uma formidável máquina de socialização pelo consumo, desorganizando o comportamento de categorias inteiras da população que não consegue adaptar-se à pobreza e ao mesmo tempo resistir às solicitações da oferta mercantil.

Confinadas em casa por falta de recursos financeiros, essas populações frequentemente passam longas horas diante da televisão (...). Hiperconsumidores de séries, de filmes, de jogos a dinheiro, os grupos economicamente muito frágeis são também, ao mesmo tempo, hiperconsumidores de publicidades comerciais. Nessas condições, os menos favorecidos são tanto mais excluídos do consumo quanto estão superexpostos às imagens e às mensagens mercantis. Na fase III, os “*have nots*” não se sentem pobres porque subconsomem bens e lazeres, mas também porque

superconsomem as imagens da felicidade mercantil. (LIPOVETSKY, 2007, p. 194)

Porém, segundo Douglas e Isherwood (2009), a pobreza não pode ser definida pela ausência de riqueza, no sentido de que as coisas cuja posse significa riqueza não são necessárias por elas mesmas, mas pelas relações sociais que elas criam e sustentam. Assim, a pobreza é culturalmente definida não por uma relação de objetos, mas por um padrão de exclusões. Os bens, segundo os autores, seriam classificadores sociais – “os bens são usados para marcar, no sentido de categorias de classificação (...). Os bens são dotados de valor pela concordância dos outros consumidores” (p. 123) –, estabelecidos por um sistema vivo de informações, que se contemplam na interação com os indivíduos e com os outros bens. É nesse sentido que, na sociedade contemporânea, o consumo surge como construtor de identidades e de processos de significação, pela interação social.

Os bens, então, só possuem sentido dentro da interação humana, são construtores ou dissolventes de fronteiras, são necessários para dar visibilidade e estabilidade às categorias da cultura, já que se consome, também, para o outro. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009)

Sobre o assunto, o próprio Campbell (2006), apesar de caracterizar o consumismo moderno a partir do desenfreado e irrestrito individualismo, não deixou de enfatizar que existem várias respostas para as questões: “por que consumimos”? Ou o que nos motiva a consumir? “Que vão da satisfação das necessidades até a emulação dos outros, a busca do prazer, a defesa e a formação de um *status* etc.” (p. 47). Já Miller (2002) não concorda que o hedonismo esteja por trás da maior parte do abastecimento contemporâneo. Assim, para o autor, o ato de comprar como abastecimento do lar – o tipo de compras que a maioria das pessoas realmente fazem –, é usado mais para recusar do que para manter o individualismo. Aqui as relações sociais tomam o lugar do individualismo. “A evidência etnográfica tem sido usada para redirecionar a atenção das compras como expressão de subjetividade individual e identidade para as compras como manifestação de parentesco e outros tipos de relacionamento”. (MILLER, 2002, p. 49)

Quanto aos nossos catadores, é o desejo de reconhecimento e visibilidade social – precisamente por exercerem um trabalho desvalorizado socialmente, causador de estigma e desrespeito – aspiração essa que se apresenta como prioritária em seus discursos, que também vai orientar de forma decisiva as suas práticas de consumo.

Certamente que o consumo, um processo ativo em que todas as categorias sociais estão sendo continuamente redefinidas, já que a cultura é um processo dinâmico feito por indivíduos em interação (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009), pode ser utilizado tanto como forma de classificação social, quanto de construção identitária e como forma de resistência à exclusão e discriminação social. É nesse sentido que pelo consumo os catadores também procuram afirmar-se. “Mediador da “verdadeira vida”, o consumo é igualmente revestido do que permite escapar ao desprezo social e à imagem negativa de si”. (LIPOVETSKY, 2007, p. 192)

CAPÍTULO IV

CAPÍTULO IV- CONSUMO, LOGO SOU VISTO!

Souza (2003a, 2003b, 2006, 2009) deixa claro em suas obras que os grupos desfavorecidos (que forma a “ralé” estrutural) assumiram historicamente uma posição subordinada ao mundo social formal, estabelecido a partir do Estado Racional e do Mercado competitivo. Porém, assumir uma posição subalterna não significa a exclusão e aceitação do mundo social como um todo.

Na verdade, o mundo não se esgota nesse mercado e nesse Estado específicos, pois eles não são monolíticos ou sinônimos do mundo social. Podemos afirmar, na verdade, que existe a afirmação cotidiana da condição de cidadão, que não é concedida pelas instituições homogêneas, mas é construída na vida cotidiana. Assim, a cidadania não é algo para a qual se prepara, que se resgata ou que vem no processo; ela é exercida desde o ingresso do ser no mundo social. Desse modo, a ocupação da terra para trabalhar e habitar; a ocupação das ruas para se trabalhar; a criação de instituições comunitárias para se reivindicar são expressões profundas de uma cidadania em ato, em permanente (re)criação. E, sem essa interpretação, corremos o risco de ver os grupos sociais populares como vítimas passivas desse processo histórico cruel e que transforma nosso país, e tantos outros da nova periferia, em expressões maiores da injustiça, da violência e da desigualdade. (SILVA, 2005, p. 12-13)

A inserção dos catadores em cooperativas, a maioria ex-trabalhadores do “Lixão Municipal”, pode ser considerada uma prática estratégica de afirmação de um lugar social, na busca de uma visibilização da existência que não se subordina aos parâmetros dominantes e na qual se constrói as próprias condições de sociabilidade. Mesmo assim, o trabalho de “Coleta Seletiva Solidária” realizado via cooperativas, apesar de ser apontado pelos catadores como positivo em relação ao trabalho de catação realizado no “lixão”, não proporcionou, de forma geral, respeito e reconhecimento social¹³² aos mesmos – no sentido de que ainda é um tipo de trabalho desqualificado, por isso desvalorizado socialmente – lembrando que experiências de desdém e humilhação social sofridas pelos catadores aconteceram exatamente quando estavam realizando essa atividade, supostamente considerada mais inclusiva e digna do que a atividade realizada no “lixão”.

Souza (2003a, 2003b, 2006, 2009) enfatiza que é preciso produzir novas formas de reconhecimento do processo de reprodução social, na busca de se construir uma sociedade onde se reconheça a existência de apenas um cidadão. Para isso é preciso desvelar de forma ampliada esse sistema de valores que legitima a desigualdade social e um mundo dividido entre cidadãos e subcidadãos (desiguais em *status* e na sua condição de exercerem sua cidadania), a partir da construção de outros elementos centrados na dignidade humana.

Sabemos que o desvelamento dessa realidade brasileira, que legitima a desigualdade social de forma perversa, não é tão simples assim de acontecer, pois se apresenta intransparente à consciência dos indivíduos.

¹³² Verificamos que as pré-condições para o reconhecimento e visibilidade social não são uma realidade na vida dos catadores de materiais recicláveis, impossibilitando aos mesmos a conquista de um efetivo respeito em relação ao seu trabalho e a si mesmo. Note-se que, o trabalho de catação de materiais recicláveis é desvalorizado exatamente por ser trabalho braçal e desqualificado.

Mas, se o catador de materiais recicláveis é catador exatamente pela inexistência dos pressupostos mínimos para uma capacidade de competição bem-sucedida (por ser detentor de um *habitus* precário), levando-o ao não reconhecimento social e consequente ausência de autoestima – por isso a constatação da experiência de uma identidade por parte dos catadores ambígua e deteriorada –, não existiria algo que proporcionasse aos catadores “alívio” em relação a sua condição de indigno, invisível, desvalorizado? Ora, os grupos sociais excluídos, particularmente, buscam meios de atenuar tal realidade. É nesse sentido que, sabendo que existem força e vitalidade no mundo social, marcado pelo conflito e pela luta, foi possível verificarmos estratégias criadas pelos catadores com o propósito de busca de reconhecimento e visibilidade social.

Assim, no caso dos catadores de materiais recicláveis, podemos nos deter numa importante estratégia de reconhecimento social apresentada no discurso dos mesmos, de forma constante: a partir das práticas de consumo. Deste modo, impossibilitados de mudança de vida por estarem socializados precariamente e por não serem privilegiados economicamente, por isso, muitas vezes, sem perspectiva de futuro positiva, resta às práticas de consumo realizadas pelos catadores, mesmo que restritas devido à renda reduzida, possibilidades de, pelo menos momentaneamente, parecerem importantes. É nesse caso que, além da busca incessante de conforto e de bem-estar, o consumo dos catadores apareceu especialmente motivado pelo desejo de reconhecimento social, de ser visível e respeitado.

O que temos aqui, então, é a sensação de frustração e fracasso experienciada pelos catadores, possível pelas suas condições de trabalho, apresentando enquanto estratégia de reconhecimento e positividade do trabalho de catador o campo do consumo. Note-se que, “a sociedade de hiperconsumo é marcada tanto pela progressão dos sentimentos de exclusão social quanto pela acentuação dos desejos de identidade, de dignidade e de reconhecimento (...)”. (LIPOVETSKY, 2007, p. 192)

É importante lembrarmos aqui que a esfera do consumo na atualidade é também espaço de produção de subjetividades e constituição de identidades.

Lipovsky (2007), sobre o assunto, analisando o consumo dos jovens menos privilegiados economicamente, ressalta que é através do consumo que uma grande parte de sua identidade é construída, isso quando faltam aos mesmos outras vias de reconhecimento social. O consumo, para esses jovens, impõem-se como finalidades preeminentes. Assim,

“é pelo *look* e pelos signos do consumo que procuram se afirmar os jovens dos bairros deserdados”. (p. 192)

Verificamos que para os catadores a atividade ocupacional ainda é elemento na formação de suas identidades. Mas tal identidade é deteriorada, exatamente pelo fato do trabalho de catação não permitir, na maioria das vezes, reconhecimento e visibilidade social. No entanto, as suas identidades também são entrelaçadas à dinâmica do consumo, no sentido de que, ele próprio, o consumo, também pode resolver a crise de identidade.

Lipovetsky (2007) afirma, ainda, que a obsessão no consumo, perceptível, atualmente, até nas populações marginalizadas, “não indica apenas o poder sem precedentes da mercantilização dos modos de vida, mas também a nova intensidade das frustrações em relação aos padrões de vida dominantes, bem como uma exigência ampliada de consideração e respeito, típica do individualismo demonstrativo sustentado pela fase III”. (p. 192)

A prática de consumo, enfatiza Campbell (2006), não é apenas um meio pelo qual as pessoas descobrem quem elas são, mas fornece a elas a comprovação básica de sua existência, no sentido de que “consumo, logo existo”. No caso dos catadores, acrescentando a essa afirmação de Campbell, temos outra: “consumo, logo sou visível, portanto, reconhecido!”.

O CONSUMO DOS GRUPOS DE BAIXA RENDA: O CASO DOS CATADORES

Discursos sobre consumo são apresentados em tons moralistas, caracterizados por significados negativos. Basta lembrarmos daquele exemplo citado no Capítulo I da tese, o projeto “Ágape: uma prática anticonsumista”. Sob esse aspecto Mezabarba (2009) diz que no interior da discussão que vincula consumo e moralidade “a cultura material se qualifica como a parte visível de uma prática que envolve o processo de escolha, aquisição e a fruição” (p. 03) e, por esse motivo, esta cultura é a dimensão mais hostilizada por autores que analisam e discutem as práticas de consumo usando as lentes da moralidade. “É como se, numa visão bastante simplista, pudéssemos facilmente nos descolar da materialidade”. (id)

Na obra “O mundo dos bens”, Douglas e Isherwood (2009), além de absolverem o consumismo e o materialismo, registram uma ideia de consumo que se realiza na interação

social. Nesse sentido, a posse de objetos deve ser vista como um sistema de significações e os bens funcionam como comunicadores, pois estabelecem, mediam e preservam relações sociais.

Bauman (1998), sustentando que a cultura do consumo e dos consumidores é a cultura da sociedade pós-moderna, ao contrário dos argumentos de Douglas e Isherwood, apresenta o consumo como desagregador. O autor sugere que na “sociedade de consumo” “demônios interiores” nascem dos poderes de sedução do mercado consumidor. Nessa sociedade, entretanto, há uma clara tendência do mercado em “elevar os sonhos e desejos dos consumidores a um estado de frenesi e alcançá-los às nuvens”. (p. 54)

Essa sociedade só pode gerar descontentes, no sentido de que a viabilidade de se adquirir os itens desejáveis do consumidor se desvanece, pois muitos integrantes foram expulsos, ou estão prestes a serem expulsos de suas posições de produtores. Temos, nesse contexto, desemprego, postos de trabalho que desaparecem cedendo lugar a outros que necessitam de maior qualificação etc., e, em países de primeiro mundo, também a corrosão, a falência, do Estado de Bem-Estar Social, possível e/ou legitimada a partir do ideário neoliberal.

Como a viabilidade de uma redistribuição de itens desejáveis do consumidor, inicialmente iniciada (*via Estado de Bem-Estar Social ou enquanto produtor*), está-se desvanecendo, (...) resta apenas uma linha de ação a adotar para se atingirem os padrões que a sociedade consumidora promove: tentar alcançar os fins diretamente, sem primeiro se aparelharem os meios. Afinal, não se pode aparelhar o que não se possui... (BAUMAN, 1998, p. 55) (Grifo nosso)

É aqui que Bauman, lembrando daqueles que não podem participar do banquete dos consumidores, fala da criminalidade, apontando registros cada vez maiores *disso* que ele aponta como produto da sociedade de consumidores, um produto inevitável. E como essa problemática social acontece?

Todavia, simultaneamente, mais amplo e mais profundo é o hiato entre os que desejam e os que podem satisfazer os seus desejos, ou entre os que foram seduzidos e passam a agir do modo como essa condição os leva a agir e os que foram seduzidos, mas se mostram impossibilitados de agir do modo como se espera agirem os seduzidos. A sedução do mercado é, simultaneamente, a grande igualadora e a grande divisora. (id)

Para Bauman (1998), para que tais estímulos sedutores funcionem, devem ser “transmitidos em todas as direções e dirigidos indiscriminadamente a todos aqueles que os

ouvirão”. Portanto, existe muito mais daqueles que podem ouvir tais mensagens sedutoras do que daqueles que podem reagir, ou seguir, o que as mesmas propagam.

Os que não podem agir em conformidade com os desejos induzidos dessa forma são diariamente regalados com o deslumbrante espetáculo dos que podem fazê-lo. O consumo abundante, é-lhes dito e mostrado, é a marca do sucesso e a estrada que conduz diretamente ao aplauso e à fama. Eles também aprendem que possuir e consumir determinados objetos, e adotar certos estilos de vida, é a condição necessária para a felicidade, talvez até para a dignidade humana. (p. 55-56)

Esses, para Bauman, são os estranhos da era do consumo, os que estão fora do “jogo”, os “refugos” humanos, a “ralé”, subcidadãos. Ele apresenta a “indústria da prisão” como “espaço” para “receber” elevado número de consumidores falhos: “os consumidores insatisfatórios, aqueles cujos meios não estão à altura dos desejos, e aqueles que recusaram a oportunidade de vencer enquanto participavam do jogo de acordo com as regras oficiais”.¹³³ Os “excluídos do jogo” “são exatamente a encarnação dos “demônios interiores” peculiares à vida do consumidor”. (p. 57)

Em nenhum lugar a conexão é exposta mais completamente do que nos Estados Unidos, onde o domínio incondicional do mercado consumidor chegou (...) mais longe do que em qualquer país. Os anos de desregulamentação e dismantelamento dos dispositivos de bem-estar foram também os anos de criminalidade ascendente, de força policial e população carcerária cada vez maiores. (...) A esmagadora maioria dos reclusos no corredor da morte provém da chamada “classe baixa”, esse imenso e crescente depósito onde se armazenam os fracassados e rejeitados da sociedade consumidora. (p.58-59)

No caso do Brasil, entretanto, nunca tivemos de fato um Estado de Bem-Estar Social pleno, universal, apesar de tal proposta estar preconizada na Constituição Federal de 1988. Pelo menos, aqui, supomos, não temos exemplos de consumidores das classes de baixa renda frustrados diante da perda de algo que nunca tiveram.

Também podemos supor que a “sedução para o consumo” chega à população, ou é significada pela mesma, de diferentes formas. No caso dos nossos catadores de materiais recicláveis, apesar de apontarem a importância do consumo em suas vidas, vidas caracterizadas pelo “limite” entre “existir” e não “existir”, pois sobrevivem a partir da remuneração de um trabalho que, além de ser reduzida, é improvável, no sentido de que a renda flutua – dependendo do mês e da “sorte”, como eles mesmos dizem – ora de um patamar mais elevado para outro justamente exageradamente reduzido, todos apontaram a

¹³³ No caso, nos países onde ocorreu um efetivo Estado de Bem-Estar Social.

saúde, e alguns também a família, como os bens mais preciosos em suas vidas, relegando às possibilidades de consumo, o acesso ao dinheiro e até a riqueza, ou à conquista de um trabalho melhor”, para o segundo plano no quesito sobre aquilo que consideram mais importante em suas vidas. Vejamos abaixo algumas falas sobre dinheiro, pobreza e riqueza:

Olha, *num* é preciso muito pra você ser rico e feliz. Porque têm os que são rico, mas geralmente são pobre, *mai* de espírito, espiritualmente, então eu digo, riqueza é você ter pelo menos um meio de vida, que você possa viver um *negócio* digno pra você. Não ter mais do que precise, *né*, e ter só aquilo que você necessite pra sobreviver, e é isso. (AC-M, 36 anos)

A riqueza é saúde, a minha riqueza que eu mais tenho na minha vida é a saúde. Que a gente tendo saúde *sômo* rico, *né* não? E é uma coisa que dinheiro do mundo não paga não. (BA-F, 62 anos)

Porque assim, dinheiro compra, *mai* nem tudo. Dinheiro *num* compra saúde, dinheiro *num* compra felicidade, dinheiro *num* compra amizade, isso aí... (BC-F, 37 anos)

Eu acho que o dinheiro *num* é tudo não, viu? Com certeza *num* é tudo não. Nem tudo o dinheiro pode comprar, por exemplo, a saúde. Tem doença que o dinheiro *num* consegue evitar, a pessoa termina morrendo. Você pode *tá* com os bolso *chei* de dinheiro, *mai* sempre vem uma angústia, uma tristeza, uma perda familiar, essas coisas. Não, o dinheiro *num* é tudo, eu acho que o dinheiro *num* seja tudo não. O dinheiro é muito bom, *né*? Porque é do dinheiro que a gente se alimenta e sobrevive, *mai* que seja tudo, *num* é não. (BD-M, 34 anos)

No caso, se reportando a ideia de *habitus* precário, é evidente, também, a partir das falas dos catadores, certo comodismo, aceitação, “naturalização”, inclusive, de sua condição de vida difícil e minguada (por isso dizem que o dinheiro não é a coisa mais importante da vida). Constatamos que a maioria deles se considera “feliz” e “satisfeito” realizando o trabalho de catação,¹³⁴ apesar de que poderia melhorar se eles conseguissem um salário mínimo, ou um pouco mais do que isso, mensalmente.

Olha, eu tenho outra ocupação. Eu tenho outra ocupação que no caso é a pintura, *né*? Mas eu *num* faço porque minha história agora é outra. Eu me sinto satisfeito.

¹³⁴ Não podemos deixar de registrar aqui que os catadores que desejam deixar de ser catador “sonham” em voltar a ser servente de pedreiro (AF-M, 60 anos), faxineira numa escola, através de concurso público (AH-F, 57 anos), dona de casa (AB-F, 48 anos) ou fazer um curso de computação para ser digitadora (BB-F, 26 anos).

Eu gosto desse trabalho, agora, infelizmente, muitas vezes não dá pra você sobreviver, *num* tá dando. (...) Que é um meio de sobreviver num sistema capitalista, um salário mínimo não dá pra sobreviver direito, imagine você ganhar a metade de um salário mínimo. E com um trabalho árduo como esse aqui, que é um trabalho duro *mermo*, difícil. (AC-M, 36 anos)

Eu *num* escolheria ser outra coisa não. Escolheria ser catador. Gosto, gosto muito dessa profissão. (AD-M, 33 anos)

Eu queria ser isso *mermo* que eu sou. Seu sonhar ser outra coisa *num* é realizado. A gente sonha tanto e no caso nunca é realizado ((rindo um pouco)). (BA-F, 62 anos)
Eu tô satisfeito. Eu tô satisfeito. *Mai, pero* outro lado, *né, mai* é porque você entende brasileiro como é que é, *né?* Tipo assim: se achasse outra oportunidade noutro canto, melhor, que ganhasse mais. É claro que *num* é só eu, é qualquer um que faz isso, *mai* eu *tô* satisfeito aqui, eu *tô*. Eu tenho um sonho mais alto. Ser motorista. É o meu sonho. Motorista de qualquer coisa. Carro pequeno, eu dirijo. Caminhão não. (BD-M, 34 anos)

Também reclamam do fato de não poderem exercerem os direitos trabalhistas diante de um trabalho informal, por isso, alguns, até deixariam a atividade de catação, caso conseguissem um trabalho que o empregador assinasse a sua carteira de trabalho:

Deixaria porque nunca numa cooperativa tem uma coisa certa, se você quer ganhar mais, tem que trabalhar mais, não tem carteira assinada. ((ele fala que se tivesse possibilidade de ter seus direitos garantidos e pelo menos um salário mínimo ficaria na cooperativa “para sempre”. Também lembra que acha muito difícil conseguir um trabalho melhor do que esse por causa de sua aparência: faltam seus dentes superiores)) (AE-M, 26 anos)¹³⁵

E *num* ter uma..., porque a gente *num* tem um dinheiro certo, que se a gente trabalha *num* tem um décimo terceiro, *num* tem um plano de saúde, entendeu? Entendeu? (AC-M, 36 anos)

Lendo os relatos podemos supor que o consumo dos catadores se restringe aos bens e serviços básicos de sobrevivência. Tendo acesso à renda individual e familiar de todos eles, contatamos que são da classe E, ou seja: até dois (02) salários mínimos (incluindo os benefícios sociais recebidos).¹³⁶ Ocorreu apenas um caso em que uma família composta por

¹³⁵ Recentemente, novembro de 2011, encontramos o mesmo com sua esposa e um dos filhos numa loja de móveis no centro comercial de Campina Grande – PB. Informou que tinha saído da cooperativa e estava trabalhando de mototaxista (outra atividade que não é preciso qualificação).

¹³⁶ Estamos usando aqui a visão do IBGE, que se norteia no número de salários mínimos para agrupar faixas de renda e classes sociais. No caso, aqui, nos baseamos na tabela válida para o ano de 2010 (salário mínimo de R\$510,00).

três pessoas (mãe e dois filhos de maior) são da classe D (renda maior que dois (02) salários mínimos, incluindo os benefícios sociais).

No relato de AC, ele ainda informa que o dinheiro é pouco, o suficiente, apenas, para comprar a “feira”, complementando a sua fala anterior:

O que ganho *num* dá não. Só dá pra alimentação. É pouco, mas dá. Só pra alimentação, porque pra você consertar uma coisa, comprar roupa, assim, *num* dá não.

Em outro momento falou que “sustenta” seis pessoas (cinco filhos e a esposa), que compra apenas o estritamente necessário, mas que conseguiu juntar dinheiro para comprar uma moto.

Eh, comprei (...). Foi a maior dificuldade. Foi quando eu consegui comprar, foi aquilo, foi aquele negócio, foi. ((apontando para a sua moto estacionada no interior do galpão da cooperativa)). Foi uma dificuldade danada, viu, porque, assim, juntei, quer dizer, eu apertei no orçamento, porque eu tive que tirar cem reais, eu tirava do orçamento esse dinheirinho, e era guardado durante o ano, todinho, aí no final eu quebrei o *minhaeirozinho* ((cofrinho)), quebrei não, eu serrei, serrei o *minhaeirozinho* de ferro, assim era de ferro. Justamente, pra não tirar e *gastá*. *Aí* eu disse: só vou abrir aqui se for serrando, porque *num* tem outro meio de abrir isso não. Porque senão eu tinha torado, *né*, porque nas preocupação o cabra tira. *Aí* eu peguei o *minhaeiro* lá, serrei e quando fui olhar tinha..., parece que era mil reais. Mil reais. Eu pensei que já tava com três mil já, lá dentro já. *Aí* eu disse assim: *eita*, eu *tô* cheio de dinheiro. *Aí* tirei e só tinha mil reais. *Aí* eu tava vendo aquela motinha (...) antiga pra caramba já, (...) *aí* ele tava vendendo por mil e quatrocentos, aí eu *butei* mil e *trezento*, sem, ter os *trezento*. *Aí* ele disse que me vendia. ((ele informa que arrumou o restante do dinheiro (emprestado) com um amigo))

Ele informa que essa não foi a única moto “velha” que comprou. Mas que é a “melhorzinha”, que valeu à pena comprá-la. Aliás, ele mesmo, contradizendo o seu discurso de que o dinheiro “dá apenas para a alimentação”, informou que já comprou muita coisa “sem futuro”.

Muitas vezes já comprei coisa sem futuro. Que eu não precisava daquilo. (...) A pior coisa que se tem é você comprar uma coisa que você já tem, e *num* precisa daquilo, *num* usa, e compra, só pra fazer entulho. Olhe, eu já comprei roupa, já comprei, é, é, pronto, eletrônico também, comprei já, já, entendeu? Pra *depoi* dá fim, aí termina *num* dando nada e deixa de *comprá* o que precisa realmente. *Aí* entulha aquilo e *aí* você deixa (...), eu fazia muito isso. (AC-M, 36 anos)

Consideramos, então, que independentemente da carência econômica, de uma forma ou de outra, os indivíduos consomem, inclusive aqueles bens e serviços considerados não necessários à sobrevivência. Ou pelo menos sonham em consumir, afinal “sonhos são possibilidades esperando para se tornarem reais”. (CAREY *apud* NARDI, 2009, p. 58)

Nardi (2009), sobre o consumo daqueles considerados de baixa renda, enfatiza que este é permeado de preconceitos. Pudemos constatar essa realidade, quando, em alguns momentos, divulgando junto aos amigos a problematização da tese, percebemos certo “aspecto” de descrença em relação ao objeto de estudo, como se fosse impossível “captar” as práticas de consumo daqueles que, supostamente, não podem consumir (comprar), ou o consumo deveria ser óbvio: apenas para a compra de alimentos, por exemplo.

Apesar das condições adversas, foi possível perceber nas narrativas dos catadores entrevistados tentativas, algumas frustradas, outras não, de transformação dos benefícios (ganhos) de seu trabalho em possibilidades de melhoria de suas vidas através do consumo. Por exemplo, a moto comprada por AC e por alguns de seus companheiros da CATAMAIS servia como meio de transporte para locomoção dos mesmos, indo da sua residência até a cooperativa.

(...) e comprei pra vir, porque eu *num* tava aguentando *mai* não andar de bicicleta *mai* não. Porque é muita coisa. Eu vinha de bicicleta do Multirão. É muito longe. Eu chegava aqui todo suado, às *vei* nem tomava café direito. Pegava o carrinho e saía pra coletar. Quando vinha tinha que *triar* o material (...), *aí* tomava um banho pra voltar novamente, *aí* eu *num* tava aguentando não. Venho por trabalho, volto. ((se referindo à moto)) Era uma coisa que eu queria muito, um transporte.

É talvez por isso que acontecimentos muitas vezes raros de consumo, no caso de bens e serviços considerados exteriores às necessidades de sobrevivência, ganham uma importância, algumas vezes extraordinária, na vida dessas pessoas.

Para Nardi (2009) o mercado percebeu essa realidade e começou a dar atenção a um novo tipo de consumidor: o de baixa renda.

Pobre, baixa renda, emergente, classe CD, povão, mercado popular. São palavras e expressões que, cada vez mais presentes nas rodas de executivos, quebram a cabeça de consultores, geram trabalho para os institutos de pesquisa, lotam seminários e inspiram teses acadêmicas, aqui e lá fora. Por que, de uma hora para a outra, os holofotes do mundo corporativo se voltaram para os 4

bilhões de habitantes do planeta que sobrevivem com uma renda per capita em torno de 1 500 dólares anuais? É simples: há um pote de ouro à espera das empresas que aprenderem a construir modelos de negócios voltados para a base da pirâmide de renda. (BLECHER; TEIXEIRA JR., 2003, p. 36)

Blecher e Teixeira Júnior (2003) informam que os cinco países emergentes, China, Brasil, Índia, México e Indonésia, com uma população somada de 2,6 bilhões de pessoas, subiram ao pódio das vendas de refrigeradores, televisores e uma série de itens rotineiros.

É nesses países que gigantes como Colgate, Coca-Cola, Gillette, Nestlé e Unilever obtêm um terço ou mais de suas receitas globais. Num levantamento recente, a consultoria McKinsey constatou que cerca de 40% das vendas mundiais de itens de mercearia e de vestuário – acima dos 200 bilhões de dólares anuais – provêm dos 2,5 bilhões de consumidores de baixa renda. (BLECHER; TEIXEIRA JR., 2003, p. 36)

Timidamente, no início, e participando da dinâmica de consumo a partir de 2000, mais efetivamente, o consumidor de baixa renda, apesar de seu tipo simples, vem exigindo do mercado “um atendimento mais profundo e interações mais complexas, as quais devem ser minuciosamente analisadas a fim de que um produto ou serviço continue a obter inserção e a provocar fascinação nessa fatia do mercado”. (NARDI, 2009)

Diversidade de créditos, adaptação de formatos, produtos e serviços, customização do atendimento, *layout, design* especial, serviços de entrega, pós-venda, cartões com bandeira própria, um arsenal de ferramentas para fidelizar o consumo que timidamente inseriu-se no mercado de consumo nacional há pouco mais de dez anos ou a partir do Plano Real em 1994 e, de lá para cá, tornou-se a coqueluche do mercado brasileiro. (NARDI, 2009, p. 15) (Grifo do autor)

Vários estudos e reportagens, então, constatarem o crescente aumento do consumo de baixa renda. Inicialmente foram às pessoas da classe C que passaram a consumir mais:

Aqueles que antes conheciam detalhadamente o consumo da classe A passaram, em razão disso, a se interessar pelo consumo da classe C. A classe C tem dinheiro? Não muito. Na verdade, o seu poder de compra é muito menor do que as pessoas das classes do topo da pirâmide. A classe C tem condições de comprar automóveis zero? Certamente sim, mas em pequena quantidade e no longo prazo. Quando se trata da classe C, o que realmente conta é o volume, ao menos por enquanto. (ALMEIDA, 2009)¹³⁷

Almeida (2009) afirma que esse consumo aumentou não por conta de aumento de renda, mas pela capacidade de endividamento. É nesse contexto que consumidores da

¹³⁷ Texto de *site* da internet.

classe C puderam comprar seu primeiro carro em decorrência da possibilidade de obter um empréstimo.

Depois da ascensão da classe C, chegou à vez das classes mais baixas puxarem o crescimento do consumo.

Levantamento da consultoria Nielsen sobre aumento de penetração de 51 categorias de produtos (alimentos e bebidas, higiene e limpeza) constatou que 65% dos novos lares consumidores são das classes C2 (renda familiar média de R\$ 933), D e E (renda familiar até R\$ 618). (BARBOSA, 2011)¹³⁸

Para Rodrigues (2011), as classes mais baixas, os consumidores emergentes, puxaram alta do consumo em 2010.

As famílias das classes mais baixas C, D e E, que têm renda média entre R\$ 618 e R\$ 933 por mês, foram responsáveis por 65% do crescimento de 5,7% no consumo dos brasileiros em 2010, segundo estudo divulgado hoje pela empresa de pesquisas Nielsen. Bebidas não alcoólicas, com alta de 9,6%, e alcoólicas (7,9%), perecíveis, como iogurtes e carnes, (9,3%) e produtos de limpeza caseira (5,6%) puxaram a expansão do consumo no ano passado. (RODRIGUES, 2011)¹³⁹

Essa parcela da população, além de consumir mais, aumentou a frequência das compras de produtos considerados mais sofisticados, as chamadas marcas líderes, como xampus, sabonetes líquidos, bebidas à base de soja, tintura para o cabelo etc. (RODRIGUES, 2011). Informa Blecher e Teixeira Jr. (2003) que quase 70% dos consumidores do sabão em pó “Omo” pertencem às classes C, D e E. Porém, a diferença fica por conta do consumo per capita: 4,9 quilos anuais, em média, contra 7,8 quilos da classe AB.

As classes C, D e E representam 31 milhões de lares, ou seja, 72 em cada 100 domicílios urbanos. Juntos têm capacidade de compra de 372,5 bilhões de reais, o equivalente a 42% do consumo nacional. (BLECHER; TEIXEIRA JR., 2003)

Ventura (2010), no texto “Mudanças no Perfil do Consumo no Brasil: principais tendências nos próximos 20 Anos”, aponta diversos fatores estruturais como o envelhecimento populacional, a valorização da qualidade de vida, o consumo precoce e o

¹³⁸ Texto de *site* da internet.

¹³⁹ Texto de *site* da internet.

aumento do poder de consumo das classes de baixa renda, que serão responsáveis pelo ingresso de novos consumidores.¹⁴⁰

Quanto ao aumento do consumo de baixa renda no Brasil, Ventura (2010) indica a aceleração do crescimento econômico, o controle da inflação, a ampliação do crédito, a elevação da renda, o aumento real do salário mínimo e a expansão dos programas sociais de transferência de renda como responsáveis por um fenômeno que, para ele, é típico de sociedades avançadas, ou seja: a criação de um mercado consumidor de massa, forte e cada vez mais complexo. É assim que milhões de brasileiros, muitos em trabalhos informais ou temporários, têm aproveitado este bom momento da economia para ingressar na economia de mercado e experimentar, pela primeira vez, os benefícios do consumo.

Obviamente que os catadores de materiais recicláveis não estão alheios a essas oportunidades recentes de consumo. Mas existem peculiaridades que, de certa forma, singularizam e restringem o consumo dos mesmos, como: trabalho informal, renda não determinada, ausência de crédito, principalmente por não poderem comprovar sua renda etc.

Para Bauman (2008) não há possibilidade de consumo para esses seres subcidadãos. Nesse caso, os pobres de hoje, argumenta o autor, são “não consumidores” e não “desempregados” (acrescentamos: subempregados). Ora, para atingir os padrões de normalidade, ser reconhecido como um membro pleno, correto e adequado à sociedade, ou desempenhar corretamente seu papel de produtor, “é preciso reagir pronta e eficientemente às tentações do mercado de consumo” (p. 160), ou seja: ser um eficiente e “eterno” consumidor.

De nada disso são capazes os pobres e indolentes, pessoas destituídas de um lar decente, cartões de crédito e perspectiva de melhores dias. Por conseguinte, a norma quebrada pelos pobres hoje, que os coloca à parte e os rotula de

¹⁴⁰ Ventura (2010, p. 01) mostra as seguintes tendências de consumo: “1. Consumo exigente: maior exigência por produtos e serviços de qualidade, incluindo a valorização crescente da certificação e da rastreabilidade; 2. Consumo +60: aumento da demanda por produtos e serviços orientados ao consumidor com mais de 60 anos em virtude do envelhecimento populacional; 3. Consumo saudável: valorização da saúde nas decisões de consumo e aumento da demanda por produtos e serviços orientados a uma vida saudável; 4. Consumo responsável: aumento da conscientização sócio-ambiental do consumidor e intensificação das exigências éticas e de eficiência no processo produtivo; 5. Consumo de baixa renda: ingresso de novos consumidores à economia de mercado e aumento da demanda por bens de consumo popular pelas classes de baixa renda (C, D e E); 6. Consumo precoce: aumento do poder de decisão de compra exercido pelas crianças e adolescentes sobre o consumo familiar; 7. Consumo online: aumento das transações comerciais utilizando a Internet; 8. Consumo prático: aumento da demanda por produtos e serviços de elevada praticidade e que contribuam para a otimização do tempo; 9. Consumo em nichos: aumento da procura por serviços e produtos direcionados a mercados (públicos) específicos (portadores de necessidades especiais, GLS e afrodescendentes, entre outros)”.

“anormais”, é a da *competência* ou *aptidão de consumo*, não a do emprego.¹⁴¹
(...) Os pobres na sociedade de consumo são inúteis. (id) (Grifos do autor)

De acordo com Bauman (2008) o consumismo surge quando o consumo assume papel-chave que na sociedade de produtores¹⁴² era exercido pelo trabalho. Na “sociedade do consumo” os consumidores falhos são solitários. Quando muito, na melhor das hipóteses, têm a companhia da sua família. São desnecessários, indesejados, desamparados. É o acesso ao consumo que permitirá aos mesmos que sejam incluídos, reconhecidos. Certamente, que essa “verdade” de Bauman não foi comprovada, pelo menos no caso dos nossos catadores de materiais recicláveis. Mesmo com todas as adversidades existentes para o consumo, a compra de determinados objetos, muitas vezes rara, é para o catador uma estratégia de reconhecimento do seu trabalho de catador, exatamente aquele tipo de trabalho tão desvalorizado e desrespeitado socialmente. Vejamos como isso acontece...

O RECONHECIMENTO DO TRABALHO DE CATADOR A PARTIR DAS PRÁTICAS DE CONSUMO

A pessoa que adquire o produto, o consumidor, é aquele que tem interesse em satisfazer uma necessidade em um determinado momento. Evidentemente, que as práticas de consumo são influenciadas por variáveis tanto individuais quanto externas ao próprio consumidor. Referindo-se às variáveis individuais devemos considerar as motivações, necessidades, sonhos, a personalidade, a imagem pré-concebida de si mesmo, suas atitudes e comportamento. Quanto às variáveis externas temos os grupos de referência, a influência familiar, as classes sociais e a influência da cultura na vida do indivíduo.

¹⁴¹ Diferentemente de Bauman, Souza (2003a, 2003b, 2006, 2009) argumenta que é exatamente a “incompetência” dos catadores – a falta de um *habitus* adequado – para conseguirem trabalhos qualificados, reconhecidos e, por isso mesmo, bem pagos, que, além de restringir as possibilidades de consumo deles, colocam-nos numa situação de subcidadãos e estigmatizados.

¹⁴² De acordo com Bauman (2008), a sociedade de produtores, considerada, segundo o mesmo, o principal modelo societário da fase “sólida” da modernidade, orientada para a segurança, a permanência, caracterizava-se pela busca de um “ambiente confiável, ordenado, regular, transparente” (...) Nessa era, amplos volumes de bens espaçosos, pesados, obstinados e imóveis auguravam um futuro seguro, que prometia um suprimento constante de conforto, poder e respeito pessoais. A posse de um grande volume de bens implicava ou insinuava uma existência segura, imune aos caprichos do destino (...). Sendo a segurança a longo prazo o principal propósito e o maior valor, os bens adquiridos não se destinavam ao consumo imediato – pelo contrário, deviam ser protegidos da depreciação ou dispersão e permanecer intactos”. (p. 42-43)

Para Belk (1988), o consumo é um imprescindível componente para compreendermos a identidade dos indivíduos, no sentido de que estes se comunicam e se constroem por meio dos significados atribuídos às suas posses.

Coelho (2002) considera que os objetos podem identificar indivíduos, grupos e culturas e, para tanto, constituem-se em suportes ou unidades textuais. Sendo assim, as posses podem ser consideradas como um discurso que auxilia os indivíduos nos seus processos de construção identitária e de comunicação em relação aos grupos a que pertencem.

Barbosa (2008) ressalta que independentemente da carência material de determinados segmentos sociais e sociedades, o fato é que o ato de consumir e de utilizar “elementos da cultura material” como recurso para “construção e afirmação de identidades, diferenciação e exclusão social são universais”. (p. 12)

Os bens de consumo também podem servir para a preservação de esperanças e ideais. É nesse sentido que McCracken (2003) problematiza o uso pragmático dos bens de consumo a partir da necessidade dos indivíduos de cultivo de esperanças e ideais. “Os bens de consumo são pontes para tais esperanças e ideais. São por nós utilizados para recobrar estes significados culturais deslocados, para cultivar algo que de outra maneira estaria fora do nosso alcance”. (p. 135)

O que McCracken (2003) denomina de “significado deslocado” diz respeito a um significado cultural que foi deliberadamente removido da vida cotidiana de uma comunidade e realocado em um domínio cultural distante. O consumo seria um dos meios pelos quais a cultura restabelece o acesso a este significado que foi deslocado, o que ele chama de “poder evocativo das coisas” ou o papel do consumo na evocação deste significado.

Uma compreensão mais clara do papel dos bens de consumo na representação e na retomada do significado deslocado promete diversas contribuições para o meio acadêmico. Primeiro, ajudará a esclarecer uma das formas pelas quais os objetos carregam significado. Isto, em contrapartida, ajudará a fazer avançar o presente esforço das ciências sociais para compreender como os objetos funcionam como mídias de comunicação não linguística. Vislumbrar o papel dos bens na retomada do significado deslocado converte-se, também, em novos *insights* acerca das propriedades sistemáticas do consumo, hoje repudiadas como “irracionais”, “fantásticas” ou “escapistas”. (p. 136) (Grifo do autor)

Para McCracken (2003) o vácuo existente entre o “real” e o “ideal” na vida social é um dos mais opressivos problemas com o qual uma cultura deve lidar.

Não há uma solução simples. Aqueles que se refugiam em um otimismo ingênuo devem eventualmente aceitar que esta brecha é uma característica permanente da vida social. Aqueles que, ao contrário, direcionam-se para um cinismo aberto e para uma aceitação formal desta lacuna, devem lidar com a perspectiva inadmissível de uma vida sem maiores objetivos e esperanças. (p. 136-137)

Há, então, várias estratégias à disposição de uma cultura para o tratamento deste aspecto persistente da vida social, e uma delas é a chamada estratégia do “significado deslocado”. (MCCRACKEN, 2003)

Confrontada com o reconhecimento de que a realidade é inacessível aos ideais culturais, uma comunidade pode deslocar esses ideais. Isto os removerá da vida cotidiana e os transportará para outro universo cultural, para aí serem mantidos ao alcance, mas fora de perigo. A estratégia do significado deslocado permite a uma cultura remover seus ideais em segurança. (p. 137)

Além dessa estratégia, resguardar ideais culturais também permite uma espécie de demonstração empírica deles, pois, ao serem transportados para um domínio cultural distante, os ideais passam a ser vistos como realidades praticáveis. (MCCRACKEN, 2003)

Aquilo que, de outra maneira, seria insubstanciável e potencialmente improvável no mundo atual, é agora validado e de certa forma “provado” por sua existência com um outro mundo, distante. (...) A estratégia do significado deslocado luta contra a discrepância entre o real e o ideal utilizando-se do astuto expediente de tirar o ideal da briga. (id)

Observa-se que, a partir do deslocamento dos ideais, a brecha entre o real e o ideal pode ser reduzida a dificuldades locais, particulares, passando a refletir circunstâncias mais incertas que necessárias. (MCCRACKEN, 2003)

Porém, é preciso à cultura que recorre à estratégia do “significado deslocado” encontrar um lugar para seus ideais. Há, entretanto, muitos meios para isso, e os ideais podem ser removidos para um número enorme de alocações nos *continua* do tempo e do espaço.

O *continuum* do tempo, por exemplo, é com frequência transformado na alocação de uma “idade do ouro”. O *continuum* da idade do ouro é, sempre, um período histórico para o qual existem evidência e documentação assegurando uma abundância. De fato, tal período não é senão um momento imensamente fictício, no qual a vida social é imaginada como tendo se conformado de modo perfeito aos ideais culturais. (p. 137) (Grifos do autor)

No caso nem sempre é um passado glorioso que se torna o lugar dos ideais não cumpridos, mas sim um brilhante futuro.

O futuro é uma locação versátil, dotada de muitas possibilidades alternativas: uma comuna anarquista livre de leis e de propriedades, a democracia perfeita na qual todas as pessoas são plenamente livres e iguais, o estado socialista perfeito que coloca o bem comum à frente dos interesses individuais (...). (p. 138)

Afirma McCracken (2003) que o futuro pode ser mais acomodativo que o passado enquanto refúgio para o “significado deslocado”, porém menos constrangido pelo registro histórico ou por fatos demonstráveis.

O futuro não tem limites senão o da imaginação que o contempla. (...) O passado possui certas notações já postas, às vezes inconvenientes. (...) Mas o caráter “inespecífico” do futuro não é somente uma vantagem, como também um ponto fraco. Um passado de ouro é capaz de dar credibilidade aos ideais culturais, pela “demonstração” de que estes uma vez existiram. Períodos futuros não podem estabelecer uma tal visão. Não oferecem base para argumento de que os ideais são praticáveis porque uma vez o foram. (id)

Entretanto, também é possível transportar ideais alheios no *continuum* do espaço.

Em algum lugar dos dias de hoje, é possível encontrar uma sociedade que aparente viver uma vida na qual “todos mantêm a fé e fazem o que é certo”. Idealmente, esta sociedade é suficientemente distante para assegurar que um exame minucioso não será facilmente empreendido, já que tal escrutínio é quase sempre desapontador. Com esta condição, o deslocamento no espaço funciona tão eficazmente quanto o deslocamento no tempo. As imperfeições de uma dada sociedade podem agora ser desculpadas como aberrações locais. Os ideais encontraram um lugar seguro. (p. 139)

Percebe-se que, em algum lugar do mundo, nesse *continuum* do espaço, existe um “outro” perfeito em termos do qual os ideais localmente inalcançáveis podem ser formulados. Como por exemplo, “os países colonizados tendem a encarar o “país mãe” ou a “terra pátria” como o preenchimento perfeito dos ideais locais” (id). As sociedades tradicionais admiram as modernas, pois estas aspiram às oportunidades de perfeição que o desenvolvimento tratar; em contrapartida, as sociedades modernas tendem a manifestar apego e predileção para com as sociedades tradicionais.

Mas o que nos interessa aqui, especialmente, é a estratégia do “significado deslocado” que se dá, também, numa escala micro, ou seja, para os indivíduos. Como as culturas, os indivíduos podem deslocar seus ideais, removendo-os do “aqui e agora” para

outro tempo ou lugar relativamente seguro. Os indivíduos encontram em tal estratégia um “truque útil, escamoteação capaz de sustentar a esperança. Fazendo face aos impressionantes níveis de pessimismo”. (ibid, p. 140)

Eles buscam locações para seus ideais fora, nos *continua* do tempo e do espaço. Eles “descobrem” uma “idade de ouro” pessoal, na qual a vida se conformou às suas mais apaixonadas expectativas ou aos mais nobres ideais: os anos felizes da infância (...). Com os ideais deslocados para esta locação amplamente ficcional, as dificuldades e os desapontamentos do momento são tornados inertes e permite-se que a esperança se mantenha. (id) (Grifo do autor)

Quando não é possível ao indivíduo encontrar uma locação satisfatória no passado,¹⁴³ o futuro se mostra mais acomodativo. Por ser inespecífico, o futuro é livre de constrangimentos. “Que tipo de futuro se revelaria uma locação para ideais satisfatória é algo frequentemente especificado por convenções. Locações convencionais incluem “Quando eu me casar...”, (...) “quando as oportunidades baterem à minha porta...”. (MCCRACKEN, 2003, p. 140)

Novamente, parece ser verdade que a natureza inespecífica do futuro não o impede de ter grande poder de persuasão. O crente individual constrói uma locação futura como fonte de otimismo tão convincente quanto uma locação passada. O fato de nunca ter existido não minimiza sua capacidade de validar certos ideais. (id)

Parece aqui ser o caso dos catadores de materiais recicláveis. Narrativas tentam legitimar a esperança de um futuro melhor a partir, por exemplo, da atenção que o poder público dará a esse tipo de trabalho e trabalhador no futuro (pelo menos é o que eles esperam que aconteça), consolidando-se como sendo a oportunidade que eles esperam para alcançar uma vida melhor, que para eles seria, pelo menos, a garantia de renda mensal de um salário mínimo e dos direitos trabalhistas.

O que não puder ser encontrado em um passado ou em um futuro individuais pode ser buscado no *continuum* do espaço. Os indivíduos encontram-se continuamente engajados no exame da vida alheia, em busca de provas de que seus ideais pessoais são realizáveis. Esta tendência é explorada com fins políticos no “culto de personalidades” e com fins comerciais no “*star system*” hollywoodiano. (MCCRACKEN, 2003, p. 140-141) (Grifos do autor)

¹⁴³ Caso dos catadores de materiais recicláveis: o passado é sempre lembrado e narrado como sendo “ruim”, “difícil”, caracterizado pela pobreza.

Argumenta McCracken (2003) que em ambos os casos a tendência em projetar os ideais pessoais para fora da própria vida é usada para produzir efeito persuasivo.

É certo, então, que tanto para os indivíduos quanto para os grupos situações infelizes podem ser tornadas toleráveis através do deslocamento de certos ideais e esperanças. “A estratégia do deslocamento habilitou tanto os indivíduos quanto os grupos a suportar as circunstâncias geradas pela pobreza, pelo racismo, e por todo tipo de status despossuído”. (MCCRACKEN, 2003, p. 141)

Sabendo que o indivíduo, assim como os grupos, deve lidar com uma discrepância entre o “real” e o “ideal”, e que um dos caminhos para fazê-lo é a estratégia do “significado deslocado”, como o indivíduo e/ou grupos reestabelecem o acesso a este “significado deslocado”?

(...) Isto é feito, em parte, através de objetos inanimados e bens de consumo aos quais tal problema é remetido. Os bens servem como pontes para o significado deslocado, tanto para os indivíduos quanto para os grupos. Constituem um dos mecanismos que podem ser usados para ajudar na retomada deste significado. (id)

Assim, os bens de consumo “podem servir como ponte antes do ato da compra, quando não são mais do que um rápido lampejo aos olhos dos indivíduos”, como os bens podem servir “como pontes quando já se encontram de posse dos indivíduos”. (ibid, p. 142)

Vejamos, no caso dos catadores de materiais recicláveis, os sonhos de consumo servindo como pontes para “significados deslocados” antes do ato da compra e/ou aquisição daquele bem que tanto almeja:

Ahh! O que tenho mais vontade de ter ainda não tenho, visse?! E *num* posso falar isso *aí*. É a casa, só isso mesmo tenho vontade de, e..., tenho muita vontade. ((a catadora ainda informa que pretende, com a remuneração conseguida com o trabalho de catadora, comprar uma casa)). (...) Olha, o que eu *tô* achando que é bom é que eu vou juntar um dinheirinho pra comprar a minha casa. (...) Comecei a trabalhar e comecei a juntar um *dinheirim*, e abri uma continha pra mim e comecei a juntar. ((abriu uma poupança e pretende depositar todos os meses pelo menos R\$50,00 para um dia comprar a sua casa)) A casa a pessoa vai juntando de cinquenta em cinquenta, *depoi* compra uma a prestação. (AA-F, 27 anos)

Eu acho que o sonho de todo..., *num* é só do homem não, eu acho que o homem tinha muito esse sonho, mas acho que a mulher também tem pra caramba, é comprar um carrinho. Eu tenho a maior vontade, porque a família é grande, a casa,

graças a Deus, tenho. Quer dizer: é uma coisa que também penso também é ajeitar a casa, o local, e comprar um transporte melhor pra família. Eu acho que é melhor primeiro ajeitar a casa, porque senão eu vou colocar o carro onde? É! ((rindo muito)) Primeiro tem que ajeitar a casa, é o que *tô* pensando. Futuramente, melhorando *mai*. (AC-M, 36 anos)

Se eu tivesse dinheiro eu comprav..., eu *endeiretava* a minha casa todinha, fazia um primeiro andar ((rindo muito)), aumentar a casa e fazer *tudim*. Ah, se sobrasse algum dinheiro às *vei* botar um sofá, uma cama, uma televisão, um guarda-roupa, que a gente *num* tem. É tudo nas caixa. (AD-M, 33 anos)

Queria uma moto nova, zero quilômetro. No momento *mermo*, de querer, só a moto *mermo* e arrumar a minha casa. É o sonho. ((o catador já possui uma moto, mas é usada e “velhinha”, diz o mesmo)) (AE-M, 26 anos)

Um sonho que eu tenho: sair do Mutirão. Comprar uma casa em outro local. *Quano* eu ganhar na Loto sem jogar. Queria morar num bairro *ai*, nem que seja Bodocongó¹⁴⁴, fora do Mutirão. Mais central. (...) Não, gosto do Mutirão não. Além de ter gente de olhar a vida dos *ôtro* eu *num* gosto de lá não. Tem muitas gente que olha a vida da pessoa. (BF-F, 37 anos)

O que percebemos nesses relatos é que os catadores pensam nos bens, idealizando-os, e por isso estes funcionam como pontes mesmo quando ainda não são possuídos pelos mesmos, mas apenas cobiçados. Porém, o bem, antes de ser adquirido, pode servir para conectar seu futuro dono com o “significado deslocado”.

É um sítio, pra eu jogar meu marido lá dentro e criar bicho que eu gosto. É o único sonho. *Quano* eu morrer eu queria *tá* num sítio. Aqui *pertim*, no Ceará, em Cariús. Tenho saudade de lá. Não tenho contato com minha família que ficou lá. Acabou o contato. Eles nem sabe onde eu estou. (AB-F, 48 anos)

Aqui a catadora antecipa a posse de um bem, no caso do “seu” sítio, e, com esse bem, a posse de certas circunstâncias ideais que no momento existem em um local distante: permanecer perto da família e residir em um lugar tranquilo. Ela também sente saudade da família, de uma época, supostamente, boa e prazerosa. Aqui seu passado é escolhido como refúgio para o “significado deslocado”. É o tempo onde seus ideais foram cumpridos. E ela tenta trazer isso de volta, sonhando com a aquisição de um sítio em sua terra natal.

Neste caso, os bens ajudam o indivíduo a contemplar a posse de uma condição emocional, uma circunstância social ou mesmo todo um estilo de vida, de algum

¹⁴⁴ Bairro periférico localizado no município de Campina Grande – PB.

modo concretizando eles próprios essas coisas. Tornam-se uma ponte para o significado deslocado e uma versão idealizada da vida como deveria ser vivida. Quando são imaginados, esses objetos permitem ao indivíduo enumerar um conjunto muito maior de posses, atitudes, circunstâncias e oportunidades. (MCCRACKEN, 2003, p. 142)

Nos relatos dos catadores foi comum ouvirmos casos, principalmente em relação às moradias, onde os mesmos imaginavam sobre a possibilidade de aquisição de outra casa ou, especificamente, sobre a melhoria da estrutura física das mesmas, bem como a possibilidade de acesso a móveis, eletrônicos e eletrodomésticos, e, neste processo, refletiam também sobre a posse de todo um jeito de viver, mais confortável, bonito e adequado aos desejos de si mesmo e da família, que evidencia, mais ou menos explicitamente, certo tipo de estilo de vida, arranjo doméstico cobiçado.

Se referindo ao caso da catadora AB, o desejo de possuir um sítio é orientado para o futuro e ao mesmo tempo para o passado, quando o mesmo passa a significar uma época mais feliz. “Aqui (...) um objeto vem a concretizar um conjunto muito maior de atitudes, relacionamentos e circunstâncias, todos os quais são convocados pela memória e recitados em fantasia quando o indivíduo lembra de tal objeto” (MCCRACKEN, 2003, p. 142). Para a catadora a vontade de possuir um sítio é uma ponte que permite a mesma ganhar acesso ao seu passado, que ela sente saudade.

Mas o desejo de possuir certos objetos pode ser uma ponte não apenas para ganhar acesso ao passado, mas, pensando no futuro, como busca de reconhecimento. Nesse sentido, acreditamos ser de extrema importância mencionar aqui é que o desejo de possuir certos objetos e a aquisição dos mesmos, para um grupo marginalizado, invisível e excluído socialmente, diz respeito a um desejo, também, de ser reconhecido e visível. Os relatos dos catadores constataam esse fato:

Comprei uma antena parabólica, (...) comprei um televisão nova na casa, comprei uma geladeira nova na casa, pra saber que eu trabalhava numa cooperativa e comprava, e tem o dinheiro pra comprar. O povo *num* acreditava na cooperativa, eles *num* acredita na cooperativa, e eu trabalhei na cooperativa e comprei minhas coisas trabalhando na cooperativa. Comprei geladeira, comprei uma televisão, comprei som, tudo *novim*, com o dinheiro da cooperativa. Estante, comprei sofá, retelhei minha casa, comprei portão, tudo com os poder do dinheiro da cooperativa. (...) Comprei pra mostrar que comprei com o dinheiro da cooperativa. Pra exibir pros *ôtro*. A antena parabólica é o principal, porque *tá* em cima da casa. (BA-F, 62 anos)

Quer dizer, assim, assim, *num* foi pra eu me exhibir, porque *quano* eu catava na rua eu comprei minha televisão e um DVD pra mim, novinho. Aí foi *quano* queimou. Acho que meu menin..., o *pequeninim* mexeu e desmantelou, queimou. (...) Só o DVD. Aí o pai dos meu guri foi dizer assim: é, era uma besteira porque tinha uma televisão, um DVD, agora eu quero ver. *Mai* eu me virei pra trás e eu disse: eu vou *amostrar* a tu, queimou, eu vou te *amostrar* a tu que *quano* tu chegar amanhã ou *depoi* vai ter outro no *mermo* lugar, *novim*. Aí minha cunhada me pediu um dinheiro emprestado ela disse assim: Elinha, eu *tô* te devendo um dinheiro vou te pagar com o DVD, tu quer? Eu disse: quero. Aí *quano* ele chegou o DVD tava no lugar, aí ele ficou soltando *piléra*, aí eu disse pra ele: você soltando gracinha e dizendo que eu queria ser orgulhosa, porque tinha uma televisão e tinha um DVD, queria (...), eu disse a você que *amostrava* que *butava* outro no lugar e *butei*. Aí eu mostrei. Isso aí eu comprei só pra..., por opinião *mermo*, sabe, pra mostrar *mermo* que podia. (BC-F, 37 anos)

Minha esposa, ela comprou uma geladeira. Foi que a vizinha xingava muito ela, humilhava, sabe? Uma vizinha que a gente tem lá. Ela disse: não mulher um dia eu vou ter. A mulher: como? Vocês catando lixo. Aquela humilhação, porque o marido dela era bem empregado, sabe? E tal, e aquelas coisa e ela comprou e mostrou que comprou. (...) Olhe, e era porque a dela *num* era nova. E a velhinha, que a gente tinha uma velha, eu ganhei de um pastor, sabe, bem velhinha, eu *butei* pra fora porque *num* aguentava a luz dela. Era muito energia. Eu disse: *num* aguento não. *Aí* pronto, *ai...*, e a que ela tinha era três vezes pior do que a velha que a gente tinha em casa, mais mesmo assim ela xingava porque..., *passêmo* pouco tempo com ela, sabe? (...) *Aí* minha esposa foi e comprou uma nova. Ficou sem nadinha, sem os noventa ((do Bolsa Família)). E eu pagando, eu *butando*, é, é, é, eu substituía, sabe, porque o que eu ganhava eu fazia a feira, e ela tirava da prestação pra pagar a geladeira e pronto. Comprou..., *ai* ela foi ((a vizinha)), o marido saiu do serviço, *ai* com o dinheiro das conta ela mandou o marido comprar uma geladeira também. Comprou tamb..., do *mermo* jeito. Do *mermo* tamanho, do *mermo* modelo. Isso existe em todo canto *hôme* ((se referindo à competição e inveja¹⁴⁵ entre

¹⁴⁵ Para Lipovetsky (2007), nas sociedades democráticas ocorre o estabelecimento de ideias de igualdade. “Ao se tornar igual aos outros, cada indivíduo pode comparar-se com eles e tende a achar insuportável o menor privilégio de que goze seu vizinho” (p. 323). Note-se, instituindo a igualdade e permitindo que mais pessoas possam experienciar um número maior de gozos materiais “a sociedade democrática não fez mais que propagar as comparações invejosas e intensificar os ressentimentos de todos” (id). Havendo o favorecimento da inveja, conseqüentemente, cresce o nível geral das frustrações. Porém, o autor lembra que no mundo do hiperconsumismo essa inveja, raiva, diante “do carro, da casa, do mobiliário ou do aparelho de som do vizinho” (p. 324), ou do traje usado por outra mulher, já não são muito numerosos. Ao analisarmos o caso dos catadores, os sentimentos de inveja relacionados à posse de certos bens não estão tão recuados, “tímidos”, como defende Lipovetsky. Não há indiferença às posses dos outros. O catador humilhado (BH-M, 31 anos), se sente menosprezado, frustrado, exatamente por necessitar da geladeira do “outro” para “guardar” e conservar o seu leite. A esposa de outro catador (BD-M, 34 anos) era humilhada pela vizinha por viver, também, de catar materiais recicláveis no “lixo”. Comprou uma geladeira para mostrar à vizinha, esposa de um marido que era “bem empregado”, tinha carteira assinada, que mesmo sendo catadora tinha recursos para adquirir um objeto novo, assim como o catador BH, que comprou a geladeira nova (e fogão) no intuito de não mais precisar da geladeira do vizinho, ou não ser mais necessário “se humilhar”. E a catadora (BC-F, 37 anos), que é constantemente estigmatizada pelo ex-companheiro de “lixeria”, que se regozijou quando o seu DVD quebrou, duvidando que a mesma poderia substituí-lo, fez questão de mostrar, ainda, que mesmo sendo “lixeria” pode, quando desejar, comprar um objeto “novo” para o usufruto de sua família. Aqui, aqueles que supostamente não poderiam desempenhar o papel de consumidor, consumindo podem se autodefinir ou tornar positiva sua profissão e a si mesmo por meio de suas posses – minimizando situações de humilhação e

vizinhos por causa das posses)), agora minha esposa..., que ela é evangélica, é calma, sabe, quando ela vem se explodir é porque *num tá* aguentando mais, ela diz: Jesus se irou, imagine eu! Quando ele chegou no templo, os ladrão tava fazendo da casa de oração..., vendendo, jogo, aí Jesus se irou e tal, aí ela faz: Jesus se irou, imagine eu que sou de carne e osso, e tal, aquelas coisas *tudim*. (BD-M, 34 anos)

Mulher, fui numa vitrine assim, vi aquele *sandálio* assim, acho que de noventa reais, cem reais, e era mais de preço, e eu disse: vou comprar esse. Numa vitrine assim, na..., na..., lá no centro. Só quem pode comprar uma sandália ali é quem tem mais condição. E eu sou, além de uma catadora enxerida, sabe? Só gosto de andar chique, então, fui lá e disse: eu vou comprar esse *sandálio*. Foi à prestação *mai* eu comprei. Comprei porque na minha rua tem um bocado de..., de curioso e fofoqueira, *aí* eu gosto de *mostrar* que eu tenho condição. Nem que eu não tenha, que é ali na prestação *mai* eu comprei. ((uma catadora que estava ouvindo a entrevista falou: “dividida em dez vezes”)) (BF-F, 37 anos)

E comprei primeiro foi essa geladeira e esse fogão pra *mostrá* aos povo também. Foi, que eu pedia: bota aí fulano esses leite aí (...) Eu vou *comprá* uma pra mim, pra eu *mostrá* a eles. Usava a geladeira de outras pessoas para não *estragá*. Pra *num estragá, né?* Sabe como é que é, *né*, que é chato *mermo, né?* Dizia: não, *tá* cheia, *num dá. Aí* eu: tem nada não. Um dia eu vou *comprá* uma pra gente. Pra me exhibir. ((rindo)) E comprei. Quando chegou o caminhão, logo os *dói* de uma vez, a geladeira e o fogão. Que quando..., do tempo de..., olhe os *zói* do povo. *Quano* chegou, *ôh* os *zói*. Foi por quanto isso aí? *Perguntaro*... Foi por tanto, tanto e *tchau*. (BH-M, 31 anos)

Nos discursos dos catadores os objetos, além de cobiçados, passaram a ser possuídos. A estratégia presente na posse desses objetos é mostrar que o trabalho de catação, particularmente aquele realizado via cooperativa, permite o acesso a certos bens e por isso pode ser vantajoso e deve ser respeitado como sendo um trabalho como outro qualquer. O interesse deles é tentar reconhecimento junto aos seus, no caso vizinhos, moradores da própria comunidade onde eles residem, supostamente, com as mesmas condições de vida precária que eles. Ora, como vimos no capítulo II, para aqueles pertencentes à “ralé” o reconhecimento público (social) só é possível mediante o acesso a um tipo de capital cultural que permite a inserção em trabalhos socialmente valorizados e bem pagos, que eles não possuem. Nessa perspectiva, resta aos catadores estratégias de busca de reconhecimento principalmente entre aqueles que são seus conhecidos.

desvalorização – como se redefinir por meio delas. Da mesma maneira gostam de provocar os outros: “Quando chegou o caminhão, logo os *dói* de uma vez, a geladeira e o fogão. Que quando..., (...) olhe os *zói* do povo. *Quano* chegou, *ôh* os *zói*. *Perguntaro*: foi por quanto isso aí? Foi por tanto, tanto e *tchau*”. (BH-M, 31 anos)

Ocorreu um caso, entretanto, em que o catador, a partir das práticas de consumo, no caso adquirindo e usando vestuário que ele considera apropriado para determinadas ocasiões em que deverá aparecer em público, tinha como objetivo – e desejo – exibir uma imagem de si mesmo positiva e/ou mais respeitosa.

Porque daí é assim, as pessoas acha, *né*, como eu falava, você ver o cotidiano da vida das pessoas, chega eu, do jeito que estou, *num* lugar, *num* lugar público, várias pessoa *num* me respeita, daquela maneira, você é um cara trabalhador, tudo *mai*, *num* respeita, aí chega você, pode ser o pior bandido, bem *arrumadim*, parou o carro ali na frent..., mesmo que seja roubado, eu *num* sei, aí o cabra..., o tratamento já modifica, esse pessoal, aí a pessoa tem essa visão, *né*, tem essa visão e acha que..., da aparência, pra ele é a aparência. Conta muito à aparência. Olha eu já me vesti..., eu sei que tem muito local..., até pra você entrar tem que ser bem vestido, não é, *mai* já me vesti assim a caráter pra chegar em um local realmente, porque também não poderia ser diferente, pra falar da cooperativa, do trabalho da gente (...). (AC-M, 36 anos)

Verificamos, então, que o discurso associado à posse é utilizado pelos catadores de materiais recicláveis para enfrentarem o estigma e invisibilidade, relacionados ao trabalho de catação e ao próprio catador, e busca de reconhecimento. É nesse caso que para os catadores o consumo é condição de identidade no sentido de que: “dize-me o que consumes e te direi quem és”. Parece que estamos falando do consumo *show off*, aquele tipo de consumo que tem o objetivo de exibir poder de compra. É assim que o catador AE adquiriu assinatura de TV paga em detrimento do pagamento para tratamento/reposição dos seus dentes, mesmo informando que sente vergonha de ser “banguela”. Seu desejo é mostrar, o “mais alto possível”, que mesmo sendo catador de materiais recicláveis pode contratar o serviço de TV por assinatura:

Assinei a Embratel, a TV por assinatura da Embratel. A antena, obriguei o rapaz a colocar na frente da casa, em cima, no telhado, sabe? Dava pra todo mundo da rua ver. Muitos da rua têm também. O rapaz queria colocar noutra canto, falou de alguém roubar e tal. É o sinal, acho, não tava *perfeitim*. É pra todo mundo vê *mermo*. Pago todo mês R\$59,00 da assinatura. (AE-M, 26 anos)

No caso dos catadores, mesmo percebendo a intenção dos mesmos em exibir suas posses, os objetos adquiridos/exibidos geralmente são aqueles “comuns”, populares, incluindo os eletrodomésticos, e não objetos de uso das classes altas, pois mesmo se desejassem tais objetos não teriam como adquiri-los.

No entanto, em alguns casos, porém raros, a ostentação foi de um objeto de uso não muito comum entre as pessoas de seu grupo, como o exemplo da sandália comprada pela catadora BF. Ela comprou a sandália numa loja localizada no centro comercial de Campina Grande, que ela diz ser de “*grife*”, a AREZZO. Evidenciando que esse não é, usualmente, o espaço de compra dos catadores¹⁴⁶ e que o valor da sandália é consideravelmente elevado em relação à renda conseguida pelos mesmos, apesar de que o valor de tal mercadoria foi dividido em dez prestações, paga, por uma amiga, com cartão de crédito, podemos imaginar que essa compra trata-se da aquisição de um objeto característico de classes superiores a sua. Constatamos essa realidade quanto à posse de aparelhos de celular, por exemplo, de última geração, por duas catadoras da COTRAMARE.

Vitoriosa, consegui, vitoriosa. Me senti assim quando comprei um celular, por exemplo. Esse celular aqui ((ela exhibe o celular, tentando mostrar suas funções)). O que eu tinha era muito fraquinho. Eu queria conseguir um mais potente e consegui. Tem *bluetooth*, câmara, cartão de memória com 2gb, infra-vermelho, tem internet. (infra vermelho?) É um *negócio* que passa música pro outro celular. Assim, encosta um celular no outro e passa a música. *Mai* tem que ser igual, tem que ter a *merma* tecnologia. *Bluetooth* tem que apertar um botão pra passar a música também. Sempre eu quis um celular assim, consegui. Tem câmara, bate foto. Comprei faz uns cinco meses. Deu pra pagar parcelado. Foi uns 400 e pouco. Eu sempre quis. (BB-F, 26 anos)

Possuir um determinado objeto ou ter acesso a determinado serviço pode ser símbolo de prestígio, reconhecimento e “*status*”. É evidente em alguns casos o desejo dos catadores em exhibir uma condição que, talvez, as pessoas próximas de si não possuem. As moças donas dos celulares de última geração faziam questão de mostrá-los pendurados no pescoço, bem como exhibir suas várias funções tecnológicas.

Esse tipo de consumo, longe de ser praticado apenas por indivíduos pertencentes às classes mais abastadas economicamente da sociedade, pois permite aos mesmos despender capital sem que as consequências desse ato os prejudiquem, também é uma estratégia praticada por indivíduos pertencentes aos setores de baixa renda, com posses econômicas muito menos significativas do que as posses das classes altas e médias, que podem adquirir produtos ou serviços característicos de classes superiores à sua, de modo a alcançar um determinado estatuto social adjacente a essa classe.

¹⁴⁶ Geralmente compram na feira central da cidade ou no “Shopping Popular”, que também está localizado no centro comercial de Campina Grande.

Nos casos expostos aqui, é evidente que a estratégia dos catadores a partir das práticas de consumo é alcançar, na maioria das vezes, certo respeito e reconhecimento entre aqueles que estão próximos de si mesmos, pertencentes ao mesmo grupo.

Porém, para McCracken (2003), a simples posse do objeto não é compatível com o uso de um bem como ponte para seu significado deslocado, pois os indivíduos podem tomar posse de objetos sem destruir seu valor estratégico.

Normalmente, contudo, quando o indivíduo escolhe um bem para ser ponte para o significado deslocado, escolhe algo que está bem além de seu poder de compra. Não há motivo para aspirar àquilo que está prontamente ao alcance. Ou, mais precisamente, o desejo raramente amadurece em aspirações quando o objeto de desejo está à mão. Logo, na maioria dos casos a ponte para o significado está tão inacessível quanto o próprio significado. Não admite a compra imediata. Assim, quando o indivíduo efetivamente compra o bem, quase sempre se trata de uma exceção. (MCCRACKEN, 2003, p. 143)

A motivação para a compra excepcional é antecipatória. “O bem é adquirido na antecipação da compra eventual de um pacote maior de bens, atitudes e circunstância, do qual é parte integrante” (ibid, p. 144). Podemos apontar aqui como exemplo o caso da catadora BF, que sonha em morar em outro bairro da cidade (seu pacote maior de bens), mas a compra de uma casa em outro bairro da cidade é impossível, mas, por antecipação, ela comprou a “cozinha” que gostaria que estivesse em sua casa sonhada localizada em um bairro também imaginário.

Eu tava louca pra *comprá* uma cozinha pra mim, remodelar minha cozinha, aí graças a Deus, foi na prestação, mas agora eu consegui. Tô na dívida mais eu vou pagar. Geladeira, fogão, tudo bonitinho. (BF-F, 37 anos)

Tal compra da “cozinha” parece ter sido longamente contemplada e imaginada. Ela parece incluir alto envolvimento. Os indivíduos compram bens de alto envolvimento, como um carro, relógio, celular, uma peça de roupa etc., “a fim de tomar posse de uma pequena parte concreta do estilo de vida ao qual aspiram. Essas pontes servem como provas da existência desse estilo de vida, e mesmo como provas da capacidade do indivíduo de reivindicá-la”. (MCCRACKEN, 2003, p. 144)

Para os catadores, o que eles reivindicam a partir da posse de certos objetos é, também, como falado anteriormente, visibilidade, respeito e reconhecimento do seu trabalho de catação de materiais recicláveis. No entanto, a simples posse desses objetos

não destrói seu valor estratégico, pois o que está sendo comprado não é a ponte inteira, e sim uma pequena parte dela. Os objetos, a compra de objetos, têm a qualidade de evocá-la.

É o consumo em exercício. O indivíduo compreende claramente que ele/ela não está reivindicando toda a parcela de significado deslocado que fora transportada para outro tempo e espaço, mas meramente uma pequena e antecipatória parte dela. Isto confere uma outra virtude à natureza concreta e discreta do bem, ele pode ser quebrado e usado para antecipar uma aquisição maior. Mas, quando a compra efetivamente evoca o sistema deslocado de significados, há uma outra solução. O indivíduo simplesmente desacredita o objeto obtido como ponte para o significado deslocado e transfere este papel para um objeto que ele/ela ainda não possui. (MCCRACKEN, 2003, p. 144)

Com a compra, o consumidor aspira, finalmente, uma vida que seja plena, satisfeita, repleta. Mas tão logo a compra do objeto é feita, o consumidor transfere a antecipação para outro objeto, e assim sucessivamente. “Aquilo que foi buscado por tanto tempo é repentinamente desvalorizado e o indivíduo transfere-se para uma outra ponte, de modo que o significado deslocado possa permanecer deslocado” (id). Vejamos os exemplos abaixo:

Comprei geladeira, comprei uma televisão, comprei som, tudo *novim*, com o dinheiro da cooperativa. Estante, comprei sofá, retelhei minha casa, comprei portão, tudo com os poder do dinheiro da cooperativa. (...) Comprei pra mostrar que comprei com o dinheiro da cooperativa. Pra exhibir pros *ôtro*. A antena parabólica é o principal, porque *tá* em cima da casa. Eu vou *comprá* mais. (BA-F, 62 anos)

Meu sonho era comprar um tanquinho pra mim, lavava roupa na mão, e eu lavo muita roupa, aí eu já *num* tava aguentando mais, ficava com os braço doendo, *aí* eu dizia: eu tenho fé em Deus que daqui pra eu morrer eu consigo. Na primeira semana que eu entrei aqui na cooperativa, no outro mês eu comprei a prestação. A prestação e pago. Comprei meu *tanquim*, minha cunhada tirou pra mim. Eu *num* tinha mais uns móvel que prestasse. Meus móvel tava arrombado *aí* eu peguei e disse: eu tenho fé em Deus, Deus há de me ajudar que essa minha quinzena vai ser boa que eu compro meu móvel. Fui pra feira, *quano* eu pensei que não, cheguei com o móvel em casa. É um armário, pra botar comida, prato. Passei e *aí* eu vi, perguntei, o homem disse: é tanto. *Ôche*, eu tava com dinheiro ali, paguei. Comprei lá da feira. Paguei à vista. Meus menino, eu *num* tenho vergonha de dizer não, meus menino eu *butava* um colchão assim na sala e eles dormiam. Eu dizia: eu tenho fé em Deus que eu compro uma cama pra tirar meus filho do chão. *Aí* eu peguei e disse assim pra minha cunhada: hoje, nessa quinzena eu comprei o meu móvel, eu tenho fé em Deus que na outra quinzena eu compro minha cama. *Aí* ela disse: tu? Compra nada. *Aí* eu disse: *apoi* tu vai ver. *Quano* foi na outra quinzena eu cheguei com a cama. E ela disse: bem que tu dissesse. E eu disse: e vou comprar *mai*. E vou comprar o resto das minha coisa. O que eu tenho vontade de comprar eu vou conseguir. E eu agradeço *depoi* que eu *tô* aqui na cooperativa. E ainda tem que

diga que catando *num* dá nada não, até meu ex-marido. Ah, eu me sinto muito feliz, me sinto muito orgulhosa, quando eu consigo do meu trabalho. (BC-F, 37 anos)

Não foram apenas as catadoras BA e BC que apresentaram uma lista de bens comprados com o intuito de “provar” que o trabalho tão desvalorizado de catação permite a posse de objetos. Nas narrativas vários catadores apresentaram futuras possibilidades de consumo como meio não apenas de melhorarem de vida ou de aquisição de conforto, por exemplo, mas como comprovação de que tal trabalho vale à pena. Como essa necessidade de evidência positiva do trabalho é constante, pois nunca alcança na realidade o ideal esperado, ou seja, a valorização e reconhecimento do trabalho de catador, o desejo e/ou compra sucessiva de objetos também é constante. Sendo a remuneração dos catadores reduzida, se não podem comprar pelo menos sonham bastante em adquirir bens.

O significado deslocado nos permite supor que, enquanto no momento as coisas podem não se conformar com as expectativas ideais, há uma época ou um lugar em que elas o fazem. O deslocamento do significado nos permite criar coragem, manter a esperança. Os bens também ajudam a conservar a esperança ao sugerirem que o significado deslocado pode ser retomado e realizado no “aqui e agora”. É, contudo, absolutamente essencial para nós nunca sermos contemplados com o que queremos. (...) As coisas que desejamos devem sempre estar além de nós, sempre fora do alcance. Para que os bens sirvam à causa da esperança, devem ser incansavelmente abastecidos. Precisamos ter sempre novos bens para fazer nossas pontes se esperamos que a esperança brote eternamente. (MCCRACKEN, 2003, p. 149)

Para McCracken (2003), a explicação do significado deslocado possibilita compreender questões menos macroscópicas no campo do comportamento do consumidor, como, por exemplo, “saber que os bens são pontes para o significado deslocado contribui para iluminar certas instâncias da “patologia de consumo” (...)”. (p. 149)

O deslocamento do significado é uma estratégia fundamental que os indivíduos usam para lidar com a discordância entre o “real” e o “ideal” e é através dos bens que somos capazes de alimentar a posse de ideais que as circunstâncias presentes nos negam no momento.

Os momentos de consumo compulsivo, irracional e insuportável dos indivíduos podem brotar de um esforço desesperado para reivindicar certos significados que foram por eles deslocados. É fácil perceber, também, que uma lógica desagradável e autopetruante pode se estabelecer, na qual o indivíduo desesperado compra um bem excepcional em busca do significado deslocado,

descobre-o incapaz de lhe fornecer este significado, e então é forçado a comprar um outro (...) bem de consumo. (id)¹⁴⁷

No caso dos catadores, os bens adquiridos por eles ajudam a conservar a esperança ao sugerirem que o significado deslocado pode ser retomado e realizado no “aqui e agora”. É totalmente essencial para eles que nunca sejam contemplados com o que querem.

É necessário (...) que sempre nos sejam negados os bens que nos dariam acesso aos ideais distantes. Isto requer a constante expansão de nossos desejos. As coisas que desejamos devem sempre estar além de nós, sempre fora do alcance. Para que os bens sirvam à causa da esperança, devem ser incansavelmente abastecidos. Precisamos ter sempre novos bens para fazer nossas pontes se esperamos que a esperança brote eternamente. (id)

No próximo item vamos caracterizar quais os bens os catadores apresentam como possibilitadores de reconhecimento de si mesmos e do seu trabalho de catação de materiais recicláveis, levando em consideração que a maior parte dos objetos que possuem, incluindo aqui os móveis, eletrodomésticos e os meios de transporte, são usados e “velhos”.

Ostentando Objetos Novos

O materialismo presente das práticas de consumo, como vimos anteriormente, é carregado de significados negativos. McCracken (2003) também denuncia e supera tal visão empobrecida e maniqueísta do consumo, evidenciando que bens e serviços, muitas vezes identificados como uma “preocupação infeliz e destrutiva de uma sociedade materialista” (p. 12), ou “como uma combinação desagradável de autoindulgência, ganância, futilidade e irracionalidade que não precisa nem merece um estudo sistemático” (p. 14), são, na verdade, “um dos instrumentos principais de sua sobrevivência, um dos modos através dos quais sua ordem é criada e mantida”. (p. 12)

A partir da vinculação entre antropologia e comportamento do consumidor McCracken (2003) aponta os desenvolvimentos dentro de ambas as áreas. Como por

¹⁴⁷ O uso dos bens para retomar o significado deslocado é um dos mecanismos do consumo na sociedade moderna. Contribui para perpetuar o apetite consumista. Ajuda a declarar certas aquisições obsoletas (...) e a demandar a compra de novos bens. A perseguição ao significado deslocado através dos bens e às inovações dos produtos induz a uma disposição para violar as restrições do salário e a fazer a compra excepcional. Trabalha constantemente para aguçar o apetite e para aumentar a demanda. (MCCRACKEN, 2003, p. 148)

exemplo, no campo do comportamento do consumidor, ocorreu, por parte dos acadêmicos, a ampliação de tal definição:

Nesta definição emergente, este ultrapassa o “comportamento de compra” (ou seja, o que acontece quando o consumidor alcança a prateleira para escolher entre a marca “x” ou a marca “y”) para incluir toda a interação entre o bem e o consumidor antes e depois do momento da compra. Segundo, eles começaram também a ir além de sua preocupação de longa-data com o “processo de tomada de decisão” para observar o papel de outros processos cognitivos (especialmente os simbólicos) e o papel do afeto. Terceiro, o campo revelou uma nova disposição em transcender o individualismo metodológico e o foco microscópico herdados da área da psicologia e em considerar os sistemas e contextos culturais e sociais mais amplos do consumo. (...) (MCCRACKEN, 2003, p. 13)

Mas o que nos interessa aqui, especificamente, é o significado cultural inerente aos objetos de consumo, ou o processo de atribuição de “valor” aos bens e serviços, isso do ponto de vista dos catadores de materiais recicláveis.

Em relação aos catadores, foi apresentado anteriormente, frente aos seus discursos, uma tentativa de positivação do trabalho de catador a partir da vinculação do mesmo à preservação do meio ambiente. Nesse sentido, o trabalho de catação de materiais recicláveis, segundo os catadores, é importante porque contribuiu para a preservação ambiental através do reaproveitamento de parte dos resíduos produzidos.

É evidente, na “sociedade de consumo”, a existência da “febre consumidora”. Assim, temos milhares de Leônias se difundindo, e percebemos resultados bastante óbvios: quando mais as Leônias expulsam com muito vigor as “coisas” agora transformadas em “lixo”, mais coisas também acumulam. “As escamas do seu passado se solidificam numa couraça impossível de se tirar” (CALVINO, 2000, p. 49). As Leônias se renovam todos os dias, mas se conservam integralmente em suas únicas formas precisas: “a do lixo de ontem que se junta ao lixo de anteontem e de todos os dias e anos e lustros”. (id)

E esse incessante descarte das “coisas”, informa Lipovetsky (1989), comentando sobre a sedução das coisas, que caracteriza a “sociedade de consumo” tanto empiricamente, quanto estruturalmente: é o império do descartável, do efêmero.

O consumismo, então, trouxe um grave problema: o excesso de dejetos resultantes do consumo desenfreado, em outras palavras, “LIXO”!

Quando começamos a categorizar as entrevistas, percebemos, imediatamente, nas falas dos catadores em relação ao que consumiam algo que se repetia. Aquilo que para nós é tão evidente, claro, estamos dispendo aqui como o que distingue, ou caracteriza, de uma

forma mais geral, o consumo dos catadores de materiais recicláveis. É o consumo “deles”, ou “próprio” deles, que iremos apresentar e problematizar. A questão aqui não é sobre o que os catadores “dizem” com o significado dos bens, mas o que “fazem” com esse significado, ou seja: como os catadores extraem os significados dos bens para seus próprios propósitos na construção de seus próprios mundos e, especificamente, como tentativa, ainda, de reconhecimento e distinção positiva.

Juntamente à ideia de que são agentes em prol da preservação do meio ambiente, os catadores evidenciam em suas falas um modo peculiar de significar aquilo que ninguém quer mais, que foi usado, algumas vezes está velho, quebrado, sujo, ou seja: o que é considerado “lixo”.

Quando iniciamos nossas investigações junto a CATAMAIS, por exemplo, o secretário diretor/financeiro, numa conversa informal, após ter explicado ao mesmo do que se tratava a pesquisa, informou que os catadores tinham praticamente tudo em casa, que não faltava nada, ou porque encontravam no “lixo”, ou recebiam de doação. Que alguns, inclusive, tinham um celular bem melhor do que o dele.

Durante as entrevistas, presenciamos em algumas ocasiões os catadores da COTRAMARE recebendo doações de roupas, por exemplo. Outro dia, na CATAMAIS, assistimos alguns catadores empurrando o carrinho cheio de doações realizadas pelo supermercado HiperBompreço: eram alimentos com suas embalagens danificadas (como leite, biscoito, iogurte, panetone etc.) e produtos quase vencidos ou quebrados/danificados. Entre os objetos quebrados havia um conjunto de mesa e duas cadeiras para varanda (que na época custava cerca de R\$400,00) e outra mesa em plástico. Alguns objetos eles arrumavam e levavam para casa e outros vendiam. Alguns celulares usados foram encontrados no “lixo”. Eles arrumam, colocando bateria nova etc.¹⁴⁸ Aliás, encontrar algo que possa ser usado e/ou reaproveitado no trabalho de catação é motivo de muita alegria (e sorte) por parte dos catadores.

Num tenho essa sorte não. O povo acha é coisa lá ((se referindo ao lixão)), *mai* eu nunca tive sorte não, visse? O povo lá sempre acha, *mai* eu nunca achei. Celular, até celular lá acha. Eu nunca tive sorte não. Pra dizer que *num* achei, uma vez achei 10 reais. Nesse dia eu tava sem nadinha em casa. *Aí* eu catucando, catucando, *ái* vi um *dinheirim* e achei que fosse *dinheirim* de pipoca. *Aí* eu abri, tava *enroladim*, *ái* *quano* eu abri, ah Deus que felicidade, *num* tinha nada nesse dia, fui na bodega comprar coisa. (AH-F, 57 anos)

¹⁴⁸ O celular do sobrinho da catadora AA foi encontrado no lixão. Ele colocou uma bateria e um *chip*.

Eu já encontrei..., já, sempre a gente acha. Eu já achei umas..., como é, essas caixa, essas caixa..., *rome titer* ((*home theater*)), é? Aquelas caixinha pequenininha. Já achei e levei pra casa. É de som. Tava funcionando direitinho. Eu achei um vídeo cassete também, *mai* esse *num* tava funcionando não. (BC- F, 37 anos)

Há o caso de um catador da CATAMAIS (AE, 26 anos) que conseguiu montar um computador a partir de peças encontradas no “lixo” ou doadas e outras (pouquíssimas) que ele comprou. Presenciamos um dia na cooperativa o momento exato que ele conseguiu colocar para funcionar um computador montado a partir de peças retiradas de diversos computadores usados e quebrados.

Também um catador mobiliou toda a sua casa (ou barraco) a partir de objetos encontrados no “lixo” ou que seriam jogados no “lixo”.

Sempre aparece, porque tem sempre coisa boa. Com certeza. Sempre aparece, é uma cadeira, é um centro desse, é um *sandálio*, um sapato, sempre aparece, sabe? Hoje em dia o pessoal bota móvel na calçada, *pro* primeiro que passar levar. Olhe, na época que eu morava com a primeira esposa, eu mobiliava os troço..., com..., a casa com troço do lixo. Foi geladeira, foi fogão, foi mesa, cadeira, tudo foi do lixão. E parece que foi um *negóço* que foi pra mim *mermo*, sabe? Porque na época eu morava *mermo* dentro do lixo. Minha casa era dentro do lixo. Na época que todo mundo morava dentro do lixo, na época. Aí um dia de sábado a gente..., aí um dia de sábado *nói* pegou os troço logo bem cedo, que eu gostava de ir pra feira três hora, três e meia, *aí nói...*, *aí quano nói* se ajeitou pra ir pra feira *aí* vinha uma caminhonete que vinha equipada com tudo. *Aí* pronto, desisti de ir pra feira na hora. *Ôche*, lá é quem chegar primeiro. *Aí* corri pra cima do carro, já mandei ele descer direto *pro* barraco, a gente chegou lá eu descarreguei, e *butei* dentro do barraco, *aí* pronto, *aí*, meus primeiro troço foi assim. ((ele diz que “o povo compra novo”, e como não tem mais futuro vender os objetos usados, os mesmos são doados ou lançados no lixo)). (BD-M, 34 anos)

Os catadores também ganham muitos objetos, principalmente doados pelas pessoas participantes da “Coleta Seletiva Solidária”.

É difícil eu comprar. Eu ganho das mulheres. ((se referindo as roupas)) (AB-F, 48 anos)

Ganhei uma TV de 14 polegadas com defeito e mandei consertar. ((Diz que já achou ou pessoas doaram muitas TVs quebradas)) (AD-M, 33 anos)
Já, já ganhei umas roupas, umas jóias, bijuterias, das casas desses pessoal, e uso muuuuuuuuutooo. (BB-F, 26 anos)

Ganhei um micro-ondas, presente de uma das mulheres que guarda material, e não usei porque levei para casa essa semana. (BC-F, 37 anos)

E a velhinha, que a gente tinha uma velha, eu ganhei de um pastor, sabe, bem velhinha, eu *butei* pra fora porque num aguentava a luz dela. Era muito energia. ((sobre a primeira geladeira que possuiu, era usada e foi doada)) (BD-M, 34 anos)

Por exemplo a calça *mermo*. ((nesse dia os catadores da COTRAMARE tinham recebido uma grande doação de roupas da Defesa Civil e ele pegou um par de meias e uma calça jeans preta da marca LEE, novinha, inclusive com a etiqueta)) *Quano* chega periféricos, coisa de computador *ái*, *ái* eu levo. Sei montar e desmontar computador... (BE-M, 25 anos)

Aqui *nói* ganha, como a senhora viu, roupa, ganha roupa, já ganhou cama, sofá. Já levei pra casa, *mai* antes. (...) Eu levei um liquidificador funcionando e um rádio. A mulher me deu. Foi na Liberdade, na coleta. Um gravador de dois *deck* funcionando. Pegando fita, e *num* quer..., só quer de CD. Esse meu rádio que *tá aí*, olhe, pega fita e CD. Ganhei! (BG-M, 39 anos)

Eu já ganhei duas coisa daqui boa. Muitas coisa, *né*, mas (...) ganhei uma televisão, de vinte, apesar de ter uma na sala, que comprei no tempo da *LITE* (?) ((empresa que ele trabalhou)) ((ele diz que foi na coleta que uma pessoa ofereceu a televisão para o mesmo)) É o modelo antigo, ela tava dizendo que a televisão tava parada, não prestava, quando eu cheguei e liguei a televisão pegou, boa, *tá* lá em casa até hoje. Já *butaram* cem, cento e cinquenta e *num* vendo. E é mais PHILIPS. *Aí* ganhei essa televisão e ganhei um DVD bom. ((ele diz que as televisões de hoje não prestam são todas “maneiras” (((leves)) e do Paraguai)) (BH-M, 31 anos)

Um catador associou aquilo que foi jogado fora ao “lixo”, ou seja: uma vez jogado fora não deixa de ser “lixo”, ou pelo menos aquele que jogou fora considerou o objeto “lixo”, por isso descartado. Em tom provocativo e sarcástico ele diz que usa apenas “roupa e sapato de marca”, apesar de ser “lixo”.

Tô com 40 anos só comprei roupa pra mim uma vez que foi uma camisa só. De lá pra cá nunca comprei uma roupa. *Ái* é que *tá* o problema, *né?* ((rindo)) Eu uso roupa de marca, sapato de marca. (vc usa?) Uso. Ah, *ái* é segredo. Ou seja, é lixo *mermo*. É lixo *mermo*. Num ligo de dizer não, nem tenho vergonha não, é lixo *mermo*, é lixo. (AG-M, 40 anos)

Em outro momento ele explica que aquilo que é velho (ou lixo) para a pessoa que descarta o objeto, para ele não é: ele atribui novo significado ao objeto.

Mas *hôme*, às *veze* é doação, *quano* vem pra cá, doação de roupa. É, roupa nova, semana passada meu irmão ganhou na coleta dois sapato e me deu. (e nas casas onde você faz a coleta o pessoal já doou roupas?) Já, já. Nova não, *mai vâmo* se dizer, ou seja, aquilo que é velho pra ela é nova pra mim. (AG-M, 40 anos)

O que percebemos nesses discursos em relação aos objetos encontrados pelos catadores no trabalho de catação e aqueles doados, principalmente pelos moradores participantes da “Coleta Seletiva Solidária”, é que tais objetos são significados pelos catadores em relação a sua funcionalidade, e não à novidade ou modelo. Evidentemente, os objetos doados, ou pelo menos a sua maioria, são usados, alguns quebrados, mas, principalmente, considerados velhos e ultrapassados pela população que doa os mesmos.

Interessante é que para essa população doadora, considerada positivamente pelos catadores, os próprios catadores merecem apenas aquilo que eles não querem mais. Nada de presentes novos ou nunca usados. Para a “ralé”, que sobrevive a partir da reciclagem do “lixo”, coisas, geralmente, usadas, velhas, feias e quebradas.

Um catador mencionou que o “pessoal” que joga fora determinados objetos (ou material, como ele diz) só faz isso porque apenas o pobre é prejudicado com a produção excessiva de “lixo”.

Olhe, eu vejo de uma forma diferente. Porque o seguinte: o que eu vejo é o que muitos não vêem, não enxergam. Porque se a maioria do pessoal enxergasse esse tipo de material que está jogando fora, eles não jogariam fora. Se ele fosse prejudicado, a própria casa dele, por causa desse material mesmo, tomaria consciência e não fazia. Porque a dor de cabeça só dói no próximo, nunca dói em você, ou seja: o lixo só prejudica as gente de classe baixa. Gente de classe alta nunca ouvi dizer que lixo prejudicasse, não é? Porque um filho de pobre come uma manga do lixo, um pão, caju, o que pegar ele vai e come. Nunca adoeceu. *Mai* o filho do rico se ele passar aqui e sentir o mau cheiro tampa o nariz que é pra *num* adoecer, entendeu? (AG-M, 40 anos)

Também evidencia que rico não guarda “lixo” em casa. Que essa é uma atitude de gente pobre.

Você já viu rico guardar lixo em casa? *Mai* é o que mais produz lixo, *num* é? *Mai* você já viu guardar lixo em casa? Vá na casa de uma pobre que você vê *tranquêra*, um monte de lixo, *mai* aquilo ali vai servir pra ele, pra ele *num* é lixo. O meu ponto de vista é esse. (AG-M, 40 anos)

O uso de objetos usados, como observamos, é uma realidade na vida dos catadores de materiais recicláveis, seja por encontrar os mesmos no momento da catação, como, também, por recebê-los como doação. No entanto, também foi verificado entre os catadores o consumo de objetos usados a partir da troca (eles dizem “jogo”) e/ou compra dos mesmos. Assim, é comum a existência de um mercado de coisas de segunda, terceira mão (que consideramos objetos nômades, pois passam de mão em mão) para os catadores. Vejamos:

A minha ((se referindo a TV)) tá com cinco ano de uso só na minha mão. Que foi sabe de quem, a televisão? De Maria. Maria, a mãe de Cenira, que já tinha sido de Fátima. Fátima comprou nova, aí passou uns três mês nas mão de Fátima, aí Fátima foi e vendeu a Maria, a mãe de Cenira. Aí a mãe de Cenira foi e vendeu a Carlo, aí eu fui e comprei a Carlo. Aí eu sei que só na minha mão já tá com cinco ano. Mas ela tá boa, é de controle, *tudim* bacaninha. Só porque ela é *piquininha*, eu quero, sabe, uma de vinte. (...) Vou comprar um nem que seja na Prata¹⁴⁹. ((sobre a compra futura de um celular)) Celular de segunda mão, de 40, 50, 60 real. (BD-M, 34 anos)

O lixo que não serve para o rico, serve para o pobre. Aliás, para o pobre deixa de ser lixo. Só compro usado. ((compro um computador de segunda mão e um moto que ele diz ser de quinta mão. A sua moto é do ano de 1982 e ele não tem habilitação e nem paga emplacamento)) (AG-M, 40 anos)

Verificamos que a aquisição do objeto novo, comprado diretamente na loja, torna-se um acontecimento raro na vida dos catadores, exatamente pelo fato de possuírem renda flutuante, inconstante, que além de consideravelmente baixa pelo tipo de trabalho executado, é insuficiente para a compra de determinados objetos à vista. Vejamos o caso da catadora discorrendo sobre a compra de objetos novos:

Não, não, não. Num dá não. Eu só tenho uma *galadeirinha* nova porque veio do negócio da Energisa.¹⁵⁰ Fui sorteada aí ganhei uma geladeira, senão *num* tinha. (AH- F, 37 anos)

Sem carteira assinada os catadores também não têm como comprovar renda para aquisição de crédito e quando conseguem o mesmo é bastante reduzido. Esse foi o caso de um catador que precisando comprar uma geladeira nova foi preciso, para isso, juntar o

¹⁴⁹ Se referindo à feira da Prata (localizada no bairro da Prata, Campina Grande – PB)

¹⁵⁰ Energisa é a concessionária de energia elétrica da Paraíba que, a partir de um programa social, que tem o objetivo de reduzir o consumo de energia, doam geladeiras novas, que consomem menos energia, em troca das velhas. As pessoas que recebem as geladeiras novas têm que estar cadastradas na chamada tarifa social para famílias de baixa renda.

crédito disponível para si mesmo, sua esposa e filha no momento da compra do referido eletrodoméstico. Cada um financiou uma parte do valor da geladeira, lembrando que isso foi possível somente porque conhecia um dos vendedores da loja.

É essa realidade que explica o usufruto, por parte dos catadores, de objetos doados e outros encontrados no “lixo”, bem como a compra e/ou troca, também, de objetos que já foram usados.

Nesse ponto podemos chamar atenção para as narrativas dos catadores relacionadas a um tipo de satisfação, ou experiência de algo como sendo agradável, considerada prazerosa, capaz de surtir certo estado de “excitação” no interior daqueles (dos catadores) que a desfruta. Ora, para Campbell (2001) o prazer é “um julgamento feito por quem o experimenta”. (p. 92)

E qual sensação seria essa que possibilita regozijos relacionados às práticas de consumo? Evidentemente, a possibilidade, como demonstrada, rara para os catadores, da compra de objetos novos. Sobre essa “raridade”, vejamos o depoimento de uma catadora abaixo:

É a primeira geladeira comprada nova. As outras adquiridas eram usadas. ((a mãe da mesma comprou um celular usado recentemente)) (AA, F, 27 anos)

Mesmo que a compra do objeto novo não tenha sido realizada pelo próprio catador, mas doado, a sensação de prazer também é sentida. Vejamos o depoimento de uma catadora em relação à geladeira nova que ganhou:

Eu fiquei muito contente da minha vida, Graças a Deus, cheirinho de nova, foi, exato. (...) (AH- F, 37 anos)

Sobre o assunto, Campbell (2006) admite que os objetos têm como propriedade o fato de proporcionarem prazer em alguma medida. Tudo começa com o próprio ato da compra, quando o consumidor tem a oportunidade de fazer inúmeras experiências, testando sua reação às novidades apresentadas pelo mercado.

Note-se que, apesar do aumento do poder de consumo dos setores de baixa renda, para o grupo de catadores o acesso ao consumo desses objetos considerados bens duráveis não é tão constante. Assim, diante das dificuldades apresentados para a compra de objetos diretamente nas lojas, principalmente daquele de valor mais elevado de acordo com a

situação financeira do catador, a aquisição do objeto e/ou produto novo se torna um acontecimento raro na vida dos catadores. Muitas vezes a aquisição do mesmo é apenas possível diante de uma estratégia de poupança por parte do catador, considerando-a não muito fácil de ser possível diante dos poucos recursos até para a compra de bens necessários à sobrevivência.

Teve uma vez que eu juntei um dinheiro, eu trabalhei no Parque do Povo, pra fazer a limpeza também no São João, trabalhei e juntei o dinheiro, aí nós precisamos de uma geladeira, aí minha mulher disse: Vanderley vâmo fazer uma coisa. Eu tava com o dinheiro na mão, já. O daqui e o de lá. Era uns oitocentos, ou foi mais de oitocentos. Ela disse: *vâmo comprá* uma geladeira. (...) Aí peguei o *dinheirim todim*, vim aqui no centro e comprei a geladeira, zero quilômetro ((rindo)), pra vir na hora, o cara foi deixar lá. Senti uma coisa muito boa. Muito bem, porque era uma coisa que a gente tava precisando e eu sei que é nova, *num é?* (...) Tem cheirinho de nova. Aí quando eu cheguei em casa com ela novinha aí ela gostou *demai*. (AC, M, 36 anos)

É exatamente esse objeto novo, com “cara” e “cheiro de novo”, que pode se tornar parte de um evento de exibição do poder de compra, mesmo raro, por parte do catador diante do seu grupo de vizinhança. É esse objeto novo que ele pretende exibir no intuito de provar que, mesmo sendo catador, conseguiu comprá-lo.

Comprei um celular. ((rindo muito)). É um celular normal, o meu é um dos *mai* barato que tem, *mai* os outro era *tudim* do lixo, o meu novo foi cento e nove. ((rindo muito)). Comprei aí eu disse: agora eu posso. Vou mostrar que eu posso alguma coisa. (e como você se sentiu quando comprou esse celular?) Ah, me senti muito feliz. Me senti muito alegre. (AA- F, 27 anos)

É assim que determinados objetos, aqueles comprados novos, diretamente numa loja, sem ser doado, achado ou usado, apesar de sua simplicidade e até obviedade, são considerados artigos de luxo para os catadores.

É a exibição do objeto novo que poderá ser usada como meio para busca de reconhecimento.

A novidade está diretamente relacionada à qualidade objetiva que o indivíduo atribui aos produtos, bens e serviços, com relação aos vários contextos de sua experiência pessoal ou social. E isso decorre não só do valor em si que esses produtos, bens e serviços possuem, no sentido econômico do termo, mas também no quanto o seu consumo é ou não valioso como catalisador de algum reconhecimento social. (ANDRÉ, 2006, p. 74)

E quando Bauman (2008) afirma que os pobres de hoje são rotulados de “anormais” porque são incompetentes, não para o emprego, mas para o consumo, são, nesse sentido, consumidores falhos, não podemos deixar de mencionar aqui que é através exatamente das práticas de consumo que esses pobres, supostamente incompetentes para o consumo, desvalorizados, no caso dos catadores, por causa também do seu trabalho, buscam meios de se sentirem “normais”, incluídos e reconhecidos.

Evidentemente, como mencionado anteriormente, o consumo dos catadores é restrito, no sentido de não possuírem poder de compra devido à baixa remuneração e, conseqüentemente, impossibilitando aos mesmos conseguir crédito junto às lojas ou operadoras de cartão de crédito (não têm como provar a própria renda conseguida pelo trabalho realizado). Então, aqui cabe a nós refletir quantas possibilidades os catadores possuem de “testar” sua reação diante das novidades visibilizadas pelo mercado ou quantas possibilidades possuem de comprar sucessivamente objetos como meio de alcançar certo reconhecimento ou como necessidade de constante evidência positiva do trabalho de catador e deles mesmos, quando não têm, praticamente, muitos recursos para a compra de bens e serviços. Certamente, como constatado, que essas possibilidades são raras, mas quando possíveis são proveitosas estratégias praticadas pelos catadores como importante modo de experienciarem reconhecimento do trabalho de catação e de si mesmos, enquanto catadores, fortalecendo suas identidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quero propor aqui, como pergunta a este ensaio, minha tese, àquela inicial, que certamente perseguiu todo o trabalho e que está aqui novamente encerrando o mesmo: o que motiva o consumo dos catadores de materiais recicláveis?

As respostas para tal questão tornaram visível uma multiplicidade de motivações que poderiam fazer o catador consumir, ou seja: às vezes o consumo do catador evidenciava claramente a atenção das compras como um “valor experiencial”, emocional, sendo orientado para si mesmo, pressupondo interioridade, onde as opiniões do sujeito sobre os seus próprios sentimentos e emoções, tidos como interiores, reflexivos, é mais importante do que sua relação com o mundo externo; outras vezes aparecia motivado pelos relacionamentos, mais para recusar do que manter o individualismo, como expressão de obrigação, carinho e responsabilidade. E, finalmente, o consumo surgiu motivado pelo desejo do catador em ser reconhecido e visível socialmente, utilizado como meio do mesmo exibir uma imagem de si mesmo positiva e/ou mais respeitosa.

Percebemos, então, que talvez fosse impossível construir uma “linha reta” em relação ao que poderia motivar o consumo dos catadores, pois tínhamos vários caminhos, ou até mesmo algo parecido com uma “colcha de retalhos”; algo multifacetado. Aqui residiu, nesse sentido, a grande dificuldade em construir e/ou estabelecer uma homogeneidade, uma coerência ou continuidade, sobre algo que parecia tão disperso, fragmentário e descontínuo, mesmo entendendo que é impossível, em qualquer enredo, fazer aparecer toda a multiplicidade presente nas motivações que orientam o consumo dos catadores.

No entanto, em meio a esse emaranhado de motivações para o consumo, uma em particular se destacou na fala dos catadores, quando levamos em consideração o trabalho de catação de materiais recicláveis e como o mesmo proporciona, aos catadores, uma identidade deteriorada e ambígua. Era o consumo motivado pelo desejo de reconhecimento, *status* e visibilidade social.

Assim, contraditoriamente aos discursos teóricos que insistem em dizer que o consumo moderno, além de ser uma prática meramente hedonista e insaciável, é orientado, sobretudo, em função de fins, gostos e critérios individuais, onde as motivações privadas superam, e muito, as finalidades de *status*, distinção e reconhecimento, no caso dos catadores, ao contrário, a principal motivação para o consumo foi o desejo de reconhecimento, visibilidade e respeito, principalmente do trabalho de catação de materiais

recicláveis e do catador, ou seja: o consumo, aqui, é para o outro, ou para exibir ao outro; há ostentação do que é comprado.

Ora, não podemos esquecer que o significado do trabalho de catação de materiais recicláveis, para os catadores, apareceu, com grande relevância, imerso na ambiguidade: às vezes positivo, outras vezes negativo. Como vimos anteriormente, essa ambiguidade é inerente, também, à identidade do catador, encontrando-se sempre em reformulação, submetida à complexas dinâmicas subjetivas e marcada por processos não lineares, exatamente pelo fato do não reconhecimento e do preconceito direcionados ao trabalho de catação possibilitar ao grupo de catadores a vivência de processos identitários contraditórios, frágeis, tensos e ambivalentes.

Para Cunha (2010), tais dinâmicas são ambivalentes e não se realizam como em outras identidades profissionais: “é típico dessas dinâmicas que os mesmos fatores que marginalizam, integram o grupo” (p. 171). Ao mesmo tempo que o “lixo” é fator marginalizante, já que ali são encontrados os restos da sociedade, “ele é também elemento que viabiliza um processo de resignificação por parte do grupo, capaz de integrar pessoas consideradas excluídas do mercado formal, visto ser esta sua única opção de sobrevivência”. (id)

A construção identitária dos catadores, então, reflete uma árdua realidade de luta pela sobrevivência sob condições de quase completa marginalidade e sujeitos a estigmatização e toda sorte de discriminações. Diante dessa situação desfavorável, eles conseguem construir e incorporar significados positivos que lhes são próprios, articulados a partir da coexistência com o mundo externo e, principalmente, a partir do experimento associativo, via cooperativismo.

É nesse sentido que os catadores colocaram a experiência do cooperativismo, juntamente com o trabalho de “Coleta Seletiva Solidária”, como algo que poderia diferenciá-los, positivamente, do trabalho de catação que anteriormente realizaram nas ruas da cidade ou, principalmente, no “lixão”. Aos olhos dos catadores e à sua consciência, essa atividade acaba transformada em atividade produtiva e legítima por atribuir dignidade e legitimidade social aos que dela se ocupam. Assim, em suas falas, percebemos uma grande necessidade destes em diferenciarem os variados locais de realização do trabalho de catação. O “lixão”, por exemplo, foi representado como espaço de “bicho”, marginal, perigoso em relação ao trabalho realizado via cooperativa. Também, o experimento associativo, através do qual os catadores conseguiram se agrupar e, de certo modo,

defenderem-se como força de trabalho, possibilitou aos mesmos o exercício do discurso ambientalista e, como consequência, o amadurecimento da autoestima: autodenominando-se como agentes ambientais, cultivam uma autoimagem conduzida por referência profissional validada, de indivíduos em condições de demandar aceitação e reconhecimento como grupo social legítimo na sociedade.

É assim que os catadores, organizados e agrupados, além de constituírem lideranças, tornam-se símbolos de distinção diante das situações e imagens que ambicionam superar, modificando tanto os fundamentos de sua sobrevivência, quanto à relação dos mesmos com o “lixo” e a própria existência.

Entretanto, não podemos deixar de evidenciar que a tríade meritocrática – da qual se baseia a Ideologia do Desempenho – que envolve qualificação, posição e salário, torna possível compreendermos porque apenas através da categoria trabalho é possível se assegurar a identidade, autoestima e reconhecimento social.

O discurso dos catadores corroborou essa tese, no sentido de que percebem a desqualificação e o não reconhecimento de si mesmos a partir do tipo de trabalho que exercem – mesmo àquele realizado na cooperativa, a “Coleta Seletiva Solidária” –, apesar de não ficar claro para eles que o trabalho de catador ou outro parecido, na realidade, torna visível à sociedade o quanto os mesmos são “fracassados” e “culpados” por esse fracasso, sendo o único possível de ser exercido devido a um tipo de socialização precária que os impede de conseguir algo “melhor”. Nesse sentido, há uma hierarquia entre os seres humanos: de um lado, os cidadãos, vencedores, que conseguiram postos de trabalho importantes e bem remunerados no mercado de trabalho, porque tiveram acesso ao capital cultural suficiente para essa conquista; de outro, os fracassados, pobres, subcidadãos, “ralé”, que exercem trabalhos braçais, desvalorizados e mal remunerados.

Assim, cria-se e legitima-se uma lógica social em que os próprios agentes excluídos (a “ralé”) das possibilidades de inserção na esfera produtiva dominante se sentem responsáveis pela sua marginalização. A reprodução da desigualdade social aparece como resultante da trajetória pessoal, ou seja, é considerada fruto da ação “negligente” do próprio agente excluído.

É a partir dessa lógica que a condição de subcidadão do agente excluído é afirmada de forma objetiva pelo sistema social como um todo, sendo reconhecida a partir de diferentes práticas sociais pelos incluídos na lógica produtiva dominante e reforçada pelo

processo de culpabilização subjetiva incorporado pelos excluídos de tal lógica. Temos, assim, um sistema de reprodução da desigualdade social.

É aqui que uma das questões mais marcantes percebidas no estudo junto ao grupo de catadores cooperados foi o preconceito estreitamente vinculado às manifestações de estigmatização e invisibilidade social. Como vimos, os catadores de materiais recicláveis apresentaram vários argumentos e exemplos de desvalorização e desprezo relacionados ao trabalho de catação e, por isso, ficou evidente em seus discursos o receio constante de marginalização pelo olhar do outro, de fazer parte de um grupo estigmatizado, apesar da maioria deles afirmarem que não se importam com o preconceito (é um preconceito “*trabalhista*”, como disse um dos nossos catadores entrevistados, e por isso é trabalho destituído de *status* social). Para Goffman (1988) é marcante, em indivíduos estigmatizados, a existência dessa autocontradição.

É difícil para os catadores, apesar de se definirem como não reconhecidos, invisíveis e desrespeitados, ou seja, apesar de carregarem um estigma, aceitarem as definições depreciativas impostas, e por isso defendem e creem que são pessoas normais como qualquer outro ser humano, merecendo respeito e atenção. Goffman (1988) afirma que parece possível que um indivíduo estigmatizado “não consiga viver de acordo com o que foi efetivamente exigido dele e, ainda assim, permanecer relativamente indiferente ao seu fracasso” (p. 16). O estigmatizado, “(...) protegido por crenças de identidade próprias” (id), “(...) sente que é um ser humano completamente normal e que nós é que não somos suficientemente humanos”. (id)

No intuito de combaterem sensações negativas a que estão sujeitos e conquistarem certo respeito e visibilidade, os catadores procuram corrigir indiretamente os atributos depreciativos, pois não conseguem se livrar diretamente dele, lembrando que é quase impossível conseguirem um trabalho valorizado socialmente – por não possuírem capital cultural adequado para isso – e, conseqüentemente, outra opção de renda mais vantajosa.

Para isso os catadores se detêm numa importante estratégia de reconhecimento social: a partir das práticas de consumo. Deste modo, impossibilitados de mudança de vida por estarem socializados precariamente e por não serem privilegiados economicamente, resta às práticas de consumo realizadas pelos catadores meios de parecerem importantes e respeitados.

Foi a partir do conceito de “significado deslocado” para o objeto elaborado por McCracken (2003) que explicamos como ocorre o processo de busca de reconhecimento e

visibilidade por parte dos catadores a partir do consumo. Assim, na vida de todas as pessoas, geralmente, existe uma distância considerável entre o mundo real e o mundo ideal. As pessoas guardam sonhos e desejos ao mesmo tempo em que estão sempre buscando encurtar essa distância. Os objetos e/ou bens de consumo, por sua capacidade de representar materialmente esse mundo ideal, funcionam como sinais concretos e duradouros dele; constituindo uma parte que simboliza o todo, e o traz para perto dos indivíduos, amenizando seus conflitos internos e frustrações. Verifica-se que tais bens podem servir para a preservação de esperanças e ideais. (MCCRACKEN, 2003)

Os indivíduos podem deslocar seus ideais removendo-os para o passado e/ou futuro. No caso dos catadores, foi evidente a locação satisfatória dos seus ideais principalmente para o futuro, a partir da antecipação da posse de determinado bem. Assim, o desejo de possuir certos objetos apareceu como uma ponte, pensando no futuro, para busca de reconhecimento, principalmente da atividade de catador de materiais recicláveis, e meio de enfrentamento dos processos de estigmatização e invisibilidade social.

Aqui os objetos adquiridos ou a serem adquiridos – sempre novos, adquiridos diretamente nas lojas –, para os catadores, inegavelmente um grupo de baixa renda, contam não quem eles são (fracassados, “ralé”, estigmatizados, que usavam e/ou compravam, na maioria da vezes, objetos usados e até velhos), mas o que gostariam que fossem (respeitados, reconhecidos, importantes, pelo menos entre as pessoas que pertencem ao mesmo grupo social do qual fazem parte). Através dos bens de consumo os catadores alimentam a posse de ideais que as circunstâncias presentes negam no momento.

Acontece que o reconhecimento nunca ocorre “para sempre”, estando sempre aquém do ideal esperado pelos catadores, ou seja: ser sempre reconhecido e não estigmatizado. Por isso os catadores apresentam uma necessidade constante de positivar e qualificar o seu trabalho de catador e a si mesmos, como catadores, bem como de fortalecer a sua identidade deteriorada, a partir da compra de objetos de consumo. É evidente aqui o consumo para o outro, para exibir ao outro.

Assim, a posse de certos bens pode ser considerada como um meio que auxilia os indivíduos nos seus processos de construção identitária e de comunicação em relação aos grupos a que pertencem. Sobre o assunto, para Bauman (2005b) o consumo funciona como um elemento que avalia e julga pessoas. Ao mesmo tempo em que as coisas que possuímos nos individualizam, também nos ligam ao mundo social e aos grupos aos quais pertencemos.

Finalmente, em relação ao consumo estritamente direcionado às necessidades de sobrevivência, a ideia de que o catador está apenas preocupado com sua sobrevivência, por possuir recursos para o consumo bastante escassos, apresenta-se como um enorme equívoco.

Consumindo, ostentando objetos, os catadores de materiais recicláveis atribuem significados aos bens adquiridos como sendo fundamental para que se sintam integrados, visíveis e valorizados numa dada realidade. Os bens, nesse sentido, servem de comunicadores, e o consumo pode ser uma instrumentalidade utilizada de forma a auxiliar o grupo a enfrentar o estigma; é um ato onde se dá visibilidade. Há necessidade pessoal do catador de se sentir valorizado. A compra de um bem considerado importante pelo catador produz uma imediata sensação de prazer e realização, considerada uma solução para problemas pessoais, seja de autoestima, autoconfiança, autoafirmação etc.

Além da busca incessante de conforto e de bem-estar, o consumo dos catadores é motivado, principalmente, pelo desejo de reconhecimento social. O consumo, aqui, só pode ser do tipo ostentatório, pois há necessidade de exposição dos objetos, caracterizada pelo sentimento de orgulho, poder, objetivando uma positividade e reconhecimento do trabalho de catador e de si mesmos, enquanto catadores.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. C. O consumo crescente da classe baixa. *Caderno Eu & Fim de Semana*. 2009. Disponível em: <<<http://www.imil.org.br/artigos/o-consumo-crescente-da-classe-baixa/>>>. Acesso em: 04 set. 2011.
- AMORIM, A. P. et al. Lixão municipal: abordagem de uma problemática ambiental na cidade do Rio Grande – RS. *Ambiente & Educação*, vol. 15(1), p. 159-178, 2010.
- ANDRÉ, M. G. *Consumo e identidade: itinerários cotidianos da subjetividade*. São Paulo: DVS, 2006.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*. v. 25, n. 87, p. 335-351, mai./ago. 2004.
- ARMANDO, B; CASTILHO, J. *Alternativas de Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos para Pequenas Comunidades*. Rio de Janeiro: Rima, ABES, 2002.
- AZEREDO, V. G. *Os recicladores de miséria*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.
- BARBOSA, M. *Classes baixas descobrem nova fronteira de consumo*. 28 mar. 2011. Disponível em: <<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/889362-classes-baixas-descobrem-nova-fronteira-de-consumo.shtml>>>. Acesso em: 27 nov. 2011.
- BARBOSA, L. *Sociedade de consumo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- BARBOSA, L. Apresentação. In: MILLER, D. *Teoria das compras: o que orienta as escolhas dos consumidores*. São Paulo: Nobel, 2002. p. 11-16.
- BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (orgs.) *Cultura, Consumo e Identidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BARBOSA, L.; PORTILHO, F.; VELOSO, L. (orgs.) *Consumo: cosmologias e sociabilidades*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.
- BARROS, V. A.; PINTO, J. B. M. Reciclagem: trabalho e cidadania. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (orgs.) *Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 65-82

BARROS, C. P. Hierarquia, escassez e abundância materiais: um estudo etnográfico no universo de consumo das empregadas domésticas. In: MIGUELES, Carmen (org.). *Antropologia do consumo: casos brasileiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 101-129

BAUDRILLARD, J. *Sociedade de consumo*. São Paulo: Elfos, 1995.

BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BAUMAN, Z. Turistas e vagabundos. In: BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 85-110

BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005a.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005b.

BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BELK, R. W. Possessions and the Extended Self. *Journal of Consumer Research*, v.15, September, p.139-168, 1988.

BLECHER N.; TEIXEIRA JR, S. O discreto charme da baixa renda. *Revista Exame*. São Paulo: Abril, edição 802, n. 20, p. 36-48, out. 2003.

BOURDIEU, P. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

BUENO, M. L. Apresentação: cultura e estilos de vida. In: BUENO, M. L.; CAMARGO, L. O. L. *Cultura e consumo: estilos de vida na contemporaneidade*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008. p. 09-15

BURSZTYN, M. (org.) *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CALDERONI, S. *Os bilhões perdidos no lixo*. 2 ed. São Paulo: Humanitas: FFLCH/USP, 1998.

CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CAMPBELL, C. *A ética romântica e espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CAMPBELL, C. Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno. In: BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (orgs.) *Cultura, Consumo e Identidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 47-64

CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CARNEIRO, A. S. C. *A desigualdade e a invisibilidade social na formação da sociedade brasileira*. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia. 27 a 29 de maio de 2009.

CARNEIRO, E. J.; CORRÊA, P. A. A produção social da catação de lixo. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (orgs.) *Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 133-154

CHADE, J. Brasil é o campeão do lixo eletrônico entre emergentes. 22 fev. 2010. *Jornal O Estadão*, São Paulo. <<<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,brasil-e-o-campeao-do-lixo-eletronico-entre-emergentes,514495,0.htm>>>. Acesso em: 02 abr. 2011.

CIDADE, R. E. Estabelecidos e outsiders: traçando um paralelo com a inclusão do portador de deficiência na escola. In: *Revista Conexões*, n. 05, p. 23-25, dez. 2000.

COELHO, L. A. L. Tal objeto tal dono. In. LOPES, L. P. M.; BASTOS, L. C. (orgs.). *Identidades: recordes multi e interdisciplinares*. Campinas: Mercado das letras, 2002. p. 69-81.

COSTA, F. B. *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo, 2004.

COSTA, J. F. Desiguais na vida e na morte: a comoção com o acidente de Senna contrasta com a indiferença diante da morte de cidadãos anônimos. *Jornal Folha de São Paulo*, Caderno MAIS!, p. 06, 22 mai. 1994.

CRANE, D. *Moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006.

CRIVELLARI, H. M. T.; DIAS, S. M.; PENA, A. S. Informação e trabalho: uma leitura sobre os catadores de material reciclável a partir das bases públicas de dados. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (orgs.) *Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 299-324

CUNHA, M. R. R. L. Eu vivo do lixo: a identidade dos catadores de materiais recicláveis de Goiânia. *IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina*. Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI, 14 a 17 set. 2010, Londrina, UEL.

CUNHA, M. R. R. L. *Risco e consumo: a construção da identidade a partir do lixo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal de Goiás, 2009.

DINIZ, E. J. *Tensões e distensões na construção do habitus associativo: uma análise comparativa das organizações associativas de catadores de lixo da Paraíba*. Tese de doutorado em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FREITAS, L. R. T. Ralé estrutural e má-fé institucional na construção de um destino inescapável. *Revista de Ciências da Educação*. Centro Universitário Salesiano de São Paulo, n. 19, p. 203-228, jul/dez 2008.

FREITAS, L. A instituição do fracasso – A educação da ralé. In: SOUZA, J. et al. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 281-304.

GEERTZ, C. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. In: GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIL, A. C. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GUATARRI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GUIMARÃES, M. E. A. A moda e a rua: a expressão das identidades mediadas pelo consumo. *V ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, Salvador, mai. 2009.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

JACQUES, M. G. C. Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In: TAMAIO, A.; BORGES-ANDRADE, J. E.; CODO, W. (eds.). *Trabalho, organizações e cultura*. São Paulo, SP: Cooperativa de Autores Associados, 1996. p. 21-26

JACQUES, M. G. C. Identidade. In: JACQUES, M. G. C. et al. *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 159-167.

JUNCÁ, D. C. M. Trajetórias de sujeitos no lixo. In: *Rev. Serviço Social & Sociedade*, n. 84, nov, 2005.

KRAMER, T.; CASTRO, S. P. O sentido da colonização e a civilização ibero-americana. *8º Simpósio Internacional Processo Civilizador, História e Educa*, 2004, João Pessoa. Disponível em: <<<http://www.fef.unicamp.br/sipc/anais8/Tiago%20Kramer%20-%20UFMT.pdf>>>. Acessado em: 03 jun. 2008.

LAHAM, M. N. *A problemática dos resíduos sólidos em Balneário Camboriú e suas interfaces socioambientais*. Dissertação de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas, Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, 2006.

LIMA, F. P. A; OLIVEIRA, F. G. A. Produtividade técnica e social das associações de catadores: por um modelo de reciclagem solidária. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (orgs.) *Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 225-248

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOPES, M. C. R. Subjetividade e trabalho na sociedade contemporânea. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 91-113, mar./jun. 2009.

MACIEL, F.; GRILLO, A. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, J. et al. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 241-277

MAGERA, M. *Os Empresários do lixo: um paradoxo da modernidade*. Campinas, SP: Átomo, 2003.

MARTINS, J. S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MATTOS, P. A dor e o estigma da puta pobre. In: SOUZA, J. et al. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 173-201

MCCRACKEN, G. *Cultura & consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MEDEIROS, L. F. R.; MACÊDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? In: *Psicologia & Sociedade*; 18 (2), p. 62-71, mai./ago. 2006.

MEZABARBA, S. R. O lugar do prazer no consumo: observações sobre mulheres das camadas médias do Rio de Janeiro e São Paulo. *XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com>>. Acesso em: 07 jun. 2010.

MILLER, D. *Teoria das compras: o que orienta as escolhas dos consumidores*. São Paulo: Nobel, 2002.

MILLER, D. Consumo como cultura material. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p.33-63, jul/dez 2007.

MIRSHAWKA, V. Prefácio. In: ANDRÉ, M. G. *Consumo e identidade: itinerários cotidianos da subjetividade*. São Paulo: DVS, 2006. p. XIII-XXIV

MONTAGNER, M. A. Pierre Bourdieu, o corpo e a saúde: algumas possibilidades teóricas. In: *Revista Ciência e Saúde Coletiva*. v. 11, n. 2. Rio de Janeiro, abr./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000200028&nrm=iso&tlng=pt>>. Acessado em: 18 jun. 2008.

MOURA, M. A moda entre a arte e o design. In: PIRES, D. B. (org.). *Design de moda: olhares diversos*. Barueri: Estação das Letras e Cores Editora, 2008, p. 37-73.

NARDI, S. *A nova era do consumo de baixa renda: consumidores, tendências e crise mundial*. Osasco, SP: Novo Século, 2009.

NASCIMENTO, E. P. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 56-87

NOLASCO, S. *De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

OFFE, C. Trabalho: a categoria sociológica chave? In: OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 167-197

OLIVEIRA, S. A. et al. Estudo da produção *per capita* de resíduos sólidos domiciliares da cidade de Campina Grande – PB. *Revista Saúde e Ambiente*, v. 5, n. 2. 07 dez. 2004. p. 37-44.

ORTIZ, R. (org.). Introdução. In: BOURDIEU, P. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

PEREIRA, S. S.; MELO, J. A. B. Gestão dos resíduos sólidos urbanos em Campina Grande/PB e seus reflexos socioeconômicos. *Revista Brasileira de gestão e desenvolvimento regional*. v. 4, n. 4, p. 193-217, set-dez/2008, Taubaté, SP, Brasil

PORTILHO, F. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005.

PORTILHO, F; CASTAÑEDA, M; CASTRO, I. R. R., A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. In: *Ciência & Saúde Coletiva*. 16(1), p. 99-106, 2011. vol.16, n. 1 p. 99-106

RETONDAR, A. M. Da massificação à ação: algumas representações sobre “o consumidor” na teoria social contemporânea. *XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*. Rio de Janeiro, jul. 2009.

RETONDAR, A. M. A (re)construção do indivíduo: a sociedade de consumo como “contexto social” de produção de subjetividades. In: *Sociedade & Estado*. jan/abr 2008, vol. 23, n.1, p. 137-160.

RETONDAR, A. M. *Sociedade de consumo, modernidade e globalização*. São Paulo: Annablume; Campina Grande: EDUFPG, 2007.

ROCHA, E. Apresentação. In: DOUGLAS, Mary & ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p. 07-18

ROCHE, D. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007.

RODRIGUES, L. *Classes mais baixas puxaram alto do consumo em 2010*. mar. 2011. Disponível em: <<<http://extra.globo.com/noticias/economia/classes-mais-baixas-puxaram-alta-do-consumo-em-2010-1315327.html#ixzz1euIDniIP>>>. Acesso em: jun. 2011.

SEABRA, G. F.; NEU, C. *Lixão do Roger: habitat urbano no homem urubu*. Conceitos. João Pessoa, v.5, n. 7, Jan./jun. 2003, 102-106.

SILVA, P. F. *Violência, natureza e cultura: considerações Acerca da sedimentação psíquica da violência difusa*. Temas em Psicologia, v. 17, n. 2, p. 417-431, 2009.

SILVA, E. S. Recensão. *Revista Em Debate*, Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, 2005. Disponível em: <<<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>>. Acesso em: 16 mai. 2012.

SOUSA, I. F.; SILVA, V. A. Seria o lixo uma forma de emprego? *XX Encontro de Economia Doméstica. VIII Encontro Latino-Americano de Economia Doméstica. I Encontro Intercontinental de Economia Doméstica*. 2009, Fortaleza – CE. Disponível em: <<http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt8/gt8_16.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2012.

SOUZA, J. (Não)Reconhecimento e subcidadania, ou o que é ser gente? In: *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n. 59, p. 51-73, 2003a.

SOUZA, J. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003b.

SOUZA, J. (org.) *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, J. Senso comum e justificação da desigualdade. In: SOUZA, J. et al. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 41-48

SOUZA, J. A má-fé da sociedade e a naturalização da ralé. In: SOUZA, J. et al. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 385-431

SOUZA, J. *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TOMÁS, J. C. S. P. A invisibilidade social, uma perspectiva fenomenológica. *VI Congresso Português de Sociologia*. Mundos sociais, saberes e práticas. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 25 a 28 de junho de 2006.

TWITCHELL, J. *Lead us into temptation: the triumph of American materialism*. New York: Columbia University Press, 1999.

VENTURA, R. *Mudanças no perfil do consumo no Brasil: principais tendências nos próximos 20 Anos*. Macroplan – Prospectiva, Estratégia e Gestão. agos. 2010. Disponível

em: <<<http://macroplan.com.br/Documentos/ArtigoMacroplan2010817182941.pdf>>>.
Acesso em: out. 2010.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

NOME:	IDADE:	RELIGIÃO:
ESCOLARIDADE:		ESTADO CIVIL:
NATURALIDADE:		
FILHOS:	() SIM () NÃO	SE SIM, QUANTOS:

1. Quantas pessoas residem em seu domicílio?
2. Quantas e quais pessoas da família trabalham?
3. Qual a renda mensal da família?
4. Quem é (ou quais são) o principal mantenedor (responsável) da família? Por quê?
5. Recebe benefícios sociais do governo? Se positivo, quais?
6. A sua moradia é própria ou não?

QUESTÕES SOBRE O TRABALHO DE CATAÇÃO:

1. Quanto tempo você trabalha com a catação de material reciclável?
2. Por que você começou a trabalhar com a catação de material reciclável? Como foi o início neste trabalho? (QUESTÃO PARA COLHER A HISTÓRIA DE VIDA, CONCENTRANDO-SE NO TRABALHO DE CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS)
3. Já trabalhou em outras atividades? Se positivo, quais?
4. Atualmente exerce apenas a profissão de catador de material reciclável? Se negativo, quais outras atividades você exerce?
5. Quantas horas por dia, e quais os horários, você trabalha catando?
6. O que o trabalho de catador de material reciclável significa pra você? Quais os pontos positivos e negativos?

QUESTÕES SOBRE A COOPERATIVA:

1. Há quanto tempo vc participa desta cooperativa?
2. Como chegou até a mesma?
3. Já participou de outra cooperativa?
4. Quais os pontos positivos e negativos em participar de uma cooperativa?

QUESTÕES SOBRE AS NECESSIDADES, PRIORIDADES E POSSIBILIDADES DE CONSUMO DO CATADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL:

1. O que significa comprar para você?
2. O dinheiro que você consegue a partir do seu trabalho é suficiente para a compra daquilo que considera necessário? Por quê?
3. Como você se sente quando compra algo que desejava muito?
4. Você conhece algumas grifes? Marcas famosas? Se positivo, quais?
5. Como você costuma se divertir?
6. Você, geralmente, escolhe o que compra a partir de qual critério, ou critérios?
7. Onde você costuma comprar aqui em Campina Grande? Já frequentou, ou frequenta, algum Shopping? Se positivo, como se sentiu?
8. Você tem como meta futura a aquisição de certo bem de consumo?
9. O que vc sonhava adquirir e conseguiu?
10. Qual a ideia de riqueza e de pobreza que você tem?
11. Você já comprou algo no intuito de se sentir melhor consigo mesmo? O quê? Funcionou?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS –
PPGCS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (maior de 18 anos)

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos, me disponho a participar da pesquisa sobre **“o universo de consumo dos catadores de material reciclável e sua relação com a invisibilidade social”**. Declaro ser esclarecido(a) e estar de acordo com os seguintes pontos:

- O trabalho sobre **“o universo de consumo dos catadores de material reciclável e sua relação com a invisibilidade social”** terá como objetivo investigar se a suposta restrita possibilidade de consumo dos catadores de “lixo” reciclável é causadora na invisibilidade social dos mesmos ou, ao contrário, é um meio de exercerem sua individualidade, tornando-se, inclusive, visíveis, valorizados;
- Ao voluntário só caberá à autorização para entrevista por pesquisador habilitado;
- O instrumento de coleta de dados, ou seja, o roteiro de entrevista, não possuirá identificação e apresentará redação invariável para todos os sujeitos e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário;
- Não haverá utilização de nenhum indivíduo como grupo placebo, visto não haver procedimento terapêutico neste trabalho científico;
- O voluntário poderá se recusar a participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho proposto, não havendo qualquer penalidade ou prejuízo para o mesmo;
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando, assim, a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial;
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários desta pesquisa científica e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haverá necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da instituição responsável;
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar o entrevistador/pesquisador no número (83) 3322-3356 ou (83) 9912-3915 (Josilene B. do Nascimento);
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados com o pesquisador. Vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse;
- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante

Assinatura Dactiloscópica do Participante

